



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANGELA KALINE DA SILVA SANTOS

**A POLÍTICA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL: estado da arte das Dissertações de Mestrado**

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social

Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura,
Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS)

João Pessoa/PB
2022

ANGELA KALINE DA SILVA SANTOS

**A POLÍTICA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL: estado da arte das Dissertações de Mestrado**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Acadêmico em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social.

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

COORIENTADORA: Prof^a Dr^a Danielle Viana Lugo Pereira

João Pessoa/PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Angela Kaline da Silva.

A política social na produção do conhecimento do serviço social : estado da arte das dissertações de mestrado / Angela Kaline da Silva Santos. - João Pessoa, 2022.

205 f. : il.

Orientação: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Coorientação: Danielle Viana Lugo Pereira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

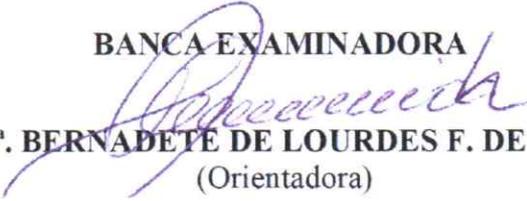
1. Serviço social. 2. Produção do conhecimento. 3. Política social. 4. Modernidade. 5. Pós-modernidade. I. Almeida, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. II. Pereira, Danielle Viana Lugo. III. Título.

UFPB/BC

CDU 36(043)

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DA ALUNA ÂNGELA KALINE DA SILVA SANTOS. Aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2022 (29/04/2022), às 14h, via **Plataforma Zoom**, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelas Professoras Doutoras **BERNADETE DE LOURDES FIGUEIREDO DE ALMEIDA** (Orientadora e Presidente da Banca), **DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA** (Coorientadora), **CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS** (Examinadora Externa – Universidade Federal da Bahia) e **EDNA TÂNIA FERREIRA DA SILVA** (Examinadora Externa – Universidade Federal da Paraíba), com o objetivo de proceder à arguição da aluna **ÂNGELA KALINE DA SILVA SANTOS**, sobre sua Dissertação intitulada: “**A POLÍTICA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO**”, requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública, a Prof.^a Dr.^a. **BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA** convidou os membros a comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra a aluna **ÂNGELA KALINE DA SILVA SANTOS**, para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30 (trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pela mestrande e procedida à arguição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. A presidente da Banca Examinadora a Prof.^a Dr.^a. **BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA**, comunica a mestrande, aos membros da Banca e aos presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora da Dissertação em julgamento obteve o conceito **APROVADA**. Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 29 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a. BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA
(Orientadora)


Prof.^a Dr.^a. DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA
(Coorientadora)


Prof.^a Dr.^a. CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS
(Examinadora Externa/UFBA)


Prof.^a Dr.^a. EDNA TÂNIA FERREIRA DA SILVA
(Examinadora Externa/UFPB)

AGRADECIMENTOS

Iniciei o Mestrado em Serviço Social em 2020, logo no momento que o isolamento social começou a ser exigido como política de prevenção à contaminação à Covid-19. De lá até agora, posso afirmar que não foi nada fácil.

Não poder ter aulas presenciais, envolvimento direto com minha turma do PPGSS/UFPB, tomar o cafezinho no intervalo das aulas, os seminários e toda a troca que as atividades presenciais poderiam proporcionar, decerto, a adoção do modo remoto representou uma perda enorme e que não poderá ser ressarcida.

Diante desse cenário de crise pandêmica que eu finalizo esse processo de qualificação com a sensação de conquista e perda, uma relação bem contraditória, mas que é facilmente compreendido diante de tudo vivido e experienciado.

A sensação de conquista por ter chegado até esse momento, de estar viva e os meus familiares também diante de tantas mortes, de ter conseguido me manter mentalmente saudável e produtiva diante de tantas dúvidas e incertezas. Dessa forma, só posso agradecer!!

Primeiramente a Deus por permitir que tudo isso acontecesse. Se não fosse pelo o Senhor, eu não estaria aqui. Glória ao teu nome eternamente.

Agradeço a minha mãe Maria Bernardo da Silva, e, meu pai, Irenaldo José dos Santos, que apesar de todas as dificuldades, me fortaleceram. A minha irmã Jackeline, por ter me dado apoio nas horas em que precisei.

Agradeço a minha orientadora, a professora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida pela paciência em me orientar e por ter aberto para mim a oportunidade de ingressar no Programa de Iniciação Científica por duas vigências. Foi por conta dessa experiência que eu permaneci na academia até hoje. Agradeço imensamente pelo esforço e dedicação, ao ponto de fazer mais do que sua obrigação como orientadora.

Agradeço a minha coorientadora, a professora Danielle Viana Lugo Pereira por ter me acompanhando e orientado junto com a professora Bernadete Almeida nesse processo.

Agradeço pela paciência, gentileza e doçura das professoras Bernadete e professora Danielle. Suas contribuições enriqueceram minha pesquisa. Nem

todos podem dizer que foram bem orientados e que tiveram uma relação de muito respeito e afeto com seus orientadores, mas eu posso, graças a vocês.

Agradeço a meus amigos Natália, Barbara, Adriana, Anny, Maria Cristiane, Uendry, Jailson, Heynan e os demais pelo apoio e incentivo.

Agradeço aos meus parceiros de trabalho Jannilson, Kelly, Maria Emília, Jéssica, Glaucia, Cida, Kerol, Deborah e minha chefe Francisca Vieira pela paciência para lidar com minhas reclamações e ansiedade no nosso ambiente de trabalho.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB pela rica contribuição.

Seguimos lutando por uma sociedade justa e igualitária.

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado Acadêmico configura-se como processo investigativo desenvolvido no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Apresenta como objeto de estudo a produção do conhecimento gerado pelo Serviço Social sobre Política Social. Objetiva analisar as Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 2010 a 2019. Essa análise investigativa será contextualizada a partir da crise da sociedade tardo-burguesa de forma a verificar as inflexões dessa crise na produção do conhecimento do Serviço Social sobre Política Social à luz da hegemonia do Projeto de Modernidade de perspectiva crítico-dialética e a ofensiva pós-moderna. O debate sobre o Serviço Social e a Política Social no Brasil ampliou e adensou-se ao longo dos anos de 1980 e 1990, consolidando-se no século XXI. A partir desse contexto, estabeleceu-se no âmbito da profissão um amplo processo de construção de conhecimentos sobre a Política Social, sendo um dos pilares basilares na consolidação do Serviço Social, reconhecido pelas agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação como área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Como hipótese de pesquisa, formula-se que: a influência do legado do Projeto de Modernidade na perspectiva crítico-dialética nas Dissertações de Mestrado na área da Política Social do PPGSS/UFPB, derivada do legado marxiano e marxista, é hegemônica na produção do conhecimento do Serviço Social, ainda que se reconheça a ofensiva pós-moderna nos últimos anos. Adota-se a perspectiva teórico-metodológica materialista histórico-dialética, determinada nas relações sociais contraditórias da sociedade tardo-burguesa. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização do estado da arte para mapeamento analítico das tendências que perpassam o universo de 119 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social. Para tanto, utiliza-se de instrumentos e técnicas quanti-qualitativas de coleta e de análise dos dados. Na operacionalização da pesquisa, opta-se pela metodologia do estado da arte, com o uso de indicadores bibliográficos: áreas do conhecimento; categorias temáticas e autorais. Em torno das 171 dissertações de mestrado defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019, verifica-se a prevalência da área de Política Social com 119 (70%), em relação à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social com 52 (30%) dissertações defendidas. Em termos conclusivos, verifica-se que a produção do conhecimento gerada sobre Política Social pelo PPGSS/UFPB se embasa na direção teórico-metodológica do legado marxista, contudo, foi identificada uma incidência, ainda que tênue, de aspectos próprios da Pós-modernidade, expressados pelo ecletismo teórico mediante o uso acrítico de autores de diversos paradigmas teóricos e pela secundarização da metodologia científica indicada por 10% (16) das dissertações que não descrevem o tipo de pesquisa, e 33% (35) que não descrevem o método. Essa constatação incide na afirmação da hipótese formulada nesta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do Conhecimento, Serviço Social, Política Social, Modernidade e Pós-modernidade.

ABSTRACT

The present Academic Master's is classified with investigative process developed in the Master's of the Postgraduate Program in Social Work at the Federal University of Paraíba. It presents with object of study the production of knowledge generated by the Social Work on Social Policy. It objectifies to analyze Master's Dissertations linked to the area of Social Policy, defended at PPGSS/UFPB from 2010 to 2019. This investigative analysis will be contextualized from the crisis of late bourgeois society in order to verify the inflections of this crisis in the production of Social Work's knowledge of Social Policy in the light of the hegemony of the Modernity Project from a Marxist critical perspective and the post-modern offensive. The debate on Social Work and Social Policy in Brazil expanded and became more dense throughout the 1980s and 1990s, consolidating itself in the 21st century. From this context, a broad process of construction of knowledge on Social Policy was established within the scope of the profession, being one of the basic pillars in the consolidation of Social Work as an area of knowledge, recognized by the agencies that promote research and post-graduate studies with an area of Applied Social Sciences. With research hypothesis, it is formulated that: the influence of the legacy of the Modernity Project in the critical-dialectical perspective in the Master's Dissertations in the area of Social Policy of the PPGSS/UFPB, derived from the Marxian and Marxist legacy, is hegemonic in the production of knowledge of Social Work, although the post-modern offensive in recent years is recognized. A historical-dialectical materialist theoretical-methodological perspective is adopted, determined in the contradictory social relations of late-bourgeois society. Methodologically, it is characterized as a bibliographical and documentary research using the state of the art for analytical mapping of trends that permeate the universe of 119 Master's Dissertations from PPGSS/UFPB, linked to the area of Social Policy. For this purpose, instruments and quanti-qualitative techniques of data collection and analysis are used. In the operationalization of the state of the art, we opted for the use of bibliographic indicators: areas of knowledge; thematic and authorial categories. Around the 171 master's dissertations defended between 2010 and 2019, there is a prevalence of the Social Policy area with 119 (70%) are linked to the area, to the detriment of the Theoretical-Practical Foundation of Social Work area with 52 (30 %) of dissertations defended. In conclusive terms, it appears that the production of knowledge generated on Social Policy generated by the PPGSS/UFPB is supported by the theoretical-methodological direction of the Marxist legacy, however, an incidence, even though still fragile, of specific aspects of postmodernity was identified expressed by the theoretical eclecticism with the uncritical use of authors from different theoretical paradigms and secondaryization of methodology scientific indicated by 10% (16) of dissertations that don't describe the type of research, and 33% (35) that don't describe the method. This finding affects the affirmation of the hypothesis formulated in this research.

KEYWORDS: Knowledge Production, Social Work, Social Policy, Modernity and Post-modernity.

LISTA DA SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

APCN - Avaliação de Propostas de Cursos Novos

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM – Programa Brasil sem Miséria

CADUNICO – Cadastro Único

CA-OS – Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social

CELATS - Centro de Estudios *Latinoamericano de Trabajo Social*

CIA – Central Intelligence Agency

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEPE – Conselho Universitário

EAD – Educação à Distância

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EUA – Estados Unidos da América

FIES – Fundo de Investimento ao Estudante de Nível Superior

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

GEFICS – Grupo de Estudos em Filosofia e Crítica Social

GEPACOPS – Grupo de Pesquisa em Análise de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social

GEPAC – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Criança, Adolescentes e Família

GEPET – Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho

JBS – Companhia José Batista Sobrinho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LAPSUS – Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública

LGBTQIA+ - Lésbica, Gay, Bissexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexual, + abarca as outras siglas

MBL – Movimento Brasil Livre

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MSS – Mestrado em Serviço Social

NEPPS – Núcleos de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PEP – Projeto Ético-Político

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa de Iniciação Científica

PLATS - Pós-Graduação *Latinoamericano de Trabajo Social*

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PP – Partido Progressista

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SECTES – Setor de Estudos sobre Cidadania e Teoria Social

SEPAC – Setor de Estudos e Pesquisas em Criança e Adolescente

SEPESS – Setor de Estudos e Pesquisa em Fundamentos e Práticas do Serviço Social

SEPSASS – Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social

SEQSONE – Setor de Estudos e Pesquisa sobre as Questões Socioculturais em Políticas Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFT – Universidade Federal da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas Médias de Crescimento dos Países Capitalistas Avançados ao longo de vários períodos de tempo a partir de 1820.	39
Tabela 2 - Áreas de Formação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. João Pessoa/PB, 2022.	88
Tabela 3 - Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em cinco subperíodos.	109
Tabela 4 - Dissertações defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	132
Tabela 5 - Tipo de Pesquisa das Dissertações sobre Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	135
Tabela 6 - Formação dos Autores das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.	145
Tabela 7 - Orientadores das Dissertações de Mestrado da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre os anos de 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modernidade fordista versus pós-modernidade flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo.	65
Quadro 2 - Programas de Pós-Graduação na Área de Avaliação do Serviço Social na CAPES. João Pessoa/PB, 2022.	80
Quadro 3 - Áreas de Concentração vinculadas às Políticas Sociais dos PPGSS na Área de Formação de Serviço Social. João Pessoa/PB, 2022.	89
Quadro 4 - Área de Concentração, Linhas de Pesquisas e Grupos de Pesquisa do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.	101
Quadro 5 - Quantidade de Dissertações defendidas por área de concentração/linha de pesquisa no PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022. .	103
Quadro 6 - Dissertações Defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019 por Área de Concentração/Linha de Pesquisa. João Pessoa/PB, 2022.	131
Quadro 7 - Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES. João Pessoa/PB, 2022.	142
Quadro 8 - Palavras-Chave das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação avaliados na área do Serviço Social entre as Regiões.....	81
Gráfico 2 - Orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil (FNDCT, CNPq e Capes): 2000 a 2020.	84
Gráfico 3 - Quantidade de Programas de Pós-graduação pela Grande Área de Conhecimento na Paraíba - 2019.....	98
Gráfico 4 - Quantidade de Dissertações do PPGSS/UFPB por ano entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	133
Gráfico 5 - Acesso as Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.....	134
Gráfico 6 - Abordagem das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	138
Gráfico 7 - Método das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.....	139
Gráfico 8 - Local das Pesquisas das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.....	141
Gráfico 9 - Grande Área de Conhecimento das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	144
Gráfico 10 - Área de Conhecimento das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	145
Gráfico 11 - Incidência das Políticas Sociais nas Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.....	150
Gráfico 12 - Categorias Temáticas das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.	156
Gráfico 13 - Grupos das 165 Palavras-chave indicadas uma vez nas Dissertações da área da Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.	161
Gráfico 14 - Autores mais citados nas Dissertações de Mestrado da área de Política Social defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.....	165

Gráfico 15 - Autores de Linhas Teóricas Diversas Citadas nas Dissertações de Mestrado da área de Política Social defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022. 167

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - O encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que "aniquilam o espaço por meio do tempo". 61
- Figura 2** - Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil - 2019. 78

Sumário

INTRODUÇÃO	18
1. CRISE DO CAPITALISMO E “CRISE DE PARADIGMAS”? ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO DE MODERNIDADE E EMERGÊNCIA DA PÓS-MODERNIDADE	28
1.1 Razão e Projeto da Modernidade	28
1.2 Crise da Era de Ouro e Crise do Projeto de Modernidade.....	34
1.3 “Condição Pós-Moderna”: debate crítico acerca da Pós-Modernidade	47
2. SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	67
2.1 Os caminhos da Pós-Graduação na Área do Serviço Social Brasileiro e a consolidação da Produção do Conhecimento	67
2.1.1 <i>A Política Social na Consolidação do Serviço Social como Área de Conhecimento</i>	86
2.1.2 <i>Influxos Pós-Modernos no Serviço Social</i>	92
2.2 O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e a Produção do Conhecimento	97
3. A POLÍTICA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PPGSS/UFPB	106
3.1 Tendências das Políticas Sociais nos Governos Brasileiros no Século XXI	106
3.2 Análises das Dissertações de Mestrado sobre Política Social à luz dos Indicadores Analíticos	131
3.2.1 <i>Indicadores Áreas do Conhecimento</i>	142
3.2.2 <i>Indicadores Temáticos</i>	148
3.2.3 <i>Indicadores Autorais</i>	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
ANEXOS	198
Anexo 1 – Ficha de Leitura – Dissertação.....	198
Anexo 2 – Lista Geral Dissertações Política Social - 2010 a 2019	199

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado Acadêmico, enquanto um dos requisitos acadêmicos conclusivos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, intitula-se “**A POLÍTICA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: estado da arte das Dissertações de Mestrado**”.

A produção do conhecimento qualifica-se como um processo humano e, portanto, um ato histórico de criação humana e de promoção do saber sociocultural e científico. Durante a história da humanidade, a academia se estabeleceu como centro da produção do saber, do conhecimento humano, das novas tecnologias, da gênese do novo, do repensar e mudar os antigos conceitos. (SOUZA, 2013)

Desse modo, desde os primórdios da história da humanidade ocorre a produção do conhecimento, cuja evolução do homem possibilitou conferir complexidade à formulação, à organização e à divulgação do saber,

[...] a evolução humana permitiu organizar e agrupar o saber, estruturar o processo de perpetuação ao longo das gerações, organizando, criando métodos, modelos, regras, normas e sistematizando-o. E a academia, pelas faculdades, universidades e instituições de ensino superior (IES), elaborou todo o sistema científico conhecido na atualidade. (SILVA; MELO NETO, 2015, p. 139)

Em razão de ser a academia o *locus*, predominantemente, produtor do conhecimento científico, cabe a essa instituição se constituir o repositório desse conhecimento de modo que não possa correr o risco de perdê-lo ao longo do tempo. O registro textual processa-se de formas diversas, tais como: livros, capítulos de livros, artigos, patentes, diários, teses, dissertações, trabalhos acadêmicos, anais de eventos científicos etc. sob a forma impressa ou digital, organizados e arquivados em bibliotecas, centros de documentação, base ou banco de dados, institutos de pesquisa, grupos de pesquisa, dentre outros.

O conhecimento científico é, por conseguinte, produzido e construído com base em “[...] pressupostos estabelecidos historicamente pela comunidade científica, tomando como base a análise dos fenômenos de forma sistemática e

seguindo a metodologia estabelecida” (CÓRDULA, 2015, p. 665). Nesse entendimento, a produção do conhecimento brasileiro insere-se em comunidade científica que é determinada pelas grandes áreas do saber, que conforme a Capes e CNPq¹, são: ciências da vida, ciências exatas e da natureza e humanidades (ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas).

Na Árvore do Conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, situa-se a Área do Conhecimento no Serviço Social (6.10.00.00-0) que, por sua vez, divide-se em duas subáreas: Fundamentos do Serviço Social (6.10.01.00-7): Fundamentos Teórico-metodológicos, Formação Profissional, Prática Profissional, Ética Profissional, História do Serviço Social, Produção do Conhecimento, Questão Social, Trabalho; e Serviço Social Aplicado (6.10.02.00-3): Políticas Sociais, Proteção Social, Gestão Social, Gestão Pública, Avaliação.

Decerto, a inserção da produção do conhecimento em uma dessas subáreas é uma atividade complexa em face da dinamicidade societal, na qual é gerada esse conhecimento, sobretudo diante das atuais transformações societárias tardo-burguesas derivadas da crise do capitalismo, das novas expressões da “questão social” e novas estratégias de enfrentamento a tais expressões com a criação de novas Políticas ou Programas Sociais, além “[...] dos novos sistemas de comunicação, como a internet e as novas tecnologias que resultaram na reconfiguração da própria vida social”. (OLIVEIRA; RAMOS; BARROS; NÓBREGA, 2013, p. 61)

Em relação à produção do conhecimento na área do Serviço Social expressa-se mediante os Fundamentos Históricos, Teórico-metodológicos, Ético-políticos e Culturais do Pensamento Social Crítico-dialético que embasam os estudos sobre a Economia Política, a Sociabilidade Humana, o Trabalho, a Formação Profissional do Assistente Social e as suas práticas sociais, as múltiplas manifestações da “questão social” e as respectivas estratégias de enfrentamento através das Políticas Sociais.

Torna-se inquestionável asseverar a relação inseparável entre produção do conhecimento, pesquisa e pós-graduação no âmbito da Educação Superior brasileira, especialmente em nível das universidades públicas. Na particularidade do Serviço Social brasileiro, pode-se

¹ Agências brasileiras de fomento ao conhecimento científico, à inovação tecnológica e à capacitação de recursos humanos para docência e pesquisa.

[...] identificar indicações da produção do conhecimento em Serviço Social no Brasil, considerando as áreas de concentração e as linhas de pesquisa que orientam os Programas de Pós-Graduação; as dissertações e teses produzidas pelos alunos dos cursos de mestrado e doutorado; os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo quadro docente e alunos da pós-graduação e pela produção bibliográfica de autoria de professores e alunos da pós-graduação [...] (SILVA E SILVA; CARVALHO, 2007, p. 203)

O presente projeto investigativo apresenta como objeto de estudo a produção do conhecimento no Serviço Social sobre as Políticas Sociais. Por se amparar no aporte teórico-metodológico marxista, entende-se que, “O conhecimento, em Marx, não se apresenta apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, segundo as necessidades e os interesses de uma classe social”. (SIMIONATTO, 2009, p. 4)

A construção do conhecimento se materializa em torno de uma realidade, de modo a conhecê-la e interpretá-la. “Significa dizer que para o processo de construção do conhecimento e para a apreensão dos fenômenos o sujeito parte da realidade concreta, do fenômeno em si e não do abstrato, ou seja, da ideia que se tem do fenômeno”. (SILVEIRA, 2017, p. 22)

Nesse entendimento, a realidade concreta da produção do conhecimento no Serviço Social consiste nas Políticas Sociais. Entende-se a Política Social como uma política,

[...] própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. [...] Ou seja, ainda que, prioritariamente, respondendo às necessidades do capital, esta resposta deve produzir algum grau de satisfação às necessidades do trabalho. (MACHADO; KYOSEN, 2000, p. 63)

Esta pesquisa objetiva analisar a produção do conhecimento no Serviço Social sobre Políticas Sociais através das Dissertações de Mestrado defendidas

no PPGSS/UFPB na última década (2010 a 2019). Diante do contexto em que essas produções foram geradas, esta análise investigativa apresenta um recorte temporal contextualizado a partir da crise da sociedade tardo-burguesa de forma a verificar as inflexões dessa crise na produção do conhecimento do Serviço Social sobre Política Social à luz da hegemonia do Projeto de Modernidade de perspectiva crítica marxista (razão dialética) e a ofensiva pós-moderna.

Esta intencionalidade investigativa advém de duas pesquisas, nas quais participei enquanto bolsista PIBIC-CNPq/UFPB na vigência de 2016/2017² e como bolsista pesquisadora 2017/2020³, desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB. Em torno dos resultados da primeira pesquisa elaborei o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em nível de Bacharelado em Serviço Social, em 2018, sob o título *A Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB: o estado da arte das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social*.

No tocante aos resultados da segunda pesquisa, destaca-se a elaboração do Projeto de Pesquisa para atender aos critérios de seleção do PPGSS/UFPB; bem como a produção de capítulos de livros publicados em editoras nacionais e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais; além da apresentação e publicação de trabalhos completos em Anais de eventos científicos nacionais e internacionais.

O processo investigativo desta Dissertação teve como acervo (fontes de acesso irrestrito e internas, localizadas dentro da própria UFPB) as Dissertações de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, criado em 1978, em nível de Mestrado, sendo o 5º mais antigo do país e o 1º da Região Nordeste.

Esse Programa passou por reformas estruturantes, em termos de estrutura curricular, disciplinas com respectivas ementas, área de concentração,

² **ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:** a hegemonia do legado da Modernidade à ofensiva da Pós-Modernidade (2012-2016) sob a coordenação e orientação da Professora Doutora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (PQ-CNPq B1).

³ **AS TENDÊNCIAS DA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL:** uma análise a partir da contemporaneidade (2016-2020) sob a coordenação e orientação da Professora Doutora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (PQ-CNPq B1).

linhas de pesquisa, carga horária etc. Desde a criação em 1978 até o ano de 2014 - quando ocorreu a penúltima reforma curricular - as áreas de concentração do PPGSS permaneceram as mesmas: Política Social e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social. Em 2016, adveio a última reestruturação do PPGSS, aprovada através da Resolução Nº 01/2016 do CONSEPE/UFPB, que estabeleceu a unificação das duas áreas de concentração, tornando-se Serviço Social e Política Social; e das 5 (cinco) linhas de pesquisa existentes, passaram a contar com duas: Serviço Social, Trabalho e Política Social; e Estado, Direitos Sociais e Proteção Social.

A relevância do PPGSS, em sua trajetória histórica ao longo dos mais de 40 anos de existência, é perceptível em sua contribuição para a consolidação da área do Serviço Social e Política Social no estado da Paraíba e na Região Nordeste, por assumir o papel histórico pioneiro na formação docente, de pesquisadores e de profissionais direcionados à gestão técnica.

De acordo com Miotto e Nogueira (2013) o debate teórico em torno do Serviço Social e Política Social no Brasil cresceu nos anos de 1980, 1990 e se consolidou no século XXI. Estabeleceu-se no âmbito da profissão um abrangente processo de produção do conhecimento sobre os Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social, mas sobretudo a Política Social tornou-se um dos pilares na consolidação da área do Serviço Social.

Reitera-se que o processo de produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro que se inicia nos anos de 1970 a partir da criação dos primeiros programas de Pós-graduação na área estão ligados teoricamente ao Projeto de Modernidade, predominantemente em sua perspectiva da razão crítico-dialética ao capitalismo. Entretanto, na atualidade, não se desconsidera a ofensiva neoconservadora de desdobramentos pós-modernos que se expressam na produção do Serviço Social, mesmo que de forma tênue.

Nessa direção, constrói-se a centralidade desta análise investigativa em torno da influência do Projeto de Modernidade⁴, ainda hegemônico na concepção

⁴ "O projeto da modernidade, formulado pelos filósofos do iluminismo no século 18, consiste em desenvolver, de maneira imperturbável, as ciências objetivas, a base universalista da moral e do direito, e a arte autônoma, respeitando as respectivas lógicas. Ao mesmo tempo insiste em revelar os potenciais cognitivos, que vão se acumulando, liberando-as de suas formas esotéricas, para utilizá-las na práxis, ou seja, para uma estruturação racional das condições de vida". (HABERMAS, *apud* FREITAG, 1995, p. 160).

crítico-dialética ao capitalismo e na investida pós-moderna⁵ presentes na produção do conhecimento do Serviço Social.

Esta pesquisa adota a perspectiva teórico-metodológica materialista histórico-dialética, derivada do legado marxiano e de contribuições marxistas, por apreender a totalidade do objeto de análise (a realidade concreta) com base na historicidade crítica e dialética do desenvolvimento da sociedade capitalista e das contradições geradas na relação capital e trabalho.

Acerca do método, Marx (1974, p. 110) assinala em parágrafo da *“Introdução à crítica da economia política”*

O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de concentração, como resultado, não como ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. 'Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se concentra, que se aprofunda em si mesmo e se apreende a partir de si mesmo como pensamento móvel'; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta.

Recorre-se a essa perspectiva teórico-metodológica não apenas por se constituir o marxismo no aporte hegemônico da produção do conhecimento do Serviço Social, como também por melhor perquirir e fundamentar a crítica dialética à ofensiva pós-moderna, como expressão neoconservadora da lógica cultural do capitalismo tardio.

No tocante aos procedimentos metodológicos de pesquisa arrolam-se: tipo da pesquisa, universo da pesquisa, local e período, material de pesquisa, e, instrumentos e técnicas de coleta e de análise dos dados.

Tipifica-se como uma pesquisa bibliográfica e documental mediante a utilização da metodologia do estado da arte. Segundo Romanonowski e Vosgeral

⁵ Pós-moderna – “[...] desde o campo do neomarxismo e da teoria crítica, o momento “pós-moderno” – significado como fase histórica do capitalismo tardio e seu “reflexo” no pensamento - também é representado como deterioração: deterioro de possibilidades críticas e contestatórias, triunfo final de uma sociedade capitalista, sem mais capacidade de manter uma oposição política e cultural autêntica”. (ADELMAN, 2009, p.188).

(2014), Romanowski e Ens (2006), Ferreira (2002), Haddad (2000) e outros autores, esse tipo de metodologia possibilita verificar as tendências, recorrências e as lacunas presentes em diferentes áreas de conhecimento, nas diferentes épocas e contexto em que processa.

Na operacionalização do estado da arte, opta-se pelo uso de indicadores bibliográficos para catalogar, inventariar e mapear o processo de produção do conhecimento gerado pelas Dissertações de Mestrado na área de Política Social do PPGSS/ UFPB que, embora imbricados, dividem-se nos seguintes: a) indicadores das áreas do conhecimento; b) indicadores temáticos; c) os indicadores autorais (ALMEIDA, 2017a).

O universo de uma pesquisa sobre produção do conhecimento, conforme elucida Almeida (2017b), compõe-se em unidades físicas, sintáticas e temáticas. As unidades físicas correspondem diretamente às Dissertações de Mestrado, e, indiretamente aos livros indicados nas referências dessas produções; as unidades sintáticas constituem-se dos artigos e capítulos de livros utilizados e citados nas Dissertações; e as unidades temáticas, são aquelas que estão presentes na produção do conhecimento em Serviço Social.

Conforme se aludiu, a pesquisa possui âmbito local, cujo material pertence ao acervo da UFPB, coletado e analisado no Campus I de João Pessoa/PB, compondo o Banco de Dados de Dissertações do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Destaca-se ainda o uso do *Catálogo das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB*, que agrega o registro desse acervo até 2020, cuja atualização foi realizada por esta pesquisadora.

O período deste processo investigativo envolve duas dimensões: a primeira relacionada ao período de estudo e de análise da produção do conhecimento no Serviço Social a partir das Dissertações defendidas nos anos de 2010 a 2019; e a segunda dimensão referente ao período do curso de Mestrado desenvolvido em 24 meses: de abril de 2020 a março de 2022.

Portanto, o desenvolvimento da pesquisa contempla o universo de cento e dezenove (119) Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social, defendidas nos anos de 2010 a 2019.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, o material investigado constitui-se em fontes bibliográficas, divididas em: a) Dissertações - produções originadas dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado Acadêmico. Essas produções localizam-se eletronicamente em dois sítios governamentais que possuem a coleção de Teses Brasileiras: o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e a Plataforma Sucupira da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior); b) Obras de Referência ou fontes de referência em torno de determinada temática ou assunto. A escolha dessas obras e respectivos autores dá-se mediante a pesquisa bibliográfica das referências consultadas nas Dissertações pesquisadas. As obras compõem-se de livros, artigos, ensaios, capítulos e textos diversos que fundamentam a elaboração das Dissertações.

Em termos dos instrumentos e técnicas adotados durante a coleta dos dados cita-se à pesquisa eletrônica das fontes bibliográficas e documentais, que integram o acervo das Dissertações de Mestrado e outros materiais. A complementação da coleta de dados ocorre com a consulta eletrônica a catálogos de bibliotecas, editoras e livrarias, bem como nos registros das bibliotecas da UFPB (Central e Setorial) e Plataforma Lattes dos autores.

Os dados coletados das fontes bibliográficas (Dissertações de Mestrado) constituem em: resumo, palavras-chave, sumário, introdução e referências. Outros itens são coletados, quando necessárias mais informações sobre as obras, que não estiverem elucidadas nos itens elencados. Esse material está organizado, categorizado em Banco de Dados, através dos softwares Access 2010 e Excel 2010.

Acrescenta-se que no processo de análise das Dissertações de Mestrado procede à organização e categorização dos dados em Banco de Dados, cuja interpretação se dá através de procedimentos quantitativo e qualitativo.

Quanto à perspectiva quantitativa de análise dos dados, utiliza a leitura estatística descritiva; e abordagem qualitativa adota a análise de Bardin (2016) através da técnica Análise Categórica

Como hipótese de pesquisa, formula-se que: a influência do legado do Projeto de Modernidade na perspectiva crítico-dialética (razão dialética), derivada da herança marxiana e marxista, presente na produção do conhecimento materializada nas Dissertações de Mestrado sobre Política Social

do PPGSS/UFPB é hegemônica, ainda que se reconheça a ofensiva pós-moderna nessa produção nos últimos anos.

A dissertação está dividida em três capítulos a fim de contemplar os objetivos deste trabalho e verificar a hipótese de pesquisa. O capítulo 1 intitulado “Crise do Capitalismo e ‘crise de paradigmas?’ Uma análise a partir do Projeto de Modernidade e emersão da pós-modernidade” pretende analisar os impactos da crise do capitalismo tardo-burguês para a emersão da pós-modernidade como crítica ao Projeto de Modernidade. A “crise” do Projeto de Modernidade e o adensamento das críticas se expressaram mais agudamente no processo da crise orgânica do capital nos anos 1970, que colocaram em xeque os arranjos keynesiano-fordistas e fragilizaram o pacto moderno que deu concretude ao *Welfare State*. Nessa lógica discursiva, o capítulo divide-se em três pontos: 1.1) Razão e Projeto de Modernidade; 1.2) Crise da Era de Ouro e Crise do Projeto de Modernidade; 1.3) Condição Pós-Moderna: debate crítico acerca da Pós-Modernidade.

O capítulo 2 nominado “Serviço Social e Produção do Conhecimento” objetiva analisar a consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil como área de conhecimento e produtora de conhecimento, o papel da produção sobre Política Social na consolidação da área e os influxos pós-modernos; e, a contextualização do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – PPGSS/UFPB, *locus* desta pesquisa. Para tanto, o capítulo divide-se em dois itens e dois subitens: 2.1 Os caminhos da Pós-Graduação em Serviço Social Brasileiro e a Consolidação da Produção do Conhecimento, subdividindo-se em 2.1.1 A Política Social na Consolidação do Serviço Social como Área de Conhecimento, 2.1.2 Influxos Pós-Modernos no Serviço Social; 2.2 O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e a Produção do Conhecimento.

O capítulo 3 denominado “A Política Social na Produção do Conhecimento do Serviço Social: uma análise das dissertações de mestrado do PPGSS/UFPB” visa analisar a produção do conhecimento do Serviço Social sobre as Políticas Sociais através das Dissertações de Mestrado, defendidas no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba. No item 3.1, discute-se as “Tendências das Políticas Sociais nos Governos Brasileiros no Século XXI”, com foco nos governos brasileiros do decorrer no século XXI: Lula,

Dilma, Temer e Bolsonaro, especialmente do que se refere às Políticas Sociais a fim de subsidiar a análise dos indicadores bibliográficos das Dissertações de Mestrado na temporalidade de 2010 a 2020. No item 3.2 “Análises das Dissertações de Mestrado sobre Política Social à luz dos Indicadores Bibliográficos” que, embora imbricados, dividem-se nos seguintes: a) indicadores das áreas do conhecimento; b) indicadores temáticos; c) os indicadores autorais (ALMEIDA, 2017a).

Em termos conclusivos, considera-se que o Serviço Social ampliou sua atuação profissional na sociedade, especialmente por meio de uma “[...] ativa participação na formação de uma massa crítica à esquerda” (MOTA, 2013, p. 19), que é responsável direta e indiretamente por formar um acúmulo de conhecimentos críticos de viés marxista que se materializam na contramão da dispersão da ideologia pós-moderna no pensamento social, sendo assim um campo de resistência político-ideológica.

Na particularidade do PPGSS/UFPB verifica-se que as Dissertações vêm acompanhando a tendência analítica de atrelamento às Diretrizes da ABEPSS no tocante à adesão ao Projeto de Modernidade na perspectiva da razão dialética, contudo, também foram identificadas fragilidades nos aspectos metodológicos das pesquisas realizadas; e uma incidência, mesmo que ainda frágil, de aspectos analíticos fragmentados advindos da Pós-modernidade, sem as devidas mediações teóricas de totalidade do tecido social, além da secundarização do método e da metodologia científica indicada por 10% (16) das dissertações que não descrevem o tipo de pesquisa, e 33% (35) que não descrevem o método, e do ecletismo teórico expressado na referência acrítica de autores de matrizes de pensamento diversas. Essa constatação incide na afirmação da hipótese formulada nesta pesquisa.

1. CRISE DO CAPITALISMO E “CRISE DE PARADIGMAS”? ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO DE MODERNIDADE E EMERSÃO DA PÓS-MODERNIDADE

No início da década de 1970, as economias industrializadas ancoradas no pacto fordista/keynesiano apresentam os primeiros sinais de esgotamento, abalando o padrão de crescimento, denominado de “Anos Dourados” ou “Era de Ouro” (TRINTIN E ROSSONI, 1999; MATTOS, 2005; BALANCO e PINTO, 2007; dentre outros autores), que por quase três décadas sustentou o pacto de classes, expresso no *Welfare State*, quando deslancham profunda crise do capitalismo.

As mudanças derivadas da crise do capitalismo a partir dos anos 1970, a crise da Era de Ouro, e que se intensificam até a atualidade, acarretam profundas transformações não apenas na economia, mas também de ordem política, social e cultural. Essas transformações societárias ocasionam também grande movimento ideológico, embalado na ideia de que o período atual não teria mais as bases fundadas no Projeto de Modernidade, mas em um conjunto de novidades históricas, a pós-modernidade.

Dessa forma, este Capítulo pretende analisar os impactos da crise da “Era de Ouro” e respectivas inflexões, como a emersão da pós-modernidade a partir da crítica ao Projeto de Modernidade. Para tanto, o capítulo divide-se em três tópicos: Razão e Projeto de Modernidade, Crise da “Era de Ouro” e Crise do Projeto de Modernidade e “Condição Pós-Moderna”: debate crítico acerca da Pós-Modernidade.

1.1 Razão e Projeto da Modernidade

O Projeto de Modernidade, denominado assim por Habermas (*apud* HARVEY, 2016), conforme legado dos pensadores iluministas, pretendia por meio do conhecimento racional, objetivo e universal buscar a emancipação humana e o seu desenvolvimento. O pensamento iluminista tendia a desmitificar e dessacralizar o conhecimento e as formas de organização social, artísticas etc. ao propor o rompimento com as análises teocêntricas e colocar o homem no centro do conhecimento e da razão.

Conforme Harvey (2016, p. 23), os pensadores iluministas defendiam que,

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

Ao criticar veementemente o estilo de vida do “*Ancièn Régime*” – Antigo Regime, marcado pelo sistema social e político aristocrático e pelo mercantilismo, o Projeto da Modernidade constrói nova sociabilidade a partir do final do sec. XVIII, centrada no modo de produção capitalista.

Este novo estilo de vida desencadeou um conjunto de elementos que vão dar forma a era Moderna: o individualismo, expresso pela libertação dos indivíduos dos dogmas religiosos; a dessacralização da cultura e do conhecimento (Renascimento 300 e 1600); a crítica epistemológica, por meio das relações de justificação e de prova que permitem distinguir conhecimento de crença, cita-se a influência de Descartes (1596 – 1650), John Locke (1632 – 1650), Immanuel Kant (1724 – 1804); o surgimento da ciência, com Nicolau Copérnico (1473 – 1543), Giordano Bruno (1548-1600), Galileu Galilei (1564-1642), principalmente com a criação do método científico, como Isaac Newton (1642 – 1727); a intensificação da tecnologia; a consciência da importância do fator econômico⁶; o surgimento das filosofias nacionais, como a “Filosofia Britânica” com Francis Bacon (1561-1626), a “Filosofia Francesa” com René Descartes (1596 – 1650), a “Filosofia Alemã” com Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), a “Filosofia Italiana” com Giambattista Vico (1668-1744); a emergência das ciências sociais – a partir da consolidação da ciência, as mudanças de valores e os avanços tecnológicos eclodiram um surto de ideais nomeadas de Iluminismo, divididas principalmente em dois grupos: filósofos e economistas; a consciência dos signos e da comunicação; a cidadania universal,

⁶ A ascensão e consolidação do Protestantismo tem um papel importante nesse período, pois possibilitou uma nova libertação religiosa, defendida pela burguesia surgente, onde havia a possibilidade de conciliar a mentalidade de lucro e acumulação e consciência religiosa. Consultar *Ética Protestante e o Espírito Capitalista* de Max Weber.

que surge com as ideias de Rousseau, Montesquieu, Diderot, Voltaire e outros. (ALMEIDA, 2018)

Em termos culturais, a transição da Idade Média para a Moderna ocorre com o surgimento do humanismo, do renascimento e dos descobrimentos marítimos, se consolida com as reformas religiosas e a revolução científica, e, tem o Iluminismo por corolário. Economicamente, as transformações se concretizam em mudanças nos meios de produção e distribuição dos bens materiais e na expansão comercial e marítima europeia, que, por sua vez, possibilitam os descobrimentos além-mar. E, no campo político advém a ruptura total com as relações de poder, fato que se legitimaria com a criação das monarquias nacionais (Absolutismo). (Id., Ibid., p. 4)

A razão moderna é marcada por várias concepções, que vinculam diferentes modos de se conceber a relação entre consciência e realidade. Algumas tradições filosóficas foram mais marcantes na história da filosofia moderna, e são consideradas características da era moderna, como a tradição racionalista com Descartes, que defende que é a razão que produz o conhecimento, e a tradição empirista que nasceu com Francis Bacon com a defesa da tese de que o conhecimento é gerado a partir da experiência. Todavia, a filosofia alemã clássica se destaca no campo do pensamento filosófico da modernidade, com os nomes de Immanuel Kant e Georg Friedrich Hegel. (ALCÂNTARA, 2010; BENTO, 2014)

Conforme Bento (2014) o sistema filosófico de Kant defende que o conhecimento é definido pelo sujeito que conhece e não pelo objeto. Para ele a produção do conhecimento se baseia em dois elementos: o objeto que provoca a ação do pensamento e a ação do sujeito e de sua capacidade de conhecer. Simionatto (2009, p. 2) elucida que “[...] ao vincular ‘razão’ e ‘experiência’, afirma que o sujeito não tem a capacidade de conhecer ‘a coisa em si’, somente captar sua aparência, sua expressão fenomênica, não sendo possível conhecer a essência dos fenômenos pesquisados”. Essa linha de pensamento onde o conhecimento se dá pela capacidade individual e autônoma estendeu-se durante o século XVIII.

No início do século XIX, Hegel apresenta o questionamento mais forte ao modelo subjetivista proposto por Kant, definindo a distinção entre objetividade e

subjetividade⁷ na produção do conhecimento e substituído a “razão fenomênica” de Kantiana pela “razão dialética”.

O mérito essencial de Hegel reside nessa sua capacidade de sintetizar e elevar a um nível superior todos os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário. Podemos resumi-los, esquematicamente, em três núcleos: o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo* concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico). (COUTINHO, 2010, p. 27-28, *grifos do autor*)

A emergência da classe burguesa e sua hegemonia no campo do pensamento na transição entre os séculos XVIII e XIX favoreceu a consolidação do modo de produção capitalista, a constituição do Estado burguês e de grandes mudanças na economia, cultura e política⁸.

A emancipação humana, era (é) uma das principais propostas do projeto societário da modernidade, e no período em que a burguesia tinha uma tendência progressista, foi capaz de envolver todas as classes fora do arco de privilégios do regime feudal. Todavia, a promessa de emancipação não se realizou em sua totalidade, pois, pós processos revolucionários de 1848 a classe burguesa ao chegar ao poder, torna-se classe conservadora, abandonando a

⁷ Para saber mais sobre objetividade e subjetividade em Hegel, indica-se o artigo BOTELHO DE AZEVEDO, E. E.. DA SUBJETIVIDADE À OBJETIVIDADE DO ESPÍRITO EM HEGEL (OU: DO ESPÍRITO COMO SUJEITO E COMO SEGUNDA NATUREZA). *Polymatheia - Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 3, n. 3, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/6537>. Acesso em: 8 maio. 2022. Acessado em 08/05/2022.

⁸ “O processo revolucionário que culminou na Revolução Francesa, que tinha em seu horizonte a conquista da realização da passagem da sociedade feudal para o capitalismo, trouxe a partir do desenvolvimento das forças produtivas, a hipertrofia da razão instrumental. Neste momento da história começaram a se configurar as condições materiais para a construção de uma sociedade de homens livres. Contudo, foi a partir daí que o capital rompeu as barreiras que impediam sua universalização e seu apoderamento do conjunto da sociedade” (BENTO, 2014, pg. 27).

tendência progressista e a noção de emancipação humana⁹, garantindo no mínimo a emancipação política. Após a consolidação da burguesia como classe hegemônica, explodiram-se várias contestações das classes emergentes (trabalhadores e frações) que através de fortes lutas sociais expõem o antagonismo e as desigualdades da sociedade burguesa. Como elucidado por Coutinho (2010, p. 21)

Enquanto numa primeira etapa de seu desenvolvimento a burguesia representava objetivamente os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante.

A razão moderna a partir desse momento começa a apresentar mais divergências, mas, representa-se por duas grandes correntes filosóficas antagônicas: pensamento formal-abstrato, representado por Kant e os que o sucederam, e a dialética, que afirma e crítica o projeto de modernidade.

Desta forma, a modernidade se apresenta como um projeto não homogêneo de celebração, com o liberalismo, positivismo e outros, e a crítica, dialética, socialismo e o marxismo¹⁰. Ressalta-se que estas metanarrativas não são as únicas existentes na história do pensamento social moderno, contudo, foram as que tiveram base social real nas relações humanas (GALDINO, 2016).

É importante registrar que no processo de consolidação burguesa, para além das correntes de pensamentos citadas acima, surgiu já no século XIX a corrente do Irracionalismo, corrente que criticava a razão moderna, a noção universalizante, e o capitalismo, mesmo que de forma romântica. Essa corrente de pensamento é encontrada em Nietzsche, Kierkegaard, Dostoyevski, se expressou de forma tímida, mas a negação da razão foi reatualizada no século XX pelo movimento pós-moderno, que será tratado no item 1.2 e 1.3 deste capítulo.

⁹ “As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se voltam agora contra ela mesma. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários” (MARX, ENGELS, 2008, pg. 19).

¹⁰ “O paradigma da modernidade torna-se hegemônico na produção do conhecimento científico, não somente ao embasar o ideário da burguesia – o liberalismo – como os interesses do proletariado – o Anarquismo, o Socialismo” (ALMEIDA, *apud* GALDINO, 2016, p. 23)

Voltando para as duas principais correntes de pensamento da modernidade, o pensamento formal abstrato, representado pelo sistema filosófico kantiano, como apresentado mais acima, prima pelo conhecimento, e não pelo ser, e defende que o conhecimento advém da experimentação, da experiência. Como “herdeiro” do pensamento kantiano, temos o positivismo francês, que surge com Comte, modernizado posteriormente por Durkheim.

O positivismo francês “[...] preocupa-se em estabelecer uma ciência única – a Sociologia – capaz de dar conta das explicações de qualquer que seja a ordem dos fenômenos analisados” (GUERRA, 1995, p. 55), o que há em comum entre o pensamento kantiano e o positivismo francês é o padrão de cientificidade, porque ambas rejeitam a Metafísica e aderem à laicização da ciência. O paradigma positivista é um pensamento conservador laico, e se traduz como uma programática de ação interventiva nas sociedades capitalistas, sem noção de ruptura.

Ao pensamento de Émile Durkheim (1858 – 1917), uma das figuras mais expressivas do positivismo, pode ser tributada a institucionalização do paradigma da racionalidade formal na análise das estruturas sociais, na medida em que suas concepções teóricas e metodológicas encerram a pretensão, não apenas de estabelecer uma explicação totalizante da sociedade, mas, sobretudo, de orientar uma programática de ação sobre a sociedade. (GUERRA, 1995, p. 57)

Em relação a dialética, ela baseia-se na filosofia especulativa, e tem como “[...] questão filosófica central o ser, que deve ser apreendido em suas contradições e historicidade” (GALDINO, 2016, p.44). É com a esquerda hegeliana que a crítica ao Projeto Moderno capitalista se consolidou no século XIX, desse movimento cita-se Karl Marx, autor que herda a razão dialética como pilar principal de sua obra, e com ele “[...] a razão dialética é “sistematizada” como crítica à lógica burguesa” (Ibidem), com a adoção de duas categorias essenciais na razão dialética: trabalho e história.¹¹

¹¹ “Para Marx, a grande importância de Hegel é que ele tomou a história como produto da ação coletiva dos homens mediante objetivações, ou seja, por meio do trabalho. Mas a sua concepção abstrata do trabalho o levava a fixar a atenção exclusivamente na criatividade, ignorando as deformações a que o trabalho é submetido em sua realização material e social no interior da sociabilidade capitalista. A consideração do trabalho – material – por Marx, e não do espírito, como produtor da história, é que marca a ruptura entre as duas teorias” (LARA, 2009, p. 59 *apud* GALDINO, 2016, pg. 44).

Para Bezerra (*apud* GALDINO, 2016, p. 45),

A visão de Marx sobre a modernidade pode ser interpretada como portadora desta originária, que ao mesmo tempo expressa as perspectivas da destruição e da criação. Assim, ele revela uma compreensão da modernidade como transformação, mudança, novidade, revolução, que faz desmoronar antigas tradições, relações sociais, hábitos e preceitos até então rígidos e fixos. Com a expressão tudo o que é sólido se desmancha no ar, Marx vai anunciar o sentido da modernidade como experiência societal de dessacralização da natureza, das relações e instituições sociais, onde tudo é profanado, e o homem, visto como ser histórico e social é, então, entregue a si mesmo para imprimir sua marca no mundo, criando uma nova ordem, por meio do pensamento e da ação social e política.

Do século XIX ao século XX estas grandes metanarrativas estavam imbricadas nos processos hegemônicos e contra hegemônicos nas sociedades ocidentais, e até mesmo nas orientais. No fim da Primeira Guerra, a Revolução Comunista estoura na Rússia, formando junto com os países eslavos ao redor a União Soviética, primeira experiência socialista. No outro lado, os Estados Unidos da América conquistavam após a Primeira Guerra hegemonia econômica e militar no mundo.

Apesar de todo o otimismo, o século XX, com suas grandes guerras mundiais, milhões de mortos, campos de concentração e bombas nucleares colocou o projeto do iluminismo sobre suspeita para alguns, onde Horkheimer e Adorno defendem a tese de que esse projeto está fadado a si voltar contra si mesmo e em vez de levar a humanidade a emancipação, à levará a um sistema de opressão universal evocando uma liberdade humana. Mas é com a crise da década de 1970, a crise da Era de Ouro do Capitalismo, que as críticas ao Projeto de Modernidade ganham corpo, principalmente com emersão da Pós-Modernidade.

1.2 Crise da Era de Ouro e Crise do Projeto de Modernidade

É um consenso na literatura que a Era de Ouro, o período de expansão do pós-guerra entre os anos de 1945-1973, teve como suporte um conjunto de tendências no mundo do trabalho, avanços tecnológicos, hábitos de consumo e

configuração do poder político e econômico. Todo esse arranjo pode ser denominado de fordista-keynesiano, e se desenvolveu como respostas as tendências de crise do capitalismo, especialmente na Grande Depressão dos anos de 1930, aprofundando-se nos pós Segunda Guerra Mundial. (HARVEY, 2016).

A Era de Ouro do capitalismo se desenvolveu principalmente nos países capitalistas desenvolvidos, mas, como elucida Hobsbawn “[...] foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo” (1995, p. 204).

Netto e Braz (2012) destacam que os trintas anos gloriosos do capitalismo se configuram como uma das fases do estágio imperialista da economia capitalista¹², também denominado de capitalismo monopolista. Os monopólios são um recurso do capital para aumentar os lucros, dado que seu objetivo primário é “[...] o *acréscimo de lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (NETTO, 2011, p. 20 – *grifo do autor*). Os “anos dourados” foram uma fase única para o capitalismo monopolista, uma vez que, além do aumento dos superlucros, as crises tiveram seus impactos amenizados pela intervenção estatal.

A tendência do Estado interventor se configura no processo de monopolização da economia, “[...] pois sua intervenção na economia [...] visa preservar as condições externas da produção e acumulação capitalista, mas implica ainda uma intervenção direta e contínua na dinâmica econômica desde o próprio interior, através de funções econômicas diretas e indiretas” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 216).

O boom econômico do pós-1945 pareceu ser, de início, a globalização da condição dos EUA no pré-1945, e esse boom apresenta alguns elementos importantes. Primeiro temos a era do automóvel, que, após a guerra, se expandiu para a Europa e até para países socialistas e para as classes médias latino-americanas. Segundo, o modelo de produção em massa fordista se expandiu pelo mundo e para todos os tipos de produção, criando, junto com outros

¹² Podemos distinguir três fases do capitalismo imperialista: a “clássica” que vai de 1890 a 1940, a “Era de Ouro” do fim da Segunda Guerra Mundial, pós-46 a entrada dos anos 70, e o capitalismo contemporânea, que vai dos anos de 1970 até os dias atuais. Ver mais em Netto e Braz, 2012.

elementos conjunturais a possibilidade de um consumo em massa, onde “[...] era possível o cidadão médio desses países viver como só os muitos ricos tinham vivido no tempo de seus pais” (HOBSBAWN, 1995, p. 207). Terceiro, a revolução tecnológica, que impulsionou a pesquisa científica e criação de novos e melhores produtos no mercado de massa, muitos produtos revolucionários que mudaram consideravelmente a vida cotidiana das sociedades. Esse salto tecnológico veio pelo uso na esfera civil das altas demandas tecnológicas no período de guerra.

Além desses elementos, há aspectos extremamente importantes para entender o Grande Salto da economia mundial capitalista e seus efeitos sociais. Hobsbawm (1995, p. 210) destaca que “Havia uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia”, que, produziu as condições de uma “economia mista” onde os Estados planejavam e administravam suas modernizações econômicas e aumentaram suas demandas, juntamente com o compromisso político com o pleno emprego e com as políticas de seguridade social e previdenciária, que propiciou um mercado de consumo de massas de bens de luxo que agora eram aceitos como necessidades. E, aumentou a capacidade produtiva da economia global, possibilitando uma divisão do trabalho internacional mais sofisticada e elaborada.

Nesse período, os movimentos trabalhistas e partidos socialistas tiveram um papel de destaque na construção dos Estados de Bem-Estar social se adaptando ao novo capitalismo reformista.

A combinação de crescimento econômico, baseada no consumo em massa de uma força de trabalho com pleno emprego e protegida, característica da Era de Ouro, foi uma construção política “keynesiana” entre a esquerda e direita, marcado pelo triple mercado, Estado e sindicatos, após a derrota da extrema-direita na Segunda Guerra Mundial e como contraponto ao comunismo, representado pela União Soviética - URSS. Esses arranjos garantiam as reivindicações trabalhistas, até um certo limite, e as expectativas de lucros a longo prazo.

A Era de Ouro, dependia, segundo Harvey (2016, p. 131) “[...] de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimentos internacional”. Como parte do esforço do pós-guerra, o fordismo se expandiu mundialmente, especialmente na Europa e Japão, por meio de

políticas impostas pelo Plano Marshall e do investimento direto norte-americano, este, por sua vez, foi implementado pelas corporações americanas para superar os limites da demanda interna, investimento em mercados externos, permitindo a absorção da capacidade produtiva excedente dos EUA.

A política da Era de Ouro até a década de 1970 refletiu esses arranjos. Nos anos de 1950, o boom foi presidido majoritariamente por governos conservadores moderados, EUA – 1952, Grã-Bretanha – 1951, França, Alemanha Ocidental, Itália e Japão¹³. Havia coalizões onde a esquerda estava em poucos países e a Escandinávia continuava social-democrata, entretanto, observa-se um recuo da esquerda. O consenso nessa década se centrava da direita, contudo, nos anos de 1960, esse consenso mudou para a esquerda. Essa mudança no consenso se deve principalmente pelo,

[...] o aparecimento de Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social — manutenção de renda, assistência, educação — se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público. (HOBBSAWM, 1995, p. 222)

Nessa direção, ressalta Harvey (2016, p. 130),

As formas de intervenção estatal variavam muito e entre os países capitalistas avançados. [...], mas o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas distintas – gaullista, na França, trabalhista, na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental e etc. – criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado de bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário.

Entretanto, nem todos eram atingidos pelos benefícios dos Estados de Bem-Estar Social, porque a política de negociação de salários era confinada a certos setores da economia. Dessa forma, havia setores onde a garantia de lucro

¹³ Os presidentes e primeiros-ministros que lideraram esse movimento foram: EUA - Dwight Eisenhower (1952-1961), Grã-Bretanha - Winston Churchill (1940-1945 e 1951-1955), França - René Coty (1954-1959), Alemanha Ocidental - Theodor Heuss (1949-1959), Itália - Giovanni Gronchi (1955-1962), Japão - Ichiro Hatoyama (1954-1956).

dependia de baixos salários, e até mesmo setores fordistas recorriam em alguns momentos a subcontratações não fordistas. Isso gerava serias tensões sociais por parte dos excluídos¹⁴, “[...] movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado” (HARVEY, 2016, p. 132).

O Estado que aguentava a carga dos crescentes descontentamentos, que culminavam em muitos momentos em movimentos de desordens civis, para se legitimar, deveria ser capaz de levar os benefícios do fordismo a todos. Contudo, “Os fracassos qualitativos nesse campo eram motivo de inúmeras críticas, mas, no final, é provável que os dilemas mais sérios fossem provocados pelo fracasso quantitativo” (Id., *Ibid.*, p. 133). Também havia críticas em relação ao consumo, pois “[...] o gerenciamento estatal fordista e keynesiano passou a ser associado a uma austera estética funcionalista (alto modernismo) no campo dos projetos racionalizados”. Em resumo,

As críticas e práticas contraculturas dos anos 60 eram, portanto, paralelas aos movimentos de minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada. Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu. (Id., *Ibid.*, p. 132)

Ao recorrer ao pensamento da “escola de regulação” (AGLIETTA, 1979, LIPIETZ, 1986), de forma resumida, Lipietz (Id.) levanta a tese que para o modo de produção capitalista possa garantir a acumulação, o regime de acumulação se materializar de uma maneira “[...] que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, [...]”. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de

¹⁴ “Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um tipo de sociedade de consumo. Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção em massa, amplos segmentos da força de trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa. Tratava-se de uma fórmula segura para produzir insatisfação. O movimento dos direitos civis nos Estados Unidos se tornou uma raiva revolucionária que abalou as grandes cidades. O surgimento de mulheres como assalariadas mal-remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista igualmente vigoroso. E o choque da descoberta de uma terrível pobreza em meio à crescente afluência [...] gerou fortes contramovimentos de descontentamento com os supostos benefícios do fordismo” (HARVEY, 2016, p. 132).

regulamentação” (LIPIETZ *apud* HARVEY, 2016, p. 117). Ou seja, o modo de regulação possibilita que um sistema dinâmico como o capitalismo consiga, pelo menos por um período, uma instabilidade para operar de forma coerente.

o colapso desse sistema, a crise da Era de Ouro, deflagrou-se em 1973, como demonstra a tabela 1 abaixo, abalando esse modelo de acumulação que manteve uma relativa estabilidade para a obtenção de lucros para os grupos monopolistas, e dando início a um processo de transição de regime de acumulação e de um sistema de regulação novo.

Tabela 1 - Taxas Médias de Crescimento dos Países Capitalistas Avançados ao longo de vários períodos de tempo a partir de 1820.

Taxas Percentuais de Mudança			
Anos	Produto	Produto per capita	Exportações
1820-1870	2,2	1,0	4,0
1870-1913	2,5	1,4	3,9
1913-1950	1,9	1,2	1,0
1950-1973	4,9	3,8	8,6
1973-1979	2,6	1,8	5,6
1979-1985	2,2	1,3	3,8

Fonte: Madison, 1982 (1820-1973) e OCDE (1973-85) *apud* Harvey, 2016, p. 128.

As crises são inerentes ao capital, pois, ela faz parte do processo cíclico e orgânico da acumulação capitalista, que possui dimensão econômica, política e cultural. Se por um lado, as crises representam perdas de lucro e de trabalho, também expressam o momento de renovação da produção e reprodução da vida social, especialmente por meio da introdução da inovação tecnológica e renovação da hegemonia.

A crise dos anos de 1970 é um marco temporal por envolver toda a estrutura do capital, considerada como uma *crise orgânica*, pois, conforme a compreensão de Gramsci quando a crise econômica e a crise de hegemonia do Estado coincidem, há uma *crise orgânica* (GALDINO, 2016). De acordo com Mota (2009, p. 58),

No âmbito do sistema capitalista e da sua economia-mundo, instala-se muito mais do que uma crise econômica: estão postas as condições de uma crise orgânica, marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do *Welfare State* e das grandes estruturas sindicais e partidárias.

Nessa linha de raciocínio, Netto (2012, p. 416) assevera que,

Foram as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970, que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo – está claro que, planetariamente, esse capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos.

Apesar da crise de deflagrar em 1973, a crise do fordismo já tinha se apresentado na década de 1960. Após a recuperação dos países no pós-guerras, os mercados internos saturaram, criando assim o impulso de surgimento de mercados externos para a absorção dos excedentes, onde o movimento de substituição de importações nos países de Terceiro Mundo, principalmente na América Latina, ligado ao movimento nas multinacionais da introdução da manufatura no estrangeiro, especialmente o Sudeste Asiático, fomentaram uma industrialização fordista competitiva em ambientes onde os contratos de trabalhos eram precários. Nesse período, a influência norte-americana diminuiu em decorrência da intensa competição internacional dos países da Europa Ocidental e Japão, ocasionado a desvalorização do dólar como moeda-reserva internacional.

Como elucidava Harvey (2016, p. 135) “[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições ao capitalismo”, mas, para os capitalistas essas dificuldades se davam por conta da rigidez do sistema de investimento, nos sistemas de produção em massa, nos mercados e nos contratos de trabalho, e dos compromissos do Estado.

No período de 1971 e 1973 dois “detonadores” anunciaram a falência dos Anos Dourados:

[...] o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro) e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Exportadores de Petróleo/OPEP. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 225)

Porém, ligados a esses “detonadores”, no campo sociopolíticos há várias mediações importantes, como o aumento da pressão sindical nos países centrais ao longo dos anos 60 e início dos anos 70, demandando aumento salarial e contestando a organização da produção taylorista-fordista. Além dessas manifestações de cunho classista, novos atores surgiram na cena política, com movimentos de categorias sociais características, denominados de “minorias”, como o movimento estudantil nos anos sessenta, a maior visibilidade dos movimentos feministas e a mobilização dos negros-americanos pelos direitos civis.

Em face da profunda crise recessiva que se instaurou, o capitalismo elaborou e implementou um conjunto de respostas a fim de restaurar os lucros e taxas de crescimento, sintetizadas em três estratégias: *reestruturação produtiva*, *financeirização* e *ideologia neoliberal*. (NETTO; BRAZ, 2012)

Harvey (2016, p. 140) chama esse processo de transformações de *acumulação flexível*, pois esse novo modo de regulação se apoia na flexibilização do trabalho, mercado, padrões de consumo e produtos. “Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de setores financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

Por conta da capacidade ociosa num período de intensa competitividade, as corporações se viram obrigadas a adentrar num processo de reestruturação e intensificação do trabalho.

A produção “rígida” taylorista-fordista é substituída pela produção “flexível” *Toyotista* que mantém a produção em carga escala, mas busca atender “nichos” de mercado, com uma imensa incorporação tecnológica com a introdução da microeletrônica e recursos informacionais e robóticos nos processos produtivos, o impacto dessas introduções foi tão forte nas forças produtivas que esse período é chamado de “Terceira Revolução Industrial”.

No processo de gestão do trabalho no *Toyotismo*, três processos são combinados: *autonomação*, *polivalência* e *celularização*. A autonomação diz respeito a união entre autonomia e automação, há nas máquinas um mecanismo de parada automática em caso de algum defeito, apenas um funcionário é necessário para a condução de várias máquinas, por isso os operários deveriam

ser “polivalentes” ou “multifuncionais”. Esse processo também exige uma maior qualificação dos trabalhadores, entretanto, “[...] no conjunto dos trabalhadores, encontra-se uma parte extremamente qualificada, que em geral consegue um mínimo de segurança no emprego, e uma grande parcela de trabalhadores precarizados” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 229). A celularização é à formação de equipes de trabalhadores que podem “[...] alterna-se em seus postos conforme o volume de produção pedido ou metas de qualidade exigidas ou outro motivo” (PINTO, 2010, p. 66) e estimulam a “participação” e “cooperação”, com o intuito de quebrar a consciência de classe dos trabalhadores.

Além desse movimento, há também o movimento de desconcentração industrial, onde as unidades produtivas são descoladas para espaços territoriais novos e há um grande movimento de externalizar os custos, repassando a outras empresas a efetivação da produção, terceirizando serviços e produtos, mas mantendo o controle da produção. Esses movimentos de subcontratação abrem oportunidades para o surgimento de pequenos negócios, e permite a volta de sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar, que transformam o modo de controle de trabalho.

Com a acumulação flexível¹⁵, as pressões dos empregadores aumentaram sobre a força de trabalho num momento de fragilidade do movimento sindical, pelos surtos de desempregos nos países de capitalismo avançados. A própria acumulação flexível gera níveis relativamente altos do desemprego estrutural. As tendências de contratos de trabalho temporário, tempo parcial e outras modalidades também cresceram nesse período, que atinge diretamente os direitos sociais e salários da classe trabalhadora, num período de desmonte dos Estados de Bem-Estar Social.

No que diz respeito ao consumo, a acumulação flexível acompanha com,

[...] uma atenção maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente

¹⁵ Conforme Harvey (2016, p. 144) “A atual tendência dos cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruim. Na Inglaterra, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões (*Financial Times*, 27 de fevereiro de 1987). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria “temporário (*New York Times*, 17 de março de 1988)”.

estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento de instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 2016, p. 148)

No que concerne a financeirização da economia, houve nesse período um aumento da área de aplicação de capital sem envolvimento direto na produção, capital especulativo, “[...] cujo rendimento direto é garantido pela sua liquidez e mobilidade em tempo real” (SANTOS, 2007, p. 19). Essa alternativa de investimento se abre graças o processo de desregulamentação das Economias dos Estados Nacionais no plano político. Ocorreu uma completa mudança no sistema financeiro global e a ampliação dos poderes de coordenação financeira, pois, “[...] a desregulamentação e a inovação financeira [...] tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas” (HARVEY, 2016, p. 152).

O novo sistema financeiro global deu maior autonomia ao sistema bancário e financeiro, e a acumulação flexível busca mais o capital financeiro como poder coordenador, o que potencializa a formação de crises financeiras maiores do que antes¹⁶, apesar da maior capacidade do sistema financeiro de reduzir os riscos por meio da rápida e diversa possibilidade de transferências de fundos de empresas, de regiões e setores em decadência para lucrativos, o que aumenta a fluidez de capital que si move de lá pra cá desprezando as restrições de tempo e espaço. Logicamente, todo esse movimento causa efeito na produção e consumo.

E a terceira estratégia do capital foi a adoção e grande divulgação do conjunto ideológico denominado de neoliberalismo, defendido desde os anos de 1940 por Hayek (1899-1992), economista alemão, mas que ganhou destaque no colapso do keynesianismo-fordista.

O que se pode denominar de ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como

¹⁶ Temos os exemplos das Crises Financeiras nos anos, 1987, 1996, 2001 e 2008. De acordo com Alves (2012, p.1.), essas crises “[...] explicitam a lógica do ‘capitalismo das bolhas’, forma originária do sistema institucional-político da mundialização financeira. As crises financeiras traduzem no plano da objetividade contraditória do sistema, a fenomenologia da crise estrutural do capital”.

possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238)

Como conjunto de teses neoconservadoras, o apogeu do neoliberalismo avançou numa onda de avanço do neoconservadorismo na América do Norte e uma parte da Europa Oriental, consagradas pelas vitórias eleitorais de Thatcher (1979) e Reagan (1980). Como parte do processo de desregulamentação, a agenda neoliberal tentou a “diminuir” o tamanho do Estado, privatizando empresas, passando para iniciativa privada serviços de seguridade social, saúde etc. Contudo, o capitalismo não pode caminhar sem a intervenção do Estado, e mesmo que os governos estivessem comprometidos com a agenda fiscal, sua intervenção na economia ainda continuava, pois, a diminuição pretendida pelos monopólios diz respeito às funções estatais na satisfação dos direitos sociais e trabalhistas, e no livre fluxo de capital fictício. “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, uma vez que, malgrado sua “redução” o Estado continua intervindo para garantir as condições mais propícias à extração da mais-valia” (SANTOS, 2007, p. 20).

As transformações societárias ocasionadas pela crise capitalista de 1970, somadas à crise *do socialismo real* – as duas maiores metanarrativas da modernidade –, ocasionaram o crescimento das críticas ao projeto de modernidade, considerada como uma crise do projeto de modernidade, expresso sobretudo pela denominada pós-modernidade.

De acordo com Therborn, a “condição pós-moderna”,

Alimentou-se da desmoralização e da incerteza da esquerda durante a euforia dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Sua crítica à razão e à racionalidade se fortaleceu na “máquina de imagens” da sociedade televisiva. Havia, além disso, outros dois pilares no novo edifício da pós-modernidade. Um foi a reestruturação social que seguiu a desindustrialização – uma época de mudança social. O outro foi a crítica ao progresso modernista que surgiu com as preocupações ecológicas – que, por sua vez, intensificaram-se com a crise do petróleo nos anos 1970 e início dos anos 1980 (2012, p. 35).

No tocante à crítica ao projeto de modernidade, as ideias e concepções se expressão de variadas formas. Para alguns, a modernidade está fadada a voltar-se contra si mesma, operando um sistema de opressão universal, para outros, o projeto de modernidade entrou em crise e não consegue mais cumprir suas promessas de liberdade, emancipação e não tem mais a legitimidade do campo do saber para explicar a sociedade, a chamada “crise dos relatos” ou “crise de paradigmas” por Lyotard (2011). Alguns intelectuais afirmaram o “fim” da sociedade salarial e do trabalho, e até o fim da história com o liberalismo político e econômico sendo a última forma para garantir o bem-estar. (CASTEL, 1995, GORZ, 2005, FUKUYAMA, 1989 *apud* MAGALHÃES, 2004)

O decreto por parte de teóricos da política e da cultura sobre o fim da modernidade se intensificou em 1970, mas não começou nessa década. Toynbee em 1954 utilizou o termo pós-moderno como sinônimo de uma nova era ou novo ciclo histórico. Na década de 30 o termo foi usado no mundo hispânico por Frederico de Onis para “[...] descrever um reflexo conservador dentro do modernismo” (ANDERSON, 1999, p. 10). Entretanto, o termo ganha espaço a partir de 1970.

O pós-moderno teve na arquitetura uma grande predominância, e estendeu-se para outras áreas. Charles Jenks, datou a pós-modernidade, como fim da modernidade na década de 1970, pegando como exemplo “[...] a implosão do que foi considerado um obsoleto conjunto habitacional da cidade de St. Louis, fato esse que foi transmitido pelos telejornais” (MAGALHÃES, 2004, p. 61).

O primeiro trabalho no campo da filosofia acerca da pós-modernidade foi em 1979 quando Lyotard publica o livro *La Condition Postmoderne* (A Condição Pós-Moderna), que trata a pós-modernidade como o estado da cultura após todas as transformações societárias e que levaram a uma “crise de relatos”.

O objeto de estudo de Lyotard (2011, p. xv) foi a “[...] posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas”, chamada de “pós-moderna”. E por que pós-moderna? Na análise do autor, a ciência entre em um conflito com os relatos – paradigmas filosóficos. Segundo a Lyotard, a ciência, que é uma espécie de discurso, exerce sobre si própria um discurso de legitimação, a filosofia, “Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato¹⁷ [...] decide-se

¹⁷ Os relatos citados por Lyotard (2011) são: Dialética do Espírito, Hermenêutica do sentido, emancipação do sujeito racional ou trabalhador, desenvolvimento da riqueza.

chamar ‘moderna’ a ciência que a isto se refere para se legitimar” (Ibid. Id., p. xv). Ou seja, a legitimidade do saber científico na modernidade dava-se pela adoção a uma perspectiva filosófica. A pós-modernidade é justamente a incredulidade em relação aos metarrelatos, sendo isso um efeito do progresso da ciência. Para ele, a sociedade passa a se basear numa “pragmática das partículas de linguagem”, e a “[...] legitimação em matéria de justiça social e de verdade científica seria a de otimizar as *performances* do sistema, sua eficácia” (LYOTARD, 2011, p. xv, *grifos do autor*)¹⁸.

Já para Magalhães (2004, p. 63), a pós-modernidade é um fenômeno próprio do processo de mundialização do capital, chamado de “globalização” na década de 80, cujo processo não é novo, mas que a partir de 1970 mostrou-se capaz de realização plena, pois, “[...] numa era tecnologicamente avançada, em que o sistema de informação permite ao capital locomover-se em uma velocidade surpreendente, o capitalismo em todas as condições de efetivar-se de forma universal e global”.

O processo de globalização antecede a modernidade e o capitalismo, mas, a modernização tendeu a acelerar esse processo. Também é evidente que o capitalismo tende a universalização, como esclarecem Marx e Engels (2014, p. 112). sobre a tendência expansionista do capital no *Manifesto Comunista*:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou o solo nacional da indústria [...] indústrias que transformam não mais a matéria-prima local, mas a das zonas mais distantes, e cujos produtos são consumidos não apenas no próprio país, mas em todas as partes do mundo. No lugar das velhas necessidades satisfeitas pela produção local, entram novas [...] e isso tanto na produção material como também na produção intelectual.

O movimento mais flexível do capital, e as mudanças sociais e políticas, principalmente o neoconservadorismo que cresce nos anos 1970, ocasionam a

¹⁸ Para Lyotard, o estatuto do saber muda concomitantemente com a passagem da sociedade para a dita sociedade “pós-industrial” e “pós-moderna”. Com a avanço tecnológicos e informacionais, dessa forma, o saber “[...] não pode se submeter aos novos canais, e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidades de informação” (LYOTARD, 2011, pg. 04), pois “Com a hegemonia da informática, impõe-se uma certa lógica e, por conseguinte, um conjunto de prescrições que versam sobre os enunciados aceitos como “de saber” (Idem). Essas alterações no saber afetam o poder público e as instituições civis.

ascensão de um individualismo mais competitivo como um valor central na cultura empreendedora que se adentrou em vários aspectos da vida. Além disso, como acentua Harvey (2016, p. 161), o movimento flexível do capital “[...] acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo.”

Como assevera Almeida (2011b, p, 5)

Em decorrência desse novo padrão, verifica-se a fundação do Estado pós-moderno que se desresponsabiliza e despolitiza o trato da “questão social” por flexibilizar a legislação trabalhista e social; e a instauração da sociedade pós-moderna que se assenta no culto à personalidade do sujeito, na valorização pessoal (a imagem, a mídia, a propaganda, a moda) e no narcisismo asséptico, desreferenciado e higienizado. Essas tendências criam uma nova cultura da estética, forjada pela ditadura do marketing, das logomarcas, do merchandising, do mundo fashion e das grifes que produzem signos, símbolos e espetáculos que espraiam um “estilo de vida narcisista”, adotado pela sociedade do consumo.

Em resumo a “crise” do projeto de modernidade e adensamento das críticas se expressaram mais agudamente no processo de *crise orgânica* do capital nos 1970, que colocaram em xeque os arranjos keynesiano-fordista, e fragilizaram o pacto moderno que deu concretude ao *Welfare State*. Por isso que entender a Era de Ouro e sua crise é um ponto chave importante para compreender a emersão da pós-modernidade em todas às áreas que ela se difundiu, mas, há outras mediações para compreendermos ainda mais esse processo, que não foram analisadas nesse trabalho por questões temporais e metodológicas.

Diante da análise inicial acerca das transformações societárias que abrindo o caminho para a emersão da pós-modernidade, fica a questão: a pós-modernidade de fato é uma ruptura com a modernidade? Ou um fenômeno histórico processado dentro da modernidade? No próximo ponto debateremos sobre a análise marxista acerca da pós-modernidade.

1.3 “Condição Pós-Moderna”: debate crítico acerca da Pós-Modernidade

A palavra “Condição” diz respeito a característica, essência ou estado que alguém ou algo se encontra. É correto afirmar que conjunturas históricas condicionam determinadas condições de sentir e representar o mundo e a realidade, ou seja, a forma que sentimos e representamos o mundo sempre sofreu alterações por conta dos processos políticos, econômicos, sociais e geográficos.

Desta forma, a pós-modernidade pode ser tratada como uma condição, uma condição processada por um período histórico de grandes transformações no capitalismo mundial, como já debatido no ponto 1.2 desta dissertação e que “[...] está ao alcance da pesquisa materialista-histórica, podendo até ser teorizada com base na metanarrativa do desenvolvimento capitalista que Marx formulou.” (HARVEY, 2016, p. 293).

Dessa maneira, optou-se por duas obras de autores marxistas que estão no rol das principais referências da análise marxista sobre a pós-modernidade: Os livros de Perry Anderson – *As Origens da Pós-Modernidade* (1999) e de David Harvey – *Condição Pós-Moderna* (2016) apresentam uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.

A importância da obra de Anderson é observada pelos objetivos do livro definidos pelo autor, que é em primeiro lugar oferecer um relato histórico das origens da pós-modernidade, e em segundo lugar é levantar as condições que produziram a pós-moderno, “[...] não como ideia, mas como fenômeno” (ANDERSON, 1999, p. 08). É com base nesses objetivos, e pelo rigor teórico da obra, que se constitui uma referência bibliográfica em torno das categorias teóricas estudadas neste estudo.

Conforme Anderson (1999) o termo “pós-modernismo” não nasceu na Europa ou Estados Unidos, mas na América hispânica. Como analisado no ponto 1.1, o pós-modernismo surgiu pela primeira vez na década de 1930, onde Federico de Onís imprimiu esse termo para descrever um regresso conservador dentro do modernismo, “[...] a busca de refúgio contra o seu formidável desafio lírico num perfeccionismo do detalhe e do humor irônico, em surdina, cuja principal característica foi a nova expressão autêntica que concedeu às mulheres” (Id., Ibid., p. 10).

O estilo pós-moderno criado por Onís entrou no vocabulário da crítica hispanófonora, mas não teve grande repercussão. O termo surgiu novamente

vinte anos depois no mundo anglófono, agora como categoria de época, histórica, e não como categoria estética, pelo historiador Arnold Toynbee em 1954¹⁹, chamando de “idade pós-moderna” a época iniciada com a guerra franco-prussiana, marcada por duas evoluções: “[...] a ascensão de uma classe operária industrial no Ocidente e o convite de sucessivas *intelligentsias* fora do Ocidente a dominar os segredos da modernidade e voltá-los contra o mundo ocidental” (ANDERSON, 1999, p. 10). Contudo, os erros empíricos e conclusões proféticas de suas obras foram esquecidas, juntamente com a ideia de que o século XX já poderia ser descrito como pós-moderno.

O termo pós-moderno reaparece no fim dos anos 50 em Nova York com C. Wright Mills e Irving Howe, que em 1959 usaram o termo para designar que os ideais modernos do liberalismo e socialismo tinham falido. Em 1960, Harry Levin usou o termo para caracterizar uma literatura que havia abandonado aos padrões intelectuais rígidos do modernismo em favor de uma meia síntese, “[...] sinal de uma cumplicidade entre o artista e o burguês numa suspeita encruzilhada de cultura e comércio” (Id., *Ibid.*, p. 19).

Em 1960, Leslie Fiedler fez uma conferência patrocinada pelo Congresso da Liberdade Cultural, organizado pela CIA²⁰. Nesse evento, ele celebrou o aparecimento de uma sensibilidade nova entre os jovens norte-americanos, considerada como uma geração “excluídos da história”, que foram acolhidos por uma nova literatura pós-moderna.

Em 1969, a versão de Fiedler para o pós-moderno podia ser vista, no seu apelo à emancipação do vulgar e à liberação dos instintos, como um eco prudentemente despolitizado da insurreição estudantil da época, que, ao contrário, não se poderia certamente considerar indiferente à história. Refração semelhante pode ser detectada na sociologia de Amitai Etzioni [...] falava num período “pós-moderno” a partir do fim da guerra no qual declinava o poder das grandes empresas e das elites

¹⁹ Apesar de cravar a pós-modernidade como categoria histórica só em 1954, em 1934, em seu primeiro volume de *Study of History* “[...] Arnold Toynbee argumenta que duas poderosas forças concorrem para moldar a história recente do Ocidente: o industrialismo e o nacionalismo. [...] A Grande Guerra originou-se do conflito entre essas duas tendências, deixando inequivocamente claro que uma nova era surgia em que o poder nacional não podia ser autossuficiente. Era dever dos historiadores achar um novo horizonte apropriado para a época, que só podia ser encontrado no nível mais elevado das nações-Estados” (ANDERSON, 1999, p. 10-11).

²⁰ Central Intelligence Agency ou Agência Central de Intelligence, é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional para o Presidente e para o seu gabinete.

estabelecidas e em que a sociedade podia pela primeira vez tornar-se uma democracia “senhora de si mesma”. (Id., Ibid., p. 10-20)

Até o momento, o uso do termo pós-moderno deu-se de forma circunstancial, seu desenvolvimento teórico mais amplo e difundido será a partir dos anos de 1970, o período de cristalização, como chama Anderson (1999).

A ideia de um pós-moderno como uma referência coletiva foi estabelecida pela primeira vez com a publicação do periódico *Revista e Literatura Pós-Moderna – Boundary 2*, em 1972, cujo ensaio chave da edição era de David Antin. Contudo, foi no campo da arquitetura, em 1972, que o termo pós-moderno ganhou o domínio público com a publicação do manifesto arquitetônico da década, *Learning from Las Vegas (Aprendendo com Las Vegas)*, de Robert Venturi, Denise Scott e Steven Izenour quando lançam uma crítica à arquitetura modernista, “[...] em nome da vital imaginação popular na faixa de jogo” [...], onde, “[...] se encontraria uma espetacular renovação da histórica ligação entre arquitetura e pintura, artes gráficas e esculturas – um primado exuberante do símbolo sobre o espaço” (ANDERSON, 1999, p. 28), que o modernismo tinha rejeitado. Para eles, a arquitetura moderna, que tinha uma perspectiva progressista se mostrou ineficaz diante das condições existentes, usando Las Vegas de exemplo, e que o arquiteto não deveria se preocupar com o que deveria ser, mas como é para ajudar a melhorar.

Em 1977, Charles Jenck lançou o livro *Language of Post-modern Architecture*, que defendia um estilo arquitetônico eclético chamado pelo autor de “codificação dupla”, que combinava o híbrido da sintaxe moderna e historicista, “[...] com apelo tanto para o gosto educado quanto para a sensibilidade popular” (Id., Ibid., p. 30), ou seja, uma mistura entre o velho e o novo.

Em meados da década de 80, Jencks festejava o pós-moderno como uma civilização mundial de tolerância pluralística e opções superabundantes, uma civilização que “tornava sem sentido” polaridades ultrapassadas como “esquerda e direita, capitalista e classe operária”. Numa sociedade em que a informação importava agora mais que a produção, “não há mais vanguarda artística”, uma vez que “não há inimigo a derrotar” na rede eletrônica global. (Id., Ibid., p. 30-31)

Como exposto no ponto 1.2, a pós-modernidade teve na arquitetura uma grande influência, e amplia-se para outras áreas que se expressa principalmente com a publicação da primeira obra filosófica que adota a noção do pós-moderno que foi “A condição Pós-moderna,” publicada em Paris em 1979, por Jean-François Lyotard. Considerada como a primeira obra a tratar a pós-modernidade como uma mudança geral e, é até hoje, uma das mais citadas nos estudos sobre a temática. Como foi aludido no ponto 1.2 deste capítulo, para Lyotard a característica central da pós-modernidade é a incredulidade nas metanarrativas da modernidade: liberalismo, marxismo, idealismo etc. Conforme assinala Anderson (1999, p. 32):

Para Lyotard, a chegada da pós-modernidade ligava-se ao surgimento de uma sociedade pós-industrial – teorizada por Daniel Bell e Anais Touraine – na qual o conhecimento tornava-se a principal força econômica de produção numa corrente desviada dos Estados Nacionais, embora ao mesmo tempo tendo perdido suas legitimações tradicionais. Porque, se a sociedade era agora melhor concebida, não como um todo orgânico nem como um campo de conflito dualista (Parsons ou Marx) mas como uma rede de comunicações linguísticas, a própria linguagem – “todo o vínculo social” – compunha-se de uma multiplicidade de jogos diferentes, cujas regras não se podem medir, e inter-relações agonísticas. Nessas condições, a ciência virou apenas um jogo de linguagem dentre outros: já não podia reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendia nos tempos modernos.

A legitimidade da ciência a serviço do poder, conforme Lyotard, se encontra amparada na eficiência, desempenho, e a análise social da condição pós-moderna e a tendência ao contrato temporário em todas as áreas humanas, ocupacional, emocional, sexual, política e econômica, todas mais criativas e flexíveis do que a modernidade.

Com *A Condição Pós-Moderna* Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava garantir acima de tudo era, [...] a do socialismo clássico. Nos textos subsequentes ele ampliaria a lista das grandes narrativas então extintas: a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista, o equilíbrio keynesiano. Mas o referencial que comandava sempre foi o comunismo. E quando ao capitalismo? Na época em que Lyotard escreveu, no finzinho da era Carter, o Ocidente entrava

numa grave recessão e estava longe de um veemente espírito ideológico. Daí que pudesse sugerir, pelo menos com uma aparência plausível, que o capitalismo contemporâneo era validado apenas por um princípio de desempenho, que não passava de uma sombra da autêntica legitimação. (ANDERSON, 1999, p. 39 – *grifos do autor*)

A mudança conjuntural da década de 80 com o *boom* no período de Reagan e uma profunda ofensiva da direita, juntamente com o colapso do bloco soviético, demonstrou que as grandes narrativas não tinham de fato desaparecido tanto assim, pois, o mundo estava sob o domínio da grande narrativa do capitalismo – “[...] uma história única e absoluta de liberdade e prosperidade, a vitória global do mercado” (Id., Ibid., 1999, p. 39). Entretanto, a grande narrativa do socialismo chegava ao descrédito, um dos parâmetros na nova condição apontada por Lyotard. A vitória do capitalismo “colocou” a democracia liberal, para muitos teóricos, como horizonte insuperável, ou seja, o capitalismo como o fim da nossa história, e o “[...] pós-moderno foi uma sentença contra as ilusões alternativas” (Id., Ibid., p. 54).

A compreensão da pós-modernidade veio com a análise marxista, e nesse ponto se destaca a obra de Frederic Jameson “*Pós-Modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*”, publicado em 1984, que segundo Anderson (Id., p. 66), “[...] redesenhou todo o mapa pós-moderno de uma tacada” apontando cinco lances da pós-modernidade.

O primeiro lance, o principal, está explícito no título da obra – a pós-modernidade como a lógica cultural do capitalismo tardio, ancorada em alterações na ordem econômica do capital, e não mais uma ruptura estética e epistemológica.

A explosão da tecnologia na vida moderna e sua função como fonte de lucro e inovação, a predominância de corporações multinacionais que deslocar as indústrias para países afastados e com salários baixos, o crescimento da especulação financeira na economia mundial, bem como a escalada dos conglomerados de comunicação com um grande poder sobre a mídia, ultrapassando fronteiras, são fenômenos que afetaram profundamente a dinâmica da vida, principalmente nos países avançados, “[...] nos ciclos de negócio, nos padrões de emprego, nas relações de classe, nos destinos regionais, nos interesses políticos” (Id., Ibid., p. 66). A cultura se expandiu de

uma maneira profunda, dado que todo objeto material ou imaterial (serviço) se torna um produto para a venda.

Essas transformações do mundo vão impactar a vida do sujeito, e o segundo lance levantado por Jameson vai explorar a psique dessa conjuntura, a “morte do sujeito”, que caracterizada as formas da sensibilidade pós-moderna, “Era uma paisagem psíquica, [...] cuja base fora rompida pela grande agitação dos anos 60 – quando tantos invólucros de identidade tradicionais foram desfeitos pela dissolução das restrições dos costumes” (ANDERSON, 1999, p. 68), mas que com as derrotas políticas dos anos de 1970, se encontravam expurgadas de todo radicalismo. Os traços da nova subjetividade são a perda do senso ativo da história, apegando-se a um presente perpétuo.

O terceiro lance é o terreno da cultura, onde a arquitetura era central na perspectiva de Jameson sobre o pós-moderno, para ele, a supremacia do espaço como categoria de compreensão da pós-modernidade garantiu um lugar de destaque para a arquitetura na mudança cultural do capitalismo avançado. Para Jameson, energias criativas foram liberadas, numa variedade de formas que nenhuma outra arte poderia igualar, ao mesmo tempo correspondeu de forma gráfica a diferentes tipos de propostas ao sistema econômico mundial novo.

No campo das artes pós-modernas, uma das características que marcam todos os campos do mundo das artes era a mistura de estilos do passado com novos, chamado de pastiche, que Jameson considerada como uma “paródia vazia”. Esse recurso se tornou uma assinatura padrão em todas as artes, mas que se tornou domínio de excelência do cinema.

Pois aqui a imitação do que está morto, não tolhido por códigos de edificação ou imposições de bilheteria, podia baralhar não apenas estilos, mas também as próprias épocas à vontade, resolvendo e emendando passados ‘artificiais’, misturando o documental com o fantástico, fazendo proliferar anacronismos, numa revitalização do – que ainda deve ser forçosamente chamado de – romance histórico. (Id., Ibid., p. 73)

Junto com as mudanças das artes, os campos do conhecimento que se preocupam com o campo cultural também sofreram mudanças. As disciplinas

dantes separadas²¹, passaram a perder os seus limites, transpassando-se em investigações transversais e híbridas, dificultando o reconhecimento da sua área do conhecimento ou em outra. Essa nova organização no campo do conhecimento demonstra uma ruptura com a modernidade, pois, conforme a argumentação de Weber acerca da modernidade, uma das suas características era a automação estrutural - autonomia de práticas e valores em domínios bem separados, processo que conforme Habermas, não poderia ser parado, “[...] sob pena de retrocesso” (ANDERSON, 1999, p. 74)

O quarto lance de Jameson se situava nas bases sociais e no padrão geopolítico do pós-modernismo. Conforme Jameson, o capitalismo avançado continuava sendo uma sociedade de classes, contudo, as classes dentro do sistema não eram as mesmas, os empregados afluentes que cresceram rapidamente dos serviços ligados a especulação, próprio do capitalismo avançado se encontravam agora no vetor cultural da pós-modernidade, acima disso estavam as grandes corporações multinacionais cujo poder e operações percorre toda a economia global e determina representações no imaginário coletivo. As classes mais tradicionais foram enfraquecendo e as identidades baseadas em diferenças étnicas ou sexuais, denominadas de “minorias” cresciam.

O pós-moderno cria também novos padrões de consumo e produção, onde as obras de ficção chegaram as listas de mais vendidas e um significativo número de grupos minoritários ganharam acesso as formas pós-moderna, demonstrando assim sua característica mais populista, diferentemente do estilo modernista que era mais elitista.

Por fim, o quinto lance diz respeito a valorização negativa e positiva ao significado do pós-moderno, onde Jameson apresenta duas perspectivas acerca do pós-moderno: estilo artístico e dominante cultural ideológico.

Em se tratando do estilo artístico, o campo das artes invadido pela lógica mercadorizante, foi sendo cooptado pelo modo de produção capitalista, resultando no esvaziamento do teor crítico e questionador acerca das contradições sociais peculiar as vanguardas artísticas da era moderna. Nesse novo contexto, Jameson aponta que o sujeito tem liberdade de optar ou não por essa determinada forma estética representada nas artes. Mas

²¹ Disciplinas como História da Arte, Crítica Literária, Sociologia, Ciência Política, História etc.

como dominante cultural ideológico, não é dado ao sujeito nessa perspectiva a liberdade de optar ou não pela sua participação, visto que a pós-modernidade invade todas as esferas da vida social. Nessa afirmativa, porém, Jameson não apresenta um pessimismo conformado, mas a compressão que resultou numa crítica de fato autêntica acerca do pós-modernismo, que não podia ficar encarcerado à sua recusa ideológica. (BENTO, 2014, p. 54)

Para Anderson, os parâmetros levantados por Jameson são parâmetros coerentes de uma abordagem do pós-moderno. Segundo esse autor, Jameson conquistou um domínio sobre o termo pós-modernismo e obteve uma vitória discursiva, em tempos neoliberais em que a esquerda estava enfraquecida, “[...] porque o mapeamento cognitivo que oferecia do mundo contemporâneo captava de maneira tão inesquecível [...] as estruturas imaginativas e a experiência vivida da época, assim como as fronteiras entre uma coisa e outra” (ANDERSON, 1999, p. 79)

Além disso, conforme o relato histórico das origens da pós-modernidade, e o levantando das condições que produziram a pós-moderno como fenômeno pesquisado por Anderson (1999), o autor Jameson não só levantou os parâmetros coerentes para compreender a pós-modernidade, mas também estabeleceu os termos do debate do pós-moderno. As três contribuições mais importantes que suplementar ou corrigem Jameson são de três autores marxistas: Alex Callinicos (1989) – *Against Postmodernism*, David Harvey (1990) – *Condition of Postmodernity*, Terry Eagleton (1996) – *As Ilusões do Pós-modernismo*.

O livro “Condição Pós-moderna” do David Harvey traz uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural e política, denominadas de pós-modernidade, que vem alterando as formas de experimentação do tempo e espaço no capitalismo global. Conforme Harvey (2016, 2020), os significados e usos do tempo e espaço transfiguraram-se com a transição do fordismo à acumulação flexível. A tese de Harvey sugere que desde a década de 1970, estamos vivenciando uma intensa compressão espaço temporal que vem acarretando um impacto nas práticas político-econômicas, no equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural.

As categorias tempo e espaço são básicas na experiência humana. Costumamos registrar o tempo por horas, minutos, segundos, dias, meses e

anos, e registramos o espaço por mapas, área, direção forma etc., essas expressões de tempo e espaço estão bem presentes no nosso dia a dia. Harvey (2016, p. 189) elucida que na sociedade moderna vários sentidos de tempo e de espaço se entrecruzam. Na perspectiva materialista “[...] podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem a reprodução da vida social”, em resumo, “[...] cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço”.

Como o capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário em que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam. (HARVEY, 2016, p. 189).

Segundo Berman (1982 *apud* HARVEY, 2016) a modernidade é uma certa maneira de experimentar o tempo e o espaço, seria a pós-modernidade uma nova maneira de experimentar o tempo e espaço?

Como sugerido por Harvey, a transição do fordismo para a acumulação flexível transformou os usos e significados do tempo e espaço, causando uma fase de compressão de tempo e espaço²².

A acumulação flexível foi aplicada no modo de produção capitalista com o objetivo de desviar-se da rigidez do modelo de acumulação fordista e aligeirar o tempo de rotação do capital, por meio de implementação acelerada de formas organizacionais tecnologias de produção novas. A razão para essa transição era solucionar os problemas ocasionados pela crise do fordismo-keynesianismo aberto em 1973.

A aceleração na produção implica acelerar o tempo de troca e consumo. A circulação mais rápida de mercadorias no sistema de mercado foi possível graças a novos sistemas de comunicação e fluxo de informações aperfeiçoados, maior racionalização das técnicas de distribuição. Somados a isso, os sistemas bancários eletrônicos aceleraram o fluxo do dinheiro. Ou seja, houve uma aceleração dos mercados e do fluxo de circulação do dinheiro.

²² A transição do fordismo para a acumulação flexível já foi tratada no item 1.2.

Na esfera do consumo, dois desenvolvimentos se destacam dos demais: a mobilização da moda em mercados de consumo em massa passaram a ser um caminho de aceleração do ritmo do consumo, não só nos setores de vestuário, mas também em estilos de vida e atividades recreativas; passagem do consumo de bens para o serviço²³.

O “tempo útil” de tais serviços (uma visita a um museu, assistir a um show de rock ou a um filme, frequentar palestras ou uma academia de ginástica), embora difícil de estimar, é muito mais curto que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Dado que há limites à acumulação e ao tempo de rotação de bens físicos [...], faz sentido que os capitalistas se voltem à provisão de serviços altamente efêmeros no consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração do capitalismo (assinalada por Mandel e Jameson) em muitos setores da produção cultural a partir da década de 1960. (HARVEY, 2020, p. 126)

A aceleração da rotação do capital gerou várias consequências, algumas em particular incidem sobre as formas de pensar, agir e sentir características da pós-modernidade. Uma consequência importante para destacar foi a acentuação da volatilidade e efemeridade das modas, “[...] dos produtos, das técnicas de produção, dos processos de trabalho, das ideias e ideologias, dos valores e das práticas estabelecidas” (Id., *Ibid.*, p. 127).

Na produção de mercadorias, o efeito principal tem sido a ênfase nos valores da instantaneidade e da descartabilidade. A sociedade do “descarte”, termo usado por Alvin Toffler, implica não só nos descartes de bens produzidos, mas também nos valores, estilos de vida, relações e vínculos etc.

Para Toffler, tais elementos provocaram um choque entre o “[...] ímpeto aceleracionista na sociedade mais ampla” e “a experiência cotidiana comum do indivíduo” (*apud* Id., *Ibid.*, p. 127), de forma que estes mecanismos, que do ponto de vista da aceleração do tempo de rotação do capital são eficazes, e forçam os indivíduos a lidarem com a “[...] perspectiva de obsolescência instantânea” (Id., *Ibid.*, p. 127).

A volatilidade das tendências de mercado faz com que o grande capital busque ser demasiadamente adaptável e ágil. A estratégia para intervir e

²³ “[...] não apenas serviços pessoais, de negócios, educacionais e de saúde, mas também entretenimento, espetáculos e eventos”. (HARVEY, 2020, p. 126)

dominar ativamente na volatilidade dos mercados é um planejamento a curto prazo e que a aproveite as oportunidades de ganhos imediatos, seja por meio de fusões, operações e aquisições em mercados financeiros.

Além disso, para intervir e dominar, se faz necessário moldar a volatilidade para fins privados, manipulando as opiniões e preferências, “[...] isso equivale à construção de novos sistemas de signos e conjuntos de imagens, o que é por si um importante aspecto da condição pós-moderna” (HARVEY, 2020, p. 128), pois as imagens de publicidades e midiáticas desempenham agora um papel bem mais integrativo nas práticas culturais e assumem uma maior importância das dinâmicas de crescimento do capitalismo.

Harvey (Id., Ibid., p. 128-129) assinala que “[...] a publicidade não gira mais em torno da ideia de informar ou promover no sentido corriqueiro, mas é cada vez mais voltadas à manipulação de desejos e preferências através de imagens que podem não ter qualquer relação direta com o produto”. Outrossim, a própria imagem se torna mercadoria, uma vez que o capitalismo se volta a produzir imagens e signos com mais intensidade, pois o tempo de rotação de consumo no mercado de massa é bem mais curto e muitas imagens podem ser comercializadas no mesmo espaço instantaneamente. Como atente as pressões de aceleração temporal e espacial, o fenômeno da imagem como mercadoria é extremamente útil a acumulação capitalista.

Contudo, alguns grupos valorizam uma imagem estável, como empresas, políticos, intelectuais como parte da expressão de autoridade e poder. Como destaca Harvey (Id., p.129)

A midiaticização da política é agora onipresente. Isso torna-se, efetivamente, a forma fugidia, superficial e ilusória pela qual uma sociedade individualista de elementos transitórios manifesta sua nostalgia por valores comuns. A produção e a comercialização de tais imagens de permanência e poder exigem considerável sofisticação, pois é preciso reter a continuidade e a estabilidade o dinamismo de quem ou do que é retratado. Ademais, a imagem passa a ser um elemento crucial na concorrência, não apenas pelo reconhecimento do nome e da marca, mas também pelas diversas associações de “respeitabilidade”, “qualidade”, “prestígio”, “confiabilidade” e “inovação”.

Na produção e reprodução das imagens, o “simulacro” tem um papel importante para o pós-moderno. O simulacro é a replicação da imagem num

estado de perfeição que chega a ser impossível notar a diferença entre a cópia e o original, o que se torna bastante possível por conta de novas técnicas. A tendência ao simulacro é observada na arquitetura, artes, músicas, cinema e vários aspectos das práticas culturais. Atualmente, observa-se a tendência do simulacro nos materiais de vídeos e imagens nas redes sociais, como: Instagram e TikTok²⁴.

A organização e condições de trabalho dessa indústria cultural têm suas particularidades, pois, necessita de inovação constante de seus produtores diretos. É uma área que tem crescido bastante e abarca uma gama de profissionais, que estão dentro daquilo que Daniel Bell chama de “massa cultural”²⁵. Em resumo,

Toda essa indústria se especializa na aceleração do tempo de rotação por meio da produção e da comercialização de imagens. Trata-se de uma indústria em que se constroem e se destroem reputações da noite para o dia, onde os grandes interesses econômicos falam para valer e onde há um fermento de intensa criatividade, muitas vezes individualizada, sendo despejado sobre o vasto caldo culturais e sempre foi fundamental para a experiência da modernidade. Converte-se em meio social capaz de produzir a sensação de horizontes de tempo colapsantes da qual, por sua vez, ela mesma se alimenta. (HARVEY, 2020, p. 132)

Todos os aspectos das relações sociais enfrentam a aceleração do tempo de rotação e do descarte de valores tradicionais e históricos de maneira muito rápida. Por isso, a volatilidade e efemeridade também provocam tendências opostas. Empresas mesmo diante da volatilidade dos mercados buscam

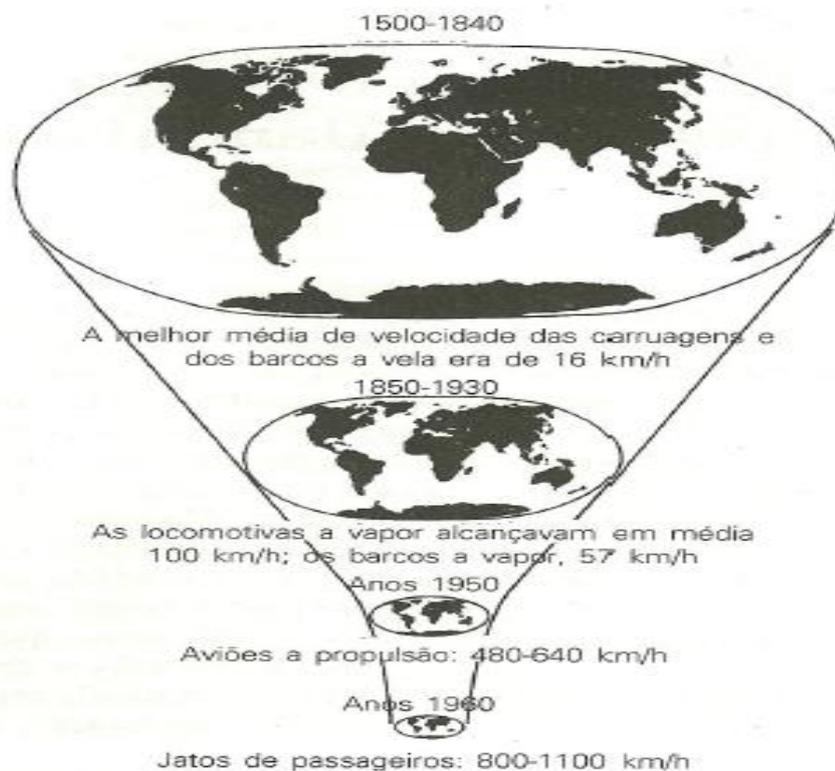
²⁴ O Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais. O TikTok é uma ferramenta para compartilhamento de vídeos curtos, de 15 ou 60 segundos e 3 minutos, mas que oferece amplos recursos para editá-los. É possível incluir filtros, legendas, trilha sonora, gifs, fazer cortes e usar a criatividade. Atualmente, os vídeos compartilhados na plataforma do tiktok tem uma adesão muito grande, ao ponto do Instagram cria a funcionalidade do *releas*e para concorrer com o tiktok. Esse tipo de vídeos curtos são tendências e vários usuários vão criando os mesmos tipos de vídeos, com os mesmos estilos, música, filtros, num grande simulacro digital.

²⁵ “Não os criadores da cultura, mas seus transmissores: aqueles que trabalham na educação superior, no mundo editorial, nas revistas, nas emissoras de mídia, no teatro e em museus, que processam e influenciam a recepção de produtos culturais sérios. Ela é em si mesma grande o suficiente para ser um mercado para cultura, venda de livros, impressos e gravações de música será. Também é o grupo que, na condição de escritores, editores de revistas, cineastas, músicos e por aí vai, produz materiais populares para o público mais amplo de cultura de massas”. (BELL, *apud* HARVEY, 2020, p. 132)

dispositivos técnicos para barrar choques futuros, como a flexibilidade nos contratos de trabalho, mercados futuros, “securitização” de todo tipo de dívida. Surgem também tendências ao neoconservadorismo com um grande revivalismo religioso na década de 1960, autoridade política e interesse por instituições tradicionais como a família, comunidade etc., ou seja, “[...] quanto maior for a efemeridade, mais premente será a necessidade de descobrir ou fabricar um tipo de verdade eterna que possa nela repousar” (Id., Ibid., p. 133).

Ocorreram também impactantes ajustes espaciais na transição do fordismo para a acumulação flexível. Os custos e o tempo de comunicação tornaram-se invariantes em relação a distância dada a implementação dos sistemas de comunicação via satélite na década de 1970. Igualmente, os custos relacionados ao frete de mercadorias aéreo caíram drasticamente, e o processo de containerização no transporte marítimo e rodoviário em larga escala reduziu os custos também das taxas nestas modalidades. A televisão como aparelho de massa integrada a comunicação via satélite, computadores pessoais, smartphones com acesso à internet, aumentam a possibilidade de “[...] experimentar um turbilhão de imagens de diferentes espaços quase simultaneamente, comprimindo os paços do mundo em uma série de imagens” (HARVEY, 2020, p. 134-135). Além disso, o próprio transporte aéreo diminui as distâncias espaciais, contudo, é mais restrita, por isso que a diminuição do espaço por via de imagens seja na televisão, internet, filmes etc., são elementos importantíssimos na análise da condição pós-moderna. A figura 1 (Id., Ibid., p. 220) a seguir demonstra o encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que “aniquilam o espaço por meio do tempo”.

Figura 1 - O encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que "aniquilam o espaço por meio do tempo".



Fonte: HARVEY, 2016, p. 220.

É importante destacar que diminuição das barreiras espaciais não diminui a importância do espaço, pois, as vantagens locais relativas dão ao capitalismo a possibilidade de obter resultados com a exploração de diferentes espaços. O controle sobre o espaço é uma arma poderosa na luta de classes, visto que “[...] utilizam-se a mobilidade geográfica e a descentralização contra um poder sindical que tradicionalmente se concentra nas fábricas de produção em massa.” (HARVEY, 2020, p. 135)

O controle da mão de obra é um elemento importante para a acumulação flexível, mas há outros aspectos da organização geográfica que também foram intensificados. Um dos aspectos é que a necessidade de informações precisas e da comunicação corroboraram com o papel das cidades globais no sistema financeiro e corporativo, fazendo com que seja cada vez mais importante que o local possua disponibilidade de recursos materiais e características específicas. Dessa forma,

Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas das quais a geografia do mundo é composta, então é possível que os povos e poderes que comandam esses espaços os modifiquem para torná-los mais atraentes ao capital altamente móvel. Elites dominantes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle local e capacitação técnica da mão de obra, de provisão para infraestrutura, de política tributária, de regulação estatal, e por aí vai, a fim de atrair o desenvolvimento para dentro de seu espaço particular. As qualidades do lugar são passíveis, portanto, de ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares com características especiais torna-se um importante trunfo na concorrência entre cidades, regiões e nações (Id., *Ibid.*, p. 137)

Esse autor assevera que esses aspectos resultam numa fragmentação, insegurança e desenvolvimento desigual e efêmero dentro de uma economia global unificada por fluxos de capital.

As transformações espaço-temporal só puderam causar esses impactos andando juntamente da mudança radical da representação do valor, o dinheiro. A representação do dinheiro sempre teve ambiguidades e muitas vezes gera instabilidade. O acordo de Bretton Woods no pós-guerra instaurou uma base parcialmente estável sobre o dinheiro mundial, onde o dólar norte-americano converteu-se em intermediário do comércio mundial, lastreado em conversibilidade em ouro, respaldada pelos Estados Unidos. Contudo com a crise do keynesianismo-fordista, com um grande aumento da inflação, o acordo entrou em colapso, alterando a conversibilidade em dólar em ouro para o um sistema de taxas flutuantes de troca global²⁶.

A representado de valor da forma dinheiro desde 1973 vem sendo desmaterializada da ligação formal que tinha com metais preciosos, e agora tampouco depende tão somente da atividade produtiva. Vê-se o dinheiro sendo avaliado pelo número quantitativo de outras moedas, e as taxas de câmbio entre elas são grandemente voláteis, “[...] é possível fazer ou perder fortunas

²⁶ Conforme Harvey (2016, p. 268-269) “A inflação em termos de mercadorias e dos preços em geral, embora controlada em alguma medida nos países capitalistas avançados durante os anos 80, de maneira alguma se reduziu como problema. Ela é renitente em países como o México, a Argentina, o Brasil e Israel (todos com taxas recentes de centenas por cento); e a perspectiva de inflação generalizada espreita nos países capitalistas avançados, onde é de qualquer modo possível afirmar que a inflação dos preços dos ativos (imóveis, obras de arte, antiguidades etc.) começou no ponto em que a inflação de mercadorias e do mercado de trabalho parou no início dos anos 80”.

simplesmente retendo a moeda certa nos momentos certos” (HARVEY, 2020, p. 139), e isso está diretamente relacionado com o poder econômico e competitivo dos sistemas nacionais. “Esse poder, dada a flexibilidade da acumulação ao longo do espaço, é ele próprio uma magnitude em rápida transformação” (Ib. Id.)²⁷.

Harvey (2016) ao analisar as formas materiais de se avaliar a importância na condição pós-moderna do tempo e espaço, considera que a experiência flutuante do espaço, tempo e dinheiro tem formado uma base material para o advento de sistemas diferentes de representação e interpretação, e abriu um caminho onde a estetização da política cada vez mais vem se reafirmando. A cultura é compreendida como um conjunto de signos e significados, “[...] que se entrelaçam em códigos de transmissão de valores e significados sociais” (Id., Ibid., p. 141), e o **dinheiro** e a **mercadoria** são para o autor os principais portadores de códigos culturais. Como eles estão diretamente relacionados a circulação de capital, as formas culturais estão enraizadas no processo de circulação de capital diária.

Houve uma transformação no conjunto de mercadorias que entra na reprodução diária devido ao processo de compreensão de tempo e espaço. Por exemplo, vários sistemas de alimentos locais foram incorporados ao comércio global de mercadorias. Hoje é possível em uma cidade como João Pessoa, na Paraíba encontrar na mesma avenida restaurantes de comida chinesa, japonesa, mexicana, italianas, para além das grandes redes norte-americanas de fast-food. Em termos de compra de alimentos, em um único supermercado temos acesso a alimentos de vários recanto no país e de vários países.

Da mesma forma que as imagens atuam na redução dos espaços geográficos e tempo, fazendo com que a partir de um filme, série, fotografia etc. o indivíduo de uma certa forma vivencie o espaço mundo e tempos passados e

²⁷ “O colapso do dinheiro enquanto meio seguro de representação de valor gerou por si só uma crise de representação do capitalismo avançado. Esta também foi reforçada pelos problemas da compressão espaçotemporal, ao mesmo tempo que lhes acrescentou seu peso considerável. A velocidade com que os mercados de câmbio flutuam pelos espaços de câmbio flutuam pelos espaços do mundo, o poder extraordinário do fluxo de capital-dinheiro naquilo que agora constitui um mercado financeiro e de ações global e a volatilidade do poder de compra do dinheiro definem, por assim dizer, um ponto alto daquela intersecção extremamente problemática entre dinheiro, tempo e espaço enquanto elementos entrelaçados de poder social na economia política da pós-modernidade”. (Id., Ibid., p. 140)

futuros, a culinária também possibilitada a vivência da geografia do mundo como um grande simulacro.

O entrelaçamento de simulacros na vida cotidiana reúne diferentes mundos (de mercadorias) em um espaço e tempo – mas de forma a ocultar quase perfeitamente qualquer traço de origem dos processos de trabalho que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção. (HARVEY, 2020, p. 142)

Em resumo, para Harvey (2016, 2020) a pós-modernidade é uma condição histórica e geográfica de uma certa espécie da modernidade capitalista. O tempo e espaço em vários momentos da história passaram por processos de compressão, no capitalismo a tensão da acumulação de capital gera surtos de compressão de tempo-espaço, principalmente durante as crises de superacumulação. Desde que houve a separação entre o conhecimento científico e a moral no século XVIII, as viradas estéticas e culturais nas condições de compressão de tempo-espacial ficam mais evidentes, e sendo as crises de superacumulação a grande catalisadora de soluções que diminuem o espaço e o tempo, geralmente são seguidas por movimentos estéticos fortes.

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruís, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (HARVEY, 2016, p. 293)

Como forma de ilustrar um pouco das tendências da modernidade fordista e da condição pós-modernidade flexível nos vários aspectos que a marca, insere o Quadro abaixo, elaborado por Harvey (2016, p. 304).

Quadro 1 - Modernidade fordista versus pós-modernidade flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo.

<i>Modernidade fordista</i>	<i>Pós-modernidade flexível</i>
economias de escala/código mestre/hierarquia homogeneidade/divisão detalhada do trabalho	economias de escopo/ídiote/anarquia diversidade/divisão social do trabalho
paranóia/alienação/sintoma habitação pública/capital monopolista	esquizofrenia/descentração/desejo desabrigados/empreendedorismo
propósito/projeto/domínio/determinação capital produtivo/universalismo	jogo/acaso/exaustão/indeterminação capital fictício/localismo
poder do Estado/sindicatos Estado do bem-estar social/metrópole	poder financeiro/individualismo neoconservadorismo/contra-urbanização
ética/mercadoria-dinheiro Deus Pai/materialidade	estética/dinheiro contábil O Espírito Santo/imaterialidade
produção/originalidade/autoridade operário/vanguardismo política de grupo de interesse/semântica	reprodução/pastiche/ecletismo administrador/comercialismo política carismática/retórica
centralização/totalização síntese/negociação coletiva	descentralização/desconstrução antítese/contratos locais
administração operacional/código mestre fálico/tarefa única/origem	administração estratégica/ídiote andrógino/tarefas múltiplas/vestigio
metateoria/narrativa/profundezas produção em massa/política de classe racionalidade técnico-científica	jogos de linguagem/imagem/superfície produção em pequenos lotes/social movimentos/alteridade pluralista
utopia/arte redentora/concentração trabalho especializado/consumo coletivo	heterotopias/espetáculo/dispersão trabalhador flexível/capital simbólico
função/representação/significado indústria/ética protestante do trabalho reprodução mecânica	ficção/auto-referência/significante serviços/contrato temporário reprodução eletrônica
vir-a-ser/epistemologia/regulação renovação urbana/espaco relativo	ser/ontologia/desregulação revitalização urbana/lugar
intervencionismo estatal/industrialização internacionalismo/permanência/tempo	<i>laissez-faire</i> /desindustrialização geopolítica/efemeridade/espaco

Fonte: HARVEY, 2016, p. 304.

Diante de todo o exposto afirma-se que o pensamento pós-moderno tem como característica, nas palavras de Wood (1999, p. 9), "[...] a ênfase na natureza humana fragmentada do mundo e do conhecimento humano". Seus maiores defensores argumentam que os paradigmas da modernidade, principalmente o pensamento marxista, não são suficientes para explicar a sociedade que se mostra a partir das profundas transformações que se ficam mais evidentes a partir dos anos de 1970²⁸.

²⁸ "As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o self humano é tão fluído e fragmentado (o "sujeito descentrado") e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode

Boaventura de Sousa Santos que é um autor pós-moderno, traz dois modelos antagônicos de pensadores pós-moderno, pós-modernidade definida por ele como transição paradigmática, pós-modernos de oposição e de celebração. Os pós-modernos de oposição, além de compreenderem que a modernidade e suas promessas não foram cumpridas e nem podem ser “[...] em termos modernos nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade” (SANTOS, 2013, p. 52), compreendem também que há uma crise de regulação juntamente com uma crise de emancipação social. Os pós-modernos de celebração “[...] pensam que o que está em crise final é precisamente a ideia moderna de que há promessas, objetivos trans-históricos a cumprir e, ainda mais, a ideia de que o capitalismo pode ser um obstáculo à realização de algo que o transcende” (Ib., Id.).

Sousa mesmo se considera como pós-moderno de oposição e defende que o marxismo ainda tem contribuições para o mundo e o que é importante é saber “[...] em que medida a alternativa de Marx, que é tão radicalmente anticapitalista quanto é moderna, pode contribuir para a construção de uma alternativa assumida pós-moderna” (Id., Ibid., p. 53).

Constata-se, assim, como o movimento pós-moderno é heterogêneo, mas que tem características comuns: negação total ou parcial dos paradigmas modernos, triunfo da estética sobre a ética, fragmentação, volatilidade, simulacro, ecletismo e tantas outras. Além disso, como demonstra a análise marxista, a pós-modernidade é uma condição histórica que se expressa dentro da modernidade capitalista, e atua como lógica cultural do capitalismo pós-crise de 1970, que, apesar de trazer consigo um conjunto de transformações extremamente significativas, não traz em si uma ruptura com o projeto moderno, uma vez que não houve uma mudança nas bases estruturais que compõem o capitalismo a saber: apropriação privada da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade, em um mercado global, a condição de assalariamento e alienação do trabalhador do fruto do seu trabalho, substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto.

haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade” social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns” (WOOD, 1999, p. 9)

2. SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O processo de produção do conhecimento no Serviço Social encontra solo fecundo com a criação dos primeiros Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área, durante a década de 1970. Esse processo avança nos anos de 1980, principalmente com a criação dos primeiros cursos de Doutorado. Ademais, nesse mesmo período, destaca-se o reconhecimento científico do Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente, a área 32 da Capes conta com 36 Programas de Pós-graduação, sendo 35 de Serviço Social e 01 em Economia Doméstica. A expansão dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social expressa a ampliação do processo de renovação profissional e acadêmica crítica que acontece no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas. (CAPES, 2019)

O Serviço Social enquanto profissão que tem como especificidade intervir nas expressões da “questão social”, é permeado pelos influxos da crise da sociedade tardo-burguesa que incidem tanto no âmbito da intervenção profissional, quanto na formação e produção do conhecimento. Nesse contexto, é notório que o Serviço Social se encontra de maneira hegemônica, confirmado na necessidade “[...] da atualidade na produção do conhecimento e nas análises a partir do método crítico-dialético”. (GALDINO, 2016, p. 78)

Este capítulo objetiva analisar a consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil como área de conhecimento e produtora de conhecimento sob dois tópicos analíticos: 2.1 o papel da produção sobre Política Social na consolidação da área e a emersão dos influxos pós-modernos; e 2.2 a contextualização do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, *locus* dessa pesquisa.

2.1 Os caminhos da Pós-Graduação na Área do Serviço Social Brasileiro e a consolidação da Produção do Conhecimento

A produção do conhecimento é uma atividade intrinsecamente humana e, como tal, relaciona-se ao desenvolvimento social, econômico, cultural, geográfico. Nos primórdios, o conhecimento humano era transmitido pela oralidade, o que gerava perdas substanciais, mas ao longo do tempo com o desenvolvimento da espécie humana ocorre a criação de códigos de escrita e o saber passou a ser anotado, seja em pergaminhos, paredes, livros e outras formas de registro.

A própria evolução da espécie humana correlaciona-se ao acúmulo de conhecimento, como afirmam Silva e Melo Neto (*apud* CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018, p. 2),

A evolução da espécie humana só tem sido possível devido, inicialmente, ao acúmulo de saberes intuitivos ou conhecimentos práticos, desenvolvidos pelos próprios humanos, que tornam possível sua existência até os dias de hoje. Nessa caminhada da humanidade, foi ocorrendo um processo seletivo de saberes, desde o começo da relação entre o homem e a natureza, que se reproduziram e vêm sendo repassados para as novas gerações.

A evolução permitiu a organização e agrupamento do saber, o saber científico²⁹, a estruturação e perpetuação do conhecimento, possibilitando criar regras, métodos, normas para a produção do conhecimento e perpetuação deste. Nesse processo, a academia (faculdades, universidades e instituições de educação superior) se firma como centro da produção do conhecimento, do saber, “[...] das novas tecnologias, da gênese do novo e do repensar e mudar os antigos conceitos” (SOUZA, *apud* Id., *Ibid.*, p. 1), como sistema universalmente aceito, que desenvolveu o sistema científico conhecido atualmente.

O conhecimento científico é construído e elaborado com base em “[...] pressupostos estabelecidos historicamente pela comunidade científica, tomando como base a análise dos fenômenos de forma sistemática e seguindo a metodologia estabelecida” (CÓRDULA, 2015, p. 665). Dessa maneira, a produção do conhecimento insere-se em uma dada comunidade científica que é determinada pelas grandes áreas do saber, que conforme as Agências

²⁹ “O saber científico surgiu pela necessidade de sistematizar e registrar o conhecimento existente e pela produção de novos saberes através de meios que garantiam rigor para sua exatidão” (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018, p. 2)

brasileiras de fomento ao conhecimento científico, Capes e CNPq³⁰, são: ciências da vida, ciências exatas e da natureza e humanidades (ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas).

Na Modernidade, a academia passa a ser o *locus* da produção do conhecimento científico como sistema universalmente aceito. Assim, como produtora universal do conhecimento científico, os centros universitários através das áreas do saber vêm desenvolvendo seu acervo por meio das pesquisas desenvolvidas, principalmente nos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, nos grupos de pesquisa que envolvem docentes e discentes das graduações e pós-graduações, e em outras modalidades, como os projetos de iniciação científica.

Torna-se inquestionável a relação direta e inseparável entre produção do conhecimento, pesquisa e pós-graduação no âmbito da Educação Superior brasileira, sobretudo em nível das universidades públicas. Para compreender os caminhos da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, se faz necessário contextualizar a trajetória do Serviço Social, e apreender os avanços e retrocessos da política de educação no Brasil no que concerne à pós-graduação.

A institucionalização do Serviço Social como profissão dimana das transformações societárias processadas no estágio do capitalismo monopolista. Contexto em que a “questão social” passa a ser objeto de intervenção do Estado por meio das políticas sociais, configurando-se, assim, o espaço sócio-ocupacional para os profissionais do Serviço Social. (NETTO, 2011)

No Brasil, a institucionalização do Serviço Social segundo a literatura da área³¹ vincula-se ao surgimento das instituições assistenciais estatais, paraestatais e autarquias implantadas na década de 1940. Esse movimento insere-se no processo de industrialização, iniciado nos anos de 1920, pautada na substituição de importação. Silva e Carvalho (2007, p. 193) elucidam que “Nesse contexto, verifica-se a supremacia da burguesia industrial que, aliada a grandes proprietários rurais, passa a ter significado poder no Estado”, o que aprofundaria o modelo corporativista do Estado Brasileiro.

³⁰ Agências brasileiras de fomento ao conhecimento científico, à inovação tecnológica e à capacitação de recursos humanos para docência e pesquisa.

³¹ Ver Iamamoto e Carvalho, 1982; Silva e Silva, 1995; Netto, 1992; Castro, 1984; e outros.

A crescente industrialização faz crescer o proletariado urbano, em um processo migratório do campo para a cidade. Com a instituição do Estado Novo em 1937 sob o comando do presidente Getúlio Vargas, para além da função de garantir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial, duas demandas estavam postas “[...] absorver e controlar os setores urbanos emergentes e buscar, nesses mesmos setores legitimação política” (SILVA, *apud* SILVA E CARVALHO, 2007, p. 193). Nesse contexto, estruturam-se as ações assistenciais para atender as demandas postas pelo êxodo rural.

Para responder às questões sociais emergentes, o Estado institui ações normativas e assistenciais para o atendimento das novas demandas coletivas, cumprindo também a função operária em expansão. [...] Nesse contexto o Serviço Social se estrutura e se desenvolve como profissão, sendo criado a primeira escola de formação profissional de assistentes sociais em São Paulo, em 1936, seguindo-se da instituição de outras escolas [...] a base dos seus conhecimentos era o neotomismo, com conteúdo marcadamente moral, filosófico e religioso. (SILVA E CARVALHO, 2007, p. 194)

Na década de 40, com o desenvolvimento industrial e o crescimento da classe operária, o recém-criado Serviço Social brasileiro é gradativamente captado pelo Estado que, nesse período, recebe a influência do Serviço Social norte-americano, de suporte teórico-metodológico neopositivista, com foco psicossocial de cunho conservador, com destaque principalmente para técnicas de Serviço Social de caso e grupo.

A partir dos anos de 1960, esse referencial começa a ser questionado, marcando o início de um momento de crítica ao Serviço Social conservador de cariz norte-americano, impulsionado pelo movimento estudantil e de segmentos minoritários de assistentes sociais. Netto (2015) chama esse processo de “Erosão do Serviço Social Tradicional”, logo abortado pelo Golpe de Estado em 1964, dando início a Ditadura Militar³². Durante a ditadura, o Serviço Social foi convocado para gerir a implementação de programas sociais em expansão pelo

³² “Ocorreu, portanto, no âmbito do Serviço Social brasileiro, no início dos anos 1960, o esboço de um movimento de construção de um projeto profissional, comprometido com mudanças na sociedade brasileira, logo interrompido pela repressão da ditadura que se instalou no País, tendo em vista garantir as condições para o desenvolvimento do capitalismo, aprofundando na sua fase monopolista e de internacionalização” (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 195).

país, ação voltada ao controle social da população e como ato compensatório diante da repressão militar instaurada. Nesse espaço ocupacional, a demanda por aperfeiçoamento técnico cresceu para o Serviço Social, e, processou-se o Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro, abalizado sob três perspectivas: modernização, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. (NETTO, 2015)

Ressalta-se que “[...] o processo histórico que legitimou o Serviço Social como profissão a serviço de um Estado autoritário, possibilitou posteriormente, o questionamento da sua prática e assim o avanço na direção da renovação da categoria” (LIMA, 2018, p. 28)³³.

A perspectiva de “Modernização Conservadora do Serviço Social” como tendência pautada nas abordagens funcionalistas e estruturalistas ocorre entre 1965 a 1975. Essa concepção objetivou adequar a profissão aos instrumentos de intervenção pertinentes “[...] à operacionalização do desenvolvimento do capitalismo e atender as exigências sociopolíticas dos adventos da pós-ditadura militar”. (SILVA, 2017, p. 27). Além de marcar o distanciamento com o conservadorismo católico, também baliza a adesão a novas posturas profissionais, que passam a atuar tanto em nível da micro-atuação como da macro-atuação. Destacam-se dois documentos brasileiros importantes dessa época, o “Documento de Araxá” em 1967 e o “Documento de Teresópolis” em 1970, resultantes dos Seminários de Teorização do Serviço Social, geridos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

Em um movimento contraditório, próprio das relações sociais dialéticas, evidencia-se no período ditatorial, o “Movimento de Reconceituação do Serviço Social”, movimento crítico que não se efetivou no Brasil por conta da repressão militar, que se difundiu na América Latina, mas que trouxe para o Serviço Social Brasileiro subsídios críticos que se tornam basilares no processo de ruptura com o “Serviço Social Tradicional” e a perspectiva de “Modernização Conservadora”.

Entre os anos de 1975 a 1985, duas perspectivas teórico-metodológicas se desenvolvem simultaneamente no Serviço Social: a “Reatualização do

³³ “Em meio a essa conjuntura, o Serviço Social passa a questionar as suas bases tradicionais, acompanhando o desenvolvimento da sociedade brasileira de contestação do modelo vigente. É nesse decurso, que o profissional do Serviço Social se institui enquanto intelectual capaz de construir e contribuir com o conhecimento sobre a realidade, firmando-se como profissão e área do conhecimento” (LIMA, 2018, p. 28).

Conservadorismo” embasada no legado da Fenomenologia e a “Intenção de Ruptura” abalizada nas interlocuções com o legado marxista, embora, essa aproximação tenha se dado, inicialmente, de forma reducionista e enviesada.

Nesse contexto, o Serviço Social procura reverter a tendência modernizadora assumida até então no âmbito do seu Movimento de Reconceituação, passando a buscar referências teórico-metodológicas no campo marxista, na busca de assumir uma perspectiva dialética, orientada principalmente, pela concepção de Estado ampliado, a partir de 1978, quando o pensamento de Antônio Gramsci passa a ser adotado largamente no Brasil. (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 195).

É nesse período que os primeiros Programas de Pós-graduação em Serviço Social surgem no Brasil e marcam o início do processo de produção do conhecimento nessa área.

A Pós-Graduação no Brasil origina-se na década de 1930, contudo, é na década de 1960 que a Pós-Graduação institucionaliza-se como um sistema advindo do parecer da Câmara de Educação Superior nº 977/65³⁴, chamado de Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho de Educação no regime militar.

Conforme Guerra (2011), as transformações econômicas, sociais e políticas da década de 1960 exigiam o asseguramento de “[...] determinado tipo de pesquisa e de produção tecnológica e científica” (Ib. p. 128), que desse suporte a transformação capitalista instituída pela ditadura, “[...] caracterizada pela aceleração econômica, dependência do capital externo e por uma dinâmica que garantia, mas também restringia, o acesso aos bens e serviços apenas aos segmentos da classe burguesa”.

De mais a mais, Guerra (Ib., p. 128) ressalta que a lógica da implantação da Pós-Graduação no Brasil,

³⁴ Segundo Fraudes (s/d, p. 01) “O Parecer Sucupira – Parecer CFE nº 977/19652 –, aprovado em 3 de dezembro de 1965, trata da definição dos cursos de pós-graduação, pelo Conselho Federal de Educação, com homologação ministerial, na vigência da Lei nº 4.0243, de 1961, que fixava as diretrizes e bases da educação nacional (a primeira LDB). Esse parecer é adotado, até hoje, pela Capes, para os processos de avaliação e regulação dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu, em níveis de mestrado e doutorado. Foi firmado por ilustres educadores da época: A. Almeida Júnior, presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Federal de Educação (Sesu/CFE), Newton Sucupira, relator, Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valmir Chagas e Rubens Maciel”.

[...] era parte constitutiva do projeto de modernização conservadora e tinha por objetivo a consagrada integração entre centro e periferia, o que evidencia claramente nosso processo de dependência. Essa integração implicava a expansão de mercados consumidores nos países periféricos e o fomento aos países centrais enquanto produtores de Ciência e Tecnologia. É importante lembrar que o objetivo das nações mais desenvolvidas era o aumento de mercados consumidores e o desestímulo à concorrência científica ou tecnológica.

O projeto político e econômico da Ditadura Militar tinha o objetivo de construir no Brasil uma sociedade urbano-industrial na periferia do capitalismo, e tinha na Educação, principalmente na Pós-graduação, sua principal estratégia. A Educação baseava-se na racionalidade técnica de modo a estabelecer a substituição dos políticos pelos tecnocratas, e garantir a relação entre educação e aumento da produtividade. Além disso, a expansão da Pós-graduação nesse período cumpria a função de conferir às universidades um perfil de neutralidade, para sustentar uma racionalidade formal-burocrática.

A partir de acordos com a *United States Agency for International Development (Usaid)*, conhecidos como MEC-Usaid, a Pós-graduação no Brasil passa a ter o formato nos moldes da estrutura e filosofia estadunidense, que privilegia: formação de professores que atenda a expansão do ensino e pesquisa voltados para atender aos interesses do mercado; treinamento de técnicos para atender ao desenvolvimento nacional dos setores favorecidos pela ditadura.

Com o Parecer Sucupira, todo um sistema de financiamento da Pós-graduação é criado, a exemplo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

É nos anos de 1970 que a Pós-graduação no Brasil se expande e ganha corpo, e exatamente nesse momento que são criados os primeiros Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social, implantado em 1972 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); em 1976, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); em 1977, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); em 1978 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); em 1979 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em 1981, foi criado o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social na América Latina na PUC-SP, esse primeiro curso de Doutorado e os seguintes contribuíram para a implantação de cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social em Portugal entre os anos de 1980 e 1990, “[...] inicialmente formando mestres e doutores portugueses no Brasil e, posteriormente, participando do quadro docente dos cursos criados em Portugal” (CAPES, 2019, pg. 3), colaborando assim com a presença da literatura escrita por autores brasileiros no território lusitano.

No contexto Latino-americano, em 1975 ocorre a criação do primeiro curso de Pós-Graduação *Latinoamericano de Trabajo Social* (PLATS) na Universidade Nacional de Honduras, fruto da articulação entre a Universidade Centro-Americanas e o Centro de Estudios *Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS). Esse programa é fruto do movimento iniciado na década de 1960 que questionava as influências estrangeiras no Serviço Social latino-americano e do conservadorismo teórico-metodológico e ético-político, movimento esse conhecido como Movimento de Reconceitualização, e é nesse movimento que as bases do diálogo com as ciências sociais são estabelecidas. Guerra (2011, p. 132) assevera que “[...] este movimento questionador da suposta subalternidade profissional e do significado social da profissão desencadeia preocupação com a qualificação profissional”.

No contexto brasileiro a produção teórica que surge com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação e com a inserção da graduação em Serviço Social nas universidades públicas³⁵ questionam antigos paradigmas, enquanto o Serviço Social como ramo do saber, o endogenismo, suposta neutralidade, a existência de métodos e objetos próprios.

Para além do seu papel de formar a massa crítica da profissão, sem dúvida que os recém-criados cursos de pós-graduação na década de 70 do século passado exercem papel fundamental no que se refere a proporcionar a articulação política de um importante segmento da categoria (composto por uma vanguarda, muitas destes sujeitos também dirigentes das entidades à época) que, para qualificar sua atuação política, passa a exigir uma apropriação das matrizes clássicas do

³⁵ É importante frisar que é no contexto dos anos de 1970 que os cursos de Serviço Social deixam ser realizados nas Escolas de Serviço Social e são introduzidas nas universidades.

conhecimento e o estabelecimento do diálogo com outras áreas de produção do conhecimento. (Id., *Ibid.*, p. 132)

Nos anos de 1980, em pleno movimento de efervescência política da sociedade brasileira, embalado pelos movimentos sociais e sindicais, ganham força novas exigências teóricas e práticas demandadas pelo Serviço Social, dada a necessidade de uma interlocução dos assistentes sociais com outras áreas do conhecimento. Esse período marca a “[...] travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmico-política” (IAMAMOTO, *apud* GUERRA, 2011, p. 133), além de ser marcado também pelo retorno de intelectuais da clandestinidade e do exílio.

A pesquisa em Serviço Social também ganha impulso com a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), ligado a ABESS³⁶ no ano 1987, com vigência até o ano de 1996. Guerra (Ib.) assevera que o CEDEPSS se constitui uma estratégia rumo à ruptura com a endogenia da produção científica do Serviço Social “[...] e da criação de vínculos com pesquisadores de áreas afins na construção da pesquisa interdisciplinar” (Ib., p. 134), resultando em uma produção intelectual fecunda sobre a realidade nacional, crise de paradigmas e suas implicações no fazer prático e teórico do Serviço Social, e outros³⁷.

Sobre o período de renovação do Serviço Social brasileiro ocorrido nos anos 70 e 80 do século XX, Netto (2005, p. 83) considera que,

Integrado no sistema universitário em todos os níveis (graduação e pós-graduação), nos anos oitenta o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituía a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das ideias reconceitualizadoras, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação – por isso, é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como

³⁶ Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) foi criada em 1946. Em 1996 passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e tem por objetivo o acompanhamento da implementação das Diretrizes Curriculares no âmbito da formação do ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social.

³⁷ “Parte dessa produção é inscrita nos Cadernos Abess e nos Cadernos de Pesquisa do Cedepps, importantes registros da produção do Serviço Social à época” (GUERRA, 2011, p. 134). Ressalta-se que posteriormente o Caderno Abess foi substituído pela Revista *Temporalis*.

herdeiro do espírito da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualidade acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investimento fortemente na investigação.

É na conjuntura dos anos de 1980 e 1990, em meio às lutas dos movimentos sociais pela redemocratização brasileira, como o Movimento das Diretas Já e os movimentos envolvidos no processo da Assembleia Constituinte³⁸, que propiciam a criação de um novo projeto profissional, consubstanciado na Reforma Curricular do Serviço Social brasileiro, em 1982, e no Código de Ética em 1986, ambos reformulados em 1996 e 1993, reafirmando o legado marxista.

Na década de 1990, a profissão confere materialidade ao seu Projeto Ético-Político (PEP), aprovado pela ABESS (chamada na época Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social); a reelaboração do Código de Ética, em 1993, que reafirma a relação com o projeto das classes subalternas; e é aprovada a Lei 8.662 de 07/06/93 que Regulamenta a Profissão. Esses são os principais documentos que dão base jurídica à profissão, e que foram elaborados sob a influência da tradição marxista, apesar de terem sido elaborados em uma conjuntura de expansão do neoliberalismo.

Merece registrar que ainda na década de 80, em 1984 o Serviço Social é reconhecido pelo CNPq como área do conhecimento na Árvore do Conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, inserindo-se como Área do Conhecimento no Serviço Social (6.10.00.00-0) que, por sua vez, divide-se em duas subáreas: Fundamentos do Serviço Social (6.10.01.00-7): Fundamentos teórico-metodológicos, Formação Profissional, Prática Profissional, Ética Profissional, História do Serviço Social, Produção do Conhecimento, Questão Social, Trabalho; e Serviço Social Aplicado (6.10.02.00-3): Políticas Sociais, Proteção Social, Gestão Social, Gestão Pública, Avaliação.

Decerto, a inserção da produção do conhecimento em uma dessas subáreas é uma atividade complexa em face da dinamicidade societal, na qual é gerada esse conhecimento, diante das atuais transformações societárias tardo-burguesas derivadas da atual crise do capitalismo, das novas expressões

³⁸ Que resulta na Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

da “questão social” e das novas estratégias de enfrentamento a tais expressões com a criação de novas Políticas ou Programas Sociais, além “[...] dos novos sistemas de comunicação, como a internet e as novas tecnologias que resultaram na reconfiguração da própria vida social”. (OLIVEIRA, RAMOS, BARROS; NÓBREGA, 2013, p. 61)

Em relação à produção do conhecimento na área do Serviço Social expressa- mediante os Fundamentos Históricos, Teórico-metodológicos, Ético-políticos e Culturais do Pensamento Social Crítico-dialético que embasam os estudos sobre a Economia Política, a Sociabilidade Humana, o Trabalho, a Formação Profissional do Assistente Social e as suas práticas sociais, as múltiplas manifestações da “questão social” e as respectivas estratégias de enfrentamento (Políticas Sociais).

Os anos 2000, embora dê continuidade ao projeto educacional no âmbito do Ensino Superior, a Pós-graduação no Brasil dos anos da sua criação, principalmente em relação a atender aos interesses do capital, consolida um processo de flexibilização no ensino superior, “[...] no que se refere à sua desregulamentação, flexibilizando a estrutura curricular, de um lado, e estabelecendo um novo marco regulatório, de outro” (GUERRA, 2011, p. 137), para atender a valorização do capital.

A lógica da fragmentação, do imediatismo e aligeiramento, efemeridade e transitoriedade demarca a compreensão espaço-temporal do capitalismo fetiche, que movimenta o capital a uma financeirização e flexibilização da economia mundial, demandando ao ensino que seja barato, flexível e aligeirado. Seguindo essa tendência, a Pós-graduação é instrumentalizada numa lógica mercantilista, pragmática e instrumental ao mercado. Segundo Guerra (Ib. p. 138),

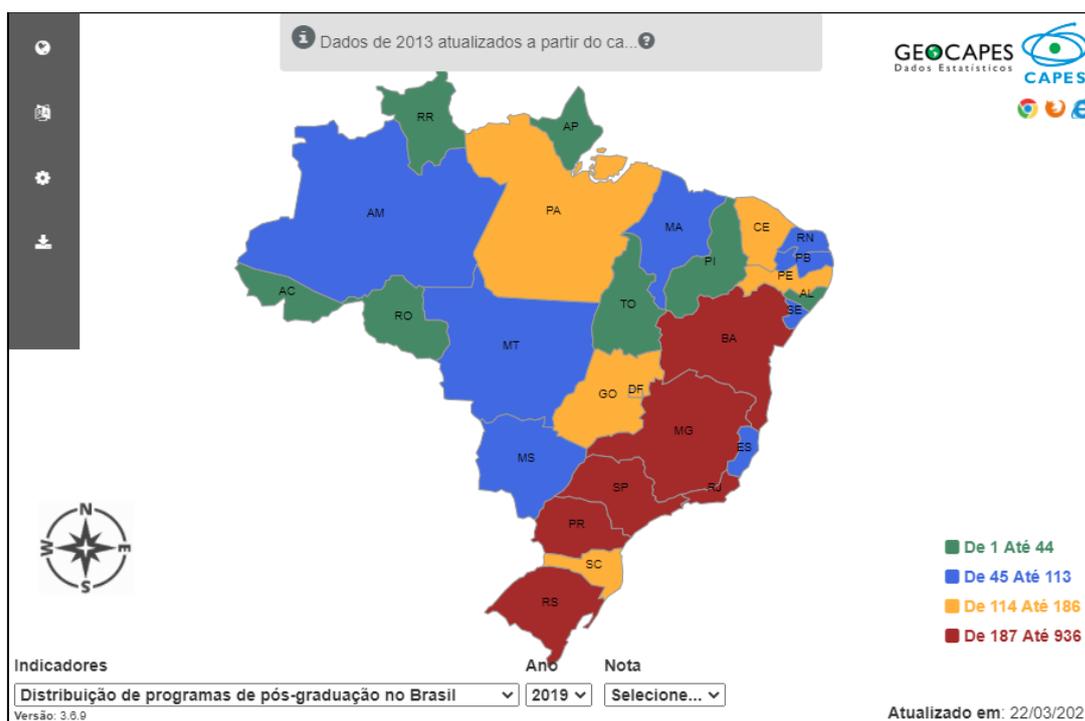
A análise dos Planos Nacionais de Pós-Graduação dos últimos 20 anos demonstra o aprofundamento de uma histórica política de fomento voltada a atender aos interesses da indústria brasileira, operando na direção de formar recursos humanos para o mercado, através de parcerias com empresas. Baseado em um modelo de gestão empresarial voltada às necessidades do processo produtivo, esta política de pós-graduação atual é regulamentada pela Lei de Inovação Tecnológica e complementada pela Lei do Bem. A sanção da Lei de Inovação Tecnológica, que busca promover a inovação por meio da articulação entre os diversos setores, visa a uma maior interação universidade/empresa e a participação de pesquisadores no desenvolvimento de novas tecnologias sempre direcionadas às

empresas. Esta lei prevê a participação do docente na captação de recursos no mercado oferecendo serviços de inovação tecnológica, convertendo-o em empreendedor, mero prestador de serviço ao mercado e/ou captador de recursos.

O avanço da Pós-graduação em Serviço Social se insere no processo de expansão da pós-graduação brasileira. O Mapa abaixo apresenta os dados quantitativos da Distribuição de Programas de Pós-Graduação de todo o Brasil até o ano de 2019, segundo o GEOCAPES – Dados Estatísticos.

Como indicado na Figura -2, os estados onde se concentram de 187 até 936 PPGs se encontram no Sudeste – Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo; e no Sul – Paraná e Rio Grande do Sul; destaca-se que no Nordeste só o estado da Bahia se encontra com esse quantitativo. Em relação aos estados que concentram de 114 até 186 PPGs, observa-se que esse quantitativo se expressa mais no Nordeste como o estado de Ceará e Pernambuco; Norte com o estado do Pará; Centro-Oeste com Goiás; e o Sul com Santa Catarina. É possível por meio da leitura desse Mapa, relacionar o quantitativo de programas por estado às desigualdades regionais características do nosso país, que também se expressam na Política Educacional, mais especificamente na política de Pós-Graduação no país. Percebe-se que a maioria dos Programas de Pós-Graduação no país se encontra no Sul e Sudeste, e que também incide na distribuição de bolsas de estudos e outros incentivos para a pesquisa.

Figura 2 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil - 2019.



Fonte: GEOCAPES, CAPES, 2021.

Houve dos anos de 1960 até o momento uma grande expansão dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, principalmente após o Parecer Sucupira. Ressalta-se que os cursos de Mestrado e Doutorado se constituem como *locus* da produção do conhecimento dada a centralidade que os Programas de Pós-Graduação exercem na pesquisa acadêmica no Brasil.

A Pós-Graduação em Serviço Social desde sua implantação ainda na década de 1970, construiu uma caminhada de expansão e se consolidou como área de conhecimento e na produção do conhecimento, ganhando espaço e reconhecimento na academia, principalmente nas Ciências Sociais, dado seu caráter interdisciplinar e sua perspectiva crítica. Na contemporaneidade, o Serviço Social é reconhecido como profissão e área de conhecimento, com campo de atuação em vários espaços sócio-ocupacionais nas Políticas Sociais, e livros e artigos publicados em todo o mundo.

A produção do conhecimento do Serviço Social tem sua maior representação nas pesquisas desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação da área. Segundo o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 – Serviço Social (CAPES, 2017), eram 34 programas de Pós-Graduação na área de avaliação do Serviço Social (Área 32), sendo 2 de Economia Doméstica e 32 de Serviço Social.

Em 2018 foram aprovados após apreciação dos Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) pela CAPES, 3 novos programas: 2 em Serviço Social e 1 em Política Social, constituindo cursos de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Atualmente são 36 Programas de Pós-Graduação avaliados na área de Serviço Social no Brasil³⁹. No que concerne aos cursos, 18 programas contam só com o curso de Mestrado e 18 com os cursos de Mestrado e Doutorado. (CAPES, 2019)

³⁹ Durante a Avaliação Quadrienal 2017, o Programa de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco era considerado da área de Serviço Social, contudo, ele não faz mais parte da área desde 2018.

Quadro 2 - Programas de Pós-Graduação na Área de Avaliação do Serviço Social na CAPES. João Pessoa/PB, 2022.

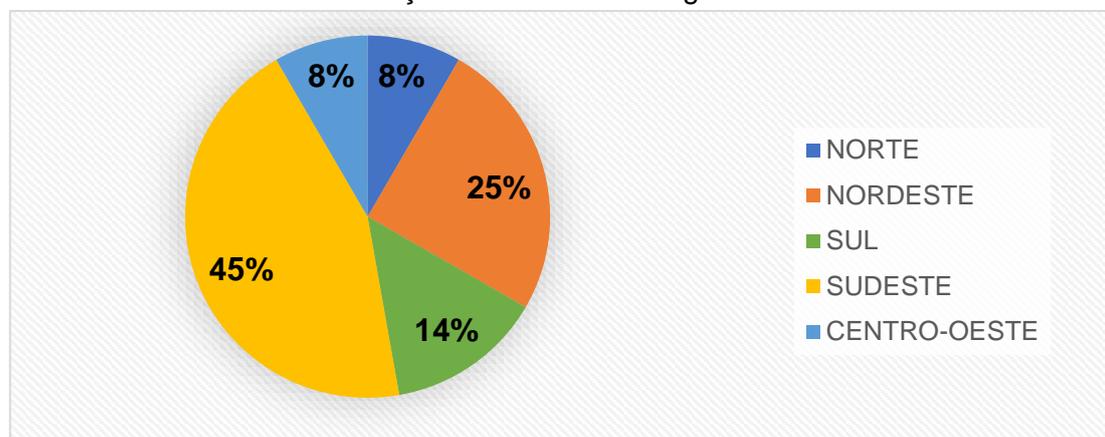
Nº	IES	Criação	Nota	Área de Formação	Curso
01	PUC-SP (SUD)	1972	7	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
02	UFRJ (SUD)	1976	6	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
03	PUC-RS (SUL)	1977	6	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
04	UFPE (NOR)	1979	6	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
05	UnB (CEN)	1990	6	Política Social	Mestrado e Doutorado
06	UFMA (NOR)	1993	6	Políticas Públicas	Mestrado e Doutorado
07	UERJ (SUD)	1993	6	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
08	PUC-Rio (SUD)	1972	5	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
09	UFES (SUD)	2004	5	Política Social	Mestrado e Doutorado
10	Unesp/FR (SUD)	1991	4	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
11	UFV (SUD)	1992	4	Economia Doméstica	Mestrado e Doutorado
12	UFPA (NORT)	1996	4	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
13	UFRN (NOR)	2000	4	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
14	UEL (SUL)	2001	4	Serviço Social e Políticas Sociais	Mestrado e Doutorado
15	UFSC (SUL)	2001	4	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
16	UFPI (NOR)	2002	4	Políticas Públicas	Mestrado e Doutorado
17	UFF-PS (SUD)	2002	4	Política Social	Mestrado e Doutorado
18	UFAL (NOR)	2004	4	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
19	UFJF (SUD)	2005	4	Serviço Social	Mestrado e Doutorado
20	UCPEL (SUL)	2006	4	Política Social e Direitos Humanos	Mestrado e Doutorado
21	PUC-Goiás (CEN)	2007	4	Serviço Social	Mestrado
22	UFPB (NOR)	1978	3	Serviço Social	Mestrado

23	UFAM (NORT)	2007	3	Serviço Social e Sustentabilidade	Mestrado
24	UFMT (CENTRO)	2009	3	Política Social	Mestrado
25	EMESCAM (SUD)	2009	3	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Mestrado
26	UFF-SS (SUD)	2011	3	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Mestrado
27	UFS (NOR)	2011	3	Serviço Social	Mestrado
28	UECE (NOR)	2012	3	Serviço Social	Mestrado
29	UNIOESTE (SUL)	2013	3	Serviço Social	Mestrado
30	UEPB (NOR)	2013	3	Serviço Social	Mestrado
31	UERN (NOR)	2014	3	Serviço Social	Mestrado
32	UFRGS (SUL)	2016	3	Política Social e Serviço Social	Mestrado
33	UNIFESP (SUD)	2016	3	Serviço Social e Políticas Sociais	Mestrado
34	UFT (NORT)	2018	Aprovado	Serviço Social	Mestrado
35	UFRB (NOR)	2018	Aprovado	Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios	Mestrado
36	UFBA (NOR)	2018	Aprovado	Serviço Social	Mestrado

Fonte: BRASIL, Capes, 2017, 2019.

Como demonstra o gráfico seguinte, a maioria dos Programas em Serviço Social se encontra no Sudeste do país com 45% (13), seguindo do Nordeste com 25% (9), Sul 14% (5), Centro-Oeste e Norte com 8% (3) em ambas regiões.

Gráfico 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação avaliados na área do Serviço Social entre as Regiões.



FONTE: CAPES, 2017, 2019.

Em relação à Nota de Avaliação da CAPES, somente 1 (3%) Programa, que é o Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, possui a nota 7; 6 (16%) Programas possuem a nota 6; 2 (5%) Programas têm a nota 5; 12 (33%) Programas nota 4; e 12 (35%) possuem nota 3. Os três programas criados em 2018 ainda não possuem nota de avaliação, portando estão com o status de aprovado com a nota 3.

No sistema avaliativo da CAPES, a escala⁴⁰ adotada indica que: para o mestrado, a **nota** máxima é 5; e para o **doutorado**, **7** é o conceito máximo. Portanto, os Programas de Mestrados avaliados com nota 5 e os de Doutorado com notas 6 e 7, são considerados em nível de excelência.

Analisando o reconhecimento do Serviço Social na contemporaneidade como área de conhecimento, Lima (2018, p. 32) elucida que:

A ampla participação e formulação nos eventos nacionais e internacionais pelo Serviço Social, a utilização da bibliografia como referência nas demais áreas do conhecimento, a abertura do mercado editorial para as publicações da categoria, o significativo crescimento da procura de outros intelectuais pela pós-graduação em Serviço Social, etc, permitiu e permite ao Serviço Social brasileiro o reconhecimento de área do conhecimento, pois demonstram a descentralização do campo, exclusivamente, interventivo, endossando a dimensão intelectual e teórica da profissão.

Apesar desse processo de crescimento, Mendes e Almeida (2014) em artigo que analisa as tendências da pesquisa em Serviço Social a partir das demandas propostas ao CNPq na temporalidade de 2011 a 2013 apontam que: as demandas que chegaram ao Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social (CA-PS)⁴¹ indicam uma “[...] frágil relação entre demandas recebidas e recomendadas” (p. 644) referentes às propostas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social em relação à Psicologia, o que ocasiona uma destinação de recursos desiguais entre as duas áreas.

⁴⁰ A escala pode ser representada numérica ou graficamente. A escala numérica indica a relação entre as dimensões do espaço real e do espaço representado, por meio de uma proporção numérica. (IBGE, **Atlas Escolar**, 2022, p.1)

⁴¹ O Serviço Social compõe junto com a Psicologia um Comitê de Assessoramento (CA-PS), com representação das duas áreas. “O CA-PS juntamente com mais outros seis comitês de assessoramento (Difusão Científica, História, Artes, Ciência da Informação e Comunicação, Filosofia I, Filosofia II e Letras e Linguística) integra a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (COCHS), vinculada à Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais (DEHS) do CNPq” (ALMEIDA; MENDES, 2011, p. 643).

De acordo com os dados discutidos no artigo das citadas autoras (MENDES; ALMEIDA, 2014): no ano de 2012, a área de Psicologia apresentou 130 demandas (projetos de pesquisa), recebendo R\$ 658.000,00 de recurso, e em 2013, mesmo que a sua demanda tenha caído para 116 projetos, o recurso aumentou para R\$ 721.064,17. Enquanto o Serviço Social, em 2012, apresentou 28 demandas e recebeu R\$ 141,125,00 de recurso, e em 2013 teve uma queda para 25 demandas e também uma queda no orçamento para R\$ 112.106,45, movimento inverso do orçamento recebido pela área de Psicologia em 2013, que mesmo com queda na demanda, teve aumento considerável de recursos.

Esse aumento no atendimento das demandas dos Programas de Pós-Graduação de Psicologia pelo CNPq se explica pelo crescimento dessa área de conhecimento “[...] que conta com 73 programas de pós-graduação enquanto o Serviço Social tem 31; além de ter 311 pesquisadores de Produtividade em Pesquisa (PQ), enquanto são 71 no Serviço Social.” (Id. Ib. p. 646). Atualmente, o Serviço Social conta com 36 programas, sendo 1 de Economia Doméstica, enquanto Psicologia conta com 100 programas de pós-graduação. Mendes e Almeida (2014, p. 646) recomendam quais seriam as alternativas para atenuar essa diferença entre as duas áreas ao defenderem que:

Apoiada na perspectiva da lógica produtivista adotada pelas Agências de Fomento, a alternativa para atenuar essa diferença em médio prazo é o Programa de Serviço Social investir mais na expansão da Pós-Graduação *stricto sensu* e ampliar significativamente a demanda reprimida de pesquisadores qualificados para provocar o crescimento da concessão de bolsas PQ (Mendes e Almeida, 2013a).

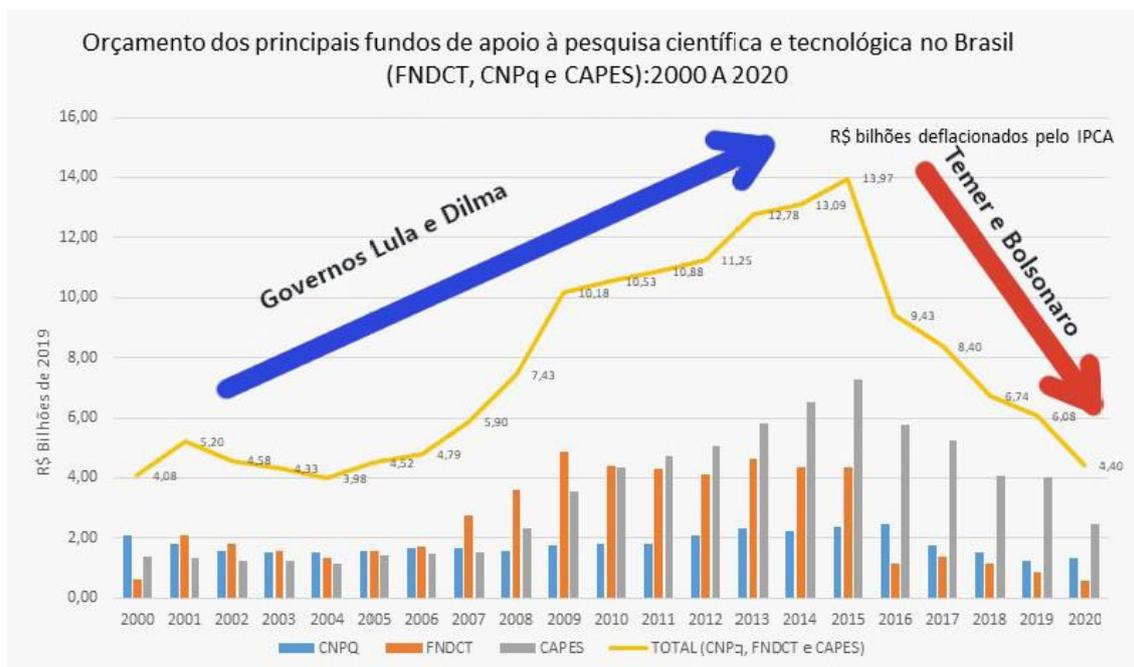
Na atual conjuntura brasileira, vive-se um processo de desqualificação da produção do conhecimento voltado à defesa dos direitos humanos e defesa da natureza por parte da ofensiva ultraconservadora neoliberal adotada. Há em curso uma desconstrução das instâncias e instituições democráticas com a tentativa de desmonte do pacto federativo estabelecido na Constituição Federal de 1988, para substituir por práticas autoritárias. Vinculado a esse processo de desconstrução, há a apologia ao irracionalismo como modo de interpretar a realidade, “[...] processos que são funcionais à defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital em um quadro societário global de grave crise econômica, política e sanitária” (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 63).

Uma das expressões desse projeto ultraconservador é o desmonte do ensino público, com a desqualificação das instituições de ensino superior. Afora a desqualificação, há ainda o desfinanciamento que atinge principalmente as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Segundo Leher (2019), no momento atual há um “elemento ideológico de justificação assentadas em formas de pensar o mundo que são irracionalistas, antiseclaristas e hostis à perspectiva de laicidade das coisas públicas” (LEHER, 2019, s.p.). As universidades passam a ser desqualificadas, apontadas como um lugar de balbúrdia, de plantação e consumo de maconha, de doutrinação marxista. Em lugar do debate de natureza científica e histórica defende-se a ignorância humana com retrocessos ao irracionalismo e obscurantismo no pensamento, onde são questionadas verdades, descobertas científicas e fatos históricos. O terraplanismo, o questionamento da validade das vacinas e a negação do caráter ditatorial do regime militar no Brasil são exemplos de desqualificação do conhecimento científico. (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 73)

O governo federal atualmente vem enfraquecendo pela via do desfinanciamento as instituições de fomento à pesquisa do país, como demonstra o gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil (FNDCT, CNPq e Capes): 2000 a 2020.



Fonte: SIOP. Elaboração: Fernanda de Negri / Ipea, 2019 *apud* SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 75.

Segundo essas autoras, o fenômeno da desqualificação do ensino superior encobre as reais determinações, que são: corte de recursos para instituições de ensino superior e de fomento à pesquisa no contexto de ajuste nas contas públicas; incentivo à expansão do ensino superior privado.

Desde 2016, após o Impeachment sofrido pela Presidente Dilma Rousseff, processo este reconhecido pelos partidos e entidades de esquerda como um verdadeiro Golpe Parlamentar, que contou com o apoio do vice-presidente Michel Temer e do capital financeiro, vem ocorrendo o esvaziamento orçamentário significativo das agências de pesquisa do Brasil.

Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018, esse processo de diminuição orçamentária desses órgãos agravou. Só em 2019, a Capes cortou 11.800 bolsas⁴², e, na mesma direção o CNPq suspendeu a concessão de novas bolsas para aquele ano.

As estratégias de ataques à pós-graduação engendradas pelo governo Bolsonaro materializam-se, a exemplo da Capes, em 2020, por meio da Portaria 34, publicada no Diário Oficial da União, que alterou os critérios de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado, que retiram bolsas de programas com notas 3, 4, 5 e remanejando-as para programas de maiores conceitos, o que afetou segundo reportagem de Madeiro (2020) na Uol cerca de 6,8 mil programas de pós-graduação no país. Apesar da alegação da Capes de que essas alterações na distribuição de bolsas seriam para direcionar bolsas para municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o estudo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2020, s/p *apub* Id. *Ibid.*) indicou que as maiores perdas de bolsas ocorreram em municípios com IDH muito baixo, “Do ponto de vista regional também fica nítida uma seletividade nos cortes: enquanto as regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste perderam, em média, 14% das bolsas permanentes, a região Sudeste perdeu apenas 7%”.

A perda de bolsas pelos programas de pós-graduação com os conceitos 3, 4, 5 são uma tentativa de sufocar o crescimento intelectual e do avanço da pesquisa desses programas, dado que os pesquisadores desfinanciados precisam buscar trabalhos remunerados para se manter e não podem se dedicar

⁴² Matéria do El País: Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html.

exclusivamente a suas pesquisas. Esse processo pode ocasionar o enfraquecimento das pesquisas e a diminuição de publicações de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais que impactam diretamente nos critérios de produtividade da CAPES para avaliar os programas de pós-graduação.

Ressalta-se que os cortes de bolsas da Capes em 2020 ocorreram no período em que a pandemia do novo coronavírus estava chegando ao Brasil, e gerou o desfinanciamento das pesquisas acadêmicas direcionadas ao impacto da Covid-19 em todas as áreas de conhecimento. Para além de se dar também em um contexto que o desemprego cresceu exponencialmente dado às crises da economia e sanitária aliado à política de isolamento social, medida de contenção necessária para evitar a propagação do vírus.

Esses cortes atingiram todas as áreas de conhecimento, e, analisando o impacto na área do Serviço Social, evidencia-se que 27 programas de pós-graduação se encontram com notas 5, 4, 3, justamente os programas com notas que perderam total ou parcialmente as bolsas concedidas pela CAPES. Nesse cenário, Santana, Stampa e Carvalho (2020, p. 76) apontam que, “[...] a diminuição da oferta de bolsas deverá ter por consequência o desinteresse dos jovens pela pesquisa e carreira docente, fragilizando o quadro geral da pós-graduação no Brasil”.

2.1.1 A Política Social na Consolidação do Serviço Social como Área de Conhecimento

É inegável a relação intrínseca entre Serviço Social e Política Social, pois, a institucionalização do Serviço Social como profissão ocorre quando a “questão social” passa a ser objeto de intervenção do Estado por meio das políticas sociais, configurando assim o espaço sócio-ocupacional para os profissionais do Serviço Social. A trajetória da gênese Serviço Social indica que a intervenção profissional se localiza à margem dos debates acerca do enfrentamento às demandas sociais, apesar da grande presença dos profissionais nos quadros estatais. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013)

Até meados dos anos de 1960, a atuação profissional dos assistentes sociais estava preocupada com a normalização das condutas dos indivíduos e sua integração, ancoradas em práticas conservadoras de cunho psychologizante

e amparado no neopositivismo e funcionalismo, como herança da influência do Serviço Social norte-americano. Enquanto o debate acerca das políticas sociais, atuação profissional diante das expressões da questão social e sua relação com a conjuntura “[...] passava ao largo das preocupações profissionais” ((MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p. 63). O debate centrava-se nos métodos de intervenção e se dava de forma endógena no interior do Serviço Social.

Em 1964, o Golpe de Estado instaurou uma ditadura por vinte e um anos. Esse golpe marca a “vitória” do projeto desenvolvimentista associado ao capital estrangeiro, principalmente o norte-americano. É um novo impulso do processo de modernização conservadora no país, marcado por transformações significativas, como aludido no tópico 2.1. Além de sufocar o movimento de revisão crítica no Serviço Social Brasileiro, isolando a categoria do Movimento de Reconceitualização que espriava pela América Latina, o Regime Militar contraditoriamente expandia os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no campo da proteção social⁴³, “[...] observa-se o uso da organização estatal para expandir a base de apoio ao governo militar através de alguns benefícios previdenciários de implantação de programas nacionais de cunho social” (Id., Ibid., 2013, p. 63).

As demandas por ações de proteção social ampliam-se para estados e municípios nos anos de 1970 por conta de ligeiro processo de urbanização e o empobrecimento da população. Nesse período surgem as primeiras secretarias estaduais e municipais encarregadas pelas demandas sociais, os serviços se ampliam e se consolida uma rede público-privado, principalmente no que diz respeito à proteção da criança e adolescente. Para o Serviço Social, essas novas instituições abriram espaço mais qualificado para os profissionais e em uma melhor condição hierárquica.

O início do debate sobre política social e o fazer profissional no âmbito do Serviço Social se expressam com o lançamento da primeira revista *Serviço Social & Sociedade*, publicada pela editora Cortez em 1979, com o tema central a política social. Essa primeira edição da revista traz ao debate profissional a

⁴³ “Entre esses, os Centros Sociais Urbanos e Rurais, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA)” (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, pg. 63).

questão dos direitos sociais, posições sobre temas como democracia, liberdade e direitos sociais.

Por conseguinte, é nos anos de 1970 que a política social passa a ser apreendida pelo Serviço Social em sua relação com a questão social, período que coincide com “[...] a criação dos primeiros programas de pós-graduação que favorece uma leitura mais crítica sobre a realidade, com a perspectiva marxiana [...] inscrita na produção teórica de segmentos da categoria profissional” (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p. 64).

Nos anos de 1980, após o retorno do país ao Estado de Direito em 1985, com o fim da ditadura militar, e as intensas mobilizações populares da sociedade civil por direitos sociais, que o debate em torno na relação visceral do Serviço Social e Política Social se amplia, e aprofunda-se ao longo das últimas décadas do século XX. Essas referidas autoras (2013, p. 62) elucidam que,

Estabeleceu-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus profissionais dos assistentes sociais do terreno da política social.

No campo da produção do conhecimento, as publicações sobre a Política Social se ampliaram bastante, principalmente no que concerne às produções geradas nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social. A tabela seguinte apresenta as áreas de formação dos 35 programas. Registra-se que na área de Avaliação do Serviço Social na CAPES, conta-se 36 programas de pós-graduação. Contudo, para avaliar a incidência da Política Social na produção do conhecimento, considera-se tão somente os 35 programas, uma vez que um programa se encontra na área de formação da Economia Doméstica, vinculado à Universidade Federal de Viçosa.

Tabela 2 - Áreas de Formação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. João Pessoa/PB, 2022.

Área de Formação	Quant.	%
Serviço Social	23	66
Serviço Social e Política Social	03	08
Política Social	06	17
Políticas Públicas	03	09

Total	35	100
-------	----	-----

Fonte: CAPES, 2017, 2019. Elaboração Própria.

A leitura tabular indica que 66% (23) programas se identificam como área de formação Serviço Social, incidência esperada por ser a área de avaliação da CAPES e por se constituir a área de conhecimento e a profissão. Também registra a incidência de 17% (06) em Política Social, e com 9% (3) Políticas Públicas, e mais 8% (3) em Serviço Social e Política Social.

No universo dos 23 programas da área de formação Serviço Social, 22 possuem áreas de concentração ligadas às políticas sociais⁴⁴, como demonstra o quadro seguinte. Demonstra-se mais uma vez a intrínseca relação da Política Social com o Serviço Social e sua importância para a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento.

Quadro 3 - Áreas de Concentração vinculadas às Políticas Sociais dos PPGSS na Área de Formação de Serviço Social. João Pessoa/PB, 2022.

Áreas de Concentração	
Políticas Sociais E Movimentos Sociais	Política Social
Trabalho, Lutas Sociais, Política Social E Serviço Social	Serviço Social, Direitos Humanos E Questão Social
Serviço Social, Políticas E Processos Sociais	Serviço Social, Trabalho E Direitos Sociais
Serviço Social, Movimentos Sociais E Direitos Sociais	Questão Social, Território, Política Social E Serviço Social
Trabalho E Política Social	Serviço Social, Política Social E Movimentos Sociais
Serviço Social, Trabalho E Políticas Sociais	Serviço Social E Política Social
Serviço Social: Trabalho E Sociedade	Serviço Social, As Políticas Públicas, Trabalho E Sustentabilidade Na Amazônia
Sociabilidade, Serviço Social E Política Social	Serviço Social, Desenvolvimento Regional E Políticas Públicas
Serviço Social, Trabalho E Questão Social	Serviço Social, Questão Social E Direitos Sociais
Serviço Social E Direitos Sociais	Política Social E Serviço Social
Trabalho, Políticas Sociais E Serviço Social	Serviço Social, Políticas Sociais E Direitos

Fonte: CAPES, 2017, 2019. Elaboração Própria.

⁴⁴ Além das áreas de concentração, as linhas de pesquisa sobre política social também estão muito incidentes no Serviço Social.

Assinala-se que as áreas de concentração ligadas às Políticas Sociais têm diversas nomenclaturas, como Direitos Sociais, Questão Social, Direitos Humanos, Avaliação de Programas Sociais, etc. É importante frisar que as áreas também estão relacionadas ao Serviço Social, posto que nessa área de conhecimento, essas temáticas fazem parte do cotidiano da atuação profissional, ligadas diretamente ao fazer profissional, e, por isso, se expressam com muita amplitude no campo da pesquisa e produção do conhecimento.

O conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais. (CAPES, 2019, p. 05)

As pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação são divulgadas para além das dissertações e teses, como por meio da publicação de livros, capítulos de livros, artigos publicados em revistas, períodos, anais de eventos etc. Assim, essa visibilidade expressa o tema da Política Social na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. A pesquisa realizada por Galdino (2016) sobre o estado da arte do Serviço Social inventariado na revista *Serviço Social & Sociedade* (QUALIS A1), no período de 2010 a 2014, indicam que: dos 160 artigos publicados nessa temporalidade, 31% versam sobre Política Social, estando em uma posição mais incidente do que Fundamentos do Serviço Social, com 29%. Em seguida, cita Outros com 17%, Crise/Questão Social/classe/pobreza com 11%, Marxismo 5%, Gênero 4% e Neodesenvolvimentismo 3%.

Como aludido acima, o debate do Serviço Social em relação à Política Social ganha corpo nas duas últimas décadas do século XX, diante de toda a

efervescência política e luta pela garantia dos direitos sociais na Carta Magna de 1988, o que possibilitou o reconhecimento do Estado Brasileiro dos direitos sociais e consolidou o tripé da Seguridade Social brasileira: saúde, previdência social e assistência social.

Mioto e Nogueira (2013) elucidam que a partir de 1988 é possível notar a confluência entre o aparato legal que foram criados para dar concretude ao texto constitucional, como a Lei Orgânica da Saúde e a Lei Orgânica da Assistência Social, e o movimento em torno do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Apesar de todo o avanço legislativo do campo das Políticas Sociais e da Seguridade Social brasileira, ocorre no contexto dos anos de 1990 a instauração do projeto de contrarreforma do Estado no Brasil, onde “[...] ao cumprir com o que foi anunciado na reforma gerencial, o Estado brasileiro vem deixando para o mercado tudo o que este pode promover, especialmente saúde, educação, previdência, habitação, meio ambiente etc” (GUERRA, 2016, p. 96).

Nesse processo de reforma gerencial e aumento do papel na função de Estado regulador, dois movimentos caracterizam as Políticas Sociais: mercantilização e assistencialização⁴⁵. A lógica gerencialista seguindo o modelo das organizações sociais ganham espaço na execução das Políticas Sociais estatais, da contratação de consórcios para a execução da política de assistência social, e nas demais políticas, a exemplo da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Essas são tendências neoliberais que ganham evidência após a crise de 1970 no intuito de flexibilizar e aligeirar o acúmulo de capital, e o Estado, como afirma Mészáros (*apud* GUERRA, 2016, p. 96) é “[...] parte integrante do próprio solo material do capital”, por isso o mesmo atua como agente que garante as condições externas e internas do sistema capitalista.

A centralidade que a Política de Assistência Social é evidenciada por alguns autores (NETTO, 2012; MOTA, 2015; GUERRA, 2016) ganha ainda mais

⁴⁵ “A face da assistencialização das políticas focalizadas e minimalistas se caracteriza pelo atendimento focalizado da pobreza absoluta, por meio de programas de transferência de renda/assistências que produzem um segmento populacional que passa a dinamizar um mercado local. Esse modelo incide em várias políticas execução de auxílios e benefícios, como é o caso do BPC, a face da mercantilização das políticas sociais, por sua vez, transforma usuários em consumidores dos serviços sociais, por sua vez, transforma usuários em consumidores dos serviços sociais adquiridos no mercado, o que ocorre também com a educação, previdência complementar e planos de saúde privados” (GUERRA, 2016, pg. 96).

destaque com a PNAS/2004 e a criação do SUAS e outros instrumentos normativos da Política de Assistência Social, e a extensão da sua lógica para as outras políticas que incidem em grande expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, e também na expansão dos cursos EAD que atendem a necessidade de fornecer mão de obra rápida, flexibilizada, aligeirada e barata para a Política de Assistência Social.

É nesse cenário que a produção do conhecimento em Serviço Social sobre Política Social se insere. Essa produção vem se embasando em uma análise crítica e analisando o movimento real da sociedade brasileira. Como explicita Mito e Nogueira, (2013, p. 62) acerca do crescimento da produção sobre Política Social “[...] não significou unicamente o aumento da produção de conhecimento sobre o tema, mas uma crescente qualificação em termos de rigor teórico-metodológico e em sensível aprofundamento da discussão dos processos sociais contemporâneos”.

Sobre as Políticas Sociais em sua ampla setorialidade como saúde, educação, assistência social, previdência e outras, enquanto respostas do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, “[...] foram assim setorialmente pensadas [...] tomadas em sua fenomenalidade, as expressões da “questão social” transmutam-se em diferentes problemas tratados isoladamente pelas especializações da divisão sociotécnica do trabalho, entre elas, o Serviço Social” (SANTOS, 2007, p. 65). Essa setorialização insere a profissão em um sincretismo de demandas profissionais, muito relacionado à tendência conservadora sincrética da profissão e colabora com o eco das influências pós-modernas na profissão.

2.1.2 Influxos Pós-Modernos no Serviço Social

Como abordado no capítulo 1, as transformações societárias ocasionadas pela crise capitalista de 1970, somadas a crise do socialismo real - justamente os dois maiores metarrelatos na Modernidade -, ocasionaram o crescimento das críticas ao Projeto de Modernidade, considerada por alguns teóricos como a crise desse projeto, afirmado sobretudo pela denominada Pós-modernidade.

Considera-se o movimento pós-moderno como um fenômeno heterogêneo, mas que tem características comuns: negação total ou parcial dos

paradigmas da Modernidade, triunfo da estética sobre a ética, fragmentação, volatilidade, simulacro, ecletismo e tantas outras. Como demonstra a análise marxista elucidada no tópico 1.3 desta Dissertação, a Pós-modernidade é uma condição histórica que se expressa dentro da Modernidade capitalista, e atua como lógica cultural do capitalismo pós-crise de 1970, que, apesar de trazer consigo um conjunto de transformações extremamente significativas, não traz em si uma ruptura com o projeto de Modernidade, uma vez que não houve uma mudança nas bases estruturais que compõem o capitalismo.

Como lógica cultural do capitalismo tardio, a Pós-modernidade influiu em vários aspectos da vida social, inclusive no campo da produção do conhecimento, no cotidiano profissional e na política. Ao ganhar um grande espaço nas Ciências Sociais, em um momento de forte questionamento acerca da rigidez e totalitarismo dos paradigmas analíticos modernos, denominada de “crise de paradigmas” nas Ciências Sociais, essa perspectiva se alastra para outras áreas de conhecimento.

Em relação à recepção da Pós-modernidade no ambiente acadêmico brasileiro e no Serviço Social, Araújo (2017, p. 83) elucidada que,

[...] se deu nos anos 1980, justamente o período em que o Serviço Social estava organizando seu PEP de teor marxista. Este se tornou legítimo no âmbito do Serviço Social nos anos 1990, em que as ciências sociais passavam por fortes questionamentos sobre seus paradigmas analíticos, ocasionando a conhecida crise dos paradigmas nas ciências sociais e no próprio marxismo.

O marco inicial das discussões a respeito do pós-moderno⁴⁶ no Brasil se deu no período de abertura democrática do regime militar “[...] aliado à emergência no cenário político do novo sindicalismo e dos sujeitos engajados nos movimentos sociais e populares” (Id., Ibid., p. 87). A primeira publicação com reflexões sobre a Pós-modernidade no Brasil foi um artigo de José Guilherme

⁴⁶ “Foram arquitetos, artistas plásticos, críticos de arte e literários que por terem uma conexão mais orgânica com a produção de bens culturais em escala mundial os que trouxeram o debate sobre o pós-moderno para o país, atendendo aos interesses de uma nova indústria cultural e editorial, alicerçada na publicação de livros que garantissem lucratividade para o mercado editorial (EVANGELISTA, 2007, p. 31; CANTALICE, 2013, p. 88)” (ARAÚJO, 2017, p. 89).

Melquior, em 1976, publicado no Caderno Suplemento Cultural, do jornal *O Estado de São Paulo*⁴⁷, contudo, esse artigo não teve repercussão.

É apenas em 1983 que as discussões sobre Pós-modernidade no Brasil repercutem com a publicação de um número de Folhetim da *Folha de São Paulo*, “[...] onde o pós-modernismo foi colocado como problemática que carecia de discussão” (Ib., Id.).

Gradativamente, o debate acerca da Pós-modernidade foi ganhando espaço nos cursos, conferências, seminários e programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Na década de 1990, a discussão sobre “crise de paradigmas” dentro da área de conhecimento Ciências Sociais chega ao Serviço Social, por ser uma temática emergente e vinculada às transformações societárias que incidem na dinâmica da vida social, política, cultural e econômica dos países. Essa temática chega ao Serviço Social no mesmo momento em que se consolidava a adoção da teoria social crítico-dialética marxista como direção hegemônica do Serviço Social brasileiro, e que se ampliava nos debates em torno do Projeto Ético-Político (PEP)⁴⁸ da profissão.

É importante registrar que o Serviço Social no seu processo de institucionalização no Brasil, teve bases teóricas e filosóficas conservadoras e sua primeira grande influência filosófica estava pautada no conservadorismo católico antimoderno. É a partir dos anos 40 com a influência do Serviço Social norte-americano, ancorado no pensamento conservador reformista, com ênfase nos paradigmas positivista e funcionalista que o Serviço Social vai se aproximar do pensamento do Projeto de Modernidade⁴⁹. Contudo, apesar das diferenças

⁴⁷ Segue o link para acessar o artigo: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19761107-31175-nac-0291-cul-3-not>. Acessado em: 08/05/2022.

⁴⁸ As datas supramencionadas, relacionadas à elaboração do PEP e à “crise de paradigmas” sugerem que ao mesmo tempo em que as Ciências Sociais discutiam avidamente a respeito dessa crise de paradigmas – leia-se a crise do triunfo da razão e do progresso pregados, entre outras correntes de pensamento, pelo marxismo -, o Serviço Social, em contraposição, elaborava seu PEP, que vem organizando o modo de ser da profissão até a contemporaneidade. (ARAÚJO, 2017, p. 92)

⁴⁹ Sobre o conservadorismo. É importante destacar que: “Se, originalmente, o pensamento conservador é como vimos restaurador e antiburguês, na reviravolta referida por Lukács (1830 e 1848) esse caráter se transforma: o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo contrarrevolucionário. Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao paradigma francês da revolução burguesa); nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em

entre as duas matrizes, observa-se uma tendência sincrética do Serviço Social brasileiro com traços do Serviço Social europeu e norte-americano.

Além disso, Santos (2007, p. 57) entende o conservadorismo como um componente ideológico central no Serviço Social brasileiro, que está relacionado, assim como em outros países, à legitimidade ancorada na manutenção da ordem burguesa, “[...] na divisão sociotécnica do trabalho é fundante da profissão a demanda pela reprodução das relações capitalistas de produção”. Contudo, o conservadorismo sincrético é construtivo da profissionalidade do Serviço Social, mas não é a única.

Os anos 1970 e 1980 demarcam a aproximação do Serviço Social ao pensamento marxista, que também se vincula ao pensamento advindo do Projeto de Modernidade, objetivando romper com o conservadorismo profissional. O protagonismo da vertente crítica no Serviço Social é reconhecido no seio da profissão e demonstra um amadurecimento teórico, ético e político da categoria profissional. Embasado nesse período teórico-metodológico hegemônico na profissão que o Projeto-Ético-Político foi construído, em uma perspectiva de estabelecer outra legitimidade ao Serviço Social aliado à classe trabalhadora e se reconhecendo como classe.

Entretanto, mesmo que até a contemporaneidade o Serviço Social tenha se mantido com a direção hegemônica fincada no marxismo e mantendo seu Projeto-Ético-Político, o contexto dos anos 1990 em que os impactos da crise do capitalismo nos anos de 1970 chega com mais força no Brasil com grandes alterações no mundo do trabalho, contrarreforma do Estado, novas demandas profissionais lidadas ao assistencialismo e mercantilização das Políticas Sociais produzem questionamentos à materialidade do PEP, construído pela categoria profissional, diante da sua inviabilidade histórica. Os influxos dessa crise que tensionava e tensiona o Projeto-Ético-Político e as transformações na sociedade brasileira continuam mesmo com a adoção da política neodesenvolvimentista, no período entre 2003 a 2016, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumia a Presidência do Brasil. (LIMA, 2018)

Ainda nos anos de 1990, Netto (*apud* Id. Ib.) apontou algumas tendências para o Serviço Social no que diz respeito à dificuldade de materializar os

subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletário”. (MACHADO *apud* SANTOS, 2007, p. 48-49).

direcionamentos do PEP e das entidades organizativas, que são: a necessidade de elaboração de respostas qualificadas para dar respostas às demandas da realidade, e a tensão entre o Serviço Social e as demais profissões que se inserem nas Políticas Sociais e a fragmentação entre os profissionais. O período dos governos progressistas no Brasil não alterou o desenvolvimento dessas tendências, e o avanço da direita brasileira, com alguns representantes de cunho fascista, como o presidente eleito Jair Bolsonaro, em 2018, tensiona ainda mais o Serviço Social. Nesse contexto, Lima (2018, p.81) elucida que,

A crise econômica e política que vive o mundo capitalista revela o Projeto Ético Político do Serviço como um complexo menor, necessário, mas inválido sem o projeto societário. Revela o hiato entre a dimensão teórica e a prática operativa, que diante da resignificação econômica, política, cultural e social exógena à profissão realimentou as questões endógenas, evidenciando a natureza sincrética do Serviço Social, enquanto porta de entrada para os substratos do conservadorismo de ordem pós-moderna.

Santos (2007) aponta que a tendência conservadora sincrética do Serviço Social, elemento constitutivo da profissão que apesar de estar sintonizada com a modernidade burguesa, em termos ideológicos possui elementos do conservadorismo antimoderno. Essa tendência faz com que as influências pós-modernas ecoem fortemente na profissão, dado que a Pós-modernidade para além da crítica aos paradigmas modernos, recomenda a mescla de diferentes matrizes de pensamento para poder, segundo seus teóricos, conseguir compreender a realidade complexa das relações pós-crise de 1970. Essa tendência da Pós-modernidade se assemelha à tendência sincrética do Serviço Social que [...] no desenrolar do desenvolvimento profissional, os seus agentes incorporam ecleticamente “novas” teorias para subsidiar não apenas o exercício profissional, mas também a produção teórica” (SANTOS, 2007, p. 59)

Os reflexos da crise dão visibilidade a fragilidade da profissão, dada à natureza organizativa e de atuação do Serviço Social, que se manifesta em uma estrutura de sincretismo teórico, que na prática se mostra por meio do ecletismo. Na atual conjuntura, as tendências conservadoras e sincréticas do Serviço Social diante da fragilidade de apropriação do método crítico-dialético, incide nas inflexões pós-modernas no Serviço Social em dois segmentos, a saber: o grupo daqueles que rejeitam o marxismo e afirmam a postura conservadora dos

fundamentos da profissão, que se firmam como oposição ao PEP; e o grupo que partilha dos preceitos do marxismo, mas defende que há lacunas que o método não atende, e por isso, é necessário a adoção de outras perspectivas para dar conta dessas lacunas, sendo a Pós-modernidade essa possibilidade. (LIMA, 2018; SANTOS, 2007)

Diante dessas reflexões teóricas que esta pesquisa objetiva analisar a produção do conhecimento no Serviço Social sobre Políticas Sociais através das Dissertações de Mestrado, defendidas no PPGSS/UFPB na última década (2010 a 2019). Para tanto, pretende-se analisar essas produções no contexto em que foram geradas a partir da crise da sociedade tardo-burguesa de forma a verificar as inflexões dessa crise na produção do conhecimento do Serviço Social à luz da hegemonia do Projeto de Modernidade e a ofensiva pós-moderna.

2.2 O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e a Produção do Conhecimento

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba foi implantado em 1978, com a criação do curso de Mestrado em Serviço Social pela Resolução nº 202/77 do Conselho Universitário-CONSUNI. Trata-se do primeiro Programa de Pós-graduação com o curso de Mestrado na Área de Serviço Social no Nordeste e o quinto do país, após a PUC/SP e PUC/RIO (1972), UFRJ (1976) e PUC-Porto Alegre (1977). A criação do MSS/UFPB significou a possibilidade de capacitação da demanda reprimida de profissionais do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Almeida (2018, p. 2) elucida que o MSS/UFPB mesmo sendo fundado no período de maior repressão do Regime Militar, estruturou-se com uma proposta politicamente avançada e em defesa da democracia, buscando se afastar das tendências conservadoras, presentes nos demais Programas de Pós. “Chama-se atenção para essa constatação porque os demais Mestrados criados na mesma década detinham aproximações ideológicas com a modernização conservadora, marca esta que influenciou o Serviço Social brasileiro no período compreendido entre 1965-1975”. Porém, ao se afastar do conservadorismo, o MSS/UFPB na década de 1980 demonstra tendência eclética,

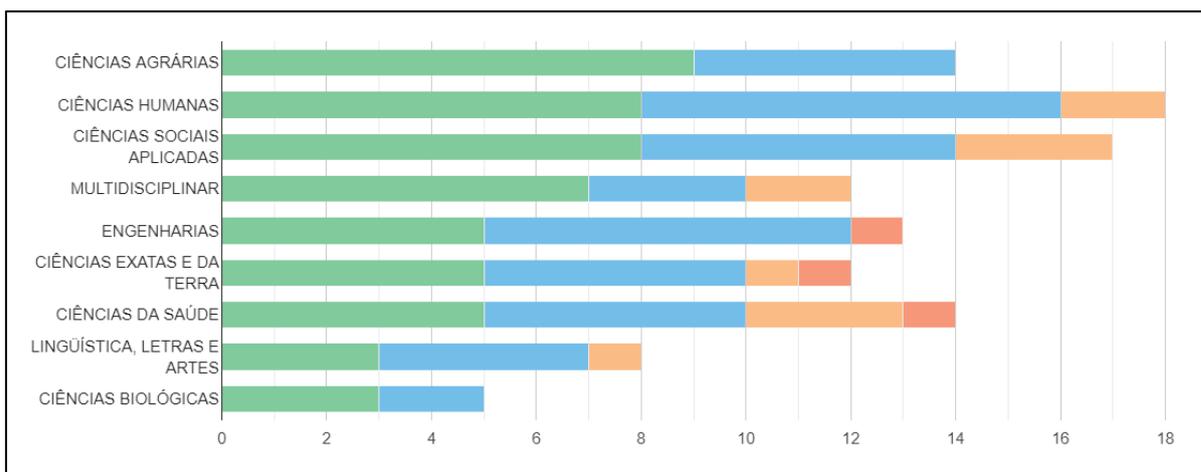
[...] ao proceder à interlocução entre o estruturalismo com forte influência de Foucault e Goffman; o marxismo revisionista de Althusser; os institucionalistas Lourau, Lapassade e Guilhaon Albuquerque; as aproximações enviesadas ao legado marxiano; os diálogos com Paulo Freire e as leituras gramscianas. O conteúdo e as referências bibliográficas das disciplinas e as primeiras Dissertações contemplavam esse forte ecletismo da época. (Id., Ibid., p. 2)

A criação do MSS/UFPB também se circunscreve no processo expansionista da UFPB, à época administrada pelo reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1976-1980), nome conhecido pela comunidade científica nacional e internacionalmente dado o seu papel relevante na política de ciência e tecnologia no Brasil. Em sua gestão, foi conduzida uma política de expansão de cursos de graduação e de pós-graduação na UFPB, com a admissão de pesquisadores e docentes renomados para compor seu corpo docente.

Todo esse processo de expansão resultou atualmente com o quantitativo de 113 Programas de Pós-Graduação na Paraíba, sendo 95 em instituições universitárias federais, 16 em institutos federais e 2 em instituições privadas (GEOCAPES, 2021). Evidentemente esse quantitativo também está relacionado à expansão da Pós-graduação nos anos 2000 que se expressa nas instituições de Ensino Superior na Paraíba: UFPB, UFCG, IFPB, UEPB, além das instituições privadas de grande porte, como a Maurício de Nassau e Unipê.

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de Programas de Pós-graduação na Paraíba até o ano de 2019 pela Grande Área de Conhecimento, definida pela Capes. Ressalta-se que os ícones verdes são os cursos de mestrado, os ícones azuis são cursos de mestrado e doutorado, os laranjas são cursos de mestrado profissional e os vermelhos de doutorado.

Gráfico 3 - Quantidade de Programas de Pós-graduação pela Grande Área de Conhecimento na Paraíba - 2019.



Fonte: GEOCAPES, CAPES, 2021.

Para atender a demanda reprimida da formação docente de pesquisadores e profissionais no Norte e Nordeste, o Mestrado em Serviço Social na UFPB foi estruturado em duas áreas de conhecimento, com suas respectivas linhas de pesquisa: Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social, com as linhas de pesquisa “História do Serviço Social e Formação Social Brasileira”, “Formação e Prática Profissional do Serviço Social”, “Estado, Direitos Sociais e Processo de Trabalho no Mundo Contemporâneo”; Política Social com as seguintes linhas de pesquisa “Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais” e “Processo Participativo e Organizativo”. (ALMEIDA, 2018)

Assinala-se que durante a década de 1970 e 1980, havia uma grande composição de docentes no Curso de Mestrado em Serviço Social, oriunda de outras áreas de conhecimento, como Filosofia, Ciências Sociais, História, Psicologia. Nesse quadro, evidencia-se a importância do professor Jean Robert Weisshaupt⁵⁰, que foi assessor do MSS/UFPB nos processos de implantação e consolidação, entre os anos de 1978 a 1981, e como docente e orientador até o ano de 1987. Esse docente influenciou a adoção das referências foucaultiana e estruturalista nas produções do PPPGSS/UFPB. Além disso, é importante destacar, naquele período, a atuação efetiva dos docentes do PPGSS, advindos do Departamento de Ciências Sociais que estabeleciam parcerias para criar e consolidar o Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, hoje denominado de Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Também nos anos de 1980, os docentes mestres do Departamento de Serviço Social da UFPB passam a ministrar aulas e a orientar discentes no MSS/UFPB, oriundas do Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio, a saber: professoras Myrtes de Aguiar Macedo, Cleonice Pereira Souza, Luzieta Pinto Simões e Eliza Bezerra Mineiros. Nessa mesma década, sinaliza a presença efetiva no PPGSS dos docentes Eva Terezinha Silveira Faleiros e Vicente de

⁵⁰ “[...] nascido na Bélgica, possuía graduação [...] em Filosofia e Letras pela Faculté Universitaires Saint Louis, em Bruxelas (1966) e mestrado em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (1969). Nesse mesmo ano, Jean Robert chega ao Brasil e torna-se docente da Universidade Federal de Sergipe, cujo vínculo empregatício com essa Universidade se estende até 1987, quando presta concurso público para a Universidade Federal do Rio de Janeiro”. (ALMEIDA, 2018, p. 3)

Paula Faleiros contratados pela UFPB, após retornarem do exílio desde 1970. (ALMEIDA, 2018)

Ainda nessa década, exatamente em 1985, o MSS/UFPB foi credenciado por meio do Parecer nº754/85 do Conselho Federal de Educação, sendo um dos primeiros cursos de Pós-Graduação a ser credenciado na área de Serviço Social. Em termos de avaliação, o MSS/UFPB foi avaliado pela Capes com o conceito A, que na época era o maior conceito da escala de avaliação feita pela Capes.

Na década de 1990 foram criados os primeiros grupos de pesquisa,

[...] Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos e Práticas do Serviço Social (SEPESS), Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura e Políticas Sociais (SEPACOPS) e Setor de Estudos e Pesquisas em Criança e Adolescente (SEPAC), sendo os dois primeiros grupos coordenados pela Prof^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida que contava com a participação de seis docentes do Departamento de Serviço Social, alunos do Mestrado e da Graduação em Serviço Social; e o SEPAC sob a coordenação das professoras Myrtes de Aguiar Macedo e Denise Câmara de Carvalho, e, em 1994, em face da aposentadoria da Prof^a Myrtes Macedo, assume a coordenação desse Setor a Prof^a Denise Câmara. (ALMEIDA, 2018, p. 08)

No percurso desses 44 anos de existência, o PPGSS/UFPB passou por algumas reformas estruturantes no que se referem à organização da proposta, estrutura curricular, carga horária, ementário e linhas de pesquisa. No que diz respeito às áreas de concentração, as áreas Política Social e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social permaneceram ativas até 2016, quando ocorre o novo processo de revisão curricular e reestruturação do Programa.

Desse processo de revisão que corresponde à última regulamentação do PPGSS, aprovada através da Resolução Nº 01/2016 do CONSEPE/UFPB, dispõe sobre a unificação das duas áreas de concentração, tornando-se Serviço Social e Política Social e com duas linhas de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social; e Estado, Direitos Sociais e Proteção Social. De acordo com a Resolução Nº 01/2016 do CONSEPE/UFPB, no seu Art. 02, p.2

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social tem como objetivos:

I – Formar pessoal em nível de Mestrado Acadêmico na área de Serviço Social e Política Social para atuar no magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa interdisciplinar;

II – Fomentar atividades de pesquisa com finalidade didática e científica, tendo em vista a produção, aprofundamento e difusão de conhecimentos;

III – Promover o intercâmbio e a cooperação acadêmica e científica com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

O PPGSS/UFPB tem como proposta atender as demandas de formação docente das instituições de ensino superior do Norte/Nordeste, e tem como direção investigativa os diferentes processos sociais que configuram a relação capital – trabalho e as expressões da “questão social” que incidem nas Políticas Sociais e na atuação profissional do Serviço Social.

Conforme o novo Regulamento do PPGSS aprovado em 2016, a atual Área de Concentração intitula-se Serviço Social e Política Social que intenta ressaltar estudos que foquem nas relações entre Serviço Social, Ciência Política, Ciências Sociais e Filosofia, dando ênfase nas análises sobre o Estado, direitos sociais, Serviço Social, trabalho e as políticas sociais (UFPB/CONSEPE, 2017).

No que concerne às duas linhas de pesquisa, a primeira Serviço Social, Trabalho e Política Social – trata dos estudos que versam sobre os fundamentos filosóficos, econômicos, sociais e políticos que configuram as matrizes do conhecimento e da ação do Serviço Social e da Política Social; e a segunda *Estado, Direitos Sociais e Proteção Social* – realiza estudos concentrados nas concepções de Estado, de sociedade e de Políticas Sociais.

Há uma articulação entre as linhas de pesquisa e as disciplinas para garantir a formação e aprimoramento das pesquisas dos mestrandos, grupos de pesquisa, projetos de pesquisa, dissertações e produção docente e discente.

Quadro 4 - Área de Concentração, Linhas de Pesquisas e Grupos de Pesquisa do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.

Área de Concentração	LINHAS DE PESQUISAS	
	Serviço Social, Trabalho e Política Social	Estado, Direitos Sociais e Proteção Social
Serviço Social e	Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS)	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, adolescentes e Família (GEPAC)
	Setor de Estudos e Pesquisa em Saúde e Serviço Social (SEPSASS)	Setor de estudos e Pesquisas sobre as Questões Socioculturais do Nordeste (SEQSONE)
	Setor de Estudos sobre Cidadania e Teoria Social (SECTES)	Núcleos de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS)

Política Social	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS)	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (LAPSUS)
	Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET)	
	Grupo de Estudos em Filosofia e Crítica Social (GEFICS)	

Fonte: UFPB/PPGSS, Relatório Quadrienal, 2017-2020. Elaboração própria.

As linhas de pesquisa englobam os grupos de pesquisa e respectivos docentes líderes e participantes dos projetos de pesquisa financiados ou não. Esses grupos investigam as diversas temáticas que perpassam as linhas de pesquisa mediante o desenvolvimento de projetos de pesquisa que reúnem alunos da graduação, pós-graduação (mestrados), pesquisadores voluntários e docentes do PPGSS/DSS e de outras áreas do conhecimento.

O PPGSS/UFPB possui parcerias com Instituições de Ensino Superior brasileiras, como a PUC-SP, UFRJ, FIOCRUZ, UFMS, UFRN, UFPE, UFAL, UEPB, UFCG e UNIPÊ e, também no exterior por meio do intercâmbio com a Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça e México. As parcerias de intercâmbios ampliam as discussões sobre temas relevantes ao Serviço Social e Políticas Sociais que se traduzem em produções sobre essas temáticas, analisadas sob os ângulos diferentes e interlocução com os mais variados campos do saber, autores e respectivas obras.

No tocante à quantidade das dissertações defendidas no Programa desde a sua criação até o ano de 2020, de acordo com o Catálogo de Dissertações de Mestrado do PPGSS –1982/2018⁵¹, lançado em comemoração aos 40 anos do referido Programa (1978-2018) e das informações registradas no Site do PPGSS/UFPB, registra-se um total de 398 (trezentas e noventa e oito), assim distribuídas: na década de 1980 (1983-1989) foram 29 obras defendidas; na década de 1990 foram 66; na primeira década dos anos 2000 (2000-2009) totalizaram 113; entre 2010 a 2020 contabilizaram 190, sendo 99 dissertações

⁵¹ Esse Catálogo foi elaborado por meio de uma ação colaborativa entre a Prof^a. Dr^a. Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, lotada no Departamento de Serviço Social e integrante do Corpo Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, juntamente com as Professoras Doutoras Marinalva de Sousa Conserva, Maria do Socorro de Souza Vieira e a bolsista de PIBIC/CNPq/UFPB Ângela Kaline da Silva Santos no processo de elaboração do Catálogo de Dissertações de Mestrado do PPGSS – 1982/2018, lançado em comemoração aos 40 anos do referido Programa (1978-2018).

defendidas entre 2010 a 2015 e 91 dissertações defendidas entre 2016 a 2020. Nessa última década, assinala-se que as defesas foram divididas em dois lastros temporais, em razão da mudança estruturante ocorrida no PPGSS que alterou a área de concentração e as linhas de pesquisa.

Esses dados indicam o crescimento gradativo de dissertações defendidas entre os períodos, com destaque para o período de 2010 a 2020 que somam 190 dissertações defendidas, conforme se atesta no Quadro seguinte.

Quadro 5 - Quantidade de Dissertações defendidas por área de concentração/linha de pesquisa no PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.

ANO	Área de Concentração/ Linha de Pesquisa	Quant.	Total
1980	Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social	11	29
	Política Social	18	
1990	Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social	15	66
	Política Social	51	
2000	Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social	22	113
	Política Social	91	
2010 a 2015	Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social	21	99
	Política Social	78	
2016 a 2020	Serviço Social, Trabalho e Política Social	39	91
	Estado, Direitos Sociais e Proteção Social	52	

Fonte: PPGSS, Catálogo, 2018; site do PPGSS, 2020. Elaboração Própria.

Na leitura dos dados dessa tabela também é possível observar entre as décadas de 1980 a 2009 a maior incidência da área da **Política Social** com 160 dissertações defendidas, em relação a área de **Fundamentos do Serviço Social** com 48 defesas. Portanto, ao fazer o balanço das duas áreas de concentração que o PPGSS/UFPB tinha antes da última revisão em 2016, registra-se que nos anos 1980 a área de Política Social apresenta 18 dissertações, enquanto a área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social apresenta 11; nos anos de 1990, 51 dissertações se vinculam à Política Social, em relação à área de Fundamentação com 15 obras defendidas; e, nos anos 2000, corresponde a 91 dissertações vinculadas na área de Política Social,

enquanto são 22 na área de Fundamentação. De 2010 a 2015, essa tendência continua com a área de Política Social com 78 obras defendidas e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social com 21.

Como elucidado, após a revisão curricular, as duas áreas de concentração foram unificadas e criadas duas linhas de pesquisa. Nesse novo cenário, verifica-se entre os anos de 2016 a 2020 que a Linha de Pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social apresenta 52 dissertações defendidas, e a linha Serviço Social, Trabalho e Política Social com 39 obras defendidas.

Constata-se que com a criação das duas novas linhas a partir de 2016, a Política Social está claramente posta na primeira linha *Serviço Social, Trabalho e Política Social* com 39 dissertações defendidas; e essa temática se imbrica à Proteção Social na segunda linha de pesquisa *Estado, Direitos Sociais e Proteção Social* que apresentou 52 dissertações defendidas. Por conseguinte, houve um crescimento exponencial da temática investigativa sobre Política Social/Proteção Social em relação à temática dos Fundamentos do Serviço Social.

A legitimação do Serviço Social como área do conhecimento, da qual o PPGSS/UFPB vem contribuindo arduamente é, sem dúvida, uma importante conquista para o fortalecimento do processo de renovação, que longe de estar concluído, necessita de análises cotidianas sobre a realidade, buscando aproximações sucessivas com o real, a fim de reafirmar a direção crítica da profissão, em meio ao desmonte dos direitos sociais e da expropriação das relações sociais entre os sujeitos, que agravam as expressões da “questão social” na contemporaneidade. (ALMEIDA; LIMA, 2022, p. 19 – cópia original)

Como este trabalho investigativo objetiva identificar e analisar as categorias e tendências teóricas que perpassam a produção do conhecimento no Serviço Social gerada pelas Dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB sobre Política Social à luz do legado da Modernidade e da Pós-Modernidade, passa-se no capítulo seguinte a proceder à identificação e análise das tendências e categorias apresentadas nos indicadores temáticos, autorais e áreas de conhecimento que

perpassam a produção no Serviço Social a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social no período de 2010 a 2019.

3. A POLÍTICA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PPGSS/UFPB

Nessas duas décadas do século XXI tivemos grandes avanços no campo das políticas sociais e no que diz respeito ao crescimento econômico e diminuição dos indicadores de extrema pobreza do país, contudo, desde 2016 os indicadores de extrema pobreza vêm aumentando⁵². Desde de 2016 estamos vivenciando uma conjuntura de grandes crises e ataques a democracia com o *Impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, e os ataques democráticos do então presidente eleito Jair Bolsonaro e seus aliados.

Desta forma, para compreendermos as tendências das políticas sociais e seus rebatimentos na produção do conhecimento do PPGSS/UFPB, faremos uma análise conjuntural das duas primeiras décadas no século XXI no Brasil no primeiro ponto deste capítulo.

No ponto 3.2 ira-se proceder a análise as dissertações sobre política social defendidas no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba na temporalidade de 2010 a 2019. Diante do contexto em que essas produções foram geradas, essa análise investigativa será contextualizada a partir da crise da sociedade tardo-burguesa de forma a verificar as inflexões dessa crise na produção do conhecimento do Serviço Social à luz da hegemonia do Projeto de Modernidade Marxista e a ofensiva pós-moderna.

3.1 Tendências das Políticas Sociais nos Governos Brasileiros no Século XXI

O início do século XXI na América Latina é marcado por uma efervescência política de cunho progressista explicitado pelas vitórias de partidos de esquerdas nas eleições nacionais. O Brasil, após o avanço neoliberal nos anos de 1980 e 1990, elege em 2002 o então candidato a presidência do

⁵² Segundo dados levantados Levantamento da LCA Consultores, a partir dos microdados da Pnad Contínua disponíveis no artigo de Bruno Villas Bôas publicado no Valor, o número de pessoas em situação de extrema pobreza passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, um aumento de 11,2%. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas.ghtml>. Acessado em: 03/04/2022.

Partido dos Trabalhadores – Luiz Inácio Lula da Silva⁵³, evidenciando essa onda progressista no país e uma esperança de mudanças significativa para a classe trabalhadora, movimentos sociais e demandas da população brasileira.

As economias dos países latino-americanos no início do século XXI foram beneficiadas positivamente do ponto de vista econômico pelas altas demandas por *commodities*⁵⁴, principalmente petróleo, minérios e produtos agrícolas. Conforme a economista Laura Carvalho (2018) em seu Livro “*A Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*”,

Na contramão do ocorrido na maior parte dos países ricos no mesmo período, esse crescimento no Brasil e em outros países da América Latina foi marcado pela redução em diversos indicadores de desigualdade e expansão do nível de emprego formal (CARVALHO, 2018, p. 13)

A autora afirma que o cenário internacional fez toda diferença, mas não foi o único elemento que propiciou a melhora nos indicadores sociais e no crescimento econômico. Alinhado a ele, houve três pilares que deram condições políticas para o denominado por alguns economistas “Milagrinho Econômico”⁵⁵: distribuição de renda, maior acesso ao crédito, investimento públicos em infraestrutura física e social. (Id., Ibid.)

O primeiro mandato do governo Lula, 2003 a 2005, não trouxe novidades no ponto de vista da direção macroeconômica, pois, o conservadorismo na área

⁵³ Antes de ganhar o pleito da eleição de 2002, Lula concorreu a três campanhas eleitorais para presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores. Para saber mais da trajetória de Lula, acessar o site do Instituto Lula. Disponível em: <https://institutolula.org/biografia>. Acessado em 25/01/2022.

⁵⁴ De acordo com o site Mundo Educação, Commodities são “é uma expressão do inglês que se difundiu no linguajar econômico para fazer referência a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico. Geralmente, trata-se de recursos minerais, vegetais ou agrícolas, tais como o [petróleo](#), o [carvão mineral](#), a soja, a cana-de-açúcar e outros”. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/commodities.htm>. Acessado em 25/01/2022.

⁵⁵ O termo “Milagrinho” Econômico, “Milagrinho Brasileiro”, denominado assim por alguns economistas brasileiros, faz referência ao crescimento econômico dos anos do Governo Lula. O termo faz um paralelo com o chamado Milagre Brasileiro, ocorrido durante os anos de 1968 a 1973 na Ditadura Militar. Carvalho (2018, p. 22) explicita a diferença entre esses dois momentos “[...] o chamado Milagre econômico do período 1968-73 da ditadura militar teve taxas altas de crescimento do que as do Milagrinho, mas acompanhadas pela ampliação das desigualdades. [...] a demanda por produtos sofisticados exigia trabalhadores relativamente mais sofisticados e elevava os salários desses trabalhadores em relação aos da base da pirâmide [...]. O mesmo nexos casual pode ser encontrado no período entre 2006 e 2010. Só que, dessa vez, o crescimento maior trouxe consigo uma redução das desigualdades”.

econômica composto pelo tripé regime de metas de inflação, metas de *superavit* primário e taxa de câmbio flutuantes foram fortemente aplicadas no governo, principalmente pelo então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que promoveu um forte ajuste fiscal, e pelo Banco Central presidido por Henrique Meirelles que manteve a taxa de juros elevada. Essas medidas econômicas já tinham sido avisadas as vésperas da eleição de 2002 por meio da Carta ao Povo Brasileiro⁵⁶ que serviu para acalmar os agentes financeiros do país, por conta do pânico gerando no setor financeiro e na elite econômico-financeira, que resultou num aumento do dólar as vésperas da eleição de 2,60 reais para 4 reais. (CARVALHO, 2018)

O conservadorismo na área econômica manteve os ânimos de uma parte majoritária da elite econômico-financeira, contudo, o crescimento abaixo da economia em 2003, de 1,1%, aumentou as críticas da base que elegeu o presidente Lula e que esperava um resultado mais positivo do governo. Em 2004 a Executiva do Partido dos Trabalhadores defendeu mudanças mais profundas⁵⁷, dentro do próprio governo a agenda econômica era objeto de divergências entre José Dirceu, ministro da Casa Civil, e Antonio Palocci. Contudo, as críticas não estavam somente na esquerda, já em 2004 em entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Horácio Lafer Piva, “[...] atribui a recuperação lenta ao excesso de conservadorismo da política macroeconômica” (CARVALHO, 2018, p. 16)⁵⁸.

Em março de 2005 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados econômicos do país em 2004 e houve um crescimento do PIB de 5,8%. Esse crescimento deu folego a equipe econômica e o ministro Palocci defendeu as medidas econômicas do governo e afirmou que o ritmo acelerado

⁵⁶ Link para o Texto Integral da Carta ao Povo Brasileiro: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acessado em: 25/01/2022.

⁵⁷ Conforme texto da Nota citada em Carvalho (2018, p. 15), “O PT propõe que o governo faça uma inflexão maior na política econômica no sentido de priorizar as tarefas e as medidas voltadas para a retomada do desenvolvimento, com geração de emprego e distribuição de renda”. A Nota completa se encontra no link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0603200402.htm>. Acessado em: 04/02/2022.

⁵⁸ Segundo Horácio Lafer Piva “o governo fez um trabalho importante de ajustes nos primeiros seis meses do ano passado, mas depois exagerou na dose desse aperto. O grande problema é que a ideia de crescimento tem sido adiada de forma sistemática. O tal do “espetáculo do crescimento”, que foi anunciado em junho, não aconteceu”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1503200421.htm>. Acessado em: 04/02/2022.

de crescimento da economia seria mantido. Sobre esse ritmo acelerado de crescimento, Carvalho (2018) em sua análise argumenta que,

A história que os dados contam é bem diferente. O crescimento mais alto de 2004 foi puxado sobretudo pela expansão de 14,5% nas exportações do país, que dificilmente poderia ser atribuída à política econômica interna. No ano seguinte, o crescimento já foi bem mais modesto. A expansão da economia em 2005 foi de 3,2%, ainda liderada pelas exportações, que cresceram 9,6% no ano. Os investimentos, que haviam crescido 8,5% em 2004, cresceram apenas 2% (Id., Ibid., p. 17).

Alinhado a essa desaceleração, também em 2005 uma crise política é desencadeada com a saída de José Dirceu do governo em meio ao escândalo do Mensalão⁵⁹, que ampliaram as críticas à equipe econômica do governo. Mesmo com a substituição de José Dirceu por Dilma Rousseff, o conflito interno entre os dois ministérios, Casa Civil e Fazenda, continuou.

É somente com a renúncia de Antonio Palocci em 2006, e com as medidas implementadas no segundo mandato de Lula “[...] que o crescimento das exportações perdeu influência e o mercado interno começou a crescer mais rápido, graças à expansão do consumo das famílias e dos investimentos” (CARVALHO, 2018, p. 19), amparado nos três pilares citados mais acima: distribuição de renda, maior acesso ao crédito, investimento públicos em infraestrutura física e social.

A tabela abaixo elaborada por Carvalho (2018) traz as taxas de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em cinco subperíodos, e serve para visualizarmos um pouco a situação do Brasil nessas duas décadas.

Tabela 3 - Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em cinco subperíodos.

	1999-2002	2003-2005	2006-2010	2011-2014	2015-2016
Salário mínimo (% ao ano, em termos reais)	1,8	6,8	5,9	3,0	1,2

⁵⁹ O Mensalão foi a denominação usada e popularizada para se referir ao esquema de compra de votos de parlamentares durante o primeiro mandato do presidente Lula. Para saber mais, acessar a matéria disponível no site do Politize: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>. Acessado em: 25/01/2022.

Preço das commodities – FMI (% ano)	10,3	19,1	10,5	-7,0	-6,5
Investimentos federais (% ao ano, em termos reais)	-2,0	-4,7	27,6	1,0	-28,4
PIB (% ao ano, em termos reais)	2,3	3,4	4,5	2,3	-3,5
Consumo das famílias (% ao ano, em termos reais)	1,6	2,6	5,8	3,5	-3,8
Investimento total (% ao ano, em termos reais)	-1,2	2,0	9,1	2,2	-12,1
Exportações (% ao ano, em termos reais)	8,5	11,7	2,5	1,6	4,3
Inflação – IPCA (% ao ano)	8,8	7,5	4,7	6,2	8,5

Fonte: Carvalho, 2018, p. 12.

No pilar da distribuição de renda, há dois aspectos: as políticas de transferência de renda e a valorização do salário mínimo. Nas políticas de transferência de renda, temos o Programa Bolsa Família – PBF criado em 2003 pelo governo federal. Em 2004, o programa atendia 3,6 milhões de famílias, em 2010 o número chegou a 12,8 milhões, sendo responsável pela redução dos índices de pobreza, e sendo um dos responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome⁶⁰, segundo estudo do IPEA, entre 2001 a 2017 o PFB reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25% (LIMA, 2021)⁶¹.

O salário mínimo já vinha desde 1995 com o controle da inflação ganhando poder de compra, e como demonstra a tabela acima, de 2003-2005 teve uma valorização de 6,8%, e entre 2006-2010 de 5,6 %. Entre os anos de 2004 a 2006 as marchas das centrais sindicais contribuíram com o aumento do salário mínimo entres esses anos e 2007, e desde 2008, o governo através das medidas provisórias começou a aplicar o reajuste anual no salário mínimo para repor o valor da inflação do ano anterior e da média do crescimento do PIB dos dois anos anteriores, regra essa que virou lei em 2011 com a aprovação da Lei

⁶⁰ O Mapa da Fome é um levantamento realizado pela FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, órgão da ONU, e publicado sobre a situação global de carência alimentar. O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014. “e 2002 a 2013, caiu em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação. A redução estava incluída entre os Objetivos do Milênio da ONU e faz com que a FAO indique o País como exemplo a ser seguido no tema” (GOV BRASIL, 2014). Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acessado em: 03/04/2022.

⁶¹ Dados disponíveis em matéria jornalista publicada na CNN Brasil por Mário Sérgio Lima. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome/>. Acessado em 25/01/2022.

de Valorização do salário mínimo, Lei 12.382/2011. Ressalta-se também que no Brasil há um contingente de assalariados e beneficiários da seguridade social⁶² (Benefício de Prestação Continuada – BPC, pensões, aposentadorias e auxílios) que tem o valor atrelado ao salário – mínimo.

O que esses fatores do pilar distribuição de renda, juntamente com os outros pilares, gerou entre os anos de 2006 e 2010?

[...] o crescimento maior trouxe consigo uma redução das desigualdades. As transferências de renda via Bolsa Família, a valorização mais acelerada do salário mínimo e a inclusão no mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira levaram à expansão de setores cuja produção demandava uma mão de obra menos qualificada. É o caso de muitos setores de serviços e da construção civil, que cresceram de forma expressiva no período. Como esses setores empregam muitos trabalhadores menos instruídos, o grau de formalização e os salários na base da pirâmide subiram mais ainda. [...] Essas transformações, por sua vez, repercutiram no padrão de consumo das famílias brasileiras: produtos e serviços antes consumidos apenas pelos mais ricos passaram a ser consumidos também pela população de baixa renda. (CARVALHO, 2018, p. 22-23)

Salienta-se que a distribuição de renda não foi um resultado só da política, ela também resulta da dinâmica do crescimento econômico do Brasil naquele momento muito centrado na construção civil e setor de serviços.

O outro pilar que resultou na redução das desigualdades e estímulo ao consumo do “Milagre Econômico” foi o pilar do acesso ao crédito. O processo de inclusão financeira foi muito expressivo nesse período, segundo Carvalho (2018) o saldo da carteira de crédito de pessoas físicas foi de 14% em 2007 e aumentou dez pontos percentuais em 2016 para mais de 24,9%. O impulsionamento do aumento da carteira de crédito se deu inicialmente pelas operações de recursos livres, que são todas as linhas de financiamento que os bancos delimitam livremente a taxa de juros, e também o crédito consignado, e

⁶² A Seguridade Social brasileira é formada pelo tripé de três políticas: saúde – cobertura universal, previdência - contributiva e assistência social – a quem dela necessitar, conforme Art. 194 do Título VIII – Da Ordem Social da Constituição Federal “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2012, p. 115).

depois pela expansão do crédito direcionamento, normalmente concedido pelos bancos públicos para financiamento habitacional e rural.

Ou seja, “[...] o acesso maior ao crédito, combinado à redução de desigualdades e crescimento do emprego, reforçou o dinamismo do consumo das famílias e do mercado interno durante o período do Milangrinho” (CARVALHO, 2018, p. 27). Como havia uma expansão do crédito junto a um incremento da renda e empregos formais, o endividamento das famílias não era uma preocupação, isso só entra em pauta a partir da desaceleração da própria economia.

Alinhado a esses dois pilares, temos o pilar do investimento público que foi um dos principais motores do crescimento do nosso mercado interno. Na tabela 1 vemos entre os anos 2006-2010 o investimento federal foi de 27,6% ao ano, quadro bem diferente dos anos anteriores e dos anos posteriores onde os investimentos caíram. A expansão dos investimentos se deu principalmente pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em 2007, com investimentos destinados especialmente para à infraestrutura física e social, para as áreas de “[...] energia (54,5% do total) [...], habitação e saneamento, com 33,9% do total. Já os investimentos em infraestrutura logística (rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos) representavam 11,6% do total” (Id., Ibid., p. 29).

É importante destacar que numa economia capitalista, o investimento público tem um papel extremamente importante, pois, como argumenta Carvalho (2018, p. 29) “Há vasta evidência empírica de que os investimentos públicos têm grande capacidade de induzir investimentos privados, pois dinamizam o mercado interno e recuperam as expectativas das empresas sobre a demanda futura”. Além de estimular o investimento privado, geram emprego e renda para o conjunto da economia, incentivando o consumo das famílias⁶³.

Apesar do apelo de menos Estado por parte dos liberais e neoliberais, a própria produção capitalista necessita do Estado para aumentar seus lucros, é o que aponta Netto (2013) em sua análise sobre o estágio do capitalismo

⁶³ Destaque-se que” Esses investimentos também se distinguem de outros gastos públicos porque levam à acumulação de ativos fixos (rodovias, ferrovias etc.), que potencialmente aumentam o patrimônio líquido do setor público e geram receitas no futuro para o Estado”. (CARVALHO, 2018, p. 30).

monopolista, que avançou após as Grandes Guerras Mundiais e deu a possibilidade da criação dos Estados de Bem-Estar Social. As funções econômicas do Estado são as seguintes:

O elenco de suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle das empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As indiretas não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto – recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno estratégico, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas a direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. (NETTO, 2013, p. 25-26)

Esses três pilares, alinhados a alta dos preços da *commodities*, proporcionaram um crescimento econômico para o país e a diminuição dos indicadores de pobreza. Outras séries de políticas também contribuíram com a redução da desigualdade no Brasil, com destaque a ampliação do acesso das classes com baixo rendimento ao ensino superior com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, Programa Universidade Para Todos (ProUni), melhoria do Fundo de Investimento ao Estudante de Nível Superior (Fies)⁶⁴. Alguns programas executados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, como o Programa

⁶⁴ Apesar de serem extremamente importantes para o acesso à educação superior no Brasil, nenhum desses programas está isento das críticas, se já pela ampliação das vagas sem garantir a permanência do acesso, seja pelo endividamento dos estudantes com o financiamento.

de Cisternas, minimizando os impactos na seca na região do Nordeste. Na habitação o Programa Minha Casa Minha Vida⁶⁵, programa de moradia subsidiada para a população com rendimentos baixos. O programa Luz para Todos, de 2003, que levou energia elétrica a aproximadamente de mais de 3 milhões de famílias do meio rural do país. Reitera-se também vários programas na área cultural, “[...] além de reiteradas ações, do tipo de cotas e similares, na defesa das assim chamadas “minorias” [...], além da ampliação de direitos de determinadas classes de trabalhadores, como a das empregadas domésticas” (PAULANI, 2017, p. 94-95).

Como podemos ver, os números de crescimento econômico em vários aspectos aumentaram principalmente no segundo mandato de Lula, que mesmo com o escândalo do Mensalão assombrando seu governo e com às críticas ao excesso do conservadorismo assumido do ponto de vista econômico, conseguiu ser reeleito 60,83% dos votos válidos contra Geraldo Alckmin do PSDB. Contudo, a base de votos que Lula recebeu em 2006 não era mais como a base de votos de 2002, conforme Singer (2009) analisando o fenômeno do Lulismo⁶⁶ ocorreu um reordenamento eleitoral, no qual houve um distanciamento da classe média e uma aproximação do que ele chama de subproletariado⁶⁷, que nas candidaturas anteriores mantiveram-se distantes de Lula, mas, aderem à sua candidatura depois do primeiro mandato. Para Singer, o Lulismo “[...] expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”. (p. 84).

⁶⁵ Embora tenha sua importância tanto do ponto de vista da conquista da moradia pelas classes com rendimentos mais baixos no país, e por ter sido uma linha de investimento público que gerou milhões de emprego na construção civil que atingiu a população menos escolarizada, como elemento contraditório próprio da realidade capitalista o programa também gerou, como elenca Anderson (2020, p. 96-97) “a bolha de consumo gerou uma bolha imobiliária muito mais drástica, na qual construtoras e incorporadoras imobiliárias fizeram grandes fortunas, enquanto o preço dos imóveis disparou para a maioria dos moradores das grandes cidades, e cerca de um décimo da população simplesmente não tinha acesso a uma moradia adequada”.

⁶⁶ Ler **Os Sentidos do Lulismo**: Reforma agrária e pacto conservador de André Singer, publicado pela Companhia das Letras, 2012.

⁶⁷ São aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”. (SINGER *apud* SINGER, 2009, p. 98).

A base material que deu esse reordenamento eleitoral argumentado por Singer (2009) e levou a reeleição de Lula e sua popularidade até o presente momento, mesmo depois de todos os escândalos e midiatização da Lava Jato, da sua prisão em 2018, são a sensação de aumento do poder de consumo dos eleitores de baixa renda e média no seu governo, e a gradual melhora na condição de vida dos mais pobres, resultados dos três pilares citados anteriormente.

Bastos (2017) analisando o governo Lula, assevera que apesar do governo ter atendido as exigências dos credores da dívida pública na adoção do tripe macroeconômico, o governo cometeu três “heresias” ao neoliberalismo: 1 – vetou novas privatizações e buscou restaurar a capacidade de investimento das empresas estatais, especialmente do setor de petróleo, gás e energia elétrica; 2 – restaurou o papel ativos dos bancos públicos para execução de políticas de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno; 3 – crescimento do mercado interno de massas foi sustentado por uma política salarial, trabalhista e social. Essas três “heresias” provocaram o inverso do que as reformas neoliberais ocasionaram no mundo: “[...] a ampliação da participação dos assalariados na renda nacional, com grande ampliação do mercado consumidor de bens duráveis, serviços e imóveis, além de alguma melhoria das condições de trabalho” (Id., *Ibid.*, p. 80).

A partir do aumento das taxas de crescimento e melhora dos indicadores sociais, no segundo mandato de Lula (2007 – 2010) a defesa do desenvolvimentista e até mesmo a classificação do governo Lula como desenvolvimentista volta à cena com o prefixo *neo*. Conforme Castelo (2012) o pensamento desse novo desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, defende que durante os anos dos governos petistas o Brasil estaria vivendo uma nova etapa do desenvolvimento capitalista única por alinhar crescimento econômico e justiça social e por romper com o neoliberalismo, como um projeto de “terceira via”.

Para Sampaio Jr. (2012) o identificado neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado que está relacionado às particularidades da economia e da política brasileira na segunda metade dos anos 2000. Os teóricos que defendem o neodesenvolvimentismo argumentam que ele é uma alternativa qualitativa de desenvolvimento com a capacidade de sanar os problemas da

pobreza e da dependência externa, porém, o fato é que se trata de “[...] uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil”. (2012, p. 685)

No entanto, a crise financeira internacional de 2008 e seus efeitos para os países emergentes começaram a deteriorar a “conciliação” em torno da disputa do fundo público. Argumentando sobre esse ponto, Paulani assevera que, a manutenção da institucionalidade voltada para a acumulação financeira foi acompanhada pelas políticas sociais de alto impacto, citadas anteriormente, e com essas políticas, as garantias dos direitos colocados na Constituição Federal de 1988 foram ampliadas. Há uma disputa pelo Fundo Público, pois,

[...] os recursos que remuneram a riqueza financeira vêm da mesma fonte que aqueles necessários para honrar esses compromissos sociais ampliados, qual seja, o monopólio da tributação detido pelo Estado. Mas enquanto prevaleceu o crescimento econômico puxado pelas exportações e pelo efeito multiplicador daquele massivo conjunto de políticas sociais, essa contradição foi acomodada. (PAULANI, 2017, p. 96)

De início, conforme Paulani (2017) a crise de 2008 e a deteriorado dessa “conciliação” foram dribladas pelos subsídios aos setores de maior efeito multiplicador, automóveis e eletrodomésticos, e por uma massiva expansão de crédito, mas o agravamento da crise veio na primeira gestão de Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil do Governo Lula e escolhida pelo próprio como sua sucessora e eleita em 2010 com maioria esmagadora dos votos. Sobre o agravamento da crise citado acima,

Tal agravamento foi enfrentado com uma política de aposta no investimento privado, via desoneração da folha de pagamentos das empresas, e com uma combinação de relaxamento da política monetária (redução da taxa de juros para conseguir desvalorizar o câmbio) com aperto fiscal. A ausência de resposta do investimento privado a esses estímulos, o corte efetuado nos investimentos derivados do consumo e a continuidade da crise externa, com enorme redução do preço das commodities exportadas pelo país, começaram a produzir resultados muito ruins, culminando com a ínfima taxa de 0,1% de crescimento do PIB em 2014. (PAULANI, 2017, p. 96)

Diferentemente no cenário internacional favorável por conta dos preços das *commodities* que proporcionou para o governo Lula impactos positivos da economia, o governo de Dilma se insere num cenário bem diferente, como citado acima, um cenário internacional de crise financeira, derivada da crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos. Nesse contexto, o governo atua de duas formas: em primeiro lugar mantém os mesmos mecanismos para atenuar os efeitos da crise; e em segunda lugar, adota medidas estratégicas na tentativa de dar um novo impulso ao ciclo do “Milagrinho” ou Neodesenvolvimentista. Nas palavras de Vasconcelos e Amorim (2016, p.6),

A intenção do governo Dilma de fomentar a expansão econômica incentivando a indústria, no entanto, esbarrou nos interesses do capital rentista, do setor exportador de *commodities*, além das próprias intenções do governo em manter diretrizes de políticas capazes de assegurar a estabilidade macroeconômica.

No campo das políticas sociais, a mesma característica focalizada do governo anterior é mantida. Foi lançado em 2011 o Programa Brasil sem Miséria (BSM), fundamentado em três pilares, a saber: garantia de renda mínima; acesso aos serviços públicos; e a inclusão produtiva. Para efetivar o BSM destacam-se três programas: o Programa “Brasil Carinhoso”, com o objetivo de ampliar o acesso da população de baixa renda às creches públicas por meio de mais recursos federais aos municípios a cada vaga ocupada por criança beneficiária do PBF, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Para facilitar a entrada dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho; o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), dando preferência para a estruturação dos serviços farmacêuticos na atenção básica, com o apoio a 1.583 municípios até 100 mil habitantes, vinculados ao BSM.

O agravamento citado anteriormente ocasionou uma grande crise no cenário político brasileiro e um grande descontentamento da população, que desencadeou nos movimentos de junho de 2013 em todo o Brasil, iniciados por movimentos de esquerda em São Paulo contra o aumento das passagens do transporte público, mas sequestrados pelos movimentos de direita radical, a

exemplo do Movimento Brasil Livre – MBL, que direcionou as pautas para o âmbito federal num movimento teoricamente denominado apartidário. As eleições de 2014 refletiu esses movimentos e dividiu as eleições presidenciais com dois modelos: a continuidade da gestão petista com a tentativa de dar continuidade ao modelo conciliatório ou o resgate da agenda neoliberal e romper com a herança dos governos do PT representado pelo então presidencialável Aécio Neves do Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB. (RUFFALO, 2016)

Além disso, conforme Anderson (2020, p. 91), essa eleição presidencial foi marcada “[...] pela maior polarização regional já vista no país: o Sul e o Sudeste industrializados posicionaram-se fortemente contra ela, enquanto o Nordeste lhe deu uma vantagem de 72%, ainda maior do que em 2010”.

A presidente Dilma é reeleita com uma pequena margem de diferença, contudo, sua segunda gestão já inicia com uma política de austeridade e sem possibilidade de gerar os mesmos indicadores econômicos do seu antecessor, como indica os dados da Tabela 01, o que foi considerado por muitos como um verdadeiro estelionato eleitoral, pois ela foi eleita prometendo aos eleitores a priorização da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, ou seja, “[...] se elegeu com um programa e agora implementa o programa do adversário” (ANDERSON, 2020, p. 93). Esses fatores, juntamente com outros elementos, abriram um espaço político para a contestação de seu mandato que resultou no seu *Impeachment* em 2016, considerado como um Golpe de Estado⁶⁸.

A acusação impetrada contra Dilma para abertura e julgamento da Câmara dos Deputados e Senado Federal foi o de prática de manobra contábil, “pedaladas fiscais”, prática que não é de fato crime e muito menos pode ser reconhecida como crime de responsabilidade fiscal e já cometida por os presidentes anteriores e por governadores. Conforme Ruffato (2016, s/p) “[...] contra ela não foram levantadas quaisquer suspeitas de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio, ainda que sua vida, privada e pública, tenha sido vasculhada com lupa por seus adversários”.

⁶⁸ Para mais detalhes sobre o Golpe contra Dilma Rousseff, sugerimos o artigo de Luiz Ruffato – “O golpe contra Dilma Rousseff - O afastamento da presidenta é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira”, publicado em 1 de setembro de 2016 no El País; e o livro *Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil* publicado pela Boitempo, 2016.

O então vice-presidente Michel Temer assume a presidência do Brasil e coloca em implementação o Programa *Uma Ponte para o Futuro*, documento produzido e publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB desde outubro de 2015. O próprio Programa que ficou conhecido como Plano Temer segundo Paulani (2017) traz as razões materiais do golpe. A autora coloca que, o plano tem uma clara intenção de diminuir os direitos sociais garantidos na Carta Magna de 1988, retomar a um agressivo processo de privatização, além de passar a Petrobrás ao controle privado, principalmente pelos interesses das grandes empresas petrolíferas internacionais pelo Pré-Sal e “[...] pelo incomodo do setor privado com a mudança que Lula tinha promovido, em 2010, no regime de exploração e produção de petróleo e gás, do modelo de concessão para o modelo de partilha” (PAULANI, 2017, p. 97)⁶⁹

A primeira providência de Temer um mês após o afastamento provisório de Dilma foi relacionado a um ajuste fiscal radical com a aprovação *Proposta de Emenda Constitucional* nº 55 (PEC 55), que congela os gastos públicos com uma vigência de 20 anos de duração, a partir de 2017. Esse congelamento dos gastos públicos subfinancia às Políticas Sociais que possibilitaram a diminuição da extrema pobreza no país. A segunda providência foi na legislação trabalhista com a aprovação da Reforma Trabalhista, tendo em vista a “modernização trabalhista”, segundo seus defensores. Sob o pretexto de “modernização” a nova legislação firma um mercado de trabalho mais inseguro, vulnerável, desprotegido e precário para os trabalhadores. Anderson (2020, p. 140) elucida que “as novas regras deram sinal verde à terceirização de atividades-fim e a contratos de trabalho intermitente”. E a terceira providência seria Reforma da Previdência radical, contudo, não teve força política para ser aprovada no Congresso.

Também citasse outro elemento que evidencia o descompromisso do governo Temer com os direitos sociais foi “pente fino” no Programa Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) através de uma maior

⁶⁹ Ainda sobre esse assunto, Paulani (2017, p. 97) assevera que “Resumindo e colocando em termos teóricos, a disputa pelo fundo público, que se acirra em momentos de retração, e a crescente necessidade de obtenção de novos ativos onde ancorar a acumulação, parecem ter se constituído nos motores materiais do golpe. A venda do campo de Carcará de Pré-Sal (uma parcela do filé mignon dessas reservas, segundo os especialistas) à empresa norueguesa Statoil ainda antes de se consumir o impeachment de Dilma, e o açodamento para a aprovação da PEC 55, que congela em termos reais, por vinte anos, as despesas correntes do Governo Federal com excesso dos juros, não parecem desmentir essa interpretação”.

fiscalização da condição socioeconômica da população usuária. Essa medida regressiva penalizou principalmente pessoas idosas e pessoas com deficiência, usuárias do BPC. (MEDEIROS, 2018)

A reforma da previdência não teve forma para ser votada no governo Temer por conta das acusações imputadas a Temer pela procuradoria-geral nos casos de corrupção envolvendo Joesley Batista, da JBS, e o caso de seu assessor recebendo uma maleta de dinheiro de uma pessoa de Batista. Contudo, diferente de Dilma, o Congresso Nacional não aprovou a abertura do processo para que o Supremo Tribunal pudesse agir. Houve outra denúncia envolvendo Temer encaminhada pela procuradoria-geral, mas barrada no congresso.

Pelo andar da carruagem, o governo Temer não tinha mais agenda para entregar ao país e não tinha força para aprovar projetos de grandes impactos, e a credibilidade de seu governo já estava bastante prejudicada. Em junho de 2018 o governo Temer obteve uma avaliação de 82% de brasileiros que consideravam o governo ruim/péssimo, conforme pesquisa do Data Folha, em dezembro do mesmo ano houve uma queda na taxa de ruim/péssimo para 62%. Mesmo assim, o governo Temer contou com zero popularidade, contudo, com o apoio do Congresso conseguiu passar as reformas demandadas pela elite econômica do país. (G1, 2018)

Apesar de todo o desgaste do Partido dos Trabalhadores por conta do declínio econômico e dos escândalos de corrupção, apesar de todas as acusações envolvendo Lula na operação Lava Jato e de sentenças já julgadas, Lula continuou sendo o político mais popular do Brasil e com chances reais de vencer a eleição presidencial de 2018. Mesmo com chances reais de vitória, Lula não pode concorrer às eleições, pois, seu pedido de habeas corpus impetrado ao STF foi rejeitado e a candidatura de Lula barrada⁷⁰.

O resultado de 2018 foi Jair Bolsonaro eleito no segundo turno contra Fernando Haddad do PT que entrou na corrida a presidência tardiamente, após todas as manifestações “Eleição Sem Lula é Golpe” sem surtir efeito na

⁷⁰ É importante registrar que, segundo a Constituição Federal” [...] nenhuma condenação criminal pode ser executada até que seja definitiva – ou seja, até que se tenham esgotado todas as instancias de apelação -, e no caso de Lula ainda havia dois níveis de recurso possíveis” (ANDERSON, 2020, p. 143-144).

impossibilidade de Lula concorrer. Bolsonaro venceu com 55% dos votos válidos a 45%.

Jair Bolsonaro nunca foi um político do “alto escalão”, nunca teve projetos de leis importantes aprovados, não teve cargos importantes, nunca foi presidente de nenhuma comissão durante seus mandatos como deputado federal pelo Rio de Janeiro. Ele sempre foi um deputado de baixo clero, que tinha sua base eleitoral militar no Rio de Janeiro e que conseguiu colocar seus filhos da política, mas que ganhou notoriedade nacional por conta das suas declarações autoritárias, homofóbicas e demais absurdos, que passaram sem a devida punição civil e criminal, até mesmo do Comitê de Ética da Câmara dos Deputados. Como que ele chega na presidência? Várias mediações estão relacionadas.

Primeiro é importante descartar que a antipolítica⁷¹ que se mobilizou no Brasil a partir de junho de 2013 ocasionou uma grande rejeição da população pelos políticos tradicionais e pelos partidos, isso não quer dizer que políticos tradicionais não conseguiram e nem conseguem se eleger, mas que esse “sentimento” de negação a política e políticos favoreceu àqueles que surfaram nessa onda. A Câmara Federal teve em 2018 uma renovação de 47,3%, com um total de 243 deputados novos, e o partido que fez eleger deputados novos foi o Partido Social Liberal – PSL, 46 com uma bancada de 52⁷², justamente o partido que Bolsonaro concorreu à presidência. (CÂMARA LEG, 2018)

Relacionado a antipolítica, estava o antipetismo⁷³ que naquele período, até mesmo nesse momento, se mostra como uma força influente na política brasileira, impulsionados pela mídia, e muito bem capitalizados por Bolsonaro durante a pré-campanha e campanha presidencial.

⁷¹ Segue indicações de dois artigos que tratam um sobre a antipolítica: A Era da Antipolítica, publicada no El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/05/opinion/1475671551_641754.html, acessado em 10/03/2022; Bolsonaro e a Antipolítica, publicada no Le Monde Diplomatique, disponível em: <https://diplomatique.org.br/bolsonaro-e-a-antipolitica/>, acessado em: 10/03/2022.

⁷² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>. Acessado em 27/02/2022.

⁷³ Para mais discussões sobre o assunto do Antipetismo, segue indicação do artigo “**Como surgiu o "antipetismo", e do que ele se alimenta?**”, publicado no Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/27/como-e-alimentado-o-antipetismo-e-por-que> , acessado em: 10/03/2022.

Não podemos também ignorar o papel que as redes sociais – Facebook, Instagram, Twitter, Whatsapp, Telegram⁷⁴ passaram a ter nas eleições. Com a montagem de memes, muitas vezes amparados em notícias falsas, as famosas *fake news*, e do uso das publicações segmentadas e impulsionamento do alcance das publicações, Jair Bolsonaro e seu grupo conseguiu projetar uma imagem nas redes sociais de que era “Contra tudo isso aí, tá ok?!”.

Anderson (2020, p. 151) argumenta que,

O sucesso da imagem que ele projetou nas redes sociais não resultava apenas da violência dos seus pronunciamentos. A imagem passada pela imprensa no exterior, de um fanatismo feroz e incansável, é enganosa. A personalidade pública de Bolsonaro é mais ambígua. Tosca e violenta, certamente, mas também com um lado juvenil e jocoso, capaz de um humor grosseiro e até autodepreciativo, muito distante da atitude carrancuda de Trump, com quem agora é frequentemente comparada. [...] Sua criação foi menos sofrida e pobre que a de Lula, mas bastante plebeia para os padrões da elite brasileira [...]. Agora já bem de vida [...] adquiriu naturalmente certo apelo ao homem comum. Seu carisma é de um tipo que reverbera principalmente entre jovens, tanto os de classe mais popular quanto os mais instruídos. (ANDERSON, 2020, p. 151)

Outra mediação importante foi os aliados que Bolsonaro conseguiu atrair para chegar à Presidência. Para a ala militar, escolheu Hamilton Mourão como vice-presidente na chapa, general quatro estrelas que tinham sido aposentado depois de falar contra o governo Dilma e afirmar que se o Judiciário não restaurasse a ordem no Brasil, os militares deveriam intervir para garantir a ordem. Segundo matéria de Marchesini (2021) publicada na Metrôpoles, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos civis comissionados no Governo Bolsonaro, que chegam a um valor total de 2.673 integrantes das forças

⁷⁴ São redes sociais usadas na atualidade e cada uma tem focos e abordagem diferente, mas bem o objetivo em comum que é conectar pessoas. O facebook possibilita realizar publicações de textos, compartilhamento de links, publicação de imagens e etc, além de possuir chat, grupos de interesse e etc. O twitter tem as mesmas funcionalidades, mas possui uma limitação de caracteres por postagens, é usado mais para mensagens curtas. O Instagram é mais para publicar imagens e vídeos. O whatsapp e Telegram são destinados para a comunicação por mensagens instantânea. Essas redes sociais tem disso usadas nas estratégias de campanhas políticas, muitas vezes com uso indevido de segmentação e impulsionamento de publicações e venda de dados dos usuários. Para saber mais sobre o tema, indica-se o Documentário da Netflix “Privacidade Hackeada”, 2019.

armadas⁷⁵. Além dos Ministros de Estado também das forças armadas como Braga Neto que já passou pela Casa Civil e hoje está na Defesa, general da reserva Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional e outros⁷⁶. Sendo este o governo com mais militares no poder desde a redemocratização.

Para tranquilizar a elite econômica do país, apresentou o nome de Paulo Guedes, como seu homem da economia, “um neoliberal puro-sangue, cujos principais remédios para os males econômicos do Brasil são a privatização de todas as empresas e ativos estatais para pagar a dívida pública e a desregulamentação de todas as transações possíveis” (Id., lb., p. 153). Para atender a pauta contra a corrupção, ou pelo menos encenar que atendeu, assim que ganhou no segundo turno, Sergio Moro foi chamado para ser ministro da Justiça, que aceitou. Nada mais escandaloso do que um juiz que colocou o principalmente concorrente e com chances de ganhar as eleições na cadeia, assumir um ministério do concorrente que foi beneficiado por suas ações. Contudo, grande parte da grande mídia tratou essa escolha como um dos maiores ativos do novo governo.

A ascensão da extrema direita não é um fenômeno localizado, no contexto internacional podemos identificar esse avanço que apesar de ter semelhanças, apresentam as particularidades locais. Barros (2020) elucida que há algumas hipóteses que explicam a ascensão da extrema direita ao redor do mundo.

A primeira hipótese está relacionada ao processo de globalização capitalista neoliberal que produz e reproduziu um “pânico identitário”, que incentiva uma “[...] procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais” (Id., lb., p. 145). A segunda hipótese está associada ao processo de hegemonia do capital financeiro com a crise geral do capitalismo de 2008, não apenas a crise em si, mas as respostas a crise dadas pelos Estados Nacionais que socializaram as perdas do capital financeiro por meio do endividamento dos Estados, e o aprofundamento das políticas neoliberais.

Conforme Barros (2020, p. 146-147),

⁷⁵ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro>. Acessado em 28/02/2022.

⁷⁶ Para mais detalhes sobre os Ministros do Governo Bolsonaro, acessar: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/os-nove-remanescentes-quis-ministros-seguem-no-governo-bolsonaro-desde-o-comeco/>. Acessado em 28/02/2022.

Nesse cenário, foi a direita e a extrema direita que conseguiram capturar o ressentimento dos “perdedores” do processo de mundialização do capital nos últimos quarenta anos (conduzido pela ideologia neoliberal) e direcioná-los contra inimigos imaginários e o establishment em geral (FILGUEIRAS; DUCK, 2019). Esse ressentimento é derivado do desemprego, da pobreza, da precarização do trabalho e das condições de vida muitas vezes degradante. [...] a incapacidade do liberalismo clássico e da socialdemocracia em apresentar alternativas concretas ao ultraliberalismo e suas consequências sociais, facilitou o crescimento de movimentos neofascistas. [...] Nesse sentido, [...] para além das aparências e da retórica, há uma clara convergência política, ou até mesmo uma “afinidade eletiva”, entre o neoliberalismo, enquanto expressão dos interesses do capitalismo financeiro, e a atual ascensão da extrema direita, que em seu limite se apresenta como neofascista.

Diante do cenário de ascensão internacional e do quadro brasileiro analisado anteriormente, que levou a ascensão de Jair Bolsonaro a presidência, os teóricos identificar o atual governo como neoliberal ou ultraliberal e neofascista (BARROS, 2020; FILGUEIRAS; DUCK, 2019), mas não como sendo o início desse fenômeno, mas como resultado da radicalização dos movimentos de direita no Brasil desde 2013.

Filgueiras e Duck (2019) argumentam que o governo Bolsonaro se movimenta em três correntes de extrema direita: neofascista, ultra-neoliberal, militar tradicional. Na corrente neofascista há três ramificações: bolsonarista – centrada na figura do líder, e movida por milícias digitais; Lavajatista- junto aos operadores do direito “[...] que se atribuem a função messiânica de limpar o país da corrupção e dos corruptos [...] se encarregam de criminalizar “legalmente” os adversários” (p. 05); parte do movimento das igrejas evangélicas, principalmente as neopentecostais “[...] que se incubem do controle e manipulação político-religiosa da massa desorganizada e mais pobre das periferias” (p. 05).

A corrente ultra-neoliberal representada principalmente pelo Ministro da Economia e os demais ao seu redor, que conduzem as reformas e políticas econômicas demandadas pelo capital financeiro. Essa vertente conseguiu aprovar a Reforma da Previdência, coisa que o governo Temer não conseguiu entregar ao mercado, e os cortes orçamentários nas pastas sociais, diminuindo o financiamento da saúde, assistência social, educação, direitos humanos e

outras áreas. Apesar desses cortes, desde 2019 houve aumento do orçamento da Defesa e Forças Armadas⁷⁷.

E a corrente militar tradicional com seu papel de lembrar aos brasileiros que as forças armadas brasileiras estará presente na “sua” função de tutelar a democracia e se necessário golpear o estado para garantir a manutenção da ordem.

Em suma, a longo prazo, as medidas que vem sendo implementadas desde o governo Temer e atualmente com Bolsonaro se manifestarão,

[...] no aprofundamento da dependência e no aumento da vulnerabilidade externa, desindustrialização, redução do mercado interno, e aumento da desigualdade e da pobreza – cujos indicadores em 11 meses de governo já apontam. E do ponto de vista conjuntural, está levando à estagnação da economia e regressão social; pois essa política ultra-neoliberal afeta negativamente, direta e indiretamente, o consumo das famílias, o investimento das empresas, os gastos do governo e o saldo da balança comercial do país- o conjunto de variáveis que expressa e determina a dinâmica de toda e qualquer economia capitalista. (FILQUEIRAS; DUCK, 2019, p. 06)

Além disso, esse governo neofascista também vem defendendo e apoiando Ditaduras, proferindo ataques ao Estado de Direito e as instituições democráticas, atacando as instituições científicas do país, principalmente através do desfinanciamento do IBGE, INPE, CAPES, CNPq, e das Universidades Públicas, estímulo ao desmatamento da Amazonia e defesa do garimpo em terras indígenas, entre outros aspectos apontados no ponto 2.1 desta dissertação.

Contudo, o governo também do ponto de vista conjuntural vem sofrendo algumas perdas. Há um tímido isolamento político internacional. No contexto interno, o governo teve problemas com a relação com o Poder Legislativo, vários pedidos de *Impeachment* foram protocolados, mas nenhum aberto pelo então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre o pretexto de que não havia ambiente político para isso, apesar de haver crimes de responsabilidades

⁷⁷ O artigo “Os gastos bilionários que Bolsonaro propõe para a Defesa e que levarão a cortes em outras áreas em 2021” de Mariana Schreiber, publicado na BBC News, 2020, demonstra os dados referentes ao aumento de gastos com a Defesa. Disponível em: [Os gastos bilionários que Bolsonaro propõe para a Defesa e que levarão a cortes em outras áreas em 2021 - BBC News Brasil](#). Acessado em: 03/04/2022.

cometido pelo governo Bolsonaro, confirmando mais uma vez que um afastamento é um processo político e jurídico e que o *Impeachment* da presidente Dilma, que não cometeu crime de responsabilidade, foi de natureza totalmente política.

Para se manter no poder sem chances de ter o mandato cassado, o governo teve que fazer tudo o que acusava todos: cargos por indicação política, a exemplo de Ciro Nogueira do Partido Progressista – PP, e compra de deputados evidenciadas pelo que o jornalismo investigativo chama de orçamento secreto, que é a liberação de emendas parlamentares a véspera da votação da PEC dos precatórios⁷⁸, e também da liberação de emendas para parlamentares para a eleição de Arthur Lira – PP, como presidente da Câmara.

Assistimos também o afastamento da ala lavajatista do governo, evidenciando uma espécie de confronto interno entre a extrema-direita, com a saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça sobre a alegação de que Bolsonaro interferiu na Polícia Federal. Ressalta-se também as derrotas judiciais que a Lava Jato sofreu, principalmente após o vazamento das conversas dos promotores reportadas pelo *The Intercept Brasil*⁷⁹. Uma das derrotas foi a derrubada da possibilidade de prisão após condenação em 2ª instância, que implicou na soltura de Lula.

No ano de 2020, a pandemia do novo coronavírus, que se iniciou na China, se propagou pelo mundo todo, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS em janeiro de 2020 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)⁸⁰. Por ter um alto contágio, e números altos de pessoas em óbito, as medidas para a não propagação do vírus é o distanciamento social, e em casos de altas taxas de infecção o isolamento social completo. Os governos em todo mundo começaram a implementar as políticas de isolamento social por meio de decretos de fechamento dos comércios, repartições públicas, escolas e demais espaços públicos que não se enquadravam em atividades essenciais.

⁷⁸ Para saber mais, acesse: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/11/05/interna_politica,1320185/bolsonaro-liberou-orcamento-secreto-de-r-1-2-bi-as-vesperas-de-votacao.shtml. Acessado em 01/03/2022.

⁷⁹ Para conferir todas as matérias do *The Intercept Brasil* sobre a Vaza Jato, basta acessar o link: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acessado em: 01/03/2022

⁸⁰ Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acessado em: 01/03/2022.

É evidente que a pandemia e as medidas de isolamento social causaram um impacto gigantesco nas economias mundiais, para além dos problemas de saúde pública, saúde mental, escolar e de várias naturezas. Fonseca e Silva (2020, p. 63) explicita que a passo que o novo coronavírus “[...] avançava em frenética progressão geométrica, formava-se a percepção de que o enfrentamento da nova peste só poderia ser levado a bom termo por meio de uma ação coletiva coordenada pelo Estado”, fazendo cair por terra a falácia neoliberal de menos Estado, e evidenciando que a redução das políticas sociais foi um elemento determinante para o agravamento da crise.

No atual cenário brasileiro não foi diferente. A sobrecarga de leitos hospitalares, colheita temporã dos cortes de gastos públicos na saúde, foi o primeiro sinal de que a omissão do Estado custaria vidas humanas. A realidade da nova classe trabalhadora, que, segundo Harvey (2020, p. 21), viu-se diante da desesperadora situação de “contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente por causa da retração econômica imposta pelo vírus”, impôs-se, trazendo à tona milhares de brasileiros e brasileiras subempregados e outros tantos milhares que sobrevivem na completa informalidade. A necessidade de isolamento social, desse modo, descerrou as cortinas sociais que invisibilizavam grandes camadas de trabalhadores e trabalhadoras duramente afetadas pelas reformas trabalhista e previdenciária, ambas aprovadas na trilha neoliberal dos governos. (FONSECA; SILVA, 2020, p. 63)

Apesar de todo o cenário e o número de casos aumentando no Brasil, o presidente e seus apoiadores adotaram o discurso negacionista, posicionando-se de forma contrária as medidas de isolamento social e de distanciamento social, defendendo que a crise sanitária não deveria interferir nas atividades econômicas, e chegando até a defender que para que todos fossem imunes a doença, seria necessário se contaminarem. Relativizou a gravidade da pandemia e ainda chamou a doença de uma “gripezinha”⁸¹.

Mesmo com o desenvolvimento de vacinas, a postura do governo foi de recusa e inércia para a aquisição de vacinas para os brasileiros, defendendo que os brasileiros “não seriam cobaias”, ao ponto de o próprio presidente declarar que não tomaria a vacina, mas colocar sigilo de 100 anos em seu cartão de

⁸¹ “2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de “gripezinha”, o que agora nega. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acessado em 01/03/2022.

vacina. Em agosto de 2020 o Tribunal de Contas da União – TCU cobrou do Governo Federal o Plano Nacional de Vacinação com um prazo de 15 dias para que fosse apresentado o plano de ação de aquisição, produção e distribuição das vacinas, decisão recorrida pelo governo pela Advocacia-Geral da União. Além disso, no mesmo mês, foi oferecido a primeira proposta de venda de vacinas pela Pfizer ao Brasil, sem sinalização positiva do governo⁸².

Essas são umas das ações negacionistas e irresponsáveis do governo federal durante a pandemia do coronavírus que podem ser mais destrinchadas em Matéria publicada no jornal *Nexo – Políticas Públicas* por Maria Letícia Machado e Rebeca Freitas, “O Primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos”. Os crimes de responsabilidade durante a pandemia também estão evidenciados no Relatório Final da CPI⁸³ da Pandemia instaurada em 21 de abril de 2021 e encerrada em 05 de novembro de 2021.

Diante do desemprego e por conta do isolamento necessário, como medida de transferência de renda para a população em vulnerabilidade social foi aprovado o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00, proposta apresentada pela oposição diante da demora do envio da proposta do executivo. É importante ressaltar que o Ministro da Economia defendeu um valor de R\$ 200,00 para as famílias cadastradas no CadÚncio, contudo, a proposta aprovada pelo congresso garantiu R\$ 600,00 por quatro meses, que foram estendidos depois até dezembro de 2021, para as famílias inscritas no CadÚnico e beneficiários do Programa Bolsa Família e outros segmentos. Segundo Pozzebom (2020, s/p), o Auxílio Emergencial foi destinado a,

até dois membros da mesma família, maiores de 18 anos, trabalhadores por conta própria que pagam contribuição

⁸² Segundo matéria de na *Nexo – Políticas Públicas*: “A primeira proposta de venda de vacinas da Pfizer para o Brasil previa a entrega de 500 mil doses em dezembro de 2020, totalizando 70 milhões até junho de 2021. Quatro dias depois, a oferta aumentou para 1,5 milhão de doses ainda em 2020, com possibilidade de mais 1,5 milhão até fevereiro de 2021. Ainda, uma terceira proposta foi apresentada em 11 de novembro. Não houve sinalização positiva do governo federal para nenhuma das três propostas, e o Brasil acabou perdendo o lugar na negociação para outros países”. Link para matéria: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos>.

⁸³ Disponível em: https://senadofederal-my.sharepoint.com/personal/cpipandemia_arquivos_senado_leg_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fcpipandemia%5Farquivos%5Fsenado%5Fleg%5Fbr%2FDocuments%2FRelat%C3%B3rio%20Final%2FRelatorio%5FFinal%5Faprovado%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fcpipandemia%5Farquivos%5Fsenado%5Fleg%5Fbr%2FDocuments%2FRelat%C3%B3rio%20Final. Acessado em: 01/03/2022.

individual à Previdência Social, microempreendedor individual (MEI); trabalhador intermitente, como garçons e serventes de obra, ou informal, como ambulantes, inscritos no CadÚnico; desempregados; autônomos em geral e pessoas fora da força de trabalho, como beneficiários do Bolsa Família. As mulheres provedoras de família monoparental (mães solteiras) teriam direito ao dobro da cota original (R\$ 1,2 mil).

Após o término do Auxílio Emergencial, e diante dos números baixos de aprovação do governo e das pesquisas que indicam que Lula e outros candidatos vencem Bolsonaro em segundo turno, o governo extinguiu o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos e em seu lugar instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil através da Lei nº 14.284 de dezembro de 2021 e Decreto nº 10.852 de novembro de 2021. Além disso, o presidente assinou um decreto que estabelece em 2020 que nenhuma família beneficiária iria receber menos de R\$ 400,00 reais mensais, nunca tentativa de manter o capital político do auxílio emergencial e capitalizar sobre sua imagem os programas de transferência de renda. Contudo, o acréscimo de valor para chegar a esse valor mensal a toda família beneficiária só tem validade de um ano, após, isso, se o decreto que regulamentou tal benefício não for reeditado ou transformado em Lei, os valores dos benefícios do Auxílio Brasil voltam ao seu valor original.

Apesar desse aumento de valores no campo da política de transferência de renda, desde 2016 estamos vivenciando um contexto de diminuição do orçamento para as políticas sociais, o que incide nos repasses fundo a fundo para que os estados e municípios executam os serviços. Segundo Stiffung (2021) entre 2018 e 2019 a queda nos gastos sociais nas despesas discricionárias chegou a 8,6%, entre o período de 2016 a 2019 houve uma queda de -11,9% na Educação, -14,9% Ciência e Tecnologia, -9,2% na Assistência Social. Além de outras áreas de sofreram cortes orçamentários consideráveis e que inviabilizam a ampliação dos serviços, a universalização das políticas sociais.

É nessa contextualidade que podemos situar o Serviço Social, onde o avanço conservador e ultraliberal com tendências fascistas recoloca sobre a

categoria o debate sobre a origem conservadora e intenção de ruptura⁸⁴ contra o conservadorismo numa posição de resistência política e ideológica. A precarização das condições de trabalho dos trabalhadores, a destruição de direitos sociais, e o aumento de tendências ideológicas conservadoras nas políticas sociais, atingem o Serviço Social por atuar diretamente com as Políticas Sociais no campo da intervenção profissional, e na produção do conhecimento gerada pela categoria. Em resumo,

[...] enquanto profissão que tem como especificidade intervir nas expressões da “questão social”, portanto, é perpassado pelos desdobramentos dessas transformações societárias, tanto em sua intervenção profissional, quanto na produção do conhecimento gerada pela categoria. (SANTOS, 2017, p. 6)

Como demonstrado no capítulo 2 desta dissertação, o debate sobre Serviço Social e da Política Social no Brasil avançou e aprofundou-se ao longo dos anos de 1980 e 1990, consolidando-se no século XXI. Esse avanço no debate sobre política social e serviço social tem uma estreita relação com a mudança no sistema de proteção social, após o retorno ao Estado Democrático de Direito, amparado pela Constituição de 1988, e com as mobilizações de segmentos da sociedade civil para ampliar e garantir direitos, principalmente às Políticas da Saúde, Previdência e Assistência Social. No âmbito da profissão, estabeleceu-se uma ampla produção do conhecimento em torno das Políticas Sociais, sendo este um dos pilares centrais na consolidação do Serviço Social como produção de conhecimento. (SANTOS, 2019)

No ponto 3.2 discute-se o processo de produção do conhecimento do Serviço Social gerado pelas dissertações de mestrado do PPGSS/UFPB sobre Política Social na temporalidade de 2010 a 2019 entre o legado do Projeto de Modernidade Marxista e as inflexões pós-modernidade, retomando o debate sobre pós-modernidade realizado no capítulo 1 e os elementos do serviço social a da conjuntura político-econômica elencados nesse trabalho, e necessários para a análise do objeto para que possamos nos aproximar do real.

⁸⁴ É importante frisar que esse debate é bem presente no Serviço Social, contudo, num contexto de avanço da Direita Conservadora, esse tema acaba ganhando espaço num movimento de resistência aos ataques contra à democracia, à liberdade de pensamento, e contra a esquerda do ponto de vista político.

3.2 Análises das Dissertações de Mestrado sobre Política Social à luz dos Indicadores Analíticos

Como dito anteriormente no ponto 2.2 desta dissertação, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba – PPGSS/UFPB, foi criado em 1978, sendo o primeiro programa de pós na área do Serviço Social na região Nordeste e o quinto programa criado a nível Brasil.

A proposta investigativa deste trabalho versa sobre a produção de conhecimento do serviço social sobre política social à luz da influência teórica-metodológica do legado da modernidade marxista e as influências pós-modernas que fragilizam o Projeto-Ético-Político-PEP da categoria. A análise da produção do conhecimento se dará a partir da análise de três indicadores analíticos: áreas de conhecimento, temático e autoral.

Para tanto, o recorte investigativo são as dissertações de mestrado defendidas no PPGSS/UFPB na temporalidade de 2010 a 2019. No primeiro momento, procedeu-se com a identificação das dissertações defendidas entre 2010 a 2020 utilizando o Catálogo de Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB-1982/2019, o site do Portal do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, mais especificamente na aba Notícias/Dissertações e Teses⁸⁵.

Com essa identificação foi possível realizar a atualização do Catálogo citado até o ano de 2020, a identificação e sistematização das dissertações defendidas entre 2010 a 2019 em planilha de Excel com a identificação básica da dissertação: Título, Autor, Ano, Orientador, Área de concentração, Linha de Pesquisa. O resultado quantitativo do total de dissertações defendidas entre os anos citados se encontra no quadro abaixo.

Quadro 6 - Dissertações Defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019 por Área de Concentração/Linha de Pesquisa. João Pessoa/PB, 2022.

Anos	Área de Concentração/ Linha de Pesquisa	Quant.	Total	Total Geral
2010 a 2015	Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social	21	99	171

⁸⁵ Portal do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. Notícias/Dissertações e Teses. https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1905#.

	Política Social	78	
2016 a 2019	Serviço Social, Trabalho e Política Social	31	72
	Estado, Direitos Sociais e Proteção Social	41	

Fonte: PPGSS, 2018; PPGSS/Dissertações e Teses, s/d. Elaboração Própria.

O total de dissertações defendidas na temporalidade dos anos de 2010 a 2019 são de 171. Procedeu-se a identificação entre os anos 2010 a 2015 e entre 2016 a 2019 em decorrência da revisão curricular que ocorreu em 2016 que unificou as duas áreas de concentração: Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; Política Social, e foram criadas duas linhas de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social; Estado, Direitos Sociais e Proteção Social. Nossa análise processa-se nas dissertações da área de concentração Política Social e da Linha de Pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social, que serão a partir desse momento identificadas como vinculadas a área de Política Social.

Tabela 4 - Dissertações defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.

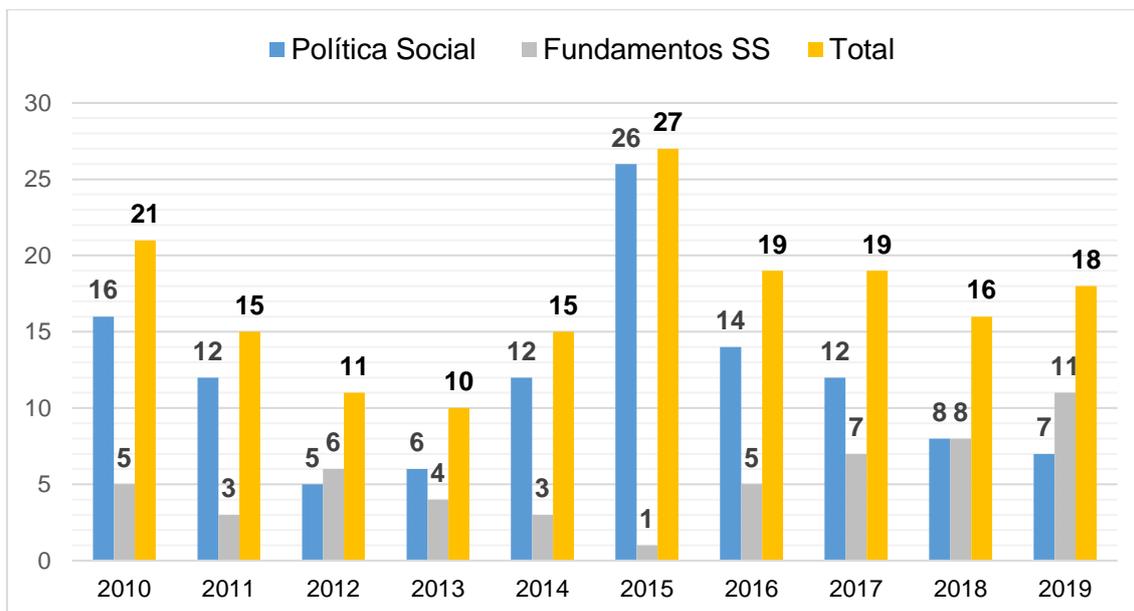
Áreas de Vinculação	2010 a 2015		2016 a 2019		Total	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Fund. Do Serviço Social	21	15%	31	28%	52	30%
Política Social	78	85%	41	72%	119	70%
Total	99	100%	72	100%	171	100%

Fonte: PPGSS, 2018; PPGSS/Dissertações e Teses, s/d. Elaboração Própria.

Por meio da leitura tabular, vê-se que no universo de 171 dissertações defendidas, 119 (70%) são ligadas à área de Política Social, em detrimento da área de Fund. Do Serviço Social com 52 (30%) dissertações defendidas. A prevalência da área de Política Social se apresenta das duas temporalidades, entre 2010 a 2015 com 78 (85%) e com uma pequena baixa entre 2016 a 2019 com 41 (72%), enquanto a área de Fund. Do Serviço Social com 21 (15%) entre 2010 a 2015 e entre 2016 a 2019 com uma pequena alta com 31 (28%).

No gráfico abaixo, observa-se a quantidade por ano das dissertações defendidas.

Gráfico 4 - Quantidade de Dissertações do PPGSS/UFPB por ano entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS, 2018; PPGSS/Dissertações e Teses, s/d. Elaboração Própria.

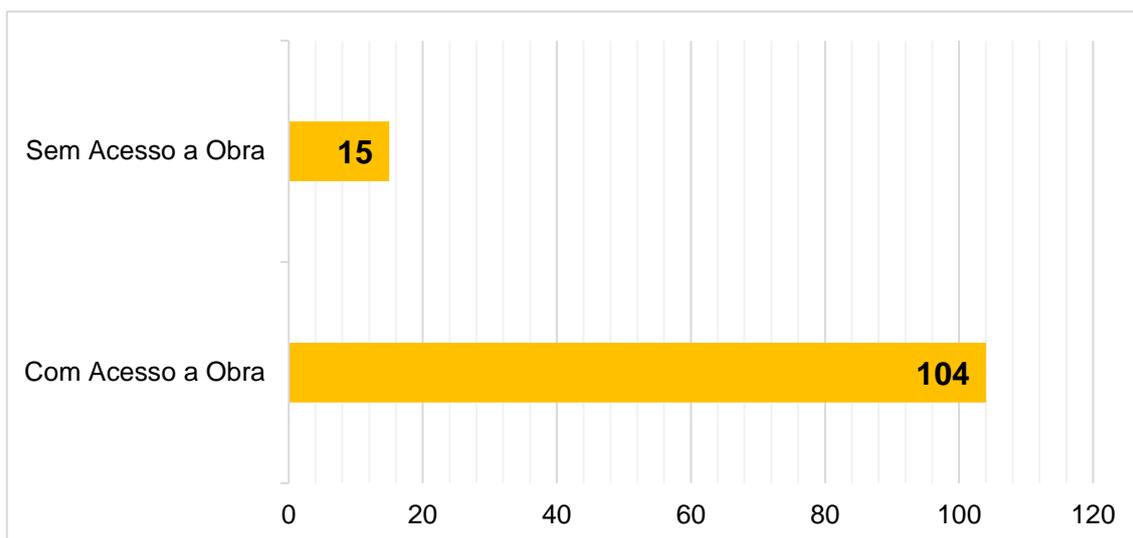
Constatou-se que, o ano com mais defesas foi 2015, contudo, a incidência da área de Fundamentos do SS é a mais baixa, somente em dois anos a área citada teve mais defesas do que a área de Política Social: 2012 com 6 defesas e 2019 com 11 defesas em comparação com 5 (2012) e 7 (2019) da área de Política Social.

Após essa identificação, procedeu-se a coleta de dados das dissertações na área de Política Social que contemplasse a classificação em relação aos indicadores analíticos e referentes aos aspectos metodológicos daqueles trabalhos dissertativos com o suporte instrumental da Ficha de Leitura – Dissertação, que encontra-se no Anexo 1, utilizando software Access 2010, com os seguintes itens: Identificação, Título, Ano, Grande Área, Área de Conhecimento, Formação do Autor, Política Social, Categoria Temática, Objeto de Estudo, Palavras-Chave, Tipo de Pesquisa, Método Utilizado, Abordagem, Instrumentos, Sujeito da Pesquisa, Local de Pesquisa, Parecer. Para coletar as informações em relação aos indicadores autorais, utilizamos instrumental específico no Excel para contabilizar os autores mais referenciados nas dissertações.

A leitura das dissertações para a coleta de dados concentrou-se no Título, Resumo, Sumário, Introdução e Referências Bibliográficas. Quando esses itens não eram suficientes, partiu-se para a leitura dos capítulos específicos que completam a coleta dos dados conforme os itens citados acima e os indicadores. Utilizou-se as dissertações para realizar a coleta de dados, quando não foi possível ter acesso a obra, partiu-se para a busca do currículo lattes dos autores e resumo disponível no Portal do PPGSS/UFPB.

O gráfico abaixo aponta que, no universo de 119 dissertações analisadas nesta pesquisa, teve-se acesso integral a 104 obras, e não tivemos acesso a 15 obras.

Gráfico 5 - Acesso as Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS, 2018; PPGSS/Dissertações e Teses, s/d. Elaboração Própria.

É de suma importância ressaltar que a produção do conhecimento científico não pode proceder-se pelo achismo e nem pode ser elaborada de qualquer forma, existe um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos para que um trabalho seja reconhecido como uma pesquisa científica dentro da comunidade acadêmica.

Para tanto, a pesquisa deve ter um arcabouço metodológico científico, que é o caminho percorrido para apreender determinada realidade. Conforme Lima e Mioto (2007, p. 39) o processamento de apreensão e compreensão das relações sociais “[...] inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo

proposto”, e é a metodologia que evidência as concepções teóricas e os caminhos empreendidos para a aproximação com a realidade que o pesquisador pretende conhecer conforme o objeto de pesquisa.

Desta forma, antes de nos adentrarmos a análise dos indicadores sociais, faz-se necessário debruçar-se nos dados referentes aos aspectos metodológicos identificados nas dissertações: Tipo de Pesquisa, Método Utilizados, Abordagem e Local de Realização das Pesquisas.

Tabela 5 - Tipo de Pesquisa das Dissertações sobre Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.

Tipo de Pesquisa	Quant.	%
Documental	28	18%
Exploratória	27	17%
Bibliográfica	22	14%
Campo	21	13%
Descritiva	15	09%
Qualitativa	09	06%
Empírica	07	04%
Social Aplicada	04	03%
Teórica	02	01%
Explicativa	02	01%
Outros	07	05%
Não descreve	16	10%
Total	160	100%

Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Algumas dissertações se identificaram com dois ou mais tipos de pesquisa, por isso, dentro do universo de 104 obras que disponíveis para download, observa-se o número quantidade de 144 tipos de pesquisa, e 16 dissertações que não descrevem o tipo de pesquisa. Conforme a tabela, os tipos de pesquisa com mais incidências são: Documental com 28 (18%), Exploratória 27 (17%), bibliográfica 22 (14%), Campo 21 (13%).

A maior incidência na pesquisa documental com 18% (28) pode ser explicada por se tratar de pesquisas que tem como objeto as políticas sociais e seus impactos, tanto no que se refere aos aspectos da gestão quanto resultados ou atendimento direto aos usuários. Grande parte das pesquisas fazem a análise documental de leis, decretos, resolução, ofícios, atas, documentos de

acompanhamento de usuários, relatórios de gestão, fichas de cadastro, relatórios e pareceres sociais etc.

A pesquisa documental, segundo Oliveira (2007, p. 69) “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Destaca-se que o uso desse tipo de pesquisa na área de conhecimento do Serviço Social é demasiadamente importante porque vários tipos de documentos fazem parte do cotidiano profissional, e a sistematização dos dados, a leitura e interpretação deles dão subsídio para o fazer profissional e intelectual da categoria, além de ser um aspecto importante para a apreensão da realidade. Além disso, demonstra o salto qualitativo nas pesquisas e produção do conhecimento empreendidas na área e de seus pesquisadores, uma vez que a pesquisa documental exige que o pesquisado tenha capacidade metodológica, científica e teórica para proceder com todos os passos que esse tipo de pesquisa exige.

Em seguida averigua-se a pesquisa exploratória com incidência de 17% (27) nas dissertações pesquisadas. Conforme Gil (2008) as pesquisas do tipo exploratória objetivam proporcionar uma visão geral do objeto ou fato de forma mais aproximativa e “[...] é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Id., p. 27). A incidência desse tipo de pesquisa pode ser explicada pelo aspecto local em que as pesquisas foram realizadas, como será demonstrado mais à frente, a maioria das pesquisas se concentram na análise tendo como referência os municípios, ou seja, o lócus onde os serviços, projetos, programas e políticas são ofertadas diretamente a população.

Seguidamente verifica-se a pesquisa bibliográfica com 14% (22) e a de campo com 13% (21). A pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de material científico já elaborado, como livros, artigos científicos, periódicos, enciclopédias, Oliveira (2007, p. 69) pontua que “[...] o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”. Lima e Miotto (2007) pontuam que a pesquisa bibliográfica tem sido muito utilizada em estudos exploratórios e descritivos, pois ela possibilita um alcance amplo de informações e a utilização de dados dispense que auxiliam na definição do

quadro conceitual do objeto de estudo, e é um importante procedimento metodológico na produção do conhecimento científico pois é capaz de gerar a formulação de hipóteses e interpretações que poderão servir como ponto de partida para outras pesquisas.

No que diz respeito a pesquisa de campo, Gil (2008) as pesquisas de Campo caracterizam-se pelo contato direto por meio de questionários e entrevistas ao grupo cujo a pesquisa deseja compreender, para após esse procedimento obter por meio da análise quantitativa as conclusões dos dados coletados, esse tipo de pesquisa normalmente trabalha com a amostragem da população estudada.

A incidência da pesquisa de campo demonstra que os pesquisadores na área de conhecimento do Serviço Social estão indo a lócus para se aproximar da realidade social, neste caso, para se aproximar das múltiplas frações da questão social.

Conforme Lima (2018, 124),

Para o marxismo, enquanto aporte metodológico do Serviço Social, a Pesquisa de Campo é de fundamental importância, por permitir que o sujeito esteja em contato direto com o objeto. Do mesmo modo importa a pesquisa bibliográfica, que mesmo não indo a campo, consegue extrair do construto teórico já existente os subsídios necessários para contribuir com a análise do real, possibilitando, inclusive, o cruzamento de ideias para a construção do novo.

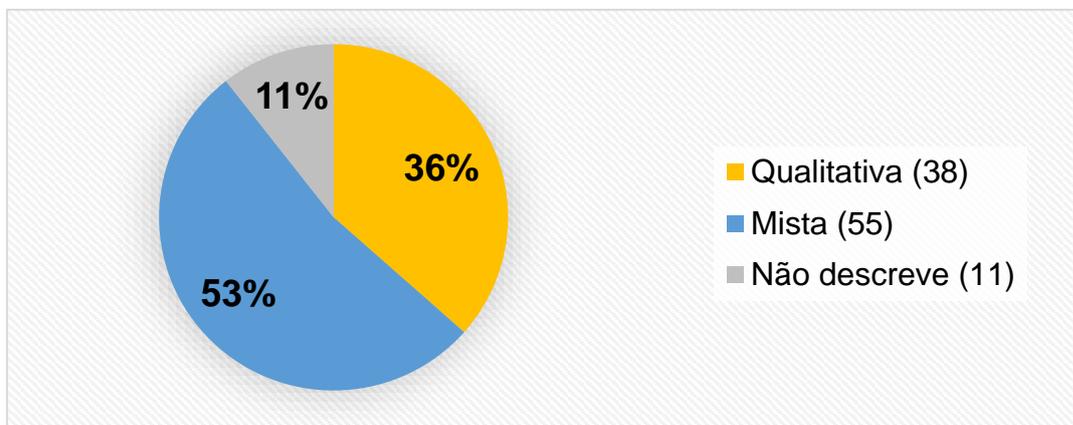
Em seguida verifica-se a pesquisa Descritiva com 09%, Qualitativa 06%, Empírica 04%, Social Aplicada 03%, Teórica e Explicativa com 1%, e com 4% outros que são: Estudo de Caso, Etnográfica, Ergologia, Avaliativa, Social Empírica, Analítico, História de Vida, Propositiva.

Verifica-se que 16 dissertações (10%) não descreve o tipo de pesquisa, um dado muito alarmante no tocante as pesquisas acadêmicas empreendidas no PPGSS/UFPB.

No tocante a abordagem metodológica presente nas dissertações pesquisadas, constatou-se que 53% (55) das dissertações se denominam como pesquisas de abordagem mista, ou seja, são pesquisas quanti-qualitativas, 36%

(38) são pesquisas qualitativas e 11% (11) não descreve a abordagem na dissertação.

Gráfico 6 - Abordagem das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



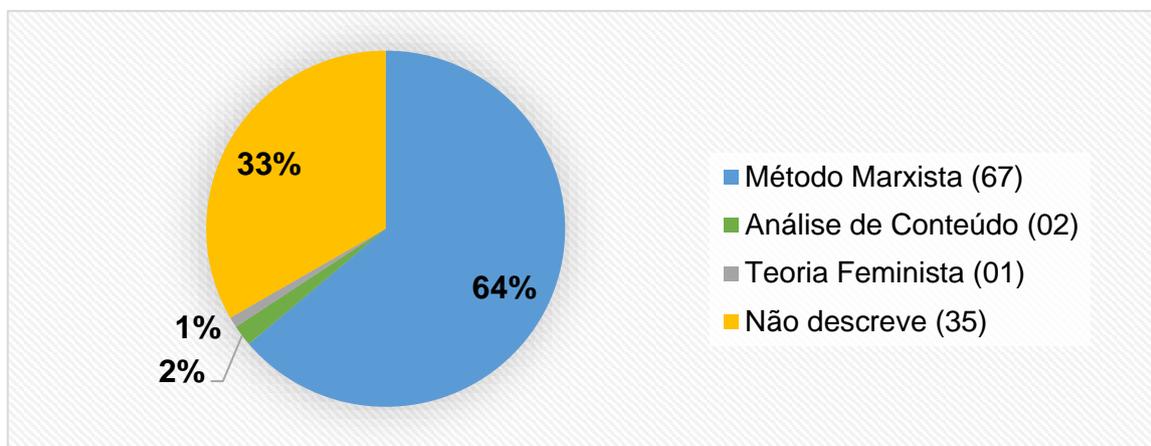
Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Destaca-se a abordagem mista com mais incidência, esse tipo de pesquisa conforme Creswell (2007, p. 213) “[...] se concentra em coletar e analisar tanto dados quantitativos como qualitativos em um único estudo”. Prates elucida que esse tipo de abordagem nas pesquisas que escolhem como método a perspectiva marxista tem a capacidade de expressar o real, pois “A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos [...]” (PRATES, 2012, p. 17). A autora ainda destaca que,

Se por um lado, nos preocupamos como a transformação do real e, destaque-se, esta é uma questão central na proposta de Marx, a visibilidade ao movimento, sua apreensão integral e propostas para incidir no real precisam ser viáveis, contemplar processos e resultados, argumentos que se pautem em dados quantitativos e qualitativos. (Id., Ibid., p. 117-118)

Em relação ao método, compreende-se a escolha do método como o primeiro passo das escolhas metodológicas de uma pesquisa. Método é entendido como a concepção teórica, narrativa teórica, que o estudo será empreendido, ou seja, a concepção que “[...] veiculará a concepção de mundo e de homem responsável pela forma como o pesquisador irá apreender as condições de interação possíveis entre o homem e a realidade” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39).

Gráfico 7 - Método das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Conforme a leitura do gráfico, observa-se que mais da metade das dissertações descreve que utiliza o método marxista com 64% (67) de incidência⁸⁶. O método marxista compreende o que é chamado de método dialético-histórico-materialista. Nas descrições das dissertações, o método marxista é denominado de várias formas: Materialismo Histórico–dialético, perspectiva crítica, histórico-dialético, dialética, crítico dialético, método dialético, hermenêutico-dialético, histórico-dialético, método dialético marxista. A adesão ao método marxista no Serviço Social se processou no movimento de renovação quando em 1980 de forma concreta o compromisso da profissão com a classe trabalhadora se materializa nos documentos como Código de Ética de 1986 e nos outros documentos, como elucida o capítulo 2. É importante frisar que a opção teórica marxista ainda se configura como hegemonia dentro da categoria profissional, no campo acadêmico e no campo político e organizacional da

⁸⁶ Lima e Miotto (2007, p. 39) quando descrevem o método escolhido que dá base para o artigo “Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica” na revista *Katálisis* em 2007 dizem o seguinte: “Escolheu-se o método dialético por levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosóficas, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo”. A lógica dessa justificativa é muito utilizada nas dissertações que utilizam o método marxista.

profissão⁸⁷, apesar do crescimento da influência pós-moderna e dos substratos conservadores da profissão.

É importante esclarecer que a descrição propriamente dita não quer dizer que a pesquisa de baseou de fato com a abordagem teórica descrita, há a ocorrência de sincretismo nas dissertações com a utilização de autores de várias correntes de pensamento sem a devida análise crítica e interpretativa na condução da pesquisa. A análise de autores de diferentes correntes de pensamento é demasiadamente importante para a pesquisa científica, até mesmo para o método dialético que trabalha considerando as contradições, contudo, a utilização desses autores deve se atentar para o rigor teórico-metodológico e análise necessários para se não cair num sincretismo teórico.

Em seguida verifica-se a Análise de Conteúdo com 2% (2) de incidência e Teoria Feminista com 1% (1).

Chama-se atenção para o fato que 33% (35) não descreve o método adotado na pesquisa. Esse é um número muito alto e demonstra que mesmo com o avanço e amadurecimento teórico que o Serviço Social vem apresentando desde 1990 no âmbito nacional, os dados mostram que na particularidade do PPGSS/UFPB, apesar dos avanços e acompanhamento da tendência nacional, ainda há uma apropriação frágil do método e uma secundarização da metodologia científica, evidenciada também pela incidência de 11% (11) de dissertações que não descrevem a abordagem da pesquisa.

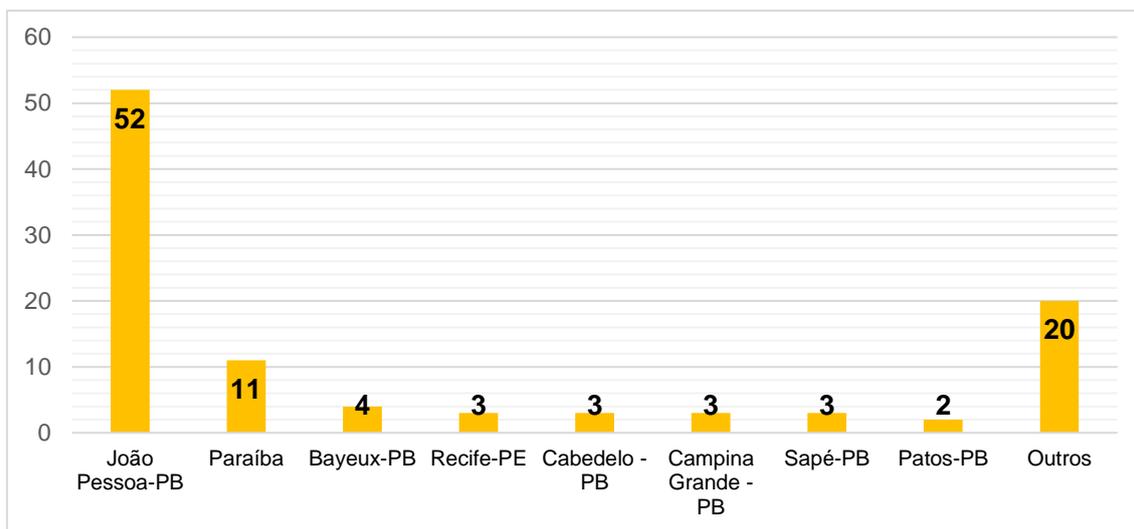
Sobre as questões metodológicas, Netto (2006, p. 12-13) elucida que,

[...] no plano da produção de conhecimentos, instaurou-se um pluralismo que permitiu a incidência, nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras (ou seja: de concepções teóricas e metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes). À quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico.

⁸⁷ Evidenciado pelas instituições da profissão como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS entre outros.

Em relação a localidade onde as pesquisas foram realizadas, o gráfico abaixo indica que a grande maioria das pesquisas, 52 pesquisas, foram realizadas em João Pessoa-PB, cidade onde o Campus 1 da Universidade Federal da Paraíba se encontra e onde se localiza o PPGSS/UFPB. Em seguida com 11 pesquisas verifica-se Paraíba, que são pesquisas com abrangência estadual, normalmente são pesquisas documentais e bibliográficas. A grande maioria das pesquisas de concentra em municípios da Paraíba, com exceção de Recife-PE com 3 pesquisas realizadas, Abreu e Lima -PE, Palmeira dos Índios-AL, Natal-RN, Boa Vista-RR, ambos com uma pesquisa realizadas.

Gráfico 8 - Local das Pesquisas das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

No campo Outros, temos: Araçagi-PB, Boa Vista-RR, Junco do Seridó-PB, Baía da Traição-PB, Pedras de Fogo-PB, Mamanguape-PB, Tavares-PB, Marizópolis-PB, Paulista-PB, Princesa Isabel-PB, Santa Luzia-PB, Cajazeiras-PB, Abreu e Lima -PE, Monte Horebe-PB, Cachoeira dos Índios-PB, Palmeira dos Índios-AL, Santo Agostinho-PB, Natal-RN, Marcação-PB, Nordeste.

Procede-se agora com a análise dos dados das 119 dissertações defendidas no PPGSS/UFPB sobre política social entre os anos de 2010 a 2019 referentes aos indicadores analíticos: indicadores da área de conhecimento; indicadores temáticos e indicadores autorais e suas variáveis.

3.2.1 Indicadores Áreas do Conhecimento

No que diz respeito ao indicador Áreas do Conhecimento, ressalta-se que ele exprime as áreas dos saberes que transcorrem o objeto de estudo. Mesmo que uma área de conhecimento seja hegemônica em relação ao estudo de um objeto, há outros saberes que serão necessários para aprofundamento da pesquisa.

Em relação a uma pesquisa de um objeto social, salienta-se que este se insere numa formação socioeconômica capitalista em um dado tempo histórico, com mediações temporais e espaciais específicas. Desta forma, “[...] vai demandar acúmulo de saberes que melhor investiguem esse objeto, na dinâmica da vida societal” (DUARTE, 2019, p. 72).

No Brasil, a identificação das áreas de conhecimento é realizada pela CAPES, e tem conforme a instituição a finalidade “[...] eminentemente prática” (2021, s/p), com o objetivo de proporcionar às instituições de ensino, pesquisa, extensão uma forma funcional e ágil de estruturar e prestar informações acerca dos projetos de pesquisa e recursos humanos para os órgãos gestores.

A CAPES organiza as áreas de conhecimento numa ordem hierárquica de quatro níveis: Grande Área, Área de Conhecimento, Subárea, Especialidade, que abrangem as nove grandes áreas, que se distribuem em 49 áreas de avaliação da CAPES. O quadro a seguir apresenta os quatro níveis com sua devida especificação:

Quadro 7 - Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES. João Pessoa/PB, 2022.

Nível	Nomenclatura	Especificação
1º nível	Grande Área	Aglomerção de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos
2º nível	Área do Conhecimento (Área Básica)	Conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas
3º nível	Subárea	Segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados
4º nível	Especialidade	caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser

		enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas
--	--	------------------------------------------------------------------

Fonte: CAPES, 2021. Elaboração Própria.

O Serviço Social (6.10.00.00-0) é identificado como Área de Conhecimento, ou seja, nível 02 na hierarquização da CAPES, e insere-se na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7), nível 01. Em relação a subárea, divide-se em duas subáreas: Fundamentos do Serviço Social (6.10.01.00-7): Fundamentos teórico-metodológicos, Formação Profissional, Prática Profissional, Ética Profissional, História do Serviço Social, Produção do Conhecimento, Questão Social, Trabalho; e Serviço Social Aplicado (6.10.02.00-3): Políticas Sociais, Proteção Social, Gestão Social, Gestão Pública, Avaliação.

Por essa pesquisa objetivar-se analisar a produção do conhecimento do Serviço Social sobre política social através da materialidade das dissertações de mestrado defendidas no PPGSS, optou-se usar como identificar dos indicadores áreas de conhecimentos a organização sistemática elabora pela CAPES, por ser essa instituição a coordenador da Pós-Graduação no Brasil.

Nos indicadores Áreas de Conhecimento, a análise será realizada por meio de três variáveis, a saber: Grande Área, Área de Conhecimento (que são o nível 1 e 2 na sistematização feita pela CAPES), e Formação Do Autor. Essas informações foram coletadas por meio do Currículo Lattes e das descrições encontradas nas dissertações.

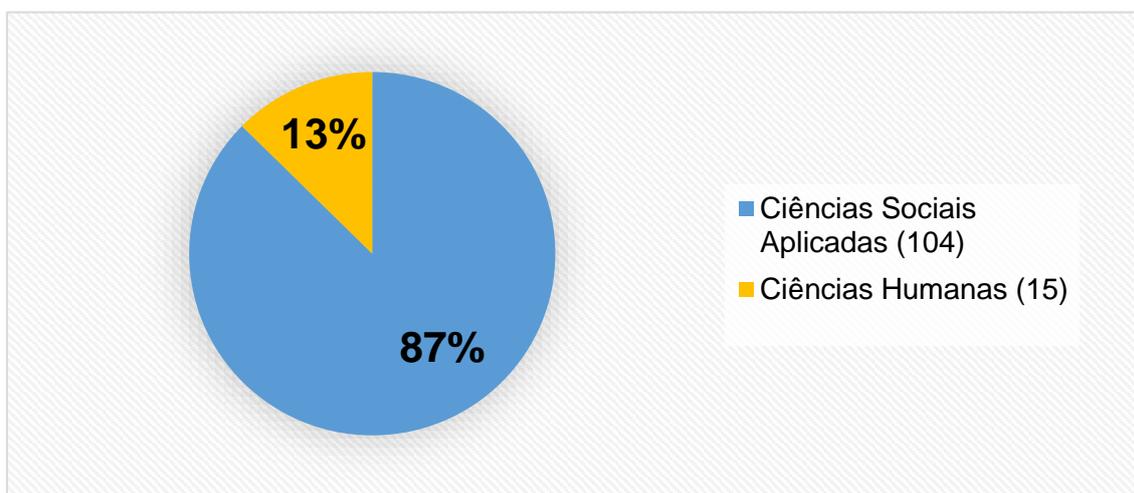
Observa-se a primeira variável – Grande Área, o gráfico a seguir traz o percentual das grandes áreas de conhecimento presentes na produção do conhecimento do Serviço Social sobre Política Social, percebe-se que duas grandes áreas incidem na produção gerada pelo PPGSS/UFPB: Ciências Sociais Aplicadas com 87% (104) e Ciências Humanas com 13% (15).

A incidência das Ciências Sociais Aplicadas se sobressai em relação a Ciências Humanas, pois, é a Grande Área onde a Área Do Conhecimento do Serviço Social se encontra. A Grande Área das Ciências Humanas se apresenta nas dissertações no Serviço Social por suas áreas do conhecimento serem próximas no campo da atuação profissional e da construção do saber ao Serviço Social. Além do mais, o Serviço Social na produção do conhecimento se utiliza

das teóricas construídas nas outras áreas de conhecimento, pois “[...] enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria” (NETTO, 2006, p. 12)

Apesar de não ser uma ciência e nem dispor de teoria própria, seus profissionais vêm realizando pesquisas e produzindo conhecimento e alcançando uma acumulação teórica, reconhecida pelas ciências sociais e humanas, que “[...] assinala a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data da então aberta utilização de vertentes críticas (com destaque para as inspiradas na tradição marxista” (Id, Ibid., p. 102).

Gráfico 9 - Grande Área de Conhecimento das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



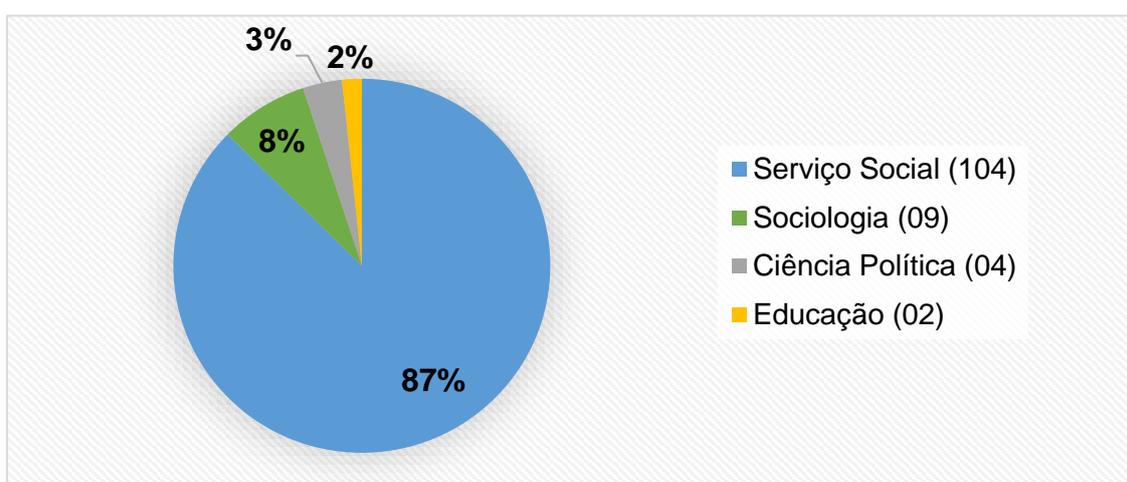
Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Dentro das Grandes Áreas, há o aglomerado de Áreas de Conhecimento, como demonstra o Quadro 01 - Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES. Dentro das duas grandes áreas presentes nas dissertações estudadas, cita-se as seguintes Áreas de Conhecimento/Avaliação: Ciências Sociais Aplicadas – Direito, Economia, Administração Pública e de Empresas, Ciências contábeis e Turismo, Arquitetura, Urbanismo e Design, Planejamento Urbano e Regional / Demografia, Comunicação e Informação, Serviço Social; Ciências Humanas – Filosofia, Teologia, Sociologia, Antropologia / Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política e Relações Internacionais.

O gráfico 10 a seguir traz a incidência das áreas de conhecimento na produção do conhecimento sobre Política Social gerada pelo PPGSS/UFPB

relacionadas com as Grandes Áreas apresentadas no Gráfico 09. Com maior incidência apresenta-se a Área de Conhecimento do Serviço Social com 87% (104), que apresenta o mesmo número de dissertações alinhadas a Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas, 104 dissertações. Em seguida verifica-se a Sociologia com 08% (09), Ciência Política 03% (04), e Educação com 2% (02), ambas áreas de conhecimento aglutinadas na Grande Área das Ciências Humanas.

Gráfico 10 - Área de Conhecimento das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Além do Serviço Social na área de conhecimento ter uma incidência de 87% (104), na variável Formação do Autor ela tem uma incidência de 81% (81). Mesmo não sendo uma ciência e não dispondo de uma teoria próxima, “[...] mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas” (NETTO, 2006, p. 12)

Em relação a formação dos autores das dissertações, a tabela a seguir traz os seguintes dados:

Tabela 6 - Formação dos Autores das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.

Formação do Autor	Quant.	%
Serviço Social	97	81
Psicologia	04	03

Direito	03	03
Educação Física	02	02
Fisioterapia	02	02
Comunicação	02	02
Não identificado	05	04
Outros*	04	03
Total	119	100

Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

* Ciências Sociais, Odontologia, História, Educação Artística.

Observa-se que a expressa maioria dos autores que defenderam dissertações de mestrado entre 2010 a 2019 tem graduação em Serviço Social, 81% (97), um dado muito importante pois demonstra o avanço da área de conhecimento do Serviço Social na pesquisa e produção do conhecimento.

Em seguida verifica-se Psicologia com 03% (04), Direito com 03% (03), duas áreas de conhecimento que dialogam bastante com o Serviço Social tanto no campo acadêmico, como profissional. A psicologia e o direito são duas ciências que tem várias linhas teóricas e metodológicas, desde as conservadoras, até as pós-modernas, contudo, elas também têm linhas teóricas que se utilizam do materialismo histórico-dialético.

Sabemos que na história do Serviço Social, algumas tendências advindas da psicologia fizeram parte da formação e intervenção profissional dos serviços, como a Fenomenologia. A partir dos anos de 1980 essa tendência diminuiu, mas a relação do Serviço Social com Psicologia é de fato muito constante por intervir, mesmo que de formas diferentes e focando em aspectos diferentes, em algumas expressões da questão social. Vemos que nos campos da política social, o trabalho profissional desses dois atores, e os profissionais do direito, estão muito juntos nas equipes multiprofissionais, como em hospitais, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especial de Assistência Social CREAS, Tribunais e outros espaços.

Na área do direito, primeiro é importante destacar que a atuação dos assistentes sociais nas políticas sociais está baseada nos direitos garantidos em lei. Sem o ordenamento jurídico que dá concretude legal ao direito civil, tributário, penal, sociais, previdenciários, trabalhistas etc., tampouco haveria o reconhecimento do Estado como instituição reguladora e mediadora, como não teríamos o reconhecimento político da questão social. Em resumo, para que o Serviço

Social possa atuar na sua histórica filiação, nas refrações da questão social, é necessário que haja a jurisprudência legal, que haja o direito prescrito em lei.

Lembrando que, o direito não é só garantidor de “benefícios”, mas também numa relação de contradição serve para controlar os trabalhadores, e a população em pauperização. É pela legislação que o que é crime ou não é tipificado, e pelas instituições do Estado, que a aplicação da lei é realizada.

Em tal lógica, se referenda pelo ‘jurídico’ a resolutividade do que são inerentes as problemáticas jurídicas, destacando que, na observação legal, a análise de situações sociais se reduz a ritos processuais. Obviamente, muito mais pobre para a devida intervenção, a qual, em diversos casos, pela falta de radicalidade analítica, empobrece seu escopo, limitando-se, no geral, à defesa da estrutura do capital e de suas leis de proteção à propriedade privada e ao permanente desenvolvimento da taxa de acumulação. Instalam-se, assim, os fundamentos do Estado burguês, em que as soluções dadas são de sua legitimação, em um esforço de ocultar as conexões determinadoras das realidades sociais, baseadas em um desenvolvimento societário pela via da exploração e das diversas formas de dominação e opressão. (CFESS, 2014, p. 13-14)

Por essas duas áreas de conhecimento serem tão próximas, principalmente no aspecto do campo profissional, que identifica-se a busca de profissionais dessas áreas pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Também porque o Serviço Social vem construindo uma vasta literatura no campo das políticas sociais e de viés crítico, muitas vezes não tão bem exploradas em outras áreas de conhecimento.

Em seguida verifica-se Educação Física, Fisioterapia e Comunicação, ambas com 02% (02) de incidência. No campo Outros temos 04 áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Odontologia, História, Educação Artística. E 05 dissertações que não possível identificar a formação do autor. Constata-se que no campo da formação dos autores, vemos uma diversidade de áreas de conhecimento ligadas a três grandes áreas: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde.

Segundo Mota (2013, p. 18),

[...] constata-se um significativo crescimento da demanda de profissionais de outras áreas pelas pós-graduações em Serviço Social, tanto em nível de mestrado, como, principalmente, em

nível de doutorado, motivada pela busca do conhecimento crítico no campo das ciências humanas e sociais, sem que tal demanda seja caracterizada por uma relação de qualificação para o exercício profissional do Serviço Social, mas por uma interlocução com a área de conhecimento, pelo reconhecimento da qualificação dos seus docentes, além dos referenciais teórico-metodológicos e das linhas de pesquisa dos programas.

Além disso, percebe-se a crescente demanda por intelectuais da área do Serviço Social para participação de bancas examinadoras de monografias, dissertações e teses em áreas afins, assim como a crescente participação em eventos acadêmicos sobre as temáticas pertinentes as políticas sociais e outras temáticas que perpassam as relações societárias.

Diante disso, Mota (2013, p. 18) levanta a tese que o Serviço Social ao se firmar como área de conhecimento “[...] adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social”, caracteriza pela dimensão interventiva. Essa redefinição da representação intelectual e social resulta do avanço da produção do conhecimento, ao mesmo tempo que também colabora com esse avanço, numa relação dialética.

3.2.2 Indicadores Temáticos

Os indicadores temáticos são referentes as categorias temáticas e teóricas que medeiam os objetos de estudos, neste caso, os objetos de estudo das dissertações na área da Política Social. As categorias temáticas advêm dos campos de intervenção e das mediações históricas e teóricas que perpassam o Serviço Social no campo profissional e na pesquisa acadêmica.

Por esta pesquisa proceder-se sobre as dissertações da área da Política Social, elucida-se as investigações das pesquisas realizadas pelas obras investigadas circunscrevem as diversas políticas sociais realizadas pelo Estado nas suas três esferas, União, estados e municípios, e pela sociedade civil organizada e sobre outras temáticas e categorias que perpassam as relações sociais.

É importante frisar que, conforme Lara a Maranhão (2019, p. 37-38),

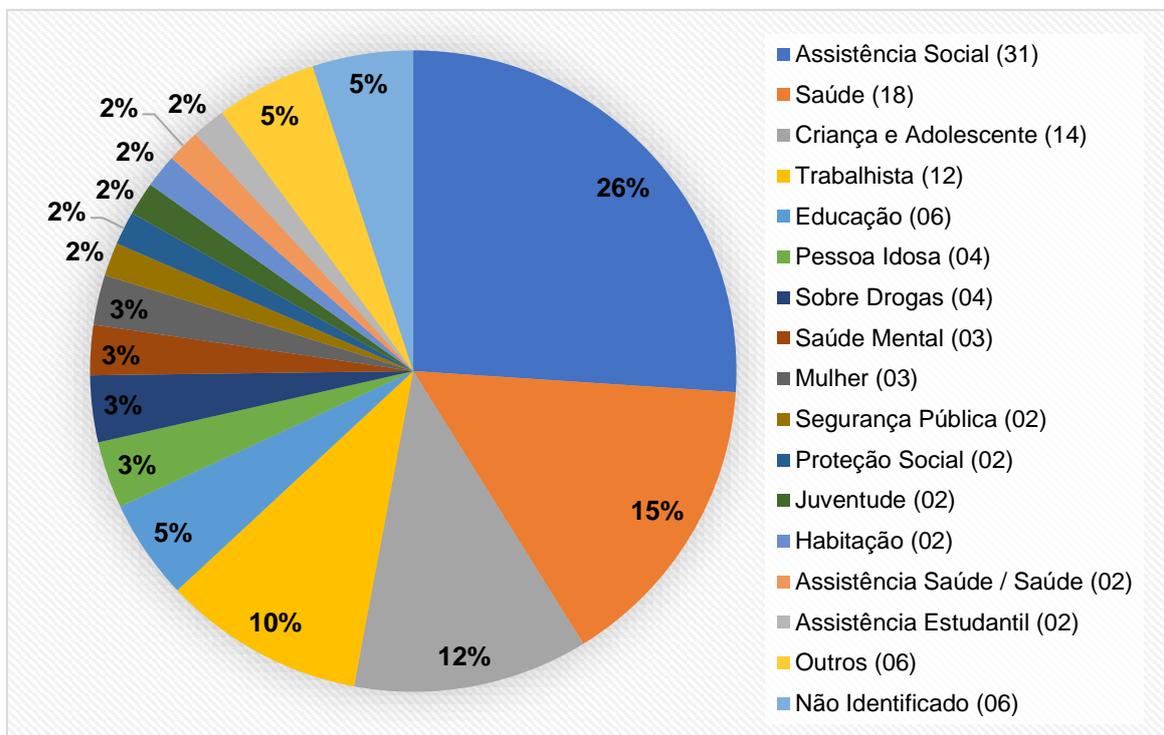
É conveniente destacar e reconhecer no atual cenário das ciências sociais e humanas que a produção do serviço social, com elaborações teóricas consistentes, realizou fundamentadas críticas às concepções que se esforçavam em deslocar o debate da chamada “questão social” das contradições inerentes às relações sociais capitalista e da luta de classes. Nas últimas décadas, o desenvolvimento histórico da nossa categoria profissional permitiu a construção de exitosas formulações teóricas que analisaram a “questão social” e se propuseram a explicar fenômenos como o desemprego, a crescente precarização do trabalho, a regressão dos direitos sociais, o crescimento da miséria através de uma teoria social que não se resume à explicação apologética da “pobreza e das desigualdades sociais” existentes, mas, pelo contrário, busca um método de apreensão da suas determinações sociais concretas, para com isso historicizar as relações sociais, tratando-as no solo das vivas disputas de projetos societários.

Apesar de todo o avanço na produção do conhecimento do serviço social principalmente com a assimilação da vertente crítica do materialismo histórico-dialético, no interior da profissão ainda existe “[...] muitas assimilações e estudos que não apreendem o debate das expressões da “questão social” como resultado da dinâmica de acumulação capitalista” (LARA; MARANHÃO, 2019, p. 38)

Esses elementos se expressam nos estudos empreendidos sobre as temáticas estudadas no Serviço Social. Desta maneira, o levantamento dos indicadores temáticos viabiliza a identificação do estado da arte na área do conhecimento do Serviço Social em determinado tempo histórico, ao mesmo tempo como é possível identificar os aspectos teóricos e metodológicos a luz da modernidade e da pós-modernidade presentes na produção do conhecimento.

Os indicadores temáticos serão analisados a partir de três variáveis: Política Social, Categoria Temática, Palavras-Chave. O gráfico a seguir traz os dados das tendências das políticas sociais estudadas na área da Política Social no PPGSS/UFPB nos anos completados por esta pesquisa.

Gráfico 11 - Incidência das Políticas Sociais nas Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

A política social com mais incidência é a política de Assistência Social com 26% (31). Essa política é uma das políticas que compõem o tripé da seguridade brasileira (Assistência Social, Saúde, Previdência) e é uma das políticas que mais empregam profissionais do Serviço Social, seja como assistentes sociais, seja na coordenação e na gestão. De fato, os profissionais do Serviço Social conseguiram nesta política um status profissional de muita propriedade e de muito respeito entre os outros profissionais que também atuam. Isso também reflexe na vasta literatura especializada na área sobre a Política de Assistência Social e suas áreas. No universo das 31 dissertações que estudam a Assistência Social, 29 foram produzidas por pesquisadores com formação a nível de Graduação em Serviço Social.

A grande incidência dessa política também explica-se pelo grande avanço da política de assistência social nos anos 2000, especialmente após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004. Com o SUAS, um grande processo de descentralização administrativa ocorreu entre a União, Estados e Municípios

com a implantação do SUAS e as demais proteção da assistência social nos territórios no campo dos serviços, gestão e das legislações locais.

O estudo de Miguel (2013) sobre as matrizes teóricas e metodológicas dos conceitos de risco e vulnerabilidade social na política de assistência social, a autora explicita as expressões da epistemologia pós-moderna e traços do neoconservadorismo nas elaborações dos autores que fundamentam o conceito de risco e vulnerabilidade social, Giddens e Beck. Segundo as considerações de Miguel (2013, p. 147), “[...] a crise do projeto de modernidade apresenta-se como ponto de partida para a estruturação de uma “sociedade”, onde é creditada à razão moderna e a falência das promessas da modernidade [...]”, isso implica no argumento de que ultrapassamos um período de certezas e entramos num período de crise civilizatória dos pilares que sustentavam a modernidade. Mesmo com a rejeição do termo “pós-modernidade” pelos autores, Miguel (2013) ressalta que ao adotarem os termos “modernidade tardia” e “modernidade reflexiva” o argumento fundamental não é alterado: “[...] estaríamos diante de uma nova ordem societária profundamente singular, construída sob os destroços de um projeto civilizatório que perdura há séculos, a modernidade” (Id., Ibid., p. 147).

A política de Assistência Social, e demais política sociais, ao adotar as recomendações do Banco Mundial de combate à pobreza e da adoção dos conceitos de risco social, vulnerabilidade, incorporados na PNAS e outros instrumentos e documentos das políticas sociais brasileiras “[...] revelam claramente seu ranço conservador e articula-se diretamente com a lógica regressiva, focalizada e compensatória do marco teórico de proteção social proposto pelo neoliberalismo” (Id., Ibid., p. 151).

Há a adoção de termos pós-modernos na construção dos documentos que legalizam e desenham a política de assistência social, mas foi possível observar que as produções que estudam esta política buscam compreender as contradições da realidade e na execução da Política de Assistência Social, seus avanços, potencialidades e regressões.

Contudo, identificamos que no universo das 31 dissertações que estudam essa política, somente 14 descrevem na sua metodologia que utilizam o método crítico marxista, enquanto as outras 17 não descrevem o uso de uma abordagem teórica, apesar da grande utilização de autores da tradição marxista como será

visto na análise dos indicadores autorais. Também foi identificado 06 dissertações que não descrevem o tipo de pesquisa. Verifica-se com esses dados sobre as dissertações que estudam a política de assistência social no PPGSS/UFPB certa fragilidade no que diz respeito aos aspectos metodológicos da pesquisa.

É importante destacar que, a adoção de termos como risco e vulnerabilidade social, entendidos aqui como abordagens pós-modernas conforme a análise de Miguel (2013) não é exclusiva da política de Assistência Social, ela está presente na política da saúde, criança e adolescente, juventude, para a pessoa idosa, pessoa com deficiência e as demais políticas sociais.

Desta forma, afirmar-se a produção do conhecimento gerada pelo PPGSS/UFPB vem trazendo contribuições riquíssimas no desvelamento da concreticidade do real, ao analisar essas políticas colocando-as nas relações de reprodução e produção do capitalismo. Contudo, também observa-se fragilidades nos aspectos metodológicos das pesquisas, e uma incidência, mesmo ainda frágil, de aspectos próprios da pós-modernidade expressos pelo uso de termos pós-modernos sem a defina análise, secundarização da metodologia, e do ecletismo teórico expresso pelo uso de autores de matrizes de pensamento sem a devida análise.

A política da Saúde vem em seguida com 15% (18) de incidência, configurando-se assim como a segunda política social mais pesquisada no PPGSS/UFPB. No universo das 18 dissertação que pesquisam sobre a saúde, 16 são realizadas por pesquisadores advindo do Serviço Social, e as outras 2 dissertações foram de pesquisadores da Odontologia e Fisioterapia, ou seja, das áreas de conhecimento pertencentes a Grande Área das Ciências da Saúde.

Em seguida como a terceira política social mais estudada é a Política de Defesa e Proteção à Criança e Adolescente com 12% (14) de incidência das dissertações estudadas na temporalidade de 2010 a 2019. Essa política tem um caráter muito intersetorial, e muitos dos seus serviços, programas etc., estão dentro da política de assistência social, e assim como a política de assistência social, tem grandes contingentes profissionais do Serviço Social. No campo da pesquisa, no recorte que estamos estudando, 13 dissertações são produzidas por Assistentes Sociais, e 01 dissertações é produzida por profissional das Ciências Sociais.

Em seguida verifica-se as pesquisas que estudam sobre as políticas pertinentes ao trabalho, denominadas aqui como trabalhistas, com 10% (12). Essas dissertações discutem as relações no mundo do trabalho com foco em categorias temáticas como: informalidade, relações de gênero, precarização etc. É importante notar que na análise das dissertações de sobre trabalho, observou-se que elas se baseiam teoricamente na análise marxista e marxiana⁸⁸ da categoria trabalho, e das análises atuais do trabalho no capitalismo maduro. Dentro das temáticas estudadas pelas pesquisas que estudam sobre Trabalho, temos Gênero, questão social, precarização, proteção social, cooperativismo. Das 12 pesquisas realizadas, 09 descrevem que utilizam o materialismo histórico-dialético, 01 descreve que utiliza a teoria feminista, e 2 pesquisas não descrevem o método.

Seguidamente têm-se a política da Educação com 05% (06); Proteção à Pessoa Idosa e Sobre Drogas com 03% (04); Saúde Mental e Proteção às Mulheres com 03% (04), Segurança Pública, Proteção Social, Juventude, Habitação Social, Assistência Social/Saúde, Assistência Estudantil com 02% (02).

Houve políticas pesquisadas somente uma vez na temporalidade delimitada nesta pesquisa, a saber: Economia Solidária, Pessoa com deficiência, Pessoa em situação de rua, Política Social, Comunicação, Combate à Pobreza. Apesar de todas as dissertações serem na Área de concentração de Política Social ou da Linha de Pesquisa Direitos Sociais e Proteção Social, não foi possível identificar a política social de 06 dissertações, porque as dissertações analisam temáticas que estão diretamente vinculadas com a política social, como as ligadas a temática do Estado, análises de conjunturas etc.

Sobre políticas sem incidência na produção gerada na área da política social no PPGSS/UFPB entre os anos de 2010 a 2019, identifica-se que não houve incidência sobre as políticas para a população LGBTQIA+, e sobre políticas de igualdade racial, apesar de no campo das temáticas termos uma dissertação que versa sobre a discriminação racial. Essa ausência de pesquisas ligados a esses temas demonstra um não acompanhamento do PPGSS/UFPB a

⁸⁸ A análise marxiana diz respeito as obras de Marx e Engels, enquanto que as análises Marxista diz respeito aos autores que utilizaram no método materialista histórico dialético presente nas obras de Marx e Engels.

estudos de temáticas emergentes e que estão inseridas no contexto profissional, o que pode ser identificado como uma invisibilidade dessas discussões considerando a produção do conhecimento referente a atual Linha de Pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social no PPGSS/UFPB na temporalidade dos anos 2010 a 2019.

As tendências das políticas sociais estudadas também são influenciadas pela relação dos discentes com seus orientadores e grupos de estudos e pesquisas existentes nos Departamentos dos Cursos. No caso do Departamento de Serviço Social e PPGSS/UFPB, os grupos de pesquisas tem suas pesquisas muito relacionadas as políticas de assistência social, criança e adolescentes, trabalho, pobreza e desigualdade social, teoria social, Serviço Social. Desta forma, as pesquisas com objetos mais transversais a essas áreas tem menos recorrência.

Observa-se através do Gráfico 11 e com o Gráfico 12 que as políticas sociais e categorias temáticas estudadas pelo PPGSS/UFPB estão mais diversas e setorizadas. Compreendemos que toda essa diversidade de políticas sociais e temáticas são facetas da totalidade do real que se manifestam no campo de atuação profissional do assistente social, e de outros profissionais, que demandam novas intervenções, “Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção” (SANTOS, 2017, p. 14).

Contraditoriamente, as sucessivas aproximações da pós-modernidade no Serviço Social se apresentam na centralidade das produções sobre Políticas Sociais na produção do conhecimento, especialmente na área da Saúde e Assistência Social, com discussões cada vez mais fragmentadas (GALDINO, 2016). Conforme Cantalice (2013, p. 154), a ideologia pós-moderna a produção do conhecimento do Serviço Social apresenta-se através de,

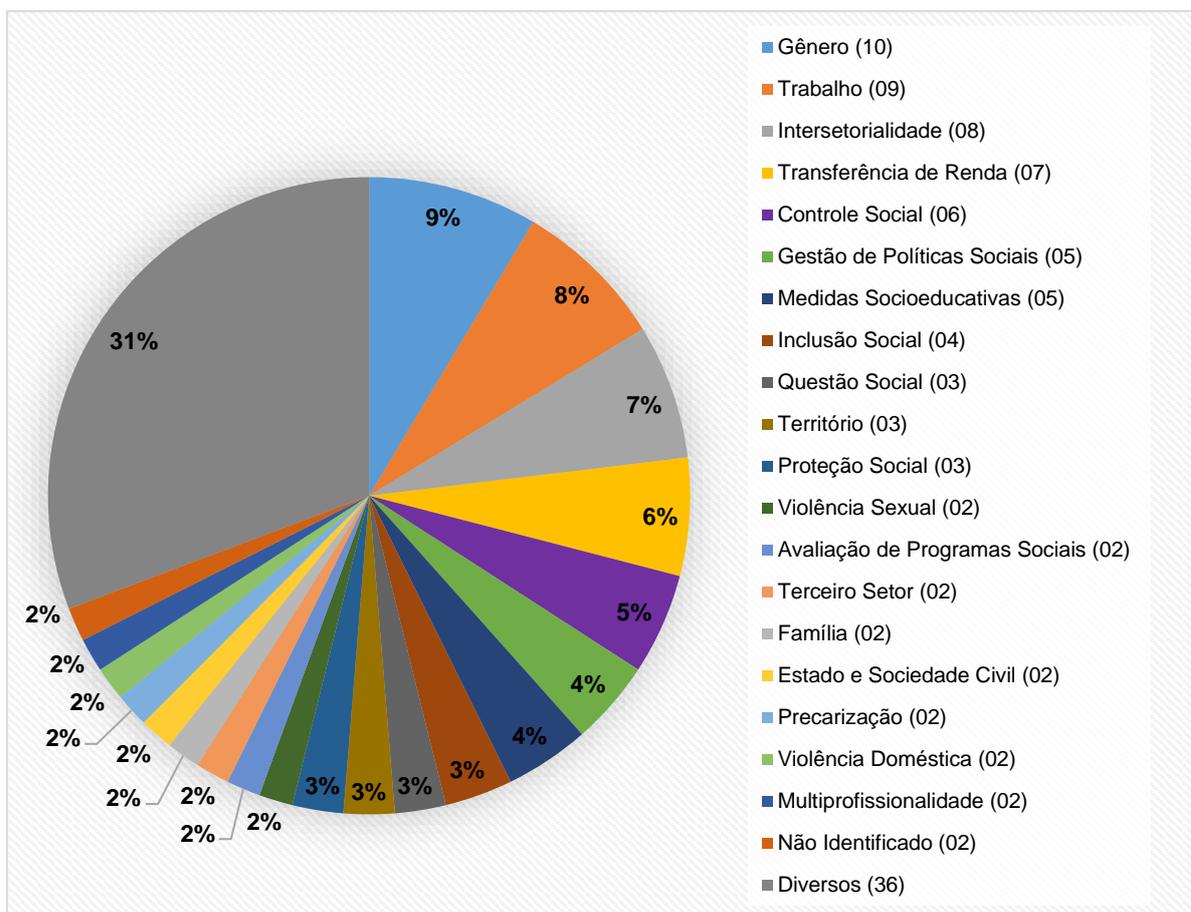
[...] articulações conscientes ou não do presentismo, da razão instrumental, da fragmentação como princípio da análise, do processo de desontologização do real, de dessubstancialização do sujeito, de desmaterialização da economia, de despolitização da sociedade e da transgressão metodológica como direção analítica. Embora não possamos falar em um “pensamento pós-moderno” esses elementos apresentam-se enquanto constantes no interior das elaborações pós-modernas.

Seguindo para a variável Categoria Temática, as três categorias temáticas mais estudadas são: Gênero, Trabalho, Intersetorialidade.

A temática mais pesquisada segundo o gráfico a seguir foi a categoria Gênero com 09% (10) de incidência, com foco especialmente na condição das mulheres. As dissertações que têm como categoria temática gênero tem os estudos focados em: divisão sexual do trabalho, sexualidade, saúde da mulher, políticas de proteção à mulher. Na pesquisa realizada por Santos (2017) analisando as dissertações da área do Serviço Social no PPGSS/UFPB entre 1982 a 2010 a temática gênero foi a terceira mais estudada com 9,2% (17) num universo de 183 dissertações.

Uma característica que marcar o Serviço Social é grande massa de mulheres em seu contingente profissional e nas pessoas atendidas por esse profissional nas políticas. Dessa forma, (DIAS, 2014) aponta que os estudos sobre gênero para a profissão são importantes essas características citadas. A crescente produção acerca da temática também relaciona-se com o desenvolvimento de políticas sociais para as mulheres no Brasil desde o processo da redemocratização até os dias de hoje, e também pelo crescente interesse dos pesquisadores em compreender as dinâmicas das relações que envolvem a desigualdade de gênero ancorada na divisão sexual do trabalho e do patriarcado.

Gráfico 12 - Categorias Temáticas das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

O estudo da categoria gênero em Serviço Social está ligada às formulações teóricas das autoras femininas e pela influência do movimento político das mulheres, especialmente as tendências do feminismo marxista. Observa-se nessas dissertações o uso de referências bibliográficas da autora Heleieth Saffioti, teórica feminista marxista brasileira. Embora a autora não esteja entre os 15 autores mais citados e nem entre os 11 autores clássicos citados que não são da área de conhecimento do Serviço Social e que são de linhas teóricas distintas, ela se encontra entre os 167 autores mais recorrentes em todo o universo da pesquisa – as 119 dissertações da área de Política Social defendida entre 2010 a 2019.

Cantalice (2013) em sua pesquisa de doutorado identificou que em relação as produções sobre gênero e feminismo é possível identificar distintas

correntes teóricas e políticas, especialmente entre o marxismo e as vertente pós-modernas. Conforme a autora,

[...] os anos 1970 foram marcados por um intenso diálogo entre o feminismo e o marxismo, em que as relações de gênero eram analisadas e alicerçadas sob a perspectiva da economia política. Contudo, ainda nesse período já se tracejava um debate no feminismo que se articulava com o conteúdo da psicanálise, trazendo a discussão de gênero para o campo da identidade, por intermédio das feministas lacanianas que apontavam para o feminismo da diferença sexual, pautando as questões relacionadas à subjetividade e ao campo do simbólico. Processo que se coaduna com a regressiva cultural operada pelo pós-modernismo. [...] Tal deslocamento significou objetivamente o redimensionamento das lutas feministas centradas no trabalho e no enfrentamento à violência para a questão da identidade e das representações, ou seja, privilegiando as lutas culturais em detrimento as lutas sociais. (CANTALICE, 2013, p. 155)

Partindo desse dado levantado por Cantalice (2013), identifica-se essa tendência nas dissertações que estudam a temática gênero com a influência pós-moderna especialmente pelos estudos que exploram a representação social, centrando a análise sobre o simbólico e representações de gênero.

Contudo, a perspectiva marxista ainda está de forma mais presente influenciando as perspectivas teóricas e metodológicas nas pesquisas realizadas que tem um foco central as análises sobre a divisão sexual do trabalho numa concepção da economia política.

Em seguida verifica-se a categoria Trabalho com 08% (09) de incidência. É importante destacar que a categoria trabalho no âmbito da profissão nos seus aspectos teórico-metodológico e ideo-político se amparam na tradição marxista, “[...] desse modo, compreendendo-o como fundante para o ser social e central para o deciframento da sociedade capitalista e para a luta de classes” (CANTALICE, 2013, p. 157). As dissertações que pesquisam a temática trabalho seguem a mesma tendência dos dados relacionados a incidência da variável Política Social, no caso, segue a tendência dos estudos sobre políticas relacionadas ao trabalho.

A temática da intersetorialidade vem com 07% (08), sendo a terceira mais estudada e demonstrando um crescimento considerável de pesquisas sobre a temática. Na pesquisa realizada por Santos (2017) analisando as dissertações

de mestrado com o mesmo recorte – da área da política social, mas na temporalidade de 1982 a 2010 não foi identificado nenhuma incidência dessa temática, já na pesquisa realizada na temporalidade de 2010 a 2014 observou-se uma incidência de 09% (08) 53 dissertações (Id. 2019). Na contemporaneidade a intersectorialidade é um dos princípios ordenadores das políticas sociais, principalmente na política de assistência social e nas políticas de proteção à criança e adolescente, à mulher, ao idoso, à pessoa com deficiência. Dentre as políticas incidentes nos estudos da categoria Intersectorialidade, temos Assistência Social, Criança e Adolescente, Para Mulheres, Saúde / Assistência Social, Sobre Drogas.

Pereira e Teixeira (2013, p. 115) elencam que a intersectorialidade, a intervenção em redes, “[...] tornou-se consensualidade nos vários discursos, seja nas empresas, Estado/políticas públicas, movimentos sociais, dentre outros”, para reduzir custos, flexibilizar processos de produção e circulação, ampliar os lucros de empresas, e aumentar a eficiência e efetividade das políticas sociais. É nítido que a lógica da flexibilização desde de 1970 vem sendo aplicada em vários setores da vida, e no campo da pós-modernidade há uma defesa da flexibilização de teorias, métodos da razão moderna na área da produção do conhecimento e nas atividades profissionais e etc. Dessa forma, as autoras defendem a tese de que a intersectorialidade no contexto da sociedade capitalista e Estado de Direito vem se configura por seus defensores como “[...] uma nova modalidade de proteção social que emerge e se desenvolve com o avanço das reformas neoliberais, o pluralismo de bem-estar social em substituição ao Estado de Bem-Estar Social” (Id., Ibid., p. 115), onde o Estado não é mais o gestor das políticas sociais, mas um regulador/coordenador de uma rede de serviços ofertados pela sociedade. Para Pereira e Teixeira “Trata-se de um ataque ao Estado Social intervencionista com políticas universalistas, redistributivistas e garantidora de direitos de cidadania” (Id., Ibid., p. 115).

A Transferência De Renda vem com 06% (07) com estudos ligados a política de Assistência Social, principalmente acerca dos impactos do Programa Bolsa Família para a população usuária. Seguidamente, a categoria do Controle Social com 05% (06) de incidência nas categorias temáticas estudadas no PPGSS/UFPB, com estudos sobre a atuação dos conselhos e conferências da política de assistência social, saúde e criança e adolescente.

Com 04 % (05) de incidência temos a categoria Gestão de Políticas Sociais e Medidas Socioeducativas. Com 03% temos as categorias Inclusão Social (04), Questão Social (03), Território (03), Proteção Social (03). As temáticas com 02% (02) de incidência são Violência Sexual, Avaliação de Programas Sociais, Terceiro Setor, Família, Estado e Sociedade Civil, Precarização, Violência Doméstica, Multiprofissionalidade, e não identificado.

Ressalta-se a baixa incidência dos estudos da categoria Questão Social como temática principal das pesquisas, pois, “[...] essa categoria teórica é um dos principais eixos teóricos na formação do Serviço Social” (SANTOS, et al., 2021, p. 517), mas, não é exclusiva dessa área. O entendimento sobre “Questão Social” e as políticas de enfrentamento de suas expressões serão definidos através das matrizes teóricas e metodológicas adotadas pelos pesquisadores. No Serviço Social “análise do que é a questão social se materializa na lei da acumulação capitalista, já que o termo questão social não é próprio dessa tradição teórica” (SANTOS, et al., 2021, p. 518), ancorada na análise marxista e marxiana. Nas Ciências Sociais a análise mais referenciada é feita por Robert Castel que “[...] se fundamenta no pensamento positivista quando afirma que a questão social é uma “dificuldade central” (Id., Ibid., p. 526), que prejudica a coesão social, essa tese defende que a partir de 1970 estaríamos vivenciando uma Nova Questão Social⁸⁹. Esse autor é referenciado nas dissertações estudadas, como demonstrará os indicadores autorais.

As temáticas que incidiram uma vez estão no grupo **Diversos**: Discriminação racial, seguridade social, saúde mental, espaço público, dependência química, financeirização, terceirização, acolhimento institucional, educação, oligarquia, beleza, reinserção social, regionalização, vigilância socioassistencial, judicialização, hegemonia, saúde ambiental, sistemas de informação, saúde do idoso, estado, pobreza, Política, assédio moral, LGBTfobia, direito, agroecologia, educação permanente, estado de exceção,

⁸⁹ “A “nova questão social” se firma na degradação da sociedade salarial, na qual o sujeito era inserido pelo trabalho e na sua condição de assalariamento, por meio da flexibilização das relações de trabalho com a desestabilização dos estáveis, instalação da precariedade e o redescobrimo pelas sociedades europeias dos sobrantes” (SANTOS, et al., 2021, p. 526-527).

planejamento familiar, promoção à saúde, benefícios eventuais, neodesenvolvimentismo, educação, prevenção.

Sobre a diversidade de temáticas estudadas pelo Serviço Social, Kameyama (1998, p. 04) elucida que,

A produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, [...] o planejamento, as políticas públicas, etc. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições.

Na tabela a seguir, apresenta-se as palavras-chave mais incidentes a partir do número quantidade que esse palavra-chave ocorreu nas dissertações de mestrado do PPGSS/UFPB entre os anos de 2010 a 2019.

Quadro 8 - Palavras-Chave das Dissertações da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa, 2022.

Palavras-Chave	Quant. que se repetiu
Política de Assistência Social	13
SUAS	08
Proteção Social	07
Políticas Públicas	06
Intersetorialidade/Gênero/Estado/Controle Social/ Política Social/Serviço Social	05
Pobreza / Questão Social / Programa Bolsa Família / Participação / Educação / Território	04
Política da Saúde / Sistema Único de Saúde/ Transferência de Renda / Estratégia Saúde de Renda / Exploração do Trabalho/ Ato infracional / Precarização do Trabalho	03
Diversos	02
Outros	01

Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

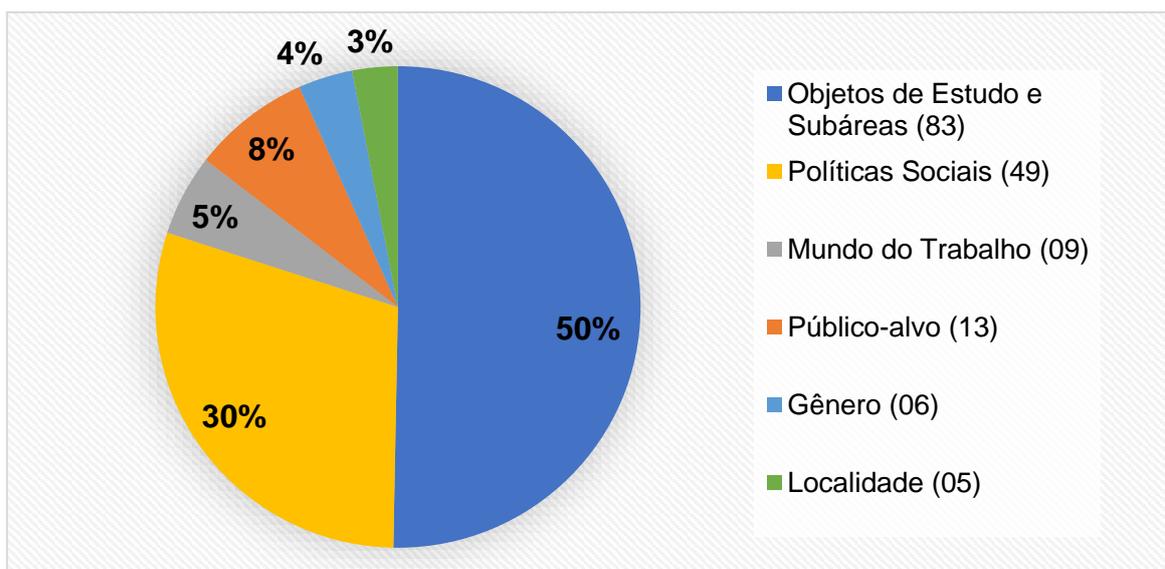
A palavra-chave mais utilizada nas pesquisas realizadas é Política de Assistência Social, utilizada 13 vezes. Em seguida temos a palavra-chave SUAS repetida 08 vezes, Proteção Social (07) e Políticas Públicas (06). Essas são as palavras-chave mais usadas que se relacionam com as duas variáveis anteriores: política social e categoria temática. Destaca-se que as duas palavras-

chave mais usadas são referentes a Política de Assistência Social, que de acordo com os dados da variável Política Social, é a política mais pesquisada no PPGSS/UFPB.

As palavras-chave que foram utilizadas duas vezes estão no grupo de Diversos, a saber: Criança e Adolescente, Trabalho, Família, Proteção Social Básica, Seguridade Social, Cidadania, Capitalismo, Terceiro Setor, Segurança Pública, Direitos Sociais, Saúde, Previdência Social, ONG, Divisão Sexual do Trabalho, Precarização, Medidas Preventivas, Saúde do Trabalhador.

As palavras que foram usadas uma vez, denominadas na Tabela anteriormente somam um total de 165 palavras-chave. Agrupamos essas palavras-chave em seis grupos: Objetos de Estudos e Subáreas, Políticas Sociais, Mundo do Trabalho, Público-Alvo, Gênero, Localidade.

Gráfico 13 - Grupos das 165 Palavras-chave indicadas uma vez nas Dissertações da área da Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Com 50% (83) de incidência temos as palavras-chave relacionadas com os Objetos de Estudos e Subáreas: Multiprofissionalidade, Sexualidade, Intersetorial, Direitos Humanos, solidária, Discriminação Racial, Enfrentamento à Pobreza, Educação Física, Sistema Penitenciário, ONG Cidadã, Lei de Execução Penal, Democracia, Voluntariado, Meio Ambiente, ONG, Abuso Sexual, Artes, Sócio-ecologia, Pesca Artesanal, Espaço público, apropriação, dependência química, capital, desenvolvimento, conflito com a lei,

Representação Social, Estado e reciclagem, Seguranças Sociais, Sociedade Civil, Envelhecimento populacional, consumismo, cultura do consumo, sociedade contemporânea, medidas intersetoriais, universidade pública, saúde da escola, empoderamento, segurança de renda, conceito, medidas socioeducativas, EC73/2012, judicialização, história, resistência, responsabilidade social e empresarial, responsabilidade social, Quilombo, lulopetismo, pulverização neoliberal, regulação consorciada, crise, hegemonia, saúde ambiental, interdisciplinaridade, necessidades, sociedade, comunicação, educação profissional, estado, Poder, Crack, equidade social, reeducandas, neodesenvolvimentismo, cooperativas de confecção, família e gênero, equipe multiprofissional, prevenção, identidade, educação inclusiva, necessidades educacionais especiais, Ações Intersetoriais, Assédio Moral, Educação Superior, Estado Neoliberal, Segurança de Renda, LGTBfobia, Direito À Cidade, Direito à Moradia Digna, Assentamento Rural, Agroecologia, metodologia.

Com 30% (49) verifica-se as palavras-chave do grupo Políticas Sociais: Direitos, Inclusão, CRAS, Sociedade Civil e Estado, Participação Social, Política da Saúde, Proteção Integral, Centro de Referência da Assistência Social, Residência Multiprofissional em Saúde, Conselhos de Saúde, Proteção e Desproteção Social, Instituições Asilares, Assistência Psiquiátrica, Avaliação de Programas, Institucionalização, Políticas Sociais e Políticas Públicas, Convivência Familiar e Comunitária, Conselho Tutelar, Acolhimento Institucional, Centro de Atenção Psicossocial, Reforma dos Serviços de Saúde, proteção social às pessoas idosas, políticas públicas para mulheres, assistência estudantil, centro de referência, benefícios eventuais, rede de proteção social, Conselhos Distritais de Saúde, proteção, reinserção social, desproteção e mulheres pescadoras, conselhos de assistência social, benefício de prestação continuada, vigilância socioassistencial, política nacional de assistência social, estatuto da criança e adolescente, Estado e Sociedade Civil, Política de Assistência Estudantil, Política Educacional no Brasil, Média Complexidade, Assistência à Saúde, Política de Álcool e outras drogas, Programa de Proteção ao Emprego, Gestão da Proteção Social, Rede de Proteção, Política Social para adolescentes, Serviços e equipamentos públicos.

Com 08% (13) o grupo Público-Alvo: Criança, Adolescente, adolescência, Mulher, Crianças e Jovens deficientes visuais, Índios Potiguaras, mulheres,

catadores, condutores de carga perigosa, lideranças comunitárias, Idoso, Indígena, Adolescentes em conflito com a lei.

O grupo Mundo do Trabalho apresentou 05% (09) de palavras-chave: Agroindústria canavieira, trabalhadores migrantes, Divisão Sexual do Trabalho, Trabalho Doméstico, Trabalho informal, Terceirização, trabalho feminino, trabalho doméstico, terceirização.

O grupo Gênero teve 04% (06) de incidência, com as seguintes palavras-chave: Violência Sexual, Machismo, Violência de Gênero, Mastectomia, Feminização, Direitos sexuais e reprodutivos. Por último temos o grupo Localidade com 03% (05) com as palavras-chave Estado da Paraíba, UFPB, Sertão da Paraíba, Nordeste brasileiro, Tramataia.

Conforme Degenszjan e Almeida (2009, p. 35) as palavras-chave “[...] devem expressar as categorias de análise indicadas para investigar o objeto de estudo”, diante desse apontamento, observa-se o equívoco de alguns pesquisadores em introduzir palavras-chave ligadas a Localidade nas suas pesquisas.

Atesta-se também com o demasiado uso de palavras-chave que não são próprias da área do Serviço Social, mas “[...] estão relacionadas com as Políticas Sociais e os objetos de estudo pesquisadas nas dissertações” (SANTOS, 2019, p. 91).

3.2.3 Indicadores Autorais

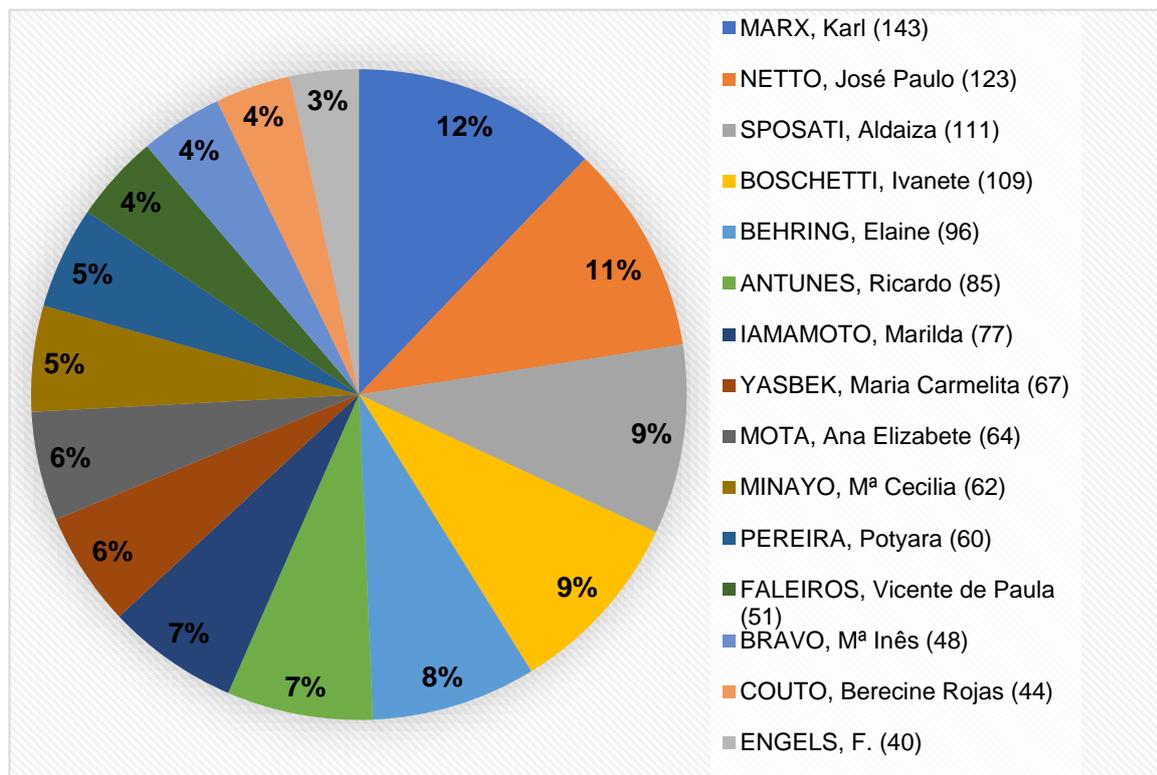
Para os indicadores autorais, procedeu-se um levantamento exaustivo dos autores citados nas dissertações. Dentro de cerca de mais de mil bibliografia citadas nas dissertações de mestrado, identificamos a recorrência de 167 autores mais recorrentes.

No gráfico a seguir identifica-se os 15 autores mais referenciados. Identificamos que, no universo dos 15 autores mais citados, somente 04 não são da área de conhecimento do Serviço Social: Karl Marx com 12% (143) – autor mais referenciado, Ricardo Antunes com 07% (85) – sexto autor mais referenciado, e Maria Cecilia Minayo com 05% (62), Friedrich Engels – 03% (40).

O percentual dos autores mais referenciados que não são do Serviço Social se expressa pela filiação com o marxismo e outros condicionantes referentes aos aspectos metodológicos. O percentual de 12% (143) de incidência de Karl Marx se explica pela adesão histórica do Serviço Social com o aporte teórico marxista aprofundada pelos debates sobre o Projeto Profissional do Serviço Social nas décadas de 1980 e 1990 no embate contra o conservadorismo da profissão⁹⁰. O percentual de 07% (77) de Ricardo Antunes nas dissertações se refere as análises do autor sobre o mundo do trabalho no Brasil numa perspectiva marxista, Maria Cecília Minayo tem uma incidência de 05% (62) pois produz uma bibliografia sobre metodologia científica nas ciências sociais e humanas muito utilizada nas descrições metodológicas das dissertações. Por último verifica-se Friedrich Engels com 03% (40) por ser junto com Marx o autor que estruturou o método histórico dialético, com recorrência de citações de obras próprias como: Do socialismo utópico ao socialismo científico, A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado.

⁹⁰ As obras mais citadas nas dissertações são: O Manifesto do Partido Comunista, A Ideologia Alemã, O Capital, Manuscritos Econômico-Filosóficos.

Gráfico 14 - Autores mais citados nas Dissertações de Mestrado da área de Política Social defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Os outros 11 autores são da Área de Conhecimento do Serviço Social: José Paulo Netto – 11% (123), Aldaíza Sposati – 09% (111), Ivanete Boschetti – 09% (109), Elaine Behring – 08% (96), Marilda Iamamoto – 07% (77), Maria Carmelita Yasbek – 06% (64), Ana Elizabete 06% (64), Potyara Amazoneide Pereira – 05% (60), Vicente de Paula Faleiros – 04% (51), Maria Inês Bravo – 04% (48), Berenice Rojas Couto – 04% (44). Esses avanços reafirma o avanço do reconhecimento dos intelectuais no Serviço Social brasileiro na produção do conhecimento.

É importante sobre o avanço da bibliografia da área do Serviço Social destacar que o quadro autoral muda durante o tempo. Santos (2018) em sua pesquisa sobre a produção do conhecimento nas dissertações sobre políticas sociais no PPGSS/UFPB nos anos de 1980 apresenta que houve uma baixíssima incidência de autores do Serviço Social no universo de 11 autores mais citados nas 18 dissertações estudadas, tendo somente Vicente de Paula Faleiros da área do Serviço Social com 8,3 (14). Esse cenário muda entre na

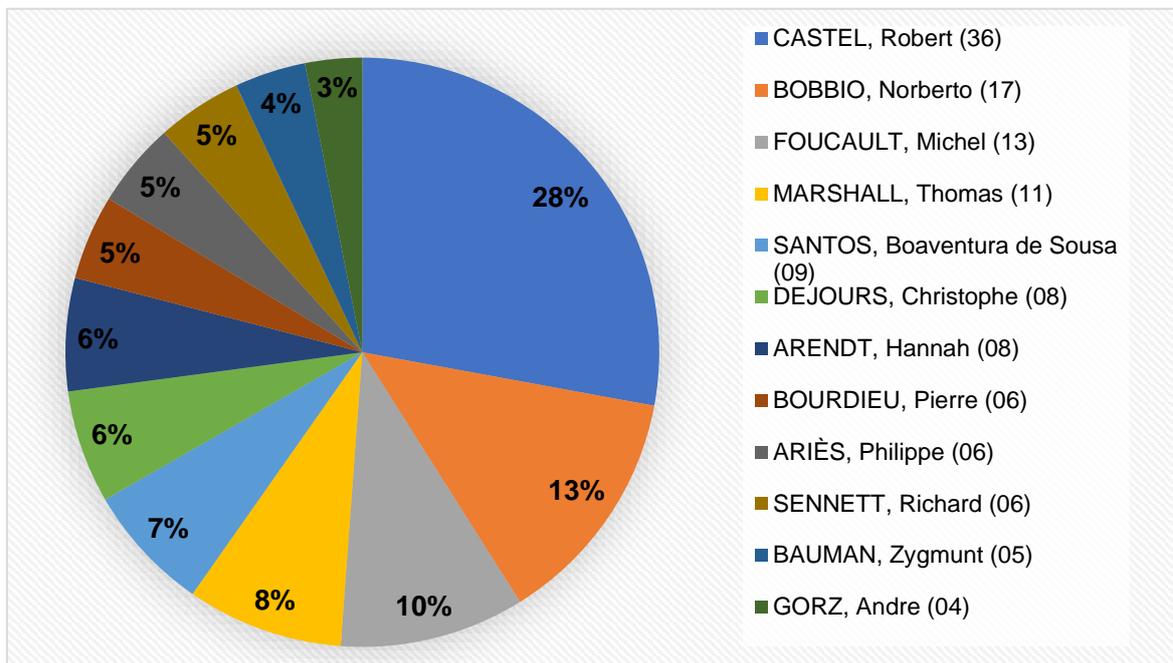
década de 1990 e 2000, entre os 11 autores mais citados na década de 1980, 5 são da área do Serviço Social (FERREIRA, 2015), já na primeira década dos anos 2000, no universo de 12 autores mais citados, 10 são da área de conhecimento do Serviço Social (SILVA, 2016). Esses números são resultado direto das pesquisas empreendidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que desde a década de 1970 vem se expandindo no Brasil, o que gerou a publicação de livros, artigos, capítulos de livros publicados por editoras, revistas, periódicos e anais de eventos acadêmicos.

Todos esses autores do Serviço Social possuem significativa relevância sobre temas que envolvem as Políticas Sociais, e que se articulam os Fundamentos das Políticas Sociais às áreas da Saúde, Assistência Social, Educação, Proteção à Pessoa Idosa, Proteção à Mulher, Proteção à Pessoa Com Deficiência, Proteção à Criança e Adolescente, e tantas outras, que analisam a profissão e as Políticas Sociais através da adoção do materialismo histórico dialético.

Amparado na análise de Santos (2007) sobre as vias de aproximação pós-moderna à profissão elenca que existem duas vias: 1- a crítica conservadora que rejeita o marxismo e que de forma sincrética absorvem as proposições pós-modernas; 2 - a crítica que reivindica o marxismo em alguns aspectos, mas que recomendam a adoção de paradigmas pós-modernos para superar as lacunas do marxismo. Dentro dos autores do Serviço Social, o único autor que de acordo com Santos (2007) apresenta filiações pós-modernas é Vicente de Paula Faleiros que se encontra no segundo grupo, expressa “[...] na sincrética manutenção discursivo do ponto de vista da totalidade somado à defesa do pluralismo metodológico” (SANTOS, 2007, p. 98), ou seja, possui uma apropriação da direção teórico-metodológica marxista, mas justifica o ecletismo para não se fechar num determinismo.

O gráfico a seguir traz a incidência de autores clássicos citados que não são da área de conhecimento do Serviço Social e que são de linhas teóricas distintas, incluindo autores denominados como pós-modernos, citados nas dissertações.

Gráfico 15 - Autores de Linhas Teóricas Diversas Citadas nas Dissertações de Mestrado da área de Política Social defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2019. João Pessoa/PB. 2022.



Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Muitos autores foram citados nas dissertações, após a identificação 11 autores mais citados, identificamos dentro do universo de 167 autores citados, 11 autores considerados clássicos que não são da área de conhecimento do Serviço Social, mas que são referência das áreas das ciências sociais e humanas.

O autor mais incidente dentre os 11 autores levantados no Gráfico -15 é Robert Castel com 28% (36), sociólogo francês reconhecido pelas análises acerca do mundo do trabalho, questão social e políticas sociais. Sua principal contribuição se apresenta na discussão da categoria questão social, como tratado nas análises dos indicadores temáticos, tratando a questão social pelo paradigma positivista definido como um problema central que coloca a coesão social em risco de rompimento.

Em seguida verifica-se Norberto Bobbio com 13% (17) incidência, com seus escritos sobre democracia, estado, direito de forma concisa e considerado nas áreas das ciências humanas e sociais obras de caráter universal. No campo teórico podemos dizer que Bobbio era um autor liberal clássico muito usado nas

áreas de conhecimento ligadas as humanidades para abordar assuntos como democracia, estado, direitos humanos e etc.

Em seguida apresenta-se Michel Foucault com 10% (13), filósofo francês muito usado no Serviço Social nas discussões que tratam sobre segurança pública, saúde, saúde mental, dentre outras, no que se refere a análise acerca das relações de poder nas instituições, os micropoderes, sendo considerado um filósofo pós-estruturalista.

Dentro dos autores considerados como pós-modernos verifica-se Boaventura de Sousa Santos com 07% (09), que se considera como pós-moderno de oposição, conforme discussão no ponto 1.3 do capítulo 01, e defende que o marxismo ainda tem contribuição para o mundo, e pode contribuir com uma alternativa pós-moderna, já que as promessas da modernidade não foram cumpridas e nem poderão ser pelos paradigmas modernas, por isso, o autor defende uma transição paradigmática. Para além da análise sobre a pós-modernidade elaborada pelo autor, temos outras sobre democracia, território. Também verifica-se Zygmunt Bauman com 04% (05) e Andre Gorz com 03% (04), uma incidência tem mais baixa, mas ainda presente nas dissertações estudadas, com suas análises sobre a existência de um novo tipo de sociedade “[...] postulando a liquidez, a destituição da totalidade pela fragmentação da realidade” (LIMA, 2018, p. 142).

A análise de autores de diferentes correntes de pensamento é importante para a pesquisa científica, até mesmo para o método dialético que trabalha considerando as contradições, contudo, a utilização desses autores deve se atentar para o rigor de análise necessário para se não cair num sincretismo teórico. Pela análise dos dados foi possível observar a ocorrência de sincretismo nas dissertações com a utilização de autores de várias correntes de pensamento sem a devida análise crítica e interpretativa na condução da pesquisa.

Tabela 7 - Orientadores das Dissertações de Mestrado da área de Política Social do PPGSS/UFPB entre os anos de 2010 a 2019. João Pessoa/PB, 2022.

Orientadores	Área	Quant.	%
Marinalva de Sousa Conserva	Psicologia	17	14,2
Maria de Lourdes Soares	S. Social	16	13,4
Maria do Socorro Souza Vieira	S. Social	15	12,6
Patrícia Barreto Cavalcante	S. Social	12	10,0

Maria de Fátima Melo do Nascimento	S. Social	11	9,2
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	S. Social	10	8,4
Jaldes Reis de Meneses	História	07	5,8
Maria Augusta Tavares	S. Social	06	5,0
Cláudia Maria Costa Gomes	S. Social	05	3,3
Gustavo Tavares da Silva	História	05	3,3
Maria Aparecida Ramos de Meneses	S. Social	03	2,5
Aline Maria Batista Machado	S. Social	02	1,6
Ana Paula Rocha de Sales Miranda	S. Social	02	1,6
Áurea Carneiro	S. Social	02	1,6
Edil Ferreira da Silva*	Psicologia	01	0,8
Giacomina Magliano de Moraes*	S. Social	01	0,8
Maria Auxiliadora Leite Botelho	S. Social	01	0,8
Maria de Fátima Gomes	S. Social	01	0,8
Maria Luiza Amaral Rizzotti	S. Social	01	0,8
Não Identificado	---	01	0,8

Fonte: PPGSS/UFPB – 2010 a 2019. Elaboração Própria.

Nota*: não faziam parte do quadro de professores do PPGSS/UFPB.

Conforme dados da tabela 7, o PPGSS/UFPB teve orientadores de 03 áreas do conhecimento: Serviço Social com 78,9% (15), História e Psicologia com 10,5% (02). A maioria absoluta de orientadores na área do conhecimento do Serviço Social é um dos dados que demonstram o avanço intelectual da área. Esses professores doutores são fruto do avanço da pós-graduação em Serviço Social desde dos anos da sua implantação, e da maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social nos anos de 1990 nas análises sobre as relações sociais no contexto do capitalismo contemporâneo e dos desdobramentos políticos, econômicos, sociais, culturais da sociedade brasileira.

A orientadora mais recorrente é a Prof.^a Dr.^a. Marinalva Conserva com 14,2% (17) de incidência, líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), da linha de pesquisa - Estado, Direitos Sociais e Proteção Social. Em seguida temos Prof.^a Dr.^a. Maria de Lourdes Soares com 13,2% (16), líder do Setor de Estudos e Pesquisas sobre as Questões Socioculturais do Nordeste (SEQSONE), ligado a linha de pesquisa citada. Seguidamente da Prof.^a Dr.^a. Maria do Socorro Souza Vieira com 12,6% (15), líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC), também ligado a linha de pesquisa Estado, direitos Sociais e Proteção.

A maior incidência dessas três orientadoras pertencentes a grupos de pesquisa ligados a linha de pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social, linha de pesquisa essa que é a delimitação deste trabalho para identificação das dissertações sobre política social, explica a incidência do alto número de pesquisas sobre a política de assistência social e a política de criança e adolescente.

É importante frisar que as 119 dissertações estudadas nessa pesquisa são da Área de Concentração Política Social, atualmente extinta, e a Linha de Pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social, contudo, observa-se que muitos orientadores ligados a linha pesquisa Serviço Social, Trabalho E Política Social são incidentes como orientadores dessas dissertações.

Nesse cenário verifica-se a Prof^a. Dr^a. Patrícia Barreto Cavalcante com 10% (12) de incidência, ligada ao grupo Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS), a Prof^a. Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida com 8,4% (10) ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS) e o Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses com 5,8% (07) ligado ao Setor de Estudos em Cidadania e Teoria Social (SECTS)⁹¹.

Outrossim, frisa-se que todos os orientadores são coordenadores de Grupos de Pesquisa, cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq, ou se vinculam a um desses grupos, atualmente em número de 10 (dez).

Todos os dados apresentados nesta dissertação asseveram o avanço da produção do conhecimento no Serviço Social nas suas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo alinhados ao pensamento moderno da tradição marxista. Porém, os avanços “[...] não extingue a existência do conservadorismo e nem impedem as inflexões do pensamento pós-moderno” (SANTOS, 2018, p. 96).

⁹¹ Há também outros orientadores com menores incidência ligados a grupos de pesquisa da Linha de Pesquisa *Serviço Social, Trabalho E Política Social*: Claudia Maria Costa Gomes, 3,3% (05) - Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET); Maria Aparecida Ramos de Meneses, 2,5% (03) - Setor de Estudos em Cidadania e Teoria Social (SECTS); Aline Maria Batista Machado, 1,6% (02) - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS); Ana Paula Sales de Miranda, 1,6% (02) - Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS); Maria de Fátima Gomes, 0,8% (01) - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS).

Conforme Galdino (2016, p. 101) “[...] a produção de conhecimentos configura-se como um espaço de resistência e de trabalho que adensa a análise sobre as classes subalternas e da realidade brasileira à luz do pensamento crítico, no qual o Serviço Social tem realizado inúmeras contribuições e revela uma expressiva riqueza temática”.

Essas análises atestam a maturidade intelectual do Serviço Social na produção do conhecimento, especialmente nas produções sobre as políticas sociais. O Serviço Social brasileiro hoje possui um acervo grandioso e reconhecido pelas outras áreas de conhecimento sobre as políticas sociais, no material produzido no PPGSS/UFPB podemos observar a grandeza dessa produção em termos quantitativos e qualitativos. Observa-se que nas produções do PPGSS/UFPB apesar dos estudos sobre as Políticas Sociais predominarem sobre uma política específica, observa-se que as análises processam-se numa perspectiva de análise da totalidade da sociedade tardo-burguesa e seus desafios na contemporaneidade.

Dessa forma, considera-se que o Serviço Social ampliou sua atuação profissional na sociedade, especialmente por meio de uma “[...] ativa participação na formação de uma massa crítica à esquerda” (MOTA, 2013, p. 19), que é responsável direta e indiretamente por formar um acúmulo de conhecimentos críticos de viés marxista que se materializam na contramão da dispersão da ideologia pós-moderna no pensamento social, sendo assim um campo de resistência político-ideológica.

Na particularidade do PPGSS/UFPB verifica-se que as Dissertações vêm acompanhando a tendência analítica de atrelamento às Diretrizes da ABEPSS no tocante à adesão ao Projeto de Modernidade na perspectiva da razão dialética, contudo, também foram identificadas fragilidades nos aspectos metodológicos das pesquisas realizadas; e uma incidência, mesmo que ainda frágil, de aspectos analíticos fragmentados advindos da Pós-modernidade, sem as devidas mediações teóricas de totalidade do tecido social, além da secundarização do método e da metodologia científica, e do ecletismo teórico expressado na referência acrítica de autores de matrizes de pensamento diversas. Essa constatação incide na afirmação da hipótese formulada nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do conhecimento caracteriza-se como um processo humano e, desse modo, um ato histórico de criação humana e de promoção do saber sociocultural e científico. Em razão de ser a academia o *locus*, predominantemente, produtor do conhecimento científico, cabe a essa instituição se constituir o repositório desse conhecimento de modo que não possa correr o risco de perdê-lo ao longo do tempo.

O conhecimento se expressa de várias formas, há o saber científico, o saber filosófico, religioso e empírico. Todos esses saberes se expressam na sociedade e são perpassados pelas transformações societárias na econômica, política, social, cultural e geográfica.

A razão moderna, fundamentada no pensamento iluminista, buscava desmitificar e dessacralizar o conhecimento e as formas de organização social, artísticas etc., rompendo com as análises teocêntricas e colocando o ser humano como o centro do conhecimento e da razão. Com o estopim da emergência da classe burguesa e sua hegemonia no campo do pensamento na transição entre os séculos XVIII e XIX, houve um favorecimento da consolidação do modo de produção capitalista, a constituição do Estado burguês e de grandes mudanças na economia, cultura e política.

O projeto de modernidade e os paradigmas de conhecimento modernos passam a ganhar concretude material primeiro com a emergência do modo de produção capitalista afirmando o paradigma liberal, e segundo com a Revolução Russa e a consolidação da União Soviética – URSS afirmando o paradigma socialista. Podemos afirmar que a modernidade se apresenta como um projeto não homogêneo de celebração, com o liberalismo, positivismo e outros, e a crítica, dialética, socialismo e o marxismo.

Apesar de todo o otimismo, o século XX, perpassado pelas grandes guerras mundiais, milhões de mortos, campos de concentração e bombas nucleares colocou o projeto do Iluminismo sob suspeita para alguns teóricos, como Horkheimer e Adorno – ambos da Escola de Frankfurt - defendiam a tese de que esse projeto estava fadado a si voltar contra si mesmo e em vez de levar a humanidade à emancipação, a levou a um sistema de opressão universal. Mas é com a crise da década de 1970, a crise da Era de Ouro do Capitalismo,

somadas a crise do socialismo real – as duas maiores metanarrativas da modernidade, que as críticas ao Projeto de Modernidade ganham corpo, principalmente com emergência da Pós-Modernidade.

As mudanças derivadas da crise da Era de Ouro, e que se intensificam até a atualidade, causaram profundas transformações de ordem sociopolítica e econômica. Essas transformações ocasionaram também um grande movimento ideológico, pautado na ideia de que o período contemporâneo não teria mais as bases fundadas no Projeto de Modernidade, mas em um conjunto de novidades históricas, a pós-modernidade, que conforme Lyotard (2011) é justamente a incredulidade em relação aos metarrelatos, sendo isso um efeito do progresso da ciência.

Conforme Harvey (2016) as origens da mudança cultural e política, denominadas de pós-modernidade, se processam com alterações das formas de experimentação do tempo e espaço no capitalismo global. Os significados e usos do tempo e espaço transfiguraram-se com a transição do fordismo à acumulação flexível. A tese de Harvey sugere que desde a década de 70, estamos vivenciando uma intensa compressão espaço temporal que vem acarretando um impacto nas práticas político-econômicas, no equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural.

Em resumo a “crise” do Projeto de Modernidade e adensamento das críticas se expressaram mais agudamente no processo de crise orgânica do capital nos 1970, que colocaram em xeque os arranjos keynesiano-fordistas, e fragilizaram o pacto moderno que deu concretude ao Welfare State. Podemos afirmar que o pensamento pós-moderno tem como característica, nas palavras de Wood (1999, p. 9), “[...] a ênfase na natureza humana fragmentada do mundo e do conhecimento humano”. Seus maiores defensores argumentam que os paradigmas da Modernidade, principalmente o pensamento marxista, não são suficientes para explicar a sociedade que se mostra a partir das profundas transformações que se ficam mais evidentes.

O movimento pós-moderno é heterogêneo, mas que tem características comuns: negação total ou parcial dos paradigmas modernos, triunfo da estética sobre a ética, fragmentação, volatilidade, simulacro, ecletismo e tantas outras. Além disso, como demonstra a análise marxista, a pós-modernidade é uma condição histórica que se expressa dentro da Modernidade capitalista, e atua

como lógica cultural do capitalismo pós-crise de 1970, que, apesar de trazer consigo um conjunto de transformações extremamente significativas, não traz em si uma ruptura com o Projeto Moderno, uma vez que não houve uma mudança nas bases estruturais que compõem o capitalismo a saber: apropriação privada da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade, em um mercado global, a condição de assalariamento e alienação do trabalhador do fruto do seu trabalho, substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto.

É nessa contextualidade que situamos o processo o processo de produção do conhecimento do Serviço Social que se inicia nos anos de 1970 a partir da criação dos primeiros programas de Pós-graduação na área estão ligados teoricamente ao Projeto de Modernidade, predominantemente em sua perspectiva de crítico-dialética ao capitalismo. Entretanto, na atualidade, não se desconsidera a ofensiva neoconservadora de desdobramentos pós-modernos que se expressam na produção do Serviço Social, mesmo que de forma tímida.

Atualmente a área 32 da Capes conta com 36 programas de Pós-graduação, sendo 35 de Serviço Social e 01 em Economia Doméstica. A expansão dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social expressa a ampliação do processo de renovação profissional e acadêmica crítica que acontece no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas. (CAPES, 2019)

Assim como as demais áreas, a produção do conhecimento do Serviço Social tem sua maior representação nas pesquisas desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação da área. Segundo o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 – Serviço Social (CAPES, 2017), há 34 programas de Pós-Graduação na área de avaliação do Serviço Social (Área 32), sendo 2 de Economia Doméstica e 32 de Serviço Social.

Na atual conjuntura brasileira, vive-se um processo de desmonte, sobretudo na desqualificação da produção do conhecimento voltada à defesa dos direitos humanos e sociais e à defesa da natureza por parte da ofensiva ultraconservadora neoliberal, instaurada no governo bolsonarista. Só em 2019, a Capes cortou 11.800 bolsas e o CNPq suspendeu a concessão de novas bolsas. Na esteira dos ataques à Pós-graduação, em 2020, a Capes alterou os critérios de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado ao cortar as bolsas de estudos dos Programas de Pós-graduação avaliados com notas 3, 4, 5, remanejando-as para Programas de maiores conceitos. Ao analisar o impacto

dessa realidade na área do Serviço Social, verifica-se que 27 (75%) Programas de Pós-graduação se encontram com notas 5, 4, 3, justamente os Programas que perderam total ou parcialmente as bolsas concedidas pela CAPES. Nesse cenário, Santana, Stampa e Carvalho (2020, p. 76) apontam que, “[...] a diminuição da oferta de bolsas deverá ter por consequência o desinteresse dos jovens pela pesquisa e carreira docente, fragilizando o quadro geral da pós-graduação no Brasil”.

Em relação ao objeto desta pesquisa, a produção do conhecimento do Serviço Social sobre Política Social, é inegável constatar a relação intrínseca entre Serviço Social e Política Social, uma vez que a institucionalização do Serviço Social como profissão se dá quando a “questão social” passa a ser objeto de intervenção do Estado por meio das Políticas Sociais, configurando assim o espaço sócio-ocupacional para os profissionais do Serviço Social. No campo da produção do conhecimento, as publicações sobre a Política Social se ampliaram, principalmente no que concerne às produções geradas no PPGSS/UFPB.

No que se refere as áreas de formação dos PPGSSs: 66% (23) Programas se identificam como área de formação Serviço Social, incidência esperada por ser a área de avaliação da CAPES e por ser a área de conhecimento e a profissão; com uma incidência de 17% (06) tipifica-se como Programas de Pós-graduação em Política Social; com 9% (3) Políticas Públicas; com 8% (3) Serviço Social e Política Social. No universo dos 23 Programas da área de formação Serviço Social, 22 possuem áreas de concentração ligadas às Políticas Sociais.

Apesar do avanço legislativo e político do campo das Políticas Sociais e da Seguridade Social brasileira, é no contexto dos anos de 1990 que o projeto de contrarreforma neoliberal do Estado foi implementado no Brasil. Nesse processo de reforma gerencial privatista com a redução do papel e da função de Estado regulador, dois movimentos passam a caracterizar as Políticas Sociais: mercantilização e assistencialização. É nesse cenário que a produção do conhecimento sobre Política Social na área do Serviço Social se insere na perspectiva da análise crítica a partir do movimento histórico real da sociedade.

É nesse cenário que a produção do conhecimento sobre política social em serviço social insere-se, contudo, essa produção vem caminhando numa análise crítica e analisando o movimento real na nossa sociedade. Como explicita Mito

e Nogueira, (2013, p. 62) acerca do crescimento da produção sobre política social “[...] não significou unicamente o aumento da produção de conhecimento sobre o tema, mas uma crescente qualificação em termos de rigor teórico-metodológico e em sensível aprofundamento da discussão dos processos sociais contemporâneos”.

Sobre as políticas sociais nas suas setorialidade como saúde, educação, assistência social, previdência e outras, como respostas do Estado nas expressões da questão social, “[...] foram assim setorialmente pensadas [...] tomadas em sua fenomenalidade, as expressões da “questão social” transmutam-se em diferentes problemas tratados isoladamente pelas especializações da divisão sociotécnica do trabalho, entre elas, o Serviço Social” (SANTOS, 2007, p. 65). Essa setorialização incide a profissão num sincretismo de demandas profissionais, muito relacionado a tendência conservadora sincrética da profissão, e colabora com o eco da influências pós-modernas na profissão.

A pós-modernidade como lógica cultural do capitalismo tardio, se reflete em vários aspectos da vida social, inclusive no campo da produção do conhecimento e no cotidiano profissional e das políticas sociais. Ao ganhar um grande espaço nas ciências sociais, num momento de forte questionamento acerca da rigidez e totalitarismo dos paradigmas analíticos modernos, denominada de “crise de paradigmas” nas ciências sociais, essa perspectiva se alastra para outras áreas de conhecimento.

A tendência conservadora sincrética do Serviço Social, elemento constitutivo da profissão que apesar de estarem sintonizadas com a modernidade burguesa, em termos ideológicos têm elementos do conservadorismo antimoderno, faz com que as influências pós-modernas ecoem fortemente na profissão, dado que a pós-modernidade para além da crítica as paradigmas modernos, recomendam a mescla de diferentes matrizes de pensamento para poder, segundo seus teóricos, para conseguir compreender a realidade complexa das relações pós-crise de 1970. Essa tendência da pós-modernidade se assemelha a tendência sincrética do Serviço Social que [...] no desenrolar do desenvolvimento profissional, os seus agentes incorporam ecleticamente “novas” teorias para subsidiar não apenas o exercício profissional, mas também a produção teórica” (SANTOS, 2007, p. 59).

Na atual conjuntura, as tendências conservadoras e sincréticas do Serviço Social diante da fragilidade de apropriação do método crítico-dialético, incide nas inflexões pós-modernas no Serviço Social em dois segmentos, a saber: o grupo daqueles que rejeitam o marxismo e afirmam a postura conservadora dos fundamentos da profissão, que se firmam como oposição ao PEP; o grupo que partilha dos preceitos do marxismo, mas que defende que há lacunas que o método não atender, e por isso é necessário a adoção de outras perspectivas para dar conta dessas lacunas, sendo a pós-modernidade essa possibilidade. (LIMA, 2018; SANTOS, 2007).

Desta forma, este trabalho dissertativo processou-se na análise da produção do conhecimento no Serviço Social sobre Políticas Sociais através das Dissertações de Mestrado defendidas no PPGSS/UFPB na última década (2010 a 2019). Considerando o contexto em que essas produções foram geradas, essa análise investigativa foi contextualizada a partir da crise da sociedade tardo-burguesa de forma a verificar as inflexões dessa crise na particularidade da produção do conhecimento do Serviço Social sobre Política Social do PPGSS/UFPB à luz da hegemonia do Projeto de Modernidade e a ofensiva pós-moderna a partir de três indicadores analíticos: temáticos e indicadores autorais e suas variáveis.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba foi implantado em 1978, com a criação do curso de Mestrado em Serviço Social pela Resolução nº 202/77 do Conselho Universitário CONSUMI. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação e curso de Mestrado na Área de Serviço Social do Nordeste e o quinto do país, atrás da PUC/SP e PUC/RIO (1972), UFRJ (1976), PUC-Porto Alegre (1977). A criação do MSS/UFPB significou a possibilidade de capacitação da demanda reprimida de profissionais do Serviço Social e outras áreas do conhecimento das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Tratando agora sobre a quantidade de dissertações defendidas no Programa desde sua criação até o ano de 2020, de acordo com o Catálogo de Dissertações de Mestrado do PPGSS –1982/201850, lançado em comemoração aos 40 anos do referido Programa (1978-2018) e das informações registradas no Site do PPGSS/UFPB, registra-se na década de 1980 (1983-1989) um total de 29 obras defendidas, 66 na década de 1990, 113 na primeira década dos

anos 2000 (2000-2009), entre 2010 a 2015 contabiliza-se 99 dissertações defendidas, e entre 2016 a 2020, 91 dissertações defendidas. Observa-se o grande crescimento quantitativo entre os períodos, com destaque para os anos de 2010 a 2020 que somam 190 dissertações defendidas.

Verifica-se uma maior incidência da área da Política Social, em relação a área de Fundamentos do Serviço Social. Fazendo um balanço em relação as duas áreas de concentração que o PPGSS/UFPB tinha antes da última revisão em 2016, podemos registrar que nos anos 1980 a área de Política Social apresenta 18 dissertações, enquanto a área de Fundamentação T. P. do Serviço Social apresenta 11, nos anos de 1990, 51 dissertações se vinculam a Política Social, em detrimento da área de Fundamentação com 15 obras defendidas, nos anos 2000 apresenta-se 91 dissertações vinculadas na área de Política Social, e 22 na área de Fundamentação. De 2010 a 2015, essa tendência continua, com a área de Política Social com 78 obras defendidas e Fundamentação T. P. do Serviço Social com 21. Após a revisão curricular, as duas áreas de concentração foram unificadas e foram criadas duas linhas de pesquisa, nesse âmbito, verifica-se que a Linha de Pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social apresenta 52 dissertações defendidas entres os anos de 2016 a 2020, em comparação com a linha Serviço Social, Trabalho e Política Social com 39 obras defendidas.

No universo de 171 dissertações defendidas, 119 (70%) são ligadas à área de Política Social, em detrimento da área de Fundamentação T. P. Do Serviço Social com 52 (30%) dissertações defendidas.

Os dados a seguir referentes aos aspectos metodológicos e indicadores analíticos processam-se sobre as 119 dissertações defendidas no PPGSS/UFPB vinculadas à área de Política Social entre os anos de 2010 a 2019.

Nos aspectos metodológicos, destacamos que refere-se ao tipo de pesquisa, os tipos de pesquisa mais incidentes são: Documental com 28 (18%), exploratória 27 (17%), Bibliográfica 22 (14%), Campo 21 (13%). Ainda no tipo de pesquisa, chama-se a atenção para o dado de 10% (16) das pesquisas não descreverem o tipo de pesquisa. No tocante a abordagem metodológica presente nas dissertações pesquisadas, constatou-se que 53% (55) das dissertações se denominam como pesquisas de abordagem mista, ou seja, são pesquisas quanti-qualitativas, 36% (38) são pesquisas qualitativas e 11% (11) não descreve a abordagem na dissertação.

Em relação ao método, podemos observar que mais da metade das dissertações descreve que utiliza o método marxista com 64% (67) de incidência. O método marxista compreende o que é chamado de método dialético-histórico-materialista. Chama-se atenção para o fato que 33% (35) não descreve o método adotado na pesquisa.

Esses dados demonstram que mesmo com o avanço e amadurecimento teórico que o Serviço Social vem apresentando desde 1990 no âmbito nacional, os dados mostram que a particularidade do PPGSS/UFPB, mesmo com avanços e acompanhando a tendência nacional, ainda há uma apropriação frágil do método e uma secundarização da metodologia científica, evidenciada também pela incidência de 11% (11) de dissertações que não descrevem a abordagem da pesquisa, e de 10% (16) dissertações que não descrevem o tipo de pesquisa.

É importante frisar que a direção teórico-metodológica marxista ainda se configura como hegemonia dentro da categoria profissional, no campo acadêmico e no campo político e organizacional da profissão, apesar do crescimento da influência pós-moderna e dos substratos conservadores da profissão.

Procede-se agora com os principais dados da análise dos dados das 119 dissertações defendidas no PPGSS/UFPB sobre política social entre os anos de 2010 a 2019 referentes aos indicadores analíticos: indicadores da área de conhecimento; indicadores temáticos e indicadores autorais e suas variáveis, verifica-se os seguintes dados.

Nos indicadores áreas do conhecimento, indicador que expressa as áreas dos saberes que transcorrem o objeto de estudo, a análise se procedeu através de três variáveis: Grande Área, Área de Conhecimento (que são o nível 1 e 2 na sistematização feita pela CAPES), e Formação do Autor.

Verifica-se na variável Grande área que duas grandes áreas incidem na produção gerada pelo PPGSS/UFPB: Ciências Sociais Aplicadas com 87% (104) e Ciências Humanas com 13% (15). Na variável Áreas de Conhecimento com maior incidência temos a Área de Conhecimento do Serviço Social com 87% (104), que apresenta o mesmo número de dissertações alinhadas a Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas, 104 dissertações. A incidência das Ciências Sociais Aplicadas se sobressai em relação a Ciências Humanas, pois, é a Grande Área onde a Área Do Conhecimento do Serviço Social se encontra. A

Grande Área das Ciências Humanas e suas áreas de conhecimento se apresenta nas dissertações no Serviço Social por suas áreas do conhecimento serem próximas no campo da atuação profissional e da construção do saber ao Serviço Social.

A variável Formação do Autor atesta-se que maioria dos autores que defenderam dissertações de mestrado entre 2010 a 2019 tem graduação em Serviço Social, 81% (97), um dado muito importante pois demonstra o avanço da área de conhecimento do Serviço Social na pesquisa e produção do conhecimento.

Em seguida temos Psicologia com 03% (04), Direito com 03% (03), duas áreas de conhecimento que dialogam bastante com o Serviço Social tanto no campo acadêmico, como profissional.

Por essas duas áreas de conhecimento serem tão próximas, principalmente no aspecto do campo profissional, que identificamos a busca de profissionais dessas áreas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social. Também porque o Serviço Social vem construindo uma vasta literatura no campo das políticas sociais e de viés crítico, muitas vezes não tão bem exploradas em outras áreas de conhecimento.

Os indicadores temáticos são referentes as categorias temáticas e teóricas que medeiam os objetos de estudos, neste caso, os objetos de estudo das dissertações na área da Política Social. Os indicadores temáticos foram analisados a partir de três variáveis: Política Social, Categoria Temática, Palavras-Chave.

Na variável Política Social, verifica-se que a política social mais estudada é de Assistência Social com 26% (31). Essa uma das políticas que mais empregam profissionais do Serviço Social, seja como assistentes sociais, seja na coordenação e na gestão.

Há a adoção de termos pós-modernos na construção dos documentos que legalizam e desenham a política de assistência social, como risco e vulnerabilidade social conforme a análise de Miguel (2013), mas foi possível observar que as produções que estudam esta política buscam compreender as contradições da realidade e na execução da Política de Assistência Social, seus avanços, potencialidades e regressões.

Contudo, identifica-se que no universo das 31 dissertações que estudam essa política, somente 14 descrevem na sua metodologia que utilizam o método crítico marxista, enquanto as outras 17 não descrevem o uso de uma abordagem teórica, apesar da grande utilização de autores da tradição marxista como será visto na análise dos indicadores autorais.

A política da Saúde vem em seguida com 15% (18) de incidência, configurando-se assim como a segunda política social mais pesquisada no PPGSS/UFPB. Em seguida como a terceira política social mais estudada é a Política de Defesa e Proteção à Criança e Adolescente com 12% (14) de incidência das dissertações estudadas na temporalidade de 2010 a 2019. Em seguida temos as pesquisas que estudam sobre as políticas pertinentes ao trabalho, denominadas aqui como trabalhistas, com 10% (12). Essas dissertações discutem as relações no mundo do trabalho com foco em categorias temáticas como: informalidade, relações de gênero, precarização etc. É importante notar que na análise das dissertações sobre trabalho, observou-se que elas se baseiam teoricamente na análise marxista e marxiana da categoria trabalho, e das análises atuais do trabalho no capitalismo maduro.

Desta forma, afirmar-se que a produção do conhecimento gerada pelo PPGSS/UFPB vem trazendo contribuições riquíssimas no desvelamento da concreticidade do real, ao analisar essas políticas colocando-as nas relações de reprodução e produção do capitalismo. Contudo, também observa-se fragilidades nos aspectos metodológicos das pesquisas, e uma incidência, mesmo ainda frágil, de aspectos próprios da pós-modernidade expressos pelo uso de termos pós-modernos sem a devida análise.

Sobre políticas sem expressão na produção gerada na área da política social no PPGSS/UFPB entre os anos de 2010 a 2019, identifica-se que não houve incidência sobre as políticas para a população LGBTQIA+, e sobre políticas de igualdade racial, no campo das temáticas temos uma dissertação que versa sobre a discriminação racial. Essa ausência de pesquisas ligados a esses temas demonstra um não acompanhamento do PPGSS/UFPB a estudos de temáticas emergentes e que estão inseridas no contexto.

Verifica-se que as políticas sociais e categorias temáticas estudadas pelo PPGSS/UFPB estão mais diversas e setorializadas. Compreende-se que toda essa diversidade de políticas sociais e temáticas são facetas da totalidade do real que

se manifestam no campo de atuação profissional do assistente social, e de outros profissionais, que demandam novas intervenções, “Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção” (SANTOS, 2017, p. 14).

Contraditoriamente, as sucessivas aproximações da pós-modernidade no Serviço Social se apresentam na centralidade das produções sobre Políticas Sociais na produção do conhecimento, especialmente na área da Saúde e Assistência Social, com discussões cada vez mais fragmentadas (GALDINO, 2016).

Seguindo para a variável Categoria Temática, as três categorias temáticas mais estudadas são: Gênero, Trabalho, Intersetorialidade. A temática mais pesquisada foi a categoria gênero com 09% (10) de incidência, com foco especialmente na condição das mulheres. As dissertações que têm como categoria temática gênero tem os estudos focados em: divisão sexual do trabalho, sexualidade, saúde da mulher, políticas de proteção à mulher.

Cantalice (2013) em sua pesquisa de doutorado identificou que em relação as produções sobre gênero e feminismo é possível identificar distintas correntes teóricas e políticas, especialmente entre o marxismo e as vertente pós-modernas. Identificamos essa tendência nas dissertações que estudam a temática gênero com a influência pós-moderna especialmente pelos estudos que exploram a representação social, centrando a análise sobre o simbólico e representações de gênero. Contudo, a perspectiva marxista ainda está de forma mais presente influenciando as perspectivas teóricas e metodológicas nas pesquisas realizadas que tem um foco central as análises sobre a divisão sexual do trabalho numa concepção da economia política.

Em seguida temos a categoria Trabalho com 08% (09) de incidência. É importante destacar que a categoria trabalho no âmbito da profissão nos seus aspectos teórico-metodológico e ideo-político se amparam na tradição marxista, “[...] desse modo, compreendendo-o como fundante para o ser social e central para o deciframento da sociedade capitalista e para a luta de classes” (CANTALICE, 2013, p. 157).

A temática da intersectorialidade vem com 07% (08), sendo a terceira mais estudada e demonstra um crescimento considerável de pesquisas sobre a

temática. Na pesquisa realizada por Santos (2017) analisando as dissertações de mestrado com o mesmo recorte – da área da política social. A intervenção em redes para reduzir custos, flexibilizar processos de produção e circulação, ampliar os lucros de empresas, e aumentar a eficiência e efetividade das políticas sociais. É nítido que a lógica da flexibilização desde de 1970 vem sendo aplicada em vários setores da vida, e no campo da pós-modernidade há uma defesa da flexibilização de teorias, métodos da razão moderna na área da produção do conhecimento e nas atividades profissionais e etc.

Ressalta-se a baixa incidência dos estudos da categoria Questão Social, com 03% (03), como temática principal das pesquisas, pois, “[...] essa categoria teórica é um dos principais eixos teóricos na formação do Serviço Social” (SANTOS, et al., 2021, p. 517).

Na variável Palavras-chave, as mais incidentes foram: Política de Assistência Social, utilizada 13 vezes. Em seguida temos a palavra-chave SUAS repetida 08 vezes, Proteção Social (07) e Políticas Públicas (06). Essas são as palavras-chave mais usadas que se relacionam com as duas variáveis anteriores: política social e categoria temática. Destaca-se que as duas palavras-chave mais usadas são referentes a Política de Assistência Social, que de acordo com os dados da variável Política Social, é a política mais pesquisada no PPGSS/UFPB.

Para os indicadores autorais, analisamos duas variáveis: autores mais citados e orientadores mais recorrente. Para analisar a variável de autores mais incidentes, fizemos um levantamento exaustivo dos autores citados nas dissertações. Dentro de cerca de mais de mil bibliografia citadas nas dissertações de mestrado, identificamos a recorrência de 167 autores mais recorrentes.

Identificamos que, no universo dos 15 autores mais citados, somente 04 não são da área de conhecimento do Serviço Social: Karl Marx com 12% (143) – autor mais referenciado, Ricardo Antunes com 07% (85) – sexto autor mais referenciado, e Maria Cecilia Minayo com 05% (62), Friedrich Engels – 03% (40). Os outros 11 autores são da Área de Conhecimento do Serviço Social: José Paulo Netto – 11% (123), Aldaíza Sposati – 09% (111), Ivanete Boschetti – 09% (109), Elaine Behring – 08% (96), Marilda Iamamoto – 07% (77), Maria Carmelita Yasbek – 06% (64), Ana Elizabete 06% (64), Potyara Amazoneide Pereira – 05%

(60), Vicente de Paula Faleiros – 04% (51), Maria Inês Bravo – 04% (48), Berenice Rojas Couto – 04% (44). Esses avanços reafirma o avanço do reconhecimento intelectual da categoria do Serviço Social e de sua produção teórica.

Dentro dos autores do Serviço Social, o único autor que de acordo com Santos (2007) apresenta filiações pós-modernas é Vicente de Paula Faleiros que se encontra no segundo grupo⁹² que conforme Santos (Id.) apresenta as aproximações do Serviço Social com a pós-modernidade - a crítica que reivindica o marxismo em alguns aspectos, mas que recomendam a adoção de paradigmas pós-modernos para superar as lacunas do marxismo, expressa “[...] na sincrética manutenção discursivo do ponto de vista da totalidade somado à defesa do pluralismo metodológico” (SANTOS, 2007, p. 98), ou seja, possui uma apropriação da direção teórico-metodológica marxista, mas justifica o ecletismo para não se fechar num determinismo.

No que se refere a incidência de autores clássicos citados que não são da área de conhecimento do Serviço Social e que são de linhas teóricas distintas, incluindo autores denominados como pós-modernos, citados nas dissertações. Os autores mais incidentes dentre os 11 autores levantados no é Robert Castel com 28% (36); Norberto Bobbio com 13% (17); Michel Foucault com 10% (13).

Dentro dos autores considerados como pós-modernos verifica-se Boaventura de Sousa Santos com 07% (09), que se considera como pós-moderno de oposição, conforme discussão no ponto 1.3 do capítulo 01, e defende que o marxismo ainda tem contribuição para o mundo, e pode contribuir com uma alternativa pós-moderna, já que as promessas da modernidade não foram cumpridas e nem poderão ser pelos paradigmas modernas, por isso, o autor defende uma transição paradigmática. Para além da análise sobre a pós-modernidade elaborada pelo autor, temos outras sobre democracia, território. Também verifica-se Zygmunt Bauman com 03% (05), uma incidência bem mais baixa, mas ainda presente nas dissertações estudadas, com suas análises sobre

⁹² Sobre as vias de aproximação pós-moderna à profissão, Santos (2007) elenca que existem duas vias: 1- a crítica conservadora que rejeita o marxismo e que de forma sincrética absorvem as proposições pós-modernas; 2 - a crítica que reivindica o marxismo em alguns aspectos, mas que recomendam a adoção de paradigmas pós-modernos para superar as lacunas do marxismo.

a existência de um novo tipo de sociedade “[...] postulando a liquidez, a destituição da totalidade pela fragmentação da realidade” (LIMA, 2018, p. 142).

A análise de autores de diferentes correntes de pensamento é importante para a pesquisa científica, até mesmo para o método dialético que trabalha considerando as contradições, contudo, a utilização desses autores deve se atentar para o rigor de análise necessário para não cair num sincretismo teórico. Pela análise dos dados foi possível observar a ocorrência de sincretismo nas dissertações com a utilização de autores de várias correntes de pensamento sem a devida análise crítica e interpretativa na condução da pesquisa

Na variável orientadores mais recorrentes, verifica-se que a orientadora mais recorrente é a Prof.^a Dr.^a. Marinalva Conserva com 14,2% (17) de incidência, líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), da linha de pesquisa - Estado, Direitos Sociais e Proteção Social. Em seguida temos Prof.^a Dr.^a. Maria de Lourdes Soares com 13,2% (16), líder do Setor de Estudos e Pesquisas sobre as Questões Socioculturais do Nordeste (SEQSONE), ligado a linha de pesquisa citada. Seguidamente da Prof.^a Dr.^a. Maria do Socorro Souza Vieira com 12,6% (15), líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC), também ligado a linha de pesquisa Estado, direitos Sociais e Proteção. A maior incidência dessas três orientadoras pertencentes a grupos de pesquisa ligados a linha de pesquisa Estado, Direitos Sociais e Proteção Social, linha de pesquisa essa que é a delimitação deste trabalho para identificação das dissertações sobre política social, explica a incidência do alto número de pesquisas sobre a política de assistência social e a política de criança e adolescente.

Todos os dados apresentados nesta dissertação asseveram o avanço da produção do conhecimento no Serviço Social nas suas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo alinhados ao pensamento moderno da tradição marxista. Porém, os avanços “[...] não extingue a existência do conservadorismo e nem impedem as inflexões do pensamento pós-moderno” (SANTOS, 2018, p. 96).

Concluimos que os dados asseveram maturidade intelectual do Serviço Social na produção do conhecimento na particularidade do PPGSS/UFPB, em particular nas produções sobre as políticas sociais. O Serviço Social brasileiro hoje possui um acervo grandioso e reconhecido pelas outras áreas de

conhecimento sobre as políticas sociais, no material produzido no PPGSS/UFPB podemos observar a grandeza dessa produção em termos quantitativos e qualitativos.

Verifica-se que nas produções do PPGSS/UFPB apesar dos estudos sobre as Políticas Sociais predominarem sobre uma política específica, observa-se que as análises processam-se numa perspectiva de análise da totalidade da sociedade tardo-burguesa e seus desafios na contemporaneidade.

Em termos conclusivos, considera-se que o Serviço Social ampliou sua atuação profissional na sociedade, especialmente por meio de uma “[...] ativa participação na formação de uma massa crítica à esquerda” (MOTA, 2013, p. 19), que é responsável direta e indiretamente por formar um acúmulo de conhecimentos críticos de viés marxista que se materializam na contramão da dispersão da ideologia pós-moderna no pensamento social, sendo assim um campo de resistência político-ideológica.

Na particularidade do PPGSS/UFPB verifica-se que as Dissertações vêm acompanhando a tendência analítica de atrelamento às Diretrizes da ABEPSS no tocante à adesão ao Projeto de Modernidade na perspectiva da razão dialética, contudo, também foram identificadas fragilidades nos aspectos metodológicos das pesquisas realizadas; e uma incidência, mesmo que ainda frágil, de aspectos analíticos fragmentados advindos da Pós-modernidade, sem as devidas mediações teóricas de totalidade do tecido social, além da secundarização do método e da metodologia científica, e do ecletismo teórico expressado na referência acrítica de autores de matrizes de pensamento diversas. Essa constatação incide na afirmação da hipótese formulada nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas críticas. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 184-217. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n21/09.pdf>. Acessado em: 30/11/2020.

ALCÂNTARA, Norma. Razão moderna e pós-modernidade. COSTA, Gilmaisa Macedo da; PRÉDES, Rosa Lucia; SOUZA, Reivan. (Orgs.). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Alagoas: EDUFAL, 2010, p. 193-210.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo; LIMA, Ingridy Lammonikelly da Silva. **A Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba: análise história e estado da arte da produção do conhecimento de 1983-2020**. (Arquivo Original) João Pessoa/PB: Universidade Federal da Paraíba/ PPGSS, 2022. Livro no prelo.

_____. **Pensamento Social e Serviço Social**. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS, 2018a.

_____. **40 anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB**. João Pessoa/PB: UFPB/CCHLA/ PPGSS, 2018b. (Texto de Conferência)

_____. **Análise das Tendências da Pesquisa em Serviço Social nos Anos de 1980 a partir do Estado da Arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB**. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/DSS/PPGSS/GEPACOPS, 2017a. (Projeto de Pesquisa e Plano de Trabalho)

_____. **Análise das Tendências da Pesquisa em Serviço Social nos Anos de 1980 a partir do Estado da Arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB**. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/DSS/PPGSS/GEPACOPS, 2017b. (Relatório de Pesquisa)

ALVES, Giovani. **A Crise Estrutural do Capital e sua Fenomenologia Histórica**. 2012. Disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/#:~:text=A%20crise%20estrutural%20do%20capital%20que%20emergiu%20em%20meados%20da%20E2%80%9D%20\(1980%2D2010](https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/#:~:text=A%20crise%20estrutural%20do%20capital%20que%20emergiu%20em%20meados%20da%20E2%80%9D%20(1980%2D2010). Acessado em: 30/03/2021.

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Brasil à Parte: 1964-2019**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Yasmin Michelle Ribeiro de. **Pensamento Pós-Moderno e Serviço Social: recepção e posicionamento da categoria profissional no CBAS, no ENPSS e na UECE**. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UECE/CESA/ MASSTQS, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. 3ª Reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Matheus de Carvalho. Neofascismo e Neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. *In: Revista Ensaio*, v. 17, jul-dez, 2020, pg. 136-158.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula e Dilma. *In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Org.). Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo*. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

BENTO, Adriana Pereira. **Os Rebatimentos do Neoconservadorismo no Exercício Profissional do Assistente Social** (Dissertação). UFF/ESSN/PPGSSDR. Niterói: 2014.

BRASIL. **Relatório Final – CPI da Pandemia**. Senado Federal. Brasília, 2021. Disponível em: https://senadofederal-my.sharepoint.com/personal/cpipandemia_arquivos_senado_leg_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fcpipandemia%5Farquivos%5Fsenado%5Fleg%5Fbr%2FDocuments%2FRelat%C3%B3rio%20Final%2FRelatorio%5FFinal%5Faprovado%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fcpipandemia%5Farquivos%5Fsenado%5Fleg%5Fbr%2FDocuments%2FRelat%C3%B3rio%20Final%2E. Acessado em: 01/03/2022.

CAMARA LEG. Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%. *In: Câmara dos Deputados – Política e Administração Pública*, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>. Acessado em: 01/03/2022.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2013.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidijs_sociojuridico2014.pdf. Acessado em: 21/03/2022.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução Nº 01/2016**. João Pessoa: UFPB/ CONSEPE, 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área do Serviço Social** – CAPES. Brasília:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Diretoria de Avaliação, 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área do Serviço Social** – CAPES. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Diretoria de Avaliação, 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Capes, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acessado em: 02/03/2022.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução Nº 01/2016**. João Pessoa: UFPB/ CONSEPE, 2016.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. Fenomenologia Versus Positivismo Científico: metodologias aplicadas às pesquisas em comunidades humanas. **Revista Intersaberes**. vol.10, n.21, p.660-675. set.- dez. 2015. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/617/523>. (Acesso em 30/11/2020)

_____; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. In: Educação Pública. Edição V. 18, Ed. 12 - 19/06/2018 Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/12/a-produo-do-conhecnto-na-construo-do-saber-sociocultural-e-cientfico> (Acesso em 30/11/2020)

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 2ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEGENSZJAN, Raquel Raichelis; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Estado da Arte das Teses e Dissertações sobre Serviço Sociais Produzidas pela PUC-SP: de 1974 a 2007**. São Paulo: PUC/ PPGSS/ NESPTP, 2008. (Plano de Trabalho)

DIAS, Daiana Nardico Dias. **O Estado da Arte Sobre Gênero no Serviço Social**. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: PPGSS/CSE/UFSC/CSE/PPGSS, 2014.

DUARTE, Hadassa Nyedja Elias. **A materialidade do Serviço Social frente à investida pós-moderna: uma análise a partir da produção do conhecimento**. (Dissertação). João Pessoa: UFPB/DSS/CCHLA/PPGSS, 2019.

FERREIRA, Larissa dos Santos. **Processo de Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB na Década de 1990: uma análise a partir das Dissertações de**

Mestrado vinculadas à área de Política Social (Relatório Final). João Pessoa: UFPB/PIBIC/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPACOPS, 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. In: **Educação e Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013. (Acesso em 11/08/2017)

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. In: **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acessado em: 01/03/2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. In: **Folha Online**, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acessado em: 01/03/2022.

_____. Entrevista da 2ª – Horacio Lafer Piva – Empresário pede que o BC leve em conta o retrato da economia real na hora de definir os juros. In: **Folha de São Paulo**, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1503200421.htm>. Acessado em: 01/03/2022.

FONSECA, André Dione; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. In: **Ágora (St. Cruz Sul, Online)**, v. 22, n. 2, pg. 58-75, julho-dezembro, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15461>. Acessado em: 01/03/2022.

FRAUCHES, Celso da Costa. **A Pós-Graduação Lato Sensu, a Lei e as Normas do MEC**. Brasília/DF, Associação Brasileira de Mantedoras de Ensino Superior (ABMES), s/d. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/documentos/A_pos-graduacao_lato_sensu_a_lei_e_as_normas_do_MEC.pdf. Acessado em: 26/08/2021.

FREITAG, Barbara. Habermas e a Teoria da Modernidade. In: **Cad. CRH**. UFBA. Salvador, n.22. p.138-163, jan/jun.1995. Disponível em: [file:///C:/Users/windows/Downloads/18781-63605-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/windows/Downloads/18781-63605-1-PB%20(1).pdf) (Acesso em 30/11/2020)

G1. Governo temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha. In: **G1 Política**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml>. Acessado em: 01/03/2022.

GALDINO, Shellen Batista. **A Produção de Conhecimento no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade** (Dissertação). UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS. João Pessoa: 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acessado em: 01/11/2021.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/2141-Texto%20do%20artigo-3411-1-10-20120209.pdf>. Acessado em: 30/11/2020.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana (Org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HADDAD, Sérgio (Coord). **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998. São Paulo: Ação Educativa, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1779/40.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 11/08/2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 28ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. **Os Sentidos do Mundo**: textos essenciais. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOBSBAWN. Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITULA LULA. **Biografia**. Disponível em: <https://institutolula.org/biografia>. Acessado em 01/03/2022.

LARA, Ricardo, MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social. *In*: SOUSA, Edvânia Â. De; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Orgs). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019, pg. 37-60.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *In*: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10 n. esp. P. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf>. Acessado em: 22/11/2021.

LIMA, Mário Sérgio. Inflação e pandemia podem empurrar Brasil de volta ao Mapa da Fome. *In*: **CNN Brasil**, 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome/>. Acessado em: 01/03/2022.

LIMA, Ingridy Lammonikelly da Silva. **A Categoria Trabalho na Produção do Conhecimento do Serviço Social a partir do Legado da Modernidade e as Inflexões do Pensamento Pós-Moderno**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS, 2018.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). In: **Cadernos ABESS**. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, n°.8, p. 33-76, 1998.

KOKAK, Erika. Reforma Trabalhista de Temer/PSDB é sinônimo de precarização e desemprego. In: **Brasil 247**, 2018. Disponível: <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/erikakokay/353284/Reforma-Trabalhista-de-TemerPSDB-%C3%A9-sin%C3%B4nimo-de-precariza%C3%A7%C3%A3o-e-desemprego.htm>. Acessado em: 12/03/2022.

MACHADO, Maria Letícia; FREITAS, Rebeca. O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos. In: **Nexo – Políticas Públicas**, 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos>. Acessado em: 01/03/2022.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Obikawa. Política e Política Social. In: **Serviço Social em Revista**. V.3, Nº1, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>. Acessado em: 30/11/2020.

MADEIRO, Carlos. **Capex corta bolsas e penaliza regiões mais pobres, diz estudo**. In: Uol, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/06/capes-corta-10-das-bolsas-e-penaliza-regioes-mais-pobres-diz-estudo.htm>. Acessado em: 15/08/2021.

MAGALHÃES, Fernando. **Tempos Pós-Modernos: a globalização e as sociedades pós-industriais**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da nossa época; v. 108).

MARCHESINI, Lucas. Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro. In: **Metrópoles**, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro>. Acessado em: 01/03/2022.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política. In: **Manuscrtos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. Coleção Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As Recentes Tendências da Pesquisa em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/r4kDmyfsx5kvnTy6jsrRDxf/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 15/08/2021.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. In: **Reúñion de Consulta Técnica sobre Investigación en Formación del Profesorado**. México: Organización de Estados Ibero Americanos para La Educación, La Ciência y La Cultura, 1998.

MIGUEL, Renata Nóbrega. **A expressão do neoconservadorismo pós-moderno na Política de Assistência Social brasileira**. (Dissertação). João Pessoa: PPGSS/DSS/CCHLA/UFPB, 2013.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., pg. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 15/08/2021.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. CFESS/ABEPSS (org) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Commodities**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/commodities.htm>. Acessado em: 01/03/2022.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 111, jul/set, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 20/07/2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.1).

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. ALAYÓN, N. (Org.). **Trabajo Social Latino-americano: a 40 años de la reconceptualización**. Buenos Aires: Espacio, 2005.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: Mota, Ana Elizabete; et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Denize Cristina; RAMOS, Flávia Regina de Souza; BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite; NÓBREGA, Maria Miriam Lima. Classificação das áreas de conhecimento do CNPq e o campo da Enfermagem: possibilidades e limites. *In*: **Rev Bras Enferm**. 2013;66 (esp):60-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v66nspe/v66nspea08.pdf> (Acesso em 30/11/2020)

PAULANI, Leda Maria. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. *In*: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Org.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria de Lima. Redes e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *In*: **Textos & Contextos** - Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/9619>. Acessado em: 09/03/2022.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20** – taylorismo, fordismo e toyotismo. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLITIZE. O que aconteceu no escândalo do Mensalão? *In*: **Politize**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>. Acessado em: 01/03/2022.

POZZEBOM, Elina Rodrigues. Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. *In*: **Senado Notícias**, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>. Acessado em: 01/03/2022.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *In*: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v.11, n1, p.116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acessado em: 21/03/2022.

SAMPAIO Júnior, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A Pós-Graduação em Serviço Social no Contexto Ultraneoliberal. JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.). **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da nossa época; v. 132).

SANTOS, Lucicleide Cândido dos. **As Tendências da Pesquisa em Serviço Social nos Anos de 1980: o estado da arte das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social (Relatório Final de Pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPACOPS, 2018.

SANTOS, Angela Kaline da Silva. **Processo de Produção do Conhecimento no Serviço Social à Luz do Legado da Modernidade à Emergência da Pós-Modernidade: o estado da arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB. (Relatório de pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/PIBIC/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPACOPS, 2017.

_____. **A Produção Do Conhecimento No PPGSS/UFPB: o estado da arte das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social. (Monografia)**. João Pessoa: /DSS/CCHLA/UFPB, 2019.

_____. **As tendências da Pesquisa em Serviço Social nos anos de 1980: o estado da arte das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social (Relatório Final de Pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/PIBIC/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPACOPS, 2018.

_____; et al. A categoria “Questão Social”: perspectivas teóricas nas Ciências Sociais e no Serviço Social brasileiro. *In: Conjecturas*, 21(6), 516–528. <https://doi.org/10.53660/CONJ-378-815>. Acessado em 12/03/2022.

SILVA, Severino Felipe; MELO NETO, José Francisco. Saber Popular e Saber Científico. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.24, n. 2, p.137-154, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/25060/14567> (Acesso em 20/07/2021)

SILVA E SILVA, Maria Ozanira; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de

2007. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123> (Acesso em 05/12/2020)

SILVA, Laura Isabel da. **Serviço Social e Saúde: a produção do conhecimento no PPSS / UFPB**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2017.

SILVEIRA, Silvia Regina. **A Produção do Conhecimento do Serviço Social Sobre a Inserção Profissional na Política Pública de Educação no Brasil: desafios e perspectivas no âmbito do projeto profissional**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: PUCRS/PPGSS, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórica-política. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.poderesocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/1.4-Express%C3%B5es-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influ%C3%Aancia-te%C3%B3rica-pr%C3%A1tica-%E2%80%93Ivete-Simionatto.pdf>. (Acesso: 24/06/2022)

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *In: Novos Estudos*, CEBRAP, 85, novembro 2009, p. 83-102. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C8gFgwCQDNWjK/?lang=pt>. Acessado em: 12/03/2022.

STIFTUNG, Heinrich Böll. **O que o orçamento público diz sobre o governo Bolsonaro até agora?** 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/26/o-que-o-orcamento-publico-diz-sobre-o-governo-bolsonaro-ate-agora>. Acessado em: 12/03/2022.

SOUZA, Luís Eugênio Portela Fernandes. O desafio da avaliação da produção científica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(9):1707-1730, set, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gjSmKMvNscwnsS4xTrDW9zk/?format=pdf&lang=pt> (Acesso em 30/11/2020)

ROMANOWISKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *In: Diálogo Educacional - Curitiba*, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98> (Acesso em 11/08/2017).

RUFFATO, Luiz. **O golpe contra Dilma Rousseff: o afastamento da presidenta é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira**. El País, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html. Acessado em: 03/04/2022.

THE INTERCEPT BRASIL. Leia Todas as Reportagens que o Intercept e Parceiros produziram para a Vaza Jato. *In: The Intercept Brasil*, 2020.

Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>.
Acessado em: 01/03/2022.

THERBORN, Goran. **Do marxismo ao Pós-marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de. AMORIM, Mário Lopes. A Crise do Neodesenvolvimentismo no Governo Dilma e os Rumos do Pronatec no Recente Cenário de Retração Econômica e Desemprego. In: **Anais XI Jornada Latino-Americana de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia** – Curitiba, 2016. Disponível: <https://silo.tips/download/a-crise-do-neodesenvolvimentismo-no-governo-dilma-e-os-rumos-do-pronatec-no-rece>. Acessado em: 12/03/2022.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWISKI, Joana Paulin. Estudos de Revisão: implicações conceituais e metodológicas. In: **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba v.14, n.41, 2014. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12623&dd99=view&dd98=pb>. (Acesso em 11/08/2017)

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? FOSTER, John Bellamy (Orgs.) **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha de Leitura – Dissertação

Ficha de Leitura – Dissertação		
Identificação	Ano	
Título		
Grande Área	Área de Conhecimento	Formação do Autor
Política Social	Categoria Temática	
Objeto de Estudo		
Palavras-Chave		
Abordagem Metodológica	Método Utilizado	Instrumentos de Pesquisa
Sujeito da Pesquisa	Local da Pesquisa	
Parecer		

Anexo 2 – Lista Geral Dissertações Política Social - 2010 a 2019

Dissertações Política Social - 2010 a 2019				
Id.	Ano	Título	Autor	Orientador
1	2010	Residência Multiprofissional Em Saúde Da Família E Comunidade: Um Olhar Sobre A Multiprofissionalidade Na Atenção Básica	Anarita De Souza Salvador	Patrícia Barreto Cavalcante
2	2010	O Conselho Municipal De Saúde De Cabedelo: Vivências E Desafios	Elaine Cristina Gomes do Bonfim	Patrícia Barreto Cavalcante
3	2010	Empreendimento Recanto Das Oliveiras: Relações De Gênero E Economia Solidária	Girlani de Lima	Maria de Lourdes Soares
4	2010	Violência Sexual Contra Criança E Adolescente Sob O Olhar Dos Profissionais De Saúde Em Boa Vista-Roraima: Limites E Desafios	Henriqueta Cristina de Alencar Ferreira Lima	Maria do Socorro Souza Vieira
5	2010	Caminhos E Descaminhos Na Implantação Da Política De Assistência Social No Município De Junco Do Seridó-PB	Luciana Batista de Oliveira Souza	Maria de Fátima Melo do Nascimento
6	2010	A Gestão Da Política Da Assistência Social Nos Marcos da Municipalização: uma análise a partir dos traços pertinentes ao processo de Institucionalização da pobreza	Lívia Pinto de Oliveira	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
7	2010	A Proteção Social À População Negra Na Perspectiva Da Política Nacional De Assistência Social No Município De João Pessoa/PB: Desafios À Efetivação Da Equidade	Maria Isabel Dantas da Silva	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
8	2010	Uma Análise Sobre As Condições De Realização Do Trabalho Pedagógico Dos Professores De Educação Física Na Rede Municipal De Ensino Da Cidade De João Pessoa-PB	Jeimison de Araújo Macieira	Jaldes Reis de Meneses
9	2010	Avanços E Limites Da Política De Enfrentamento À Violência De Gênero E Serviços De Atendimento Às Mulheres No Município De João Pessoa/PB	Michele Ribeiro de Oliveira	Maria do Socorro Souza Vieira
10	2010	A (Des) Proteção Social Da Juventude: Uma Análise À Luz Da Avaliação Do PROJOVEM Urbano Segundo Seus/As Usuários/As No Município De João Pessoa/PB	Geniely Ribeiro Da Assunção	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
11	2010	(Des) Proteção Da Pessoa Idosa Em Situação Asilar À Luz Da Seguridade Social	Regina Irene Diaz Moreira Formiga	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
12	2010	Análise Da Política De Saúde Mental Na Paraíba Na Concepção Dos Trabalhadores Em Saúde Mental	Kátia Helena da Silva Sales	Patrícia Barreto Cavalcante
13	2010	Educação Escolar Indígena: Uma Análise A Partir Da Perspectiva Da Sexualidade E	Patrícya Karla Ferreira e Silva	Maria de Lourdes Soares

		Gênero No Município Indígena De Baía Da Traição/PB		
14	2010	A Inclusão Sócio-Educacional De Crianças E Jovens Com Deficiência Visual E A Participação da ONG Instituto dos Cegos da Paraíba	Marco Antônio Grangeiro Lima	Áurea Carneiro
15	2010	A Contribuição Das ONGs No Âmbito Da Saúde: O Caso Das Mulheres Mastectomizadas Na Cidade De João Pessoa-PB	Veronaldo de Lucena Morais	Giacomina Magliano de Moraes
16	2010	O Trabalho Na Prisão: Um Estudo No Instituto De Reeducação Penal Desembargador Sílvio Porto Em João Pessoa	Helenória de Albuquerque Mello	Marinalva de Sousa Conserva
17	2011	Conferencias De Saúde Enquanto Instrumento De Participação No SUS	Katiusca Torres Medeiros	Patrícia Barreto Cavalcante
18	2011	Envelhecimento E Perspectivas Sociológicas De Inclusão Pelo Viés Da Arte: Um Estudo No Centro De Produção Artístico-Cultural Da Pessoa Idosa No Município De Joao Pessoa	Jacqueline Alves Carolino	Maria de Lourdes Soares
19	2011	Da Casa Ao Mangue: Abordagem Sócio-Ecológica Do Processo De Trabalho Das Marisqueiras Do Estuário Do Rio Paraíba-PB	Emanuel Luiz Pereira Da Silva	Marinalva de Sousa Conserva
20	2011	Rompendo O Silêncio: Uma Análise Sobre As Histórias De Meninas Com Vivencias De Abuso Sexual Atendidas Pelo CREAS Do Município De João Pessoa	Adathiane Farias De Araújo	Maria do Socorro Souza Vieira
21	2011	Conselhos Tutelares E A Defesa Do Direito De Crianças E Adolescentes À Convivência Familiar E Comunitária: Uma Análise Do Município De João Pessoa-PB	Thayse Carla Barbosa Ribeiro	Maria Auxiliadora Leite Botelho
22	2011	Família E Proteção Social Nas Instituições De Acolhimento De Crianças E Adolescentes Em João Pessoa-PB	Josefa Adelaide Clementino Leite	Maria de Fátima Melo do Nascimento
23	2011	Representação Social Das Mulheres Soropositivas Sobre A Sua Saúde Sexual E Reprodutiva	Cristiane Cavalcanti Freire	Áurea Carneiro
24	2011	Entre a intenção e o gesto: a experiência do Pró-Jovem em João Pessoa	Márcia de Figueiredo Lucena Lira	Marinalva de Sousa Conserva
25	2011	A rua como espaço para morar: observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa-PB	Maria do Rosário de Lima Oliveira	Maria de Fátima Melo do Nascimento
26	2011	A Atividade Econômica Do Caulim: O Passivo socioambiental no Junco do Seridó-PB	Elimar Maria Neves de Sousa	Maria de Lourdes Soares

27	2011	A política de atenção a dependentes químicos no município de João Pessoa-PB: uma análise sobre o atendimento a mulheres no centro de atenção psicossocial jovem cidadão	Jussara Ferreira de Sousa	Maria do Socorro Souza Vieira
28	2011	A proteção social no SUAS: uma análise da atividade realizada pelo(a)s trabalhadores(a)s dos Centros de Referência de Assistência Social em João Pessoa	Almira Almeida Cavalcante	Marinalva de Sousa Conserva
29	2011	Trabalho Informal Dos Catadores De Materiais Recicláveis: Relação de exploração e subordinação ao capital e Estado	Josimery Amaro de Melo	Maria Augusta Tavares
30	2012	Sistema Único de Assistência Social: o desafio da intersectorialidade na PNAS	Elinalda José Gonçalves	Maria Aparecida Ramos de Meneses
31	2012	As Redes Intersectoriais E O Território Da Proteção Social Em João Pessoa	Waleska Ramalho Ribeiro	Marinalva de Sousa Conserva
32	2012	Crise Contemporânea, Microcrédito E Trabalho Informal: Uma Reflexão Sobre A Tendência Desenvolvimentista Da Política Social	Fabiana Alcântara Lima	Cláudia Maria Costa Gomes
33	2012	Privação de Liberdade e acesso à saúde: desafio da intersectorialidade	Andreza Carla da Silva Dantas	Patrícia Barreto Cavalcante
34	2012	A Atividade dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Cidade de João Pessoa-PB: do Prescrito ao Real Trabalho	Ana Martins Tomaz	Edil Ferreira da Silva
35	2013	Caldo de Cana, Bagaço de Gente: Desproteção e Degradação do Trabalho na Agroindústria Canavieira	Adelina Almeida Moreira de Araújo	Maria Augusta Tavares
36	2013	Trabalhadores Migrantes no Corte de Cana de Açúcar: precarização e exploração do trabalho	Nataly de Sousa Pinheiro	Maria Augusta Tavares
37	2013	A crítica do fenômeno das "ONGs" no Brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife	Ademir Vilaronga Rios Junior	Gustavo Tavares da Silva
38	2013	A Proteção Social E A Gestão Da Política De Assistência Social Na Cidade De João Pessoa, Paraíba	Francisca Das Chagas Fernandes Vieira	Marinalva de Sousa Conserva
39	2013	Trabalho Doméstico: Uma Análise Das Condições De Trabalho Das Empregadas Domésticas Sindicalizadas Do Município De João Pessoa - Pb.	Luciana Cândido Barbosa	Maria de Lourdes Soares
40	2013	Tendências Da Política De Assistência Social Na Contemporaneidade	Itatyanne Cavalcanti Da Silva	Maria de Lourdes Soares

41	2014	Os Impactos Do Programa Bolsa Família Sobre A Pobreza Absoluta E Relativa No Brasil	Liana Amaro Augusto De Carvalho	Cláudia Maria Costa Gomes
42	2014	O Processo De Terceirização Via Os: O Caso Do Hospital De Emergência E Trauma Senador Humberto Lucena-Pb	Sedruoslen Guelir Cavalcanti Costa	Jaldes Reis de Meneses
43	2014	Sistema De Garantia De Direitos De Crianças E Adolescentes: Articulação Em Redes Na Cidade De João Pessoa	Cristina Chaves De Oliveira	Maria do Socorro Souza Vieira
44	2014	O Envelhecimento Como Questão Social: Um Estudo Da Política Do Idoso Na Paraíba (2011 -2014)	Gabrielle Tayanne Andrade Vasconcelos	Gustavo Tavares da Silva
45	2014	A Outra Face Do Narciso: Cultura Do Consumo E A Beleza Do Corpo Na Sociedade Contemporânea	Márcia Ramalho Diniz	Jaldes Reis de Meneses
46	2014	As Instituições De Acolhimento De João Pessoa/Pb Segundo A Visão Das Crianças E Dos Adolescentes Acolhidos: Avanços E Desafios	Katarina Vieira Calado Felix	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
47	2014	Particularidades Do Trabalho Feminino: Um Debate Entre O Patriarcado E A Divisão Sexual Do Trabalho	Ítala Carneiro Bezerra	Maria Augusta Tavares
48	2014	Desconfiando Do Trivial E Da Aparência Singela: Tendências Da Precarização Do Trabalho Na Estratégia De Saúde Da Família Em João Pessoa Nos Marcos Da Flexibilização Das Relações Trabalhistas	Angela Maria Pereira	Cláudia Maria Costa Gomes
49	2014	Rede De Proteção Social E Intersetorialidade: A Configuração Das Políticas Públicas Para Mulheres No Estado Da Paraíba	Mayara De Fatima Martins De Souza	Marinalva de Sousa Conserva
50	2014	A Representação Nos Conselhos Distritais De Saúde No Município De João Pessoa/Pb: As Perspectivas De Controle Social Na Saúde	Camila Cavalcante Rolim	Gustavo Tavares da Silva
51	2014	Interseções, Aproximações E Distanciamentos Entre A Estratégia Saúde Da Família E O Programa Bolsa Família A Partir Da Lógica Da Intersetorialidade	Merilin Carneiro De Franca	Patrícia Barreto Cavalcante
52	2014	O Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES): Uma Reflexão Sobre Sua Implementação Na UFPB	Suellem Dantas Mariz	Maria Aparecida Ramos de Meneses
53	2015	A Precarização Do Trabalho Formal: As Condições De Trabalho Dos Condutores De Carga Perigosa No Porto De Cabedelo/PB	Iolivalda Lima Do Nascimento	Maria Augusta Tavares
54	2015	A Assistência Social E As Oligarquias Em Pequenos Municípios Do Sertão Da Paraíba	Gabriela Nogueira Eduardo	Maria Augusta Tavares
55	2015	A Estratégia Da Intersetorialidade Como Mecanismo De Articulação Nas Ações De Saúde E Assistência Social No Município De Cajazeiras-PB	Kátia Gerlânia Soares Batista	Patrícia Barreto Cavalcante

56	2015	Programa Bolsa Família E A Trajetória De Vida Dos Beneficiários: Inclusão Social E Autonomia São Possíveis?	Carmem Lucia De Araújo Meireles	Maria de Fátima Melo do Nascimento
57	2015	Dicotomias Conceituais: Análise Sobre A Concepção De Promoção Da Saúde Usada No Programa Saúde A Escola E Na Estratégia Saúde Da Família	Carla Mousinho Ferreira Lucena	Patrícia Barreto Cavalcante
58	2015	A Vigilância Em Saúde Do Trabalhador No Sistema Único De Saúde: Uma Análise A Partir Da Atuação Dos Centros De Referência Da Paraíba	Ana Paula Barbosa Xavier	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
59	2015	A Percepção Dos Usuários Sobre Os Benefícios Eventuais No Município De Sapé, PB: Obstáculo Para Afirmação Da Assistência Social Enquanto Direito	Anna Clara Feliciano Mendonça	Maria de Lourdes Soares
60	2015	Trabalho E Gênero: Proteção E Desproteção Das Mulheres Pescadoras Da Cidade De Bayeux, Paraíba	Maria Do Socorro De Pontes Bezerra	Marinalva de Sousa Conserva
61	2015	Políticas Sobre Drogas No Brasil: A Intersetorialidade Como Possibilidade De Uma Assistência Integral Em Um Serviço De Saúde Mental	Leandro Roque Da Silva	Patrícia Barreto Cavalcante
62	2015	A Reinserção Social De Usuário De Crack E Outras Drogas Sob O Olhar Dos Profissionais Da Rede De Atenção Da Paraíba	Crisvalter Rogerio De Araújo Medeiros	Maria do Socorro Souza Vieira
63	2015	Implantação, Expressão E Regionalização Dos Creas Na Paraíba Avanços E Desafios	Maria Madalena Pessoa Dias	Maria do Socorro Souza Vieira
64	2015	Conselho Estadual Da Assistência Social CEAS: Desafios E Limites De Sua Atuação Frente À Gestão Do Suas No Estado Da Paraíba	Laerge Thadeu Cerqueira Da Silva	Maria do Socorro Souza Vieira
65	2015	Proteções E Desproteções De Família Beneficiárias Do Programa Bolsa Família: Um Olhar A Partir Do Território Rural Do Sertão Paraibano	Aline Ferreira De Souza	Marinalva de Sousa Conserva
66	2015	As Possibilidades E Limites Da Provisão Do Benefício de Prestação Continuada No Município De Patos /PB	Virginia Helena Serrano Paulino Lima	Maria de Lourdes Soares
67	2015	A Construção Da Vigilância Sócio Assistencial No Estado Da Paraíba	Patrícia De Carvalho Silva Martins	Marinalva de Sousa Conserva
68	2015	Um Estudo Sobre O Suas Na Paraíba: Um Olhar A Partir Da Territorialização Dos Serviços De Proteção Social Nas 14 Regiões Geoadministrativas	Ana Cândida Aires Ribeiro	Marinalva de Sousa Conserva
69	2015	O Desafio Da Participação Social Na Política De Assistência Social : A Atuação Das Lideranças Comunitárias No Município De Bayeux-Pb	Wanessa Leandro Pereira	Maria do Socorro Souza Vieira

70	2015	O Trabalho Social No Suas E O Fortalecimento Da Capacidade Protetiva De Famílias Em Transferência De Renda: Um Estudo Regionalizado No Estado Da Paraíba	Patrícia Larissa De Lima Oliveira	Não Identificado
71	2015	Ec72/2013 As Trabalhadoras Domésticas Sindicalizadas No Município De João Pessoa/PB: Avanços E Desafios	Cláudia Veronese	Maria de Lourdes Soares
72	2015	Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto: Processo Educativo Para Adolescente Autor De Ato Infracional	Vanessa Alves Trigueiro De Andrade	Maria Aparecida Ramos de Meneses
73	2015	A Relação Entre Estado E Sociedade Civil Na Implementação De Política Sociais: Responsabilidade Social Empresarial Na Assistência À Criança Adolescentes E Jovem	Katia Simone Alves Pintor	Maria de Fátima Melo do Nascimento
74	2015	Tendência A Judicialização Do BPC/LOAS No Contexto De Crise Do Capital: Causas E Consequência Para Os Trabalhadores	Severino Elias Simões Neto	Cláudia Maria Costa Gomes
75	2015	Proteção Social E Território Quilombolas Na Paraíba: História De Luta E Resistência Do Quilombo Do Talhado	Maria Janaína Silva Dos Santos	Marinalva de Sousa Conserva
76	2015	Participação Social Em Pauta: O Trabalho Social Em Programas De Habitação De Interesse Social Em João Pessoa – Pb	Ana Maria Fernandes Da Silva	Maria de Lourdes Soares
77	2015	A política de assistência estudantil a partir da execução do programa auxílio permanência no Instituto Federal de Alagoas - campus Palmeira dos Índios: a permanência pelo auxílio	Cíntia Cinara Moraes Borges Soares	Maria de Fátima Melo do Nascimento
78	2015	Hegemonia Liberal Lulista: A Era Ouro Da Hegemonia Burguesa No Brasil	Luiz Fernando Ribeiro Da Luz	Jaldes Reis de Meneses
79	2016	Saúde ambiental: conhecendo o conceito para buscar uma nova prática	Carlos Wendell Pedrosa Dos Santos	Maria de Lourdes Soares
80	2016	Saúde e previdência social: uma avaliação da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora a partir dos sistemas de informação	Kleber José Da Silva	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
81	2016	O Ato Infracional Como Satisfação De Necessidades Do Estômago E Da Fantasia: Posso, Logo Existo!	Mikaely Gonçalves Da Silva	Maria de Fátima Melo do Nascimento
82	2016	Saúde do idoso: Qualidade do atendimento na atenção de média complexidade em saúde em João pessoa, PB	Natanna Lopes De Araújo	Patrícia Barreto Cavalcante
83	2016	Análise Dos Determinantes Sociais Da Saúde Junto Aos Portadores De Hiv/Aids. Estudo Sobre As Condições De Saúde Ambiental	Jamile Silva De Oliveira	Patrícia Barreto Cavalcante
84	2016	Trajetórias de acesso à educação profissional: o contexto de proteção social dos(as) estudantes do Instituto Federal de	Gyslanea Dayanne Da Silva	Marinalva de Sousa Conserva

		Pernambuco (IFPE) Campus Cabo de Santo Agostinho		
85	2016	Políticas públicas de comunicação no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)	Adriana Crisanto Monteiro	Maria de Lourdes Soares
86	2016	Uma política para pobres? Um estudo sobre a atenção primária à saúde no Brasil (1995-2010)	Iris Da Silva Cabral Moisés	Gustavo Tavares da Silva
87	2016	O direito à dos adolescentes em privação de liberdade na Paraíba: Um estudo no Centro Socioeducativo (CSE) em João Pessoa – PB (2010 A 2014)	Vanya Araújo Da Silva	Gustavo Tavares da Silva
88	2016	" 'Evas' e a droga": um estudo sobre as mulheres usuárias de crack da colônia penal feminina do Bom Pastor Recife/ PE	Tilândsia Lúcia Macêdo da Silva	Maria de Lourdes Soares
89	2016	O Limite Do Crescimento Econômico Com Equidade Social Na Perspectiva Neodesenvolvimentista No Brasil	Maria Da Conceição Silva Cruz de Vasconcelos	Cláudia Maria Costa Gomes
90	2016	Caminhos e descaminhos do programa de proteção ao emprego: trabalho e políticas públicas no Brasil	Caroline Helena Limeira Pimentel Perrusi	Maria de Fátima Melo do Nascimento
91	2016	Mundo do trabalho e cooperativismo: uma análise histórico-crítica das cooperativas de confecção do nordeste brasileiro	Thalita Elizário Menezes Matias	Jaldes Reis de Meneses
92	2016	A proteção social básica da assistência social a partir das usuárias chefes de famílias referenciadas em um CRAS de João Pessoa/PB	Rafaella Cristina De Medeiros Candeia	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
93	2017	A Atuação Das Equipes Multiprofissionais Para Efetivar Os Direitos Da Pessoa Idosa: Estudo Nas Instituição De Longa Permanência De João Pessoa	Priscila De Almeida Da Costa	Patrícia Barreto Cavalcante
94	2017	A atuação dos CREAS Regionais da Paraíba: um estudo a partir da visão dos profissionais do atendimento e dos gestores estaduais	Jéssyca Daiana Firmino De Freitas	Maria do Socorro Souza Vieira
95	2017	O Pronatec E A Qualificação Profissional Sob A Perspectiva Dos Educandos	Monique Lourenço Cassemiro	Maria de Fátima Melo do Nascimento
96	2017	O controle social na política de assistência social em Natal- RN: O Conselho Municipal de Assistência Social	Izabella Fonseca Buttendorff	Maria do Socorro Souza Vieira
97	2017	Políticas sobre drogas: uma análise da intervenção profissional dos policiais militares da Paraíba sob a ótica da prevenção - PROERD	Janaina Cipriano Do Nascimento Negreiros	Maria do Socorro Souza Vieira
98	2017	Proteção social em território indígena: um estudo a partir da Aldeia Tramataia no Litoral Norte da Paraíba	Eveny De Arruda Limeira	Marinalva de Sousa Conserva

99	2017	Enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher: as ações preventivas da Previdência Social em debate	Maria Danielle Cristina Morais Sousa	Maria de Lourdes Soares
100	2017	O Serviço De Atendimento Educacional Especializado (Aee): Limites E Possibilidades Da Proposta De Educação Inclusiva Em Escolas Municipais De João Pessoa - Pb	Yara Clécia Pereira Moura	Maria de Lourdes Soares
101	2017	Delineamentos Da Gestão Municipal Da Política De Assistência Social Na Paraíba	Sofia Ulisses Santos	Marinalva de Sousa Conserva
102	2017	A Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes no município de Cajazeiras-PB: limites e possibilidades da ação intersetorial	Alânia Albuquerque Dos Santos	Maria do Socorro Souza Vieira
103	2017	O conselho de direitos de crianças e adolescentes do município de João Pessoa-PB: desafios no exercício do controle social	Elaine Farias De Santana	Maria do Socorro Souza Vieira
104	2017	O pacto político na saúde do município de Campina Grande-PB no contexto de crise e de privatizações em curso	Flávia Jaiane Mendes Justino	Ana Paula Rocha de Sales Miranda
105	2018	O assédio moral e a precarização do trabalho: repercussões sobre a saúde do trabalhador de telemarketing	Rafael Camara Norat	Maria de Fátima Melo do Nascimento
106	2018	A Precarização Do Trabalho E As Inflexões Na Saúde Do Trabalhador E Da Trabalhadora	Larissa Dos Santos Ferreira	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
107	2018	Transferência de renda e educação superior: uma análise do Programa Bolsa Universitária da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB	Ana Cristina De Lima Santos	Aline Maria Batista Santos
108	2018	A Assistência Social Às Mulheres Em Situação De Violência: A Realidade Dos Creas Em João Pessoa	Nirleide Dantas Lopes	Aline Maria Batista Machado
109	2018	A medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo	Alinne Medeiros Tavares	Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
110	2018	OS SENTIDOS DA PROTEÇÃO SOCIAL: um estudo a partir das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de João Pessoa/PB	Roberta Teodorico Ferreira Da Silva	Marinalva de Sousa Conserva
111	2018	Benefício De Prestação Continuada (BPC): Um Estudo A Partir Das Condições De Vida Familiar E Dos Serviços De Proteção Social Do Suas No Território De João Pessoa/PB	Vaneide Alves Dos Santos	Marinalva de Sousa Conserva
112	2018	LGBTfobia E O Sistema De Justiça De Segurança Pública: Análise Do Atendimento Às Vítimas	Jussyara Paiva Amorim	Jaldes Reis De Meneses

113	2019	Minha Casa... E A Vida? Os Serviços E Equipamentos Públicos Nos Conjuntos Habitacionais Do Programa Minha Casa Minha Vida Na Cidade De João Pessoa-PB	Rayssa Bernardino De Lacerda	Maria De Lourdes Soares
114	2019	Agroecologia E Resistência: Os Significados Das Práticas Agroecológicas No Assentamento Padre Gino	Alessandra De Oliveira Silva	Maria de Fátima Melo do Nascimento
115	2019	Medida Socioeducativa Em Meio Aberto: Vivências E Perspectivas De Adolescentes E Jovens	Luciana Paiva Cavalcante	Maria do Socorro Souza Vieira
116	2019	A Transferência De Renda E O Programa Bolsa Família: Percepções No Município De Bayeux - PB	Edicle Travassos De Lima	Maria de Fátima Gomes
117	2019	A Educação Permanente Como Caminho Para Qualificação Do SUAS: A Experiência Do Capacita SUAS Na Paraíba	Jaciana Moura Magalhães	Maria Luiza Amaral Rizzotti
118	2019	Estado De Exceção E A Relativização Dos Direitos Fundamentais	Getúlio De Souza Júnior	Jaldes Reis De Meneses
119	2019	Planejamento Familiar: Uma Abordagem Sobre A Autonomia Da Mulher Frente Aos Seus Direitos Sexuais E Reprodutivos	Lucilene De Oliveira Souza	Ana Paula Rocha De Sales Miranda